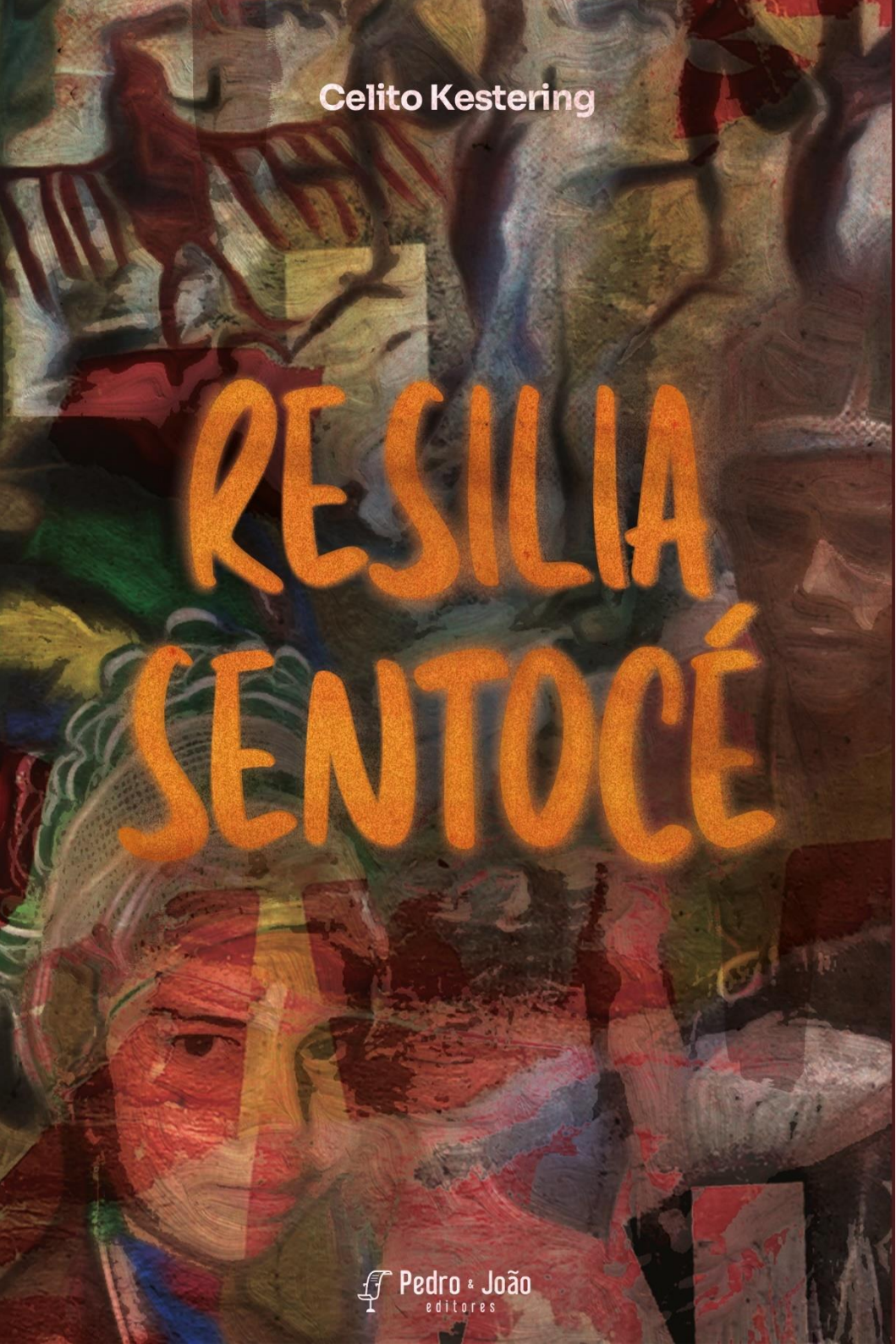

Celito Kestering
RESILIA SENTOCÉ
Pedro & João editores

CELITO KESTERING

RESILIA
SENTOCÉ

Pedro & João
editores

Copyright © Celito Kestering

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Celito Kestering

Resilia Sentocé. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 330p. 14 x 21 cm.

ISBN: 978-65-265-1261-6 [Digital]

1. Arqueologia. 2. Antropologia. 3. História. 4. Etnogênese. 5. Autor. I. Título.

CDD – 930

Capa: Giulianno Gadelha Reis
Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828
Diagramação: Diany Akiko Lee
Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:
Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/ Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patricia da Silva (UERJ/Brasil).

Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2024

De início, os portugueses não faziam senão traficar sem pretenderem fixar residência. Nessa época, dormiam livremente com as raparigas, o que nossos companheiros de Pernambuco reputavam grandemente honroso. Mais tarde, disseram que nós devíamos acostumar a eles e que precisavam construir fortalezas, para se defenderem, e edificar cidades, para morarem conosco. Parecia que desejavam que constituíssemos uma só nação. Depois, começaram a dizer que não podiam tomar as raparigas sem mais aquela, que Deus somente lhes permitia possuí-las por meio do casamento e que eles não podiam casar sem que elas fossem batizadas. E para isso eram necessários paí [padres].

Mandaram vir os padres. Estes ergueram cruzes e principiaram a instruir os nossos e a batizá-los. Mais tarde, afirmaram que nem eles nem os paí podiam viver sem escravos, para os servirem e por eles trabalharem. E, assim, se viram constrangidos os nossos a fornecer-lhes. Mas não satisfeitos com os escravos capturados na guerra, quiseram também os filhos dos nossos e acabaram escravizando toda a nação. Com tal tirania e crueldade a trataram, que os que ficaram livres foram, como nós, forçados a deixar a região. (MOMBORÉ-UAÇU, 1614: 115 *in* ABBEVILLE 1975 *apud* MONTEIRO, 2007, p. 27).

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	11
2	**A OCUPAÇÃO PORTUGUESA**	29
3	**FAMÍLIAS DE SENTO SÉ**	57
3.1	**Origens**	60
3.1.1	Varões de Raiz Indígena Visível	72
3.1.2	Mulheres de Raiz Indígena Visível	77
3.1.3	Varões de Raiz Indígena Invisível	80
3.1.4	Mulheres de Raiz Indígena Invisível	83
3.1.5	Varões de Origem Africana	89
3.1.6	Mulheres de Origem Africana	92
4	**DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS FAMÍLIAS**	97
4.1	**Povoação de Sento Sé**	97
4.1.1	Fazenda das Pedras	116
4.1.1.1	*Artefatos Arqueológicos*	122
4.1.2	Sítio da Tapera	123
4.1.3	Sítio do Morro	124
4.1.4	Fazenda Jatobá	125
4.1.5	Sítio do Serrote	127
4.1.6	Saco de Arara	128
4.1.7	Povoado de Xique-Xique	128
4.1.8	Fazenda do Incaibro	130
4.1.8.1	*Artefatos Arqueológicos*	131
4.1.9	Fazenda do Urucé	133
4.1.9.1	*Artefatos Arqueológicos*	135
4.1.10	Sítio da Gameleira	135
4.1.10.1	*Artefatos Arqueológicos*	136
4.1.11	Brejo Grande	137
4.1.11.1	*Artefatos Arqueológicos*	138
4.1.12	Sítio de São Pedro	139
4.1.12.1	*Artefatos Arqueológicos*	140
4.1.13	Fazenda Almas	141
4.1.14	Fazenda da Lagoa	142
4.1.15	Sítio do Porto Alegre	144

4.1.16	Fazenda Mandacaru	145
4.1.17	Fazenda Estreito	146
4.1.18	Fazenda da Malhada	147
4.1.18.1	*Artefatos Arqueológicos*	151
4.1.19	Fazenda do Bazuá	152
4.1.19.1	*Artefatos Arqueológicos*	153
4.1.20	Sítio das Traíras	154
4.1.21	Fazenda do Tamarindo	155
4.1.21.1	*Artefatos Arqueológicos*	155
4.1.22	Fazenda do Mari	157
4.1.23	Fazenda da Aldeia	163
4.1.24	Fazenda do Boqueirãozinho	164
4.1.25	Fazenda do Boqueirão Grande	166
4.1.25.1	*Artefatos Arqueológicos*	167
4.1.26	Sítio do Alagadiço	168
4.1.27	Porto das Pedras	170
4.2	**Morro do Pará**	172
4.2.1	Fazenda da Varginha	176
4.2.2	Sítio de São Vicente	177
4.3	**Xique-Xique**	178
4.3.1	Sítio da Boa Vista	183
4.3.2	Fazenda da Pedra Branca	184
4.3.3	Fazenda do Gado Bravo	185
4.3.4	Fazenda das Carnaúbas	186
4.3.5	Fazenda da Utinga	188
4.3.6	Ipueira Funda	189
4.3.7	Fazenda do Saco	191
4.3.8	Sítio de Santo Antônio	194
4.3.9	Fazenda dos Angicos	195
4.3.10	Fazenda do Jenipapo	197
4.3.11	Fazenda do Juazeiro	200
4.3.12	Sítio do Angical	201
4.3.13	Fazenda do Umbuzeiro	205
4.3.14	Fazenda Picada de Cima	207
4.4	**Serras do Assuruá**	208
4.4.1	Fazenda do Curral das Éguas	218
4.4.2	Fazenda Boca do Coelho	220
4.4.3	Sítio do Brejo Novo	221
4.4.4	Brejo da Gameleira	222

4.4.5	Boqueirãozinho de Cima	224
4.4.6	Sítio do Riachão	224
4.4.7	Sítio dos Tucanos	225
4.4.8	Sítio do Cotovelo	226
4.4.9	Sítio do Bonsucesso	227
4.4.10	Sítio dos Caldeirões	228
4.4.11	Sítio de São José	229
4.4.12	Sítio da Canabrava	230
4.4.13	Sítio da Cachoeira	231
4.4.14	Sítio de São Bento	233
4.4.15	Sítio do Mato Grosso	235
4.4.16	Sítio da Lagoa	237
4.4.17	Fazenda da Conceição	239
4.4.18	Sítio dos Milagres	240
4.4.19	Sítio do Brumado	240
4.4.20	Sítio das Embaúbas	242
4.4.21	Sítio de São Gonçalo	243
4.4.22	Sítio de São Felipe	243
4.4.23	Sítio do Bebedouro	245
4.4.24	Sítio de Santana	246
4.4.25	Sítio Salinas	247
4.4.26	Sítio do Pau D'Óleo	248
4.5	**Fazenda da Picada, Município de Jussara**.	249
4.6	**Fazenda Tatauí**	251
4.6.1	Sítio do Saco do Meio	253
4.6.1.1	*Artefatos Arqueológicos*	254
4.7	**Nossa Senhora das Grotas de Juazeiro**	261
4.7.1	Fazenda da Carnaúba Torta	263
4.7.2	Fazenda Campo dos Cavalos	264
4.7.2.1	*Artefatos Arqueológicos*	264
4.7.3	Sítio Tapera do Salitre	266
4.7.4	Fazenda Aldeia do Salitre	267
4.7.4.1	*Artefatos Arqueológicos*	268
4.7.5	Sítio do Pateiro	269
4.8	**Vila do Rio Grande do Sul**	271
4.9	**Santo Antônio de Pilão Arcado**	273
4.9.1	Ilha do Tamanduá	276
4.9.2	Casa Nova	278
4.9.3	Fazenda de Curralinho	279

4.9.3.1 *Artefatos Arqueológicos* 281
4.9.4 Fazenda de Pau a Pique 281
4.9.5 Sítio do Caroá 282
4.9.5.1 *Artefatos Arqueológicos* 284
4.9.6 Fazenda da Praia 285
4.9.7 Sítio da Carnaúba Torta 285
4.9.7.1 *Artefatos Arqueológicos* 288
4.9.8 Ilha do Miradouro 289
4.10 **Santo Antônio da Jacobina** 292
4.10.1 Fazenda do Baeta 292
4.11 **Cidade de Oeiras** 296

5 **VESTÍGIOS DE OCUPAÇÃO HISTÓRICA** 297

6 **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 313

REFERÊNCIAS 317

1 INTRODUÇÃO

Para caracterizar o patrimônio arqueológico, pesquisadores do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) visitaram centenas de feições de relevo (grotas, morros residuais, boqueirões e lajedos) onde se preservam milhares de pinturas rupestres. Localizam-se elas nos atuais municípios de Juazeiro, Jussara, Sento Sé, Sobradinho e Umburanas, cujos territórios no Século XVIII vinculavam-se à Freguesia de São José da Barra de Sento Sé.

Com especial carinho, as comunidades locais recepcionaram a equipe de pesquisa. Acompanharam-na, guiaram-na e, com peculiar orgulho nativo, mostraram muitos sítios, com belos e profusos painéis de genuína arte parietal pré-histórica e histórica. Ao grupo pesquisador, elas demonstravam profundo respeito àquele magnífico patrimônio que, com visceral reverência, zelavam e continuam a cuidar. Diziam que os preservavam, por terem sido feitos por seus ancestrais, muitos dos quais se haviam encantado antes da ocupação colonizadora portuguesa e outros, durante e/ou depois que ela ocorrera. Em síntese, as comunidades que a acolhiam demonstravam ser o exato e extremo oposto do que, lamentavelmente, sobre si e a respeito de sua identidade, considera-se grande parcela da população brasileira.

> O brasileiro pode não ter autoestima, mas o pouco que tem utiliza para dizer: “Posso ser a escória do mundo, mas índio não sou, tupis e tapuias são os outros”. Mesmo no Amazonas, quando se chama um ribeirinho de feições mongólicas de índio, ouve-se a resposta indignada: “Índio, não. Caboclo”.
> Os brasileiros, no entanto, são mais índios do que gostam de admitir; e, mais surpreendente, os índios, os de 1500 e dos demais séculos, são muito mais brasileiros do que supõe o

> mito do bom selvagem (também bom imbecil), em plena vigência no século XXI. (SCHOMMER, 2012, p. 5).

Até recentemente, prevalecia a concepção da historiografia oficial de que os indígenas da região semiárida do Nordeste do Brasil teriam sido dizimados, quando e/ou enquanto se implantavam as fazendas para a criação extensiva de animais domésticos. Novas abordagens da história sugerem, porém, que, no processo colonizador europeu, os povos autóctones tiveram participação ativa. Constata-se ter consistência a proposição de que eles garantiram sua sobrevivência física e cultural, pela estratégia da negociação em que, por questão de sobrevivência, relegaram sua identidade étnica a plano secundário. No presente trabalho, apresentam-se dados documentais a evidenciarem que os grupos nativos do Médio e Submédio São Francisco se miscigenaram e fizeram-se vaqueiros, sem abandonarem as crenças, os rituais e as práticas milenares da caça, coleta, pesca e agricultura de subsistência. São fortes os indicativos de que sobreviveram, assim, muitas famílias cujos ancestrais participaram efetivamente na produção do abundante patrimônio cultural pré-colonial do Médio e Submédio São Francisco.

Não somente na área pesquisada, mas em toda região do Semiárido, do Nordeste do Brasil e da antiga Pindorama, existem muitas pessoas com feições e costumes indígenas. Quase todas dizem nada saber sobre o passado de seu grupo familiar. Há grandes porções delas que afirmam ou confirmam descender de índios, mas não reconhecem sua etnicidade ou identidade autóctone. Este não é um problema exclusivo do Brasil. Amplos setores da sociedade americana atual, embora tenham um pé, ou mesmo os dois, em alguma aldeia nativa, não reconhecem sua identidade indígena porque pensam não possuírem atributos que correspondam aos critérios e padrões de indianidade convencionalmente aceitos. Aprende-se, desde pequeno, que a realidade indígena pindorâmica é passada,

pré-histórica. Aos nativos nega-se, inclusive, a possibilidade de integrarem-se, como indígenas, no processo de evolução e construção da história brasileira.

Por amplamente divulgar-se ao longo de séculos e preservar-se na memória da população local, sabe-se hoje que, aos pés da Serra do Mulungu, junto à foz do Riacho homônimo, na margem direita do Rio São Francisco, implantou-se a histórica unidade administrativa da Igreja Católica Apostólica Romana setecentista. Para integrá-la, pragmática e operacionalmente, à sociedade colonialista dos curraleiros[1], os evangelizadores pioneiros, incumbidos de catequizarem os grupos nativos, implantaram-na no exato local onde se havia antes sediado uma aldeia autóctone. Era praxe assim proceder, no Sertão de Rodelas, cujo território estendia-se de Moxotó, próximo a Paulo Afonso, junto à fronteira do atual estado de Sergipe, até Carinhanha, limítrofe com Minas Gerais[2]. Assim, sabe-se hoje que a aldeia de São José da Barra de Sento Sé era habitada por um grupo do povo Sentocé-Amoipirá, de raiz e tronco Tupinambá.[3]

---

[1] "Para administrar de perto suas propriedades, os membros da Casa da Torre fundaram a Vila Imperial na então Aldeia de Sento Sé. Na oportunidade, os índios da região estavam já em número reduzido e sem recursos, devido à incessante escravidão a que eram submetidos, desde 1543, quando a expedição de Duarte Coelho subira o Rio São Francisco. Devido ao grande número de fazendas existentes, o Rio São Francisco ficou então conhecido como Rio dos Currais." (KESTERING, 2019a, p. 209).

[2] Frei Martinho de Nantes, um dos primeiros missionários a doutrinar os Cariris, nas margens médias do rio São Francisco, chamou aquela ribeira de **sertão de Rodelas**, território entre o rio Carinhanha e a foz do rio Moxotó, de onde derivou (sic) importantes vilas das capitanias da Bahia (Urubu), de Pernambuco (Barra e Pilão Arcado) e do Piauí (Mocha, Parnaguá e Jerumenha). (NANTES, 1979, p. 68 *apud* ARRAES, 2017, p. 66).

[3] "Os Tupinambá só sobreviveriam ao impacto da conquista através da migração, como haviam feito os grupos egressos de Pernambuco que teriam reconstituído a coesão tribal, em lugares distantes da presença europeia.

> Amoipirá [era] um grupo tupi que habitava o Rio São Francisco na segunda metade do século XVI. Gabriel Soares descreveu esse grupo como possuidor dos "mesmos costumes e gentilidades" dos Tupinambá, bem como a mesma língua, embora guardando algumas diferenças "em alguns nomes próprios". Descendente dos Tupinambá, esse grupo afastou-se para o interior, frente ao avanço de seus inimigos e adotou o nome por "seu principal se chamar Amoipirá". (SOARES DE SOUSA, 1971 [1587], p. 334-335 *apud* MONTEIRO, 2001, p. 32).

Por causa de conflitos evidenciados em consequência da chegada dos europeus ao Submédio São Francisco, parte do povo Amoipirá migrou para o Sudeste do Piauí. Outras parcelas dessa gente nativa mudaram-se para novos territórios hoje pertencentes a estados como Maranhão, Goiás, Tocantins e/ou outras unidades administrativas.[4] Da mesma forma que os Tupiná, Okrém, Tamoquim, Kaimbé, Guegué, Mocoá e Acoroá, vários núcleos familiares do grupo Amoipirá, porém, quais eram os Sentocé, Crinquirim, Timbó e Urucé, permaneceram na região onde protagonizaram o surgimento de muitos dos históricos povoados ribeirinhos[5].

Nesse sentido, davam as costas para a história, para não serem vítimas dela." (FLORESTAN FERNANDES, 1975 *apud* MONTEIRO, 2007, p. 28).

[4] Em 1658-1659, o domínio dos Amoipirá em Zauípe (aproximadamente 10° de latitude Sul, na margem esquerda do São Francisco) foi conquistado por Ávilas de Pernambuco. (ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA, 1919, IV-V, p. 69). Após a revolta dos índios Piauhy, em 1713, eles emigraram com outras tribos, rumo à região de fronteira dos estados do Piauí, Maranhão e Goiás. (ALENCASTRE, 1857, p. 23 *apud* KESTERING, 2021, p. 23).

[5] "Diz-se, em história oral, que o primeiro contato pessoal entre portugueses e índios ocorreu por acaso. Garcia d'Ávila II teria encontrado enfermo o chefe indígena da Etnia Amoipirá. Cuidou dele e conseguiu curá-lo da enfermidade. Desse contato teria nascido uma amizade longa e proveitosa para ambos. Há versões que diferem desse relato nos detalhes, mas preservam a essência dos fragmentos que se alojam nas conexões neurais do povo Sento Sé." (KESTERING, 2019a, p. 210).

> Nas margens próximas do Rio São Francisco, em solos aluviais quaternários e adjacências, predominavam os sítios [arqueológicos] com vestígios relacionados à vida cotidiana. A muitos deles a população local referia-se como **antigas aldeias de índios** (grifo nosso). Neles predominavam restos de cerâmica, mas havia também fragmentos líticos, pilões em rocha, machados, batedores, moedores, pedras com sinais de uso, lascas, carvão, cachimbos, aribés e fragmentos ósseos. CALDERÓN *et al*, 1977, *apud* KESTERING, 2001, p. 30).

Para sobreviverem, em contexto social diverso, adverso e mais abrangente, pela aplicação da estratégia de mudanças culturais, religiosas e/ou políticas, sutis em alguns momentos da história, radicais em outros, renovaram o estoque dos atributos de sua identidade.[6] Assim, muitos dos guerreiros autóctones fizeram-se escravos e esmeraram-se em lides agropastoris relacionadas com a vaqueirama sertaneja, fomentada pelos membros da família dos Ávila, da Casa da Torre.[7]

> A população a que os mal-chegados imigrantes portugueses caracterizaram como indígenas não desapareceu e sequer perdeu atributos básicos de sua identidade. Pela mestiçagem física e/ou cultural, integrou-se à sociedade colonial com o fornecimento de bons vaqueiros. Há mais que suficientes relatos de sertanejos a argumentarem sua bisavó ter sido nativa e corroborarem a proposição de que, "na zona pastoril, existiam poucos negros e foram assimilados muitos índios". É que os administradores procuraram dissimular a origem

[6] "Pequenos bandos transformaram suas culturas, para se unir a outros grupos, abandonando suas línguas, suas práticas sociais e mesmo processos econômicos, para atender às demandas da nova ordem." (ANDERSON, 1999, p. 4 *apud* MONTEIRO, 2007, p. 30).

[7] "A exploração, comércio e colonização dos europeus na América desencadearam transformações profundas nas sociedades indígenas através de diversos mecanismos, alguns implementados conscientemente, outros introduzidos sem a mesma intencionalidade." (MONTEIRO, 2007, p. 33-34).

> étnica dos índios, designando-os por meio de categorias mestiças (caboclo, curiboca, cabra da terra, entre tantos outros). Ao nomear os índios coloniais com tais categorias de mestiçagem (o que produziu uma **"invisibilidade"** dessas populações), aproveitavam a brecha na legislação que não impedia o cativeiro de mestiços e, com esse expediente, legitimavam a escravidão. (ABREU, 1998, p. 200; RESENDE; LANGFUR, 2007, p. 19 *apud* KESTERING, 2021a, p. 11).

É notório que, no processo de colonização europeia do Vale do Rio São Francisco, essencialmente patriarcal, as mulheres brancas, de tradição religiosa eminentemente tridentina, submetiam-se servilmente a seus maridos. "Se de um lado o corpo [delas] era objeto de desejo e prazer, de outro, ele era reprimido pelos valores morais dominantes e pelas funções sociais que ele devia exercer". (ZIELINSKI; CATTANI, 1995, p. 29-30 *apud* KERN, 2014, p. 34). Assim, a vida e as funções sociais dessas infelizes mulheres dos colonizadores portugueses limitavam-se ao gerenciamento das atividades domésticas, à procriação e educação da prole.

É incontestável que, desde os primeiros anos de ocupação da América sertaneja, as escravas majoritariamente indígenas, eram exploradas pelas madames, nas atividades domésticas e na agricultura de subsistência e, concomitantemente vilipendiadas pelos colonizadores[8], como amantes, concubinas, prostitutas[9] e/ou meretrizes[10]. Por isso, rotulavam-se a elas,

---

[8] "A escravidão foi um regime perverso que se sustentou no domínio de um ser sobre o outro, em condição de propriedade, onde o proprietário tinha plenos direitos sobre o corpo do 'bem'." (FIABANI, 2017, p. 29)

[9] "Nas cidades, a escravidão propiciava ainda duas espécies de renda muito especiais: as 'rendas' de mendicância e de **prostituição** (grifo do autor deste)." (GORENDER, 2010, p. 500 *apud* FIABANI, 2017, p. 33).

[10] "Da parte das índias a mestiçagem se explica pela ambição de terem filhos pertencentes à raça superior, pois segundo as ideias entre eles correntes só valia o parentesco pelo lado paterno". (ABREU, 1989 *apud* KESTERING, 2021a, p. 154).

discriminada e pejorativamente, com o estigma de *negras,* escravas do pecado e servis nas fornicações. A elas, a escravidão colonialista estendia-se, do eito[11] ao leito. "A negra [da Terra e/ou da África] era para tudo: do eito ao leito". (CANSTATT, 1995, p. 114 *apud* FIABANI, 2017, p. 32).

> Apesar de estigmatizado como elemento transgressor da moralidade católica, os concubinatos com escravas foram frequentes. Passaram a ser combatidos com maior ênfase pela Igreja no Brasil após a publicação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que fixaram sua proibição, mas **mesmo no século XVIII permaneceu como uma prática difundida na sociedade** (grifo nosso). As constituições foram uma tentativa de adequação da Igreja brasílica ao reformismo tridentino de forma tardia e com as muitas dificuldades existentes no ultramar. Assim como na Europa onde o concubinato também era frequente antes das resoluções do Concílio de Trento e resistiu até se estabelecer a uniformidade pretendida pela Igreja." (TORRES-LONDOÑO, 1999, p. 159-169; STONE, 1986, p. 88 *apud* SANTOS, 2017, p. 67-68).

Na porção medial e submédia do Vale do São Francisco, raramente as mulheres indígenas eram substituídas por negras, escravas ou forras, de origem africana[12]. Nesse trecho do

---

[11] Eito é uma palavra usada para designar o espaço ou a área onde cada escravo era obrigado a trabalhar na zona rural. Equivalia a uma tarefa específica a ser realizada em área e tempo pré-determinados. Assim, tarefa passou a ser conhecida como unidade de área. É um terreno com 25 varas de cada lado. Como uma vara corresponde a 2,2 metros, cada lado de uma tarefa tem 55 metros. Assim, uma tarefa corresponde a 55 m x 55 m, ou seja, 3.025 m² ou 0,3025 hectares.

[12] "Os indígenas se adaptavam facilmente à pecuária. Tudo indica que foi com base na mão-de-obra local que se fez a expansão da atividade criatória". "Nenhum colono pôs jamais em dúvida a utilidade da mão-de-obra indígena, (...) O índio era tido, ao contrário, como um trabalhador ideal para transportar cargas ou pessoas por terras e por águas, para o cultivo de gêneros e o preparo de alimento, para a caça e a pesca. (...) A documentação colonial destaca, por igual, as aptidões dos índios para ofícios artesanais,

Semiárido do Nordeste do Brasil, elas desfrutavam, assim, a fama de ordinárias e/ou devassas, por desempenharem eficientes préstimos na seara da sensualidade e/ou sexualidade, a saciar rotineiramente a libido dos senhores fazendeiros e iniciarem seus filhos, os varões adolescentes, na arte de portarem-se como malversados reprodutores [13] . (RUSSELL-WOOD, 1997, p. 1-34 *apud* SANTOS, 2017, p. 61).

> Para além dos arranjos matrimoniais tradicionais, existiu também na América portuguesa uma gama de relações sexuais e afetivas que ocorriam ao largo da heterodoxia da Igreja Católica. (...) Esse conjunto de relacionamentos, que incluía desde a fornicação, adultério, concubinato até a coabitação, foi extremamente frequente, bastando analisar o alto índice de filhos ilegítimos [de pais incógnitos], batizados nas freguesias brasílicas.
>
> A mais comum das formas dava-se nas relações entre os senhores brancos e suas escravas. As especificidades da sociedade colonial levavam **os proprietários de índias e negras a ampliar seu domínio à posse sexual, ampliando os horizontes da exploração social** (grifo nosso). Não se limitava somente aos grandes senhores. **Homens simples também**

como carpinteiros, marceneiros, serralheiros, oleiros. (...) A função básica da indiada cativa foi, porém, a mão de obra na produção de subsistência. Para isso, eram caçados nos matos e engajados na condição de escravos, índios legalmente livres, mas apropriados por seus senhores através de toda sorte de vivências, licenças e subterfúgios". (FURTADO, 1964, p. 75-76; RIBEIRO, 1995, p. 99 *apud* KESTERING 2021a, p 32).

[13] "Escrevendo a Tomé de Sousa, Nóbrega (1988, p.75) muito lamentou quanto ao comportamento dos portugueses, tendo afirmado que 'se contarem todas as casas desta terra, todas acharão cheias de pecados mortais, cheias de adultérios, fornicações, incestos e abominações, em tanto que me deito a cuidar se tem Cristão algum limpo nesta terra'. Inquieto diante desta situação, ele chegou a anotar: 'somente temo o mau exemplo que o nosso cristianismo lhe dá, porque há homens que há sete e dez anos que se não confessam e parece-me que põem a felicidade em ter muitas mulheres'". (CORRÊA, 2018, p. 260).

> **mantinham relações sexuais com suas cativas** (grifo nosso). O Direito Canônico dificultava e impunha restrições aos casamentos inter-raciais, que foram extremamente raros, mesmo quando, eventualmente, os senhores fossem realmente desejosos de sacramentá-los, o que não era regra, pelo evidente preconceito racial existente. (VAINFAS, 1997, p. 84-87 *apud* SANTOS, 2017, p. 65).

Observe-se que, no Submédio São Francisco, 190 km à jusante da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, missionários, curraleiros e indígenas pautavam suas vidas por lógicas diametralmente antagônicas. No Século XVII, os nativos do povo Cariri, por exemplo, em processo de catequização na missão de Aracapá, eram naturalmente permissivos no exercício e/ou usufruto pleno da lascívia[14].

> Praticavam o adultério, a que não davam nenhuma importância. (...) Não são poucas as [indígenas] que se oferecem aos homens para o mal, se neles percebem qualquer fraqueza, ou se podem esperar algum proveito, pois que não têm nem vergonha natural, nem temor de Deus. (...) Como eram extremamente embrutecidos, e como a sua nudez lhes fizera perder o pudor natural, **não há tipo de**

[14] "Aracapá. Ilha. No rio São Francisco, entre este Estado [Pernambuco] e o da Bahia, na altura do Município de Cabrobó, e próximo das cachoeiras de Emburema e Desacata Calção. Fica situada em frente ao riacho da Brígida. Primeiramente foi uma aldeia de índios Cariris, da qual se encontram notícias positivas de sua existência já em 1674, como se vê de uma patente passada pelo Visconde de Barbacena, Governador Geral do Brasil, em 29 de agosto daquele ano, conferindo ao índio Tomé de Urará o posto de capitão dos Cariris da ilha de Aracapá. Em 1724 era essa aldeia dirigida por um missionário capuchinho, como consta de uma carta do Vice-Rei do Brasil, Vasco Fernandes Cesar de Meneses, dirigida em 14 de novembro daquele ano ao Padre Frei Agostinho, capuchinho missionário da Aldeia de Aracapá, sobre negócios da mesma Aldeia, conforme se vê do competente registro. Em meados do século XVIII ainda existia a aldeia de Aracapá, de índios da nação Cariri, e pertencia ao termo do sertão de Cabrobó, em Pernambuco, como refere D. Domingos de Loreto Couto na sua obra Desagravo do Brasil e glórias de Pernambuco." (LIMA SOBRINHO, 1979, p. 112 *in* NANTES, 1706).

> **desregramento contra a pudicícia que não cometam, alguns em idades tão tenras que poderia parecer incrível: numa palavra, era uma desordem assustadora** (grifo do autor deste). Não há necessidade de dizer mais, para não ferir almas castas que pudessem ler esta pequena Relação. (...) Ora, [os maridos] abandonavam facilmente a sua mulher para tomar outras; essa liberdade era recíproca. (NANTES, 1706, p. 4, 6 e 44).

Para conquistarem o paraíso *post mortem*, as famílias de origem portuguesa farisaica aparentavam pautar sua vida com base nos princípios religiosos repressivos, de fundamentação estoico-judaica da Cristandade tridentina[15]. Os nativos, por sua vez, com absoluta naturalidade e transparência, primavam pelo usufruto pleno da vida, pode-se até dizer, do jeito que Jesus de Nazaré propunha a seus seguidores, como no livro sagrado, em João 10,10, se constata: Eu vim para que todos tenham vida e tenham-na em abundância.[16]

---

[15] Para o estoicismo, Deus é a razão (alma) do mundo, que penetra tudo e sua providência é a lei do mundo. Entretanto, por uma forma de espírito invejoso de Deus, o cosmos está desvirtuado e nos leva a nos separarmos de Deus. Consequentemente, a salvação não está em adaptar-se à realidade do cosmos ou à contemplação de sua beleza, mas na fuga do mundo sensível e do próprio corpo, através da gnose. Só pela gnose, uma espécie de ascese da mente se pode caminhar em direção ao ápice supremo da alma que é Deus. (BRIGHENTI, 2019 *apud* KESTERING, 2020a, p. 37).

[16] Nas concepções da religião cristã, tanto o corpo como a mente têm interpretações distintas a atributos diferenciados, em termos qualitativos. "A mente é canonicamente superior à matéria" e deve, portanto, ser, juntamente com a consciência, "guardiães e governantes do corpo". Esta ideia de subordinação do corpo à mente, "degrada o corpo; seus apetites e desejos são encarados como cegos, obstinados, anárquicos ou [na Cristandade] radicalmente pecaminoso; pode ser encarado como a prisão da alma". Percebe-se como tais noções podem levar a um policiamento da nudez corporal. (...) O controle do corpo através do vestuário está associado à vida civilizada, tanto nos povoados como nas cidades. Entretanto, como sabemos que no espaço social o corpo existe em relação a outros corpos, podemos imaginar que a nudez, principalmente a das indígenas, não era

> Na filosofia grega, [definia-se como ascese o] conjunto de práticas e disciplinas caracterizadas pela austeridade e autocontrole do corpo e do espírito, que acompanham e fortalecem a especulação teórica em busca da verdade; [na Cristandade] e em todas as grandes religiões, conjunto de práticas austeras, comportamentos disciplinados e evitações morais prescritos aos fiéis, tendo em vista a realização de desígnios divinos e leis sagradas". (GOOGLE, 2019 *apud* KESTERING, 2020a, p. 25).

Naquele pedaço de chão semiárido, a pregação colonialista embasada na filosofia estoica e nas crenças judaicas, de linearidade vertical, não conseguiam reduzir os naturais impulsos hormonais, sintonizados com a original estrutura espiritual dos nativos sertanejos[17]. A intolerância religiosa, imposição cultural, repressão sexual e perseguição fundamentalista dos evangelizadores tridentinos não conseguiram erradicar a natural estrutura do comportamento nativo, para implantar as maléficas tradições repressivas do Velho Mundo[18]. Os autóctones viviam a pureza original do

---

apenas um problema moral, considerado grave pelos jesuítas. A exposição do corpo era, também, a fonte de constantes problemas de consciência para os próprios missionários." (KERN, 2014, p. 33).

[17] "Batizado, casado com Clara Camarão, prosélito do catolicismo, nem por isso Felipe [Camarão] abandonara todos seus hábitos e é provável que se desse o mesmo com seus descendentes. A prova está numa queixa enviada à Coroa pela Câmara de Salvador em 1638, quando o rei católico dos potiguaras estava ali acampado com suas tropas. Reclamavam os oficiais camarários das mordomias exigidas por Felipe e seu **harém d**e índias (grifo nosso). A Igreja, nesses casos, mantinha os olhos semicerrados. A permanência do clero nas terras do Brasil dependia de chefes militares indígenas como Camarão. A suas exigências curvavam-se, como se curvavam as autoridades, pois a Coroa enviou resposta ao governo dos munícipes soteropolitanos, mandando não criar caso com o ilustre defensor das conquistas ibéricas." (SCHOMMER, 2012).

[18] "Há estreita relação da felicidade com o usufruto regular do orgasmo compartilhado com quem se ama. Pelo ápice do prazer sexual liberam-se

paraíso terreal, sem a mínima noção de pecado e qualquer sombra da coibição sexual que dela decorresse[19].

> O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, [como os outros], deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho. (FREYRE, 2003, p. 161 *apud* SOUZA; SAYÃO, 2011, p. 41).

Ao tempo em que as aldeias eram hostis à pregação dos jesuítas e aos indígenas não aliados, elas eram receptivas aos ensinamentos dos pregadores de Francisco de Assis que representavam um "mal menor" em relação aos jesuítas e outros neopovoadores. Nelas, a escravidão e a repressão moralista eram relativamente mais brandas que entre os

---

hormônios essenciais à felicidade e/ou alegria de viver e, pelo compartilhamento dele, fortalece-se a autoestima recíproca, no constatar e sentir eficaz desempenho pessoal em proporcioná-lo à pessoa amada. Nos meios da ciência médica psiquiátrica, reconhecem-se como quarteto da felicidade os hormônios: **endorfina, dopamina, serotonina e ocitocina**. A falta deles, em conjunto ou individualmente, gera insônia, estresse, palidez, fadiga e irritabilidade; tristeza no olhar; sonolência diurna; baixa energia; fraca autoestima; perda de equilíbrio; dificuldade para sorrir; secura nos olhos; cãibras musculares; espasmos e/ou tremores; pensamentos suicidas e alucinações; falta de expressões emocionais; frieza em demonstrar sentimentos; medo e fobias; diminuição da libido, função cognitiva, memória e atenção; mau humor e depressão." (BRÁULIO, 1976 *apud* KESTERING, 2023a, p. 196-197).

[19] "Os primeiros relatos do Novo Mundo, diários e cartas de Caminha e Vespúcio, nos mostram um padrão estabelecido pelos colonizadores na descrição do nativo, 'são seres belos, fortes, livres, sem fé, sem rei e sem lei', os primeiros navegantes estavam convencidos de que haviam chegado ao paraíso." (CHAUÍ, 2005 *apud* SANTOS, 2016, p. 17-18).

curraleiros e pregadores inacianos[20]. Além disso, importa mencionar que, nas missões entre os Kariri, nos séculos XVII e XVIII, a prática pastoral de alguns jesuítas italianos se chocava visceralmente com a ortodoxia dos portugueses, "com práticas "transculturais", isto é, adotando costumes nativos." (POMPA, 2003; ALDEN, 1996, p. 267-272 *apud* Monteiro, 2007, p. 32).

> Por serem mais tolerantes que os jesuítas, interessavam-se os capuchos [e italianos] mais por civilizar que converter ao catolicismo. Serviam-se de seus hábitos, sem a eles frontalmente se contraporem, para disseminar, com sutileza, as ideias religiosas de linearidade vertical. Pouco ou quase nada de rendimento obtinham com sua pregação. Não se inibiam com isso, porque seu objetivo maior era viver a pobreza recomendada por Francisco de Assis, nos moldes do que faziam os primeiros cristãos. (KESTERING, 2020a, p. 129).

Com os memoráveis e simpáticos *abaré*, capuchos e ítalos, os catequisados tinham acesso a determinados direitos, como a mantença da utilização coletiva do território e o continuísmo de algumas de suas tradições nativas. Assim, as aldeias se constituíam importantes espaços de socialização de indivíduos e etnias. Pesava muito, em favor dos catequisados autóctones, a relativa liberdade que se lhes concedia, para ausentarem-se temporariamente das missões e visitarem, com regularidade, os sítios e roças onde moravam suas famílias.[21]

---

[20] "Não hesitavam [os jesuítas] em promover guerras entre os nativos se isso fizesse parte da estratégia. Criticavam os colonos, desenhando um quadro de bárbara opressão destes contra aqueles, para tomarem deles a direção e os benefícios do trabalho indígena. Aliás, não só do trabalho como das lealdades políticas. "Este país é nossa empresa", dizia Nóbrega. Colonos e chefes locais só seriam poupados da pena ferina e mistificadora dos jesuítas, se prestassem vassalagem a esses, nunca enquanto independentes." (SCHOMMER, 2012).

[21] Os sítios e roças haviam se transformado em uma espécie de retiro espiritual, onde os índios realizavam suas festas e rituais, sem o incômodo da repressão colonial. Nesses encontros, executavam práticas mágico-

> Desempenhando serviços diversos, os aldeados tinham a oportunidade de interagirem com um mundo que ia além dos limites das missões, favorecendo o contato com diferentes indivíduos, costumes e práticas no tempo em que estavam ausentes de suas povoações. (...) Se de fato os serviços prestados pelos índios, fora dos aldeamentos, propiciaram novas vivências e experiências aos mesmos, não deixa de ser verdade também que eles abriram brechas para deserções. Fora da vista dos padres, existia a possibilidade de se escapar do trabalho forçado ou de fugir para um local distante, em um momento de descuido na vigilância. As razões que levavam os índios a fugirem variavam, mas em muitos casos a insatisfação estava relacionada à própria obrigatoriedade de cumprir tarefas indesejadas. (...) **Fora das aldeias, não é difícil imaginar que os índios seguiam por caminhos bem diferentes do que os missionários projetavam em relação aos mesmos** (grifo nosso). (CORRÊA, 2018, p. 256 e 258).

Pela relativa permissividade concedida pelos evangelizadores capuchos e jesuítas italianos, considerava-se o sertão semiárido nordestino um lugar ermo, periférico do processo religioso civilizatório. Dele se dizia que os indígenas e seus parentes, incivilizados e caudatários da economia colonialista dos centros litorâneos, viviam sem lei e fora do alcance das autoridades curraleiras e dos religiosos repressores.[22]

---

curativas movidas por danças, bebidas, pinturas e sons. Ao que tudo indica, mais que uma reunião familiar, esses momentos transformavam as roças e sítios em verdadeiros templos a céu aberto, que agregavam em sua volta um número significativo de crentes, curiosos e líderes espirituais, permitindo não somente a transmissão dos códigos, signos e linguagens de uma cosmologia identificada como indígena, mas também o restabelecimento de uma atmosfera simbólica que tornava possível a própria existência daqueles indivíduos, no violento e contraditório mundo colonial. (TRINDADE, 1803 *apud* CANCELA, 2012, p. 238).

[22] "As serras sempre foram ótimos lugares para esconderijo dos escravizados procurando a almejada liberdade, seja pela dificuldade de acesso para os inexperientes dos caminhos locais, seja pela melhor equalização de defesas contra agressores." (VIEIRA FILHO, 2006, p. 61).

> Há indícios de que o trabalho missionário não foi tão eficiente como podia se esperar, pois no final do século XVII (1689), os missionários e as autoridades se queixam de que "muitos tapuias, 'daqueles da Silva (...) continuavam (com) os antigos ritos sem se doutrinarem" como podemos verificar em Guajiru (Extremoz) ou entre os Panati, índios "pacificados e domesticados". Ainda em 1725, os oficiais da Câmara de Natal escrevem uma carta ao Rei de Portugal, para dar conta da rebeldia dos índios aldeados que "ao mesmo tempo [que] vão às missas, continuam idolatrando e usando seus "gentílicos ritos", voltando "para seus costumes antigos", sem administração dos padres, como aconteceu na Missão de Guajiru, em 1756, quando o jesuíta Antônio Vaz voltou para Recife. (PORTALEGRE *et al*. 1994, p. 121, 160, 164 e 169 *apud* CAVIGNAC, 2003, p. 17-18).

No Sertão de Rodelas a que se vinculava a Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, queixavam-se alguns missionários franciscanos que, no Século XVII e XVIII, dedicavam-se à evangelização dos indígenas. Diziam que faltavam sacerdotes para atender os colonos ocupantes das terras vizinhas às aldeias porque o trabalho com os nativos demandava dedicação integral. Argumentavam que sua tamanha rudeza exigia não os perder de vista um só instante porque "são de tais gênios que, em se vendo sem os padres, já se soltam em desmanchos". (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, 31, p. 22-26 *apud* SANTOS, 2014, p. 129).

> Deste estado de coisas decorria o atraso na administração dos sacramentos e sua ausência na hora da morte, o desprezo pelos preceitos eclesiásticos, feitiçarias, curas, superstições, agouros e sortilégios, omissão dos pecados próprios e alheios, falta de punição e até de arrependimento, enfim, o "promiscuo trato, que tem os moradores com as Aldeias mansas", do qual nasciam os mamelucos, filhos de cristãos, mas criados como gentios, educados pelas mães "na barbaridade de seus ritos". **Em síntese, segundo o autor do documento, quase todos os moradores do sertão viviam e**

> **morriam à maneira de gentios** (grifo nosso), motivo de espanto por serem habitantes de terras "que tem o nome de Colônias de Portugal". (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO *apud* SANTOS, 2014, p. 130).

Na primeira oportunidade que dispunham para distanciarem-se dos missionários, muitos nativos, abdicavam da catequese e dos preceitos estoicos ensinados nos centros missioneiros. Os catequizadores caracterizavam esse padrão de inconstância comportamental, como traço cultural nativo indelével. Longe dos religiosos, passava a compreensão de que se tratava de autêntica manifestação do atavismo a suas tradições culturais e religiosas, associado à consequente resistência à colonização e ao processo civilizatório[23].

> Sobre a fuga de cinco casais de sua missão de São Gonçalo do Salitre para a Fazenda de Sargento, de propriedade da Casa da Torre, [Frei Ângelo de Santo Alberto, religioso do Carmo] diz ter conseguido apreender um dos fugitivos (...) Os casais, provavelmente, fugiram da missão por não concordar com os trabalhos exigidos deles na condição de aldeados e foram procurar melhores condições de vida em outras paragens, na companhia de pessoas de confiança e amigos com quem podiam contar, como na oportunidade do resgate, mas o religioso não concordava em ver seu rebanho minguar, por isso as reclamações. (VIEIRA FILHO, 2006, p. 75).

Apregoa-se, ainda hoje, pela tradição oral conservada entre os vaqueiros da Fazenda Tatauí, em Sobradinho – BA, que indígenas aldeados na Missão de São Gonzalo do Salitre e de Nossa Senhora das Grotas, na Passagem do Juazeiro, realizavam frequentes visitas a suas famílias. No seio delas, nos boqueirões, grotas e/ou morros residuais, adjunto aos brejos

[23] "Exigia-se do índio imediata renúncia a todos os seus hábitos, tendências e costumes nativos, e ainda respeito às leis e uma religião que ele desconhecia." (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 248 *apud* ARRAES, 2012, p. 93).

que no Século XVIII vinculavam-se à Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, caçavam, cultivavam pequenas caiçaras e realizavam rituais de sua tradição milenar. Por certo, não era diferente o proceder dos grupos familiares que ocupavam as outras feições de relevo da unidade administrativa daquela interiorana Igreja setecentista.

> Ali, sem a presença física e simbólica de autoridades e instituições coloniais, realizavam um sem-número de práticas consideradas pelos luso-brasileiros como evidências de vadiagem, superstição e selvageria, pois em tudo se distanciavam das ideias de trabalho sistemático, produção mercantil, sociedade civil e civilidade cristã que a política indigenista vigente tentava impor aos grupos indígenas. No entanto, mais que um lugar anticolonial, como pareciam compreender a alguns colonos, esses sítios e roças eram lugares que, embora subvertessem temporariamente a ordem daquela sociedade, serviam também para o seu fortalecimento à medida que permitiam a construção de novos laços de sociabilidade entre vários sujeitos, a formação de uma cultura mestiça enraizada em vários códigos, signos e linguagens e a produção dos limites de tolerância do próprio sistema de dominação vigente. (CANCELA, 2012, p. 237).

Fato é que os indígenas de Sento Sé, diferentemente do que se dizia ocorrer no Sul e Sudeste do Brasil, sobreviveram à hecatombe do extermínio físico e cultural. Nos séculos XVII e XVIII, eles tiveram participação ativa na construção da história do Submédio São Francisco.

> Apesar de fundamentada em algumas verdades, a crônica da destruição e do despovoamento já não é mais aceitável para explicar a trajetória dos povos indígenas nestas terras. O que se omite com tal abordagem são as múltiplas experiências de elaboração e reformulação de identidades que se apresentaram como respostas criativas às pesadas situações historicamente novas de contato, contágio e subordinação. O caminho ainda é longo e bastante incerto; mas vários

> antropólogos e historiadores já vêm dando passos na direção certa. (FAUSTO; MONTEIRO, 2007, p. 61).

Objetiva-se, assim, com este trabalho de pesquisa, levantar informações históricas e dados arqueológicos, para resgatar atributos da identidade indígena de parcela significativa da população sertaneja que preserva genomas e traços culturais dos indígenas da região semiárida em que se insere o Médio e o Submédio São Francisco. Quer-se destruir imagens estereotipadas, para ajudar na construção de uma ponte entre a história etnocida e o passado desconhecido do indígena brasileiro.

Para concretizar o objetivo proposto, buscaram-se, nos livros eclesiásticos e cartoriais da região semiárida do Nordeste, informações que contribuíssem para o resgate de atributos da sua identidade indígena sertaneja. Para destruir imagens estereotipadas e visões destorcidas da historiografia oficial, mostram-se, por isso, fragmentos de documentos que comprovam como se deu a prática do etnocídio ideológico e, paradoxalmente, a resiliência com a consequente sobrevivência física e cultural do indígena Sentocé.

No primeiro livro eclesiástico da Freguesia de Sento Sé, Arcebispado da Bahia (1752-1783), há registros de que, na segunda metade do Século XVIII havia indígenas de nações conhecidas. Há referências da nação Caimbé cujas tribos ocupavam o Sítio do Brejo Novo, nas Serras do Assuruhá, território do atual Município de Gentio do Ouro – BA. Havia, também, indígenas da nação Guegué, Guegoá ou Guega. Estes viviam como escravos, na Fazenda das Carnaíbas, em Xique-Xique. A maioria deles, porém, não tinha mais nação definida. Constituía-se de caboclos genéricos. Há registros desses indígenas no Sítio São Pedro e na fazenda de Utinga.

2 A OCUPAÇÃO PORTUGUESA

No final do Século XVI, ocorriam frequentes incursões de aventureiros portugueses, interessados em implantar arraiais ou povoações no Sertão das Jacobinas, sobretudo no Vale do Rio Salitre onde se dizia existirem jazidas de ouro, diamante, prata e pedras raras e/ou semipreciosas como a ametista[24]. As principais entradas quinhentistas, em busca dessas riquezas minerais, foram as de Romão Gramacho, Gabriel Soares de Souza e Belchior Dias Moreia, o Muribeca[25].

> É provável que Belchior Moreia seja o primeiro bandeirante a penetrar nessa região. Organizou uma entrada que longamente percorreu o sertão durante oito anos, lá pelo final do século XVI. Sua demora foi tamanha, a ponto de supor sua família que ele houvesse perecido nos grotões do interior cobiçado.
>
> Belchior Moreia revelou ter encontrado fabulosas minas de prata, entretanto, afirmou que só revelaria a sua localização caso tivesse a garantia das promessas de privilégios pelo Governo-geral. Como seus requerimentos não foram atendidos pelas autoridades, morreu sem revelar a sua devida posição. O que despertou nas sucessivas gerações o interesse pela célebre "lenda sobre as minas de prata". (BLOG AMBIENTAL CAMPO FORMOSO, 2013).

---

[24] "A colonização do sertão foi o 'início de um intenso processo de expansão territorial, com bandeiras cortando o sertão em todas as direções, em busca de escravo e ouro'." (PILETTI, 1996, p. 66 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 56).

[25] "Por volta de 1593, [Muribeca] iniciou sua jornada para as serras e caatingas, partindo das margens do rio Real, onde possuía fazendas de criação de gado. Seu roteiro focalizou as serras da Jacobina e Pedra Furada. Pelo rio São Francisco alcançou a vertente da chapada da Diamantina, ausentando-se por oito anos dos centros urbanos litorâneos. Somente em 1601, o Muribeca, julgado morto pelos seus familiares e conhecidos, retornou à Bahia com amostras minerais." (BANDEIRA, 2000, p. 125 *apud* ARRAES, 2012, p. 46).

Frustradas as primeiras investidas em busca de pedras preciosas, mudou-se o foco dos interesses dos colonizadores. O sertão nordestino ficou isolado ou pouco comunicável por mais de cem anos. Isso ocorreu grandemente em função dos mitos criados pelos primeiros catequizadores sobre feras, indígenas bravios e grupos antropofágicos, bem como, por conta da falta de interesse da Coroa lusa em povoar o Semiárido. (ARRAES, 2012, p. 100).

> Mesmo com a efetivação da política colonizadora, através da centralização do poder exercida pela figura do governador geral, esta região continuou sendo espaço de isolamento, desconhecimento e dúvidas. A miragem do ouro e da prata não firmou o povoamento do lugar, consequentemente, não fixou o homem ao chão. A mineração do sertão foi uma economia frustrada. (ARRAES, 2012, p. 50).

A interromper a monotonia do desinteresse pelo sertão nordestino, em 1646, Garcia d'Ávila II e seu tio, o Padre Antônio Pereira, requereram à Coroa Portuguesa, a doação oficial de "uma terra sita no Rio de São Francisco, na parte onde chamam as aldeias do Rodelas". (FONSECA, 1996, p. 25). Com o consentimento de um destemido guerreiro nativo, por conta e risco deles próprios, desde 1641, os membros da Casa da Torre já estavam a ocupá-las, com a criação extensiva de gado *vacum*, equídeos, asininos e miunça animália ungulada[26]. Argumentavam, então, que já haviam despendido mais de dois mil cruzados na educação dos grupos indígenas e na implantação de fazendas, em terras que eles tacitamente

[26] "O gado adentrou facilmente através dos leitos e dos vales dos rios, resultando em lutas entre os indígenas e os adventícios na construção de um novo espaço para a colonização, as *ribeiras*, ricas em vegetações propícias à sua alimentação, principalmente espécies coriáceas presentes nos descampados. Igualmente, as áreas de salinas e barreiros de sal, os lambedouros, auxiliaram na escolha do modelo empreendido pelos portugueses." (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2022, p. 203).

reconheciam e/ou admitiam não lhes pertencer de fato e por direito. Sabiam que, de fato elas pertenciam aos grupos indígenas[27] e, por direito, à Coroa Portuguesa.

> Embora anote, aqui, o ano de 1646 referindo-se à conquista, o que se deu nesse ano não foi ainda isso, porém, conforme escreve documentalmente em História da Casa da Torre, o descobrimento das aldeias dos índios Rodela ("o rio São Francisco lá em cima no sertão, onde chamam aldeias de Rodelas", que são muitas", diz a transcrição do papel, adiante). A conquista do chamado Sertão de Rodelas que, segundo outros autores alcançava o Piauí e, subindo o rio São Francisco chegava ao rio Carinhanha, viria depois, sendo seu promotor Francisco Dias d'Ávila, o segundo desse nome, e custaria muito sangue indígena. Aliás, não foi nesse ano de 1646 senão o requerimento da sesmaria, eis que estando as terras já então "povoadas de gados", como aí se anotou, seu descobrimento se dera anteriormente. Recebendo em 1641, o título de capitão de ordenança, esse segundo Garcia, percorria, a partir de então, os caminhos sertanejos, a seu lado o tio Padre que, no ano seguinte, casá-lo-ia com sua irmã Leonor. Pouco antes, em 1639, um moço indígena que se fez célebre com o nome de Índio Rodelas, capitaneava duas centenas de seus irmãos, na luta contra o invasor holandês. Não se sabe se Garcia d'Ávila, que, segundo Pedro Calmon, também esteve nesse campo de luta, o conheceu pessoalmente. Não há registro de que seu período de campanha coincidisse com o do índio. Entre 1639 e 1641, só são dois anos, e não é impossível o encontro dos dois chefes guerreiros, cada qual no comando de um troço militar. Sabia,

[27] "Devido à necessidade de proteína animal, as tribos indígenas que habitavam a região restringiram-se, principalmente, ao vale do Rio São Francisco e às margens dos grandes confluentes onde podiam pescar, pois desses povos nem todos os grupos eram horticultores. (...) Na Bahia, os maiores tributários do São Francisco, historicamente associados a tribos indígenas, são o Paramirim, o Rio Grande "do Sul", o Verde Pequeno, o Jacaré, o Salitre, o Riacho do Rio Comprido, e o Curuçá [ou Curaçá]." (HOHENTHAL, 1960, p. 37).

> sem dúvida, de seus feitos heroicos e teria informações sobre suas terras no Rio São Francisco. E ávido por terras como era, mais que os antepassados, disso trataria, amigavelmente, quando do descobrimento das aldeias do Rodelas. Aliás, está escrito em Serafim Leite, que o índio Rodelas "matara 80 holandeses, favorecendo um português que se lhe acolheu para o sertão". (FONSECA, 1996, p. 24 *apud* KESTERING, 2020 a, p. 155-156).

Nos primeiros tempos, isto é, na década de 1640, à sombra da liderança e fama que Francisco Pereira Rodelas conquistara na guerra contra os holandeses da Companhia das Índias Ocidentais, ocorreu, assim, a ocupação portuguesa do Vale do Rio São Francisco. Deu-se ela por força de entendimentos que se fizeram entre os representantes da Casa da Torre e os líderes indígenas locais. Nessas negociações, pelo artifício do bombardeio ideológico e proselitismo paternalista, aos nativos parecia terem participação ativa nas negociações que, sob seu ponto de vista, estava a trazer-lhes benefícios[28].

> Dizem o Capitão Garcia d'Ávila e o Padre Antônio Pereira que eles têm descoberto o Rio de São Francisco lá em cima no sertão, onde chamam aldeias de Rodelas, a qual terra descobriram eles suplicantes com muitos trabalhos que passaram de fomes e sedes, por ser todo aquele sertão falto de águas e mantimentos, abrindo novos caminhos por paragens onde nunca os houve e com muito risco de suas vidas e dispêndio de muita fazenda, resgates que deram ao gentio para o poder obrigar ao conhecimento e povoação das ditas terras em que despenderam mais de dois mil cruzados de fazendas e roupas com todas aquelas aldeias, que são

[28] "Foi fraco, entretanto, perceber-se, no sertão, o curso do sangue negro. Porque do pastoreio cuidaram o índio domesticado, o mestiço filho do homem branco com a índia abroquelados no vazio dos sertões distantes e ermos, exilados do mundo agitado, distanciados da censura, pelos longos parênteses afogueados dos horizontes vazios e silenciosos." (BOAVENTURA, 1989, p. 76 *apud* VIEIRA FILHO, 2006, p. 38).

> muitas, e por meio das ditas dádivas os ditos índios como naturais e senhores das ditas terras, lhas entregaram e, como tais, as povoaram de gado. (FONSECA, 1996, p. 25 *apud* KESTERING, 2020a, p. 156).

Somente no dia 22 de abril de 1651, cinco anos depois de requerem-se as terras e dez anos de sua efetiva ocupação, o Governador Geral João Rodrigues de Vasconcelos e Souza concedeu a sesmaria solicitada. Estendia-se ela, da Cachoeira de Paulo Afonso, a leste, ao Rio Salitre, a oeste; do Rio São Francisco, ao norte, ao Rio Real, ao sul[29]. (Fig. 1).

> (...) hei por bem, e lhes faço em seu Real nome dar de sesmaria a terra que contém a sobredita Carta, que dela lhes havia passado, que é toda terra que se achar desde a primeira cachoeira, que o Rio São Francisco faz, por ele acima até ultrapassar a última aldeia dos Cariri guaçus, com as ilhas, pontas, enseadas, pastos, matos e água, que a dita terra em si tiver, e da dita cachoeira para baixo até entestar com terras que estejam povoadas, e para a banda do sul, que é o limite da Capitania de Sergipe Del Rei toda a terra, que se achar até entestar com o termo desta da Bahia pelo termo que a divide no sertão, (...) dar em nome de Sua Majestade as terras nela contidas ao Capitão Garcia d'Ávila e ao Padre Antônio Pereira pelos respeitos acima declarados. Para Vossa Excelência ver.

[29] "Quanto aos índios Rodelas, é certo que estes acolheram bem os descobridores e isso está perfeitamente entendido no requerimento de sesmaria transcrito no capítulo III: 'despenderam mais de dois mil cruzados de fazendas e roupas com todas aquelas aldeias'. (...) Quer dizer, com pequenas dádivas 'compraram' as terras e a boa vontade dos legítimos senhores e tudo a partir daí, correu tão bem, que os Rodelas estiveram presentes às guerras de matança da raça, ao lado do conquistador, mais de uma vez. Simples e ingênuos, deviam estar boquiabertos com a presença vistosa, encavalada e armada a fogo, da nova gente. A partir disso, pode-se dizer pacífica a convivência, ainda que na base do engodo. E também é justo dizer-se que a população indígena rodeleira conviveu desde os primeiros tempos com a população branco/mestiça em termos de explorado e explorador." (FONSECA, 1996, p. 61).

(ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA, 1651 *apud* FONSECA, 1996, p. 26-27).

Figura 1 – Sesmaria concedida a Garcia d'Ávila II e Pe. Antônio Pereira



Fonte: Google Earth (2020 *apud* Kestering, 2020a, p. 158),

Face à boa receptividade que, no Século XVI, tiveram os desbravadores em busca de minerais e, no Século XVII, os colonizadores da Casa da Torre, à ocupação de terras para criação de gado, mais do que em outras regiões do país, no Submédio São Francisco, gestou-se uma população essencialmente mestiça. Preservaram-se, destarte, muitos traços fisionômicos, bem como incontáveis e incontestáveis atributos culturais dos grupos autóctones que viviam nas ilhas e margens do caudal que se consagrou como Rio dos Currais.

> Além de trabalhos que exigiam força física, os nativos serviram de guias para os caçadores de pedras e metais preciosos, supostamente localizados nos sertões. As veredas desenvolvidas pelos autóctones foram fundamentais para o conhecimento, povoamento e posse do território. Depois de

> familiarizados com os catecúmenos, os portugueses viam, portanto, uma ótima oportunidade para usar seu poder como mecanismo de subjugação. (ARRAES, 2012, p. 52).

Para catequisar os indígenas e capacitá-los às atividades da mineração, do garimpo e da vaqueirama, junto à foz do Rio Salitre, 70 Km a nordeste da Aldeia Sentocé, em 1655, implantou-se a **Missão de São Gonçalo**. (OLIVEIRA, 2012).

> As missões 'foram criadas para facilitar o trabalho de conversão e, ao mesmo tempo, cooperar com o processo de colonização, através do fornecimento de mão de obra e pacificação dos nativos'. Nesse sentido, o critério para a escolha da aldeia, para sediar uma missão, era decidido pela que melhor correspondesse à expectativa de conversão. (CUNHA, 2013, p. 28; SILVA, 2003 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 55).

Somente em 1671, aproximadamente cem anos depois das primeiras entradas portuguesas ao Sertão das Jacobinas, Bento Surrel descobriu jazidas de salitre naquele vale de águas salobras. Junto ao Rio Pacuí, o principal de seus tributários, próximo à Serra dos Montes Altos, 70 km a sudeste da Aldeia Sentocé, a Coroa Portuguesa implantou, então, a Oficina Nossa Senhora da Encarnação[30]. Nela, com mão de obra escrava, prioritariamente indígena, explorava-se e beneficiava-se aquele precioso e cobiçado minério[31]. (Fig. 2 e 3).

---

[30] "O projeto das oficinas contava com uma casa grande para tina e caldeiras onde se havia de separar o sal; um armazém para recolhê-lo depois de purificado, casas para o feitor ou almoxarife e alojamento para os índios e escravos, além de quartel para soldados em caso de sublevação indígena. As oficinas construídas no crepúsculo dos seiscentos tiveram pouco sucesso, frustrando o empreendimento extrativista, mas foram vantajosas em definir [os] sertões antes considerados incógnitos. (PUNTONI, 2002, p. 32 *apud* ARRAES, 2018, p. 4)

[31] Conforme carta de Luiz César de Menezes, escrita e enviada aos missionários dos indígenas Payayá, catequisados na Missão do Sahy, em 12 de março de 1706. (FREITAS; SILVA, 1996, p. 42-43).

Figura 2 – A mão de obra era escrava, prioritariamente indígena



Fonte: Faustino (2024)

> Escravizaram-se os índios para trabalharem em minas de extração de salitre, situadas na região de Pacuí e apossaram-se das riquezas naturais e das melhores terras dos índios. (...) A mão de obra utilizada para a extração e transporte do salitre era de indígenas como os grupos Paiaiá, Sapoiá, Secaquerinhem e Cacherinhem, aldeados por missionários em espaços reduzidos e definidos. Os pagamentos desse serviço nem sempre eram realizados e havia muitas denúncias de abusos, agravando as tensões entre os índios e os colonos. Vale ressaltar que os indígenas viviam misturados com outros grupos étnicos e expostos a doenças, conflitos e maus tratos. O salitre era transportado em lombo de burros para o porto da Bahia e de lá seguia para Portugal. Desse minério extraía-se a pólvora utilizada na indústria da guerra. (BLOG AMBIENTAL CAMPO FORMOSO, 2013).

Figura 3 – Aldeia Sentocé, Pacuí e Missão de São Gonçalo



Fonte: Google Earth (2023), adaptada pelo autor

Sem o inicial consentimento e orientação, seguida pela escravização dos grupos indígenas locais, a exploração do salitre e a colonização pecuarista do Vale do Rio São Francisco teria sido muito difícil, inviável ou, até mesmo, impraticável, pois eles eram os práticos do sertão. (ARRAES, 2018, p. 4). Assim, infere-se que, ao alcançarem seus objetivos de efetiva conquista, na segunda metade de Século XVII, os portugueses já conheciam bem a Aldeia Sentocé, aos pés da Serra do Mulungu, na confluência do Riacho homônimo com o portentoso fluxo das cristalinas águas devotadas ao humilde Santo de Assis. (Fig. 4 e 5).

Figura 4 – Aldeia Sentocé, junto à Serra do Mulungu



Fonte: Google Earth (2023), adaptada pelo autor

Figura 5 – Aldeia Sentocé, junto à Serra do Mulungu



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2023)

Ainda no final daquela centúria, pela grande quantidade de animais que se criava, D. João de Lencastre promoveu a construção de uma estrada que unia Salvador da Bahia a São Luiz do Maranhão, com passagem por Juazeiro, a apenas 70 km de distância, à jusante da Aldeia Sentocé. Por esse passadouro, as boiadas das capitanias de São José do Piauí e do Maranhão transpunham o Rio São Francisco em direção à Feira do Capuame[32], situada no litoral da Bahia, ao norte da cidade de Salvador[33]. (Fig. 6).

> O roteiro da estrada real do gado, realizado em mais de três meses de viagem, tinha início, como era de se esperar, na capital da colônia – a cidade de Salvador. Deste centro, os bois eram levados à feira de Capuame (hoje cidade de Camaçari - BA); partindo desta localidade, as reses eram tangidas sentido noroeste alcançando o povoado de Água Fria e, logo em seguida, o pouso de Jeremoabo. Após o descanso, o gado rumava para o rio São Francisco ou para a vila da Jacobina. Se optassem pelo "velho Chico" cruzava-o na passagem do

[32] "Em Capuame, distante oito léguas de Salvador, o fazendeiro Francisco Dias d'Ávila, em 1618, organizou a primeira feira de gado no sistema da pecuária que ascendia naqueles tempos para o interior do Nordeste." (MOREIRA, 1992, p. 186 *apud* ARRAES, 2012, p. 138).

[33] Para essa feira também se transportava o gado criado nas fazendas que havia no território atualmente faz parte de Sento Sé.

> Juazeiro (área que envolve as atuais Juazeiro - BA e Petrolina – PE). Chegavam ao território do atual estado do Piauí, caminhando pelas margens do rio Canindé. Aportavam na freguesia de Nossa Senhora da Vitória, atual Oeiras (PI), onde novamente eram comercializadas. Logo em seguida, cruzavam o rio Parnaíba, cujo pouso para alimentação era acometido na freguesia de São Bento dos Pastos Bons. A rota, de Pastos Bons, seguia às margens do rio Itapicuru, eixo fluvial navegável do Maranhão, de onde avistavam as Aldeias Altas (hoje Caxias - MA), alcançando através do rio Itapicuru, o porto de São Luís. (ARRAES, 2012, p. 103).

Figura 6 – Estrada Real do Gado, planejada no final do Século XVII



Fonte: Arraes (2012, p. 104), adaptado pelo autor

Em 1659, agregou-se nova sesmaria ao patrimônio da Família d'Ávila. A ela vinculava-se a Barra do Riacho Mulungu onde se sediava a Aldeia Sentocé. O Padre Antônio Pereira, tio de Garcia d'Ávila, recebeu aquele latifúndio que tinha o Rio Salitre como referência[34]. Ele se estendia 20 léguas (120 km) rio acima, até a foz do Rio Bazuá, provavelmente, próximo à atual sede do município, relocada em 1977, quando se construiu a Barragem de Sobradinho. (Fig. 7). Como nas outras sesmarias do Semiárido, nela se criou muito gado que se vendia em Feira de Santana e no Mercado de Capuame[35].

> Em 1659, o Padre Antônio Pereira obtém sua sesmaria de 20 léguas ao Sul do S. Francisco, a começar no Rio Salitre, que se constitui como o ponto de partida das 20 léguas, dez para um lado e dez para o outro. Carta de 2 de janeiro de 1659, 20 léguas pelo Rio de São Francisco acima no sertão, da parte do sul, toda a terra da barra do Rio Salitre no lugar onde se mete o Rio São Francisco, que se tomará como peão, descendo pelo Rio de São Francisco abaixo até encontrar com a dada que lhe deu o capitão-mor Baltazar de Queiroz, que o concessionário tem povoado, e da barra do Salitre 20 léguas de terra pelo mesmo Rio de São Francisco acima, rumo direito ressalvando pontas, enseadas e ilhas que houver para cima e para baixo, mas do Rio de São Francisco para o lado do sul, a largura que

[34] "As terras doadas ao Padre Antônio Pereira já estavam efetivamente ocupadas por um seu escravo, também chamado Antônio, e há muito tempo radicado no sertão, provavelmente na própria região, pois conhecia a localização e a língua dos grupos nativos, além de saber os caminhos por onde transitar e formas mais adequadas de sobrevivência nas matas sertanejas. (VIEIRA FILHO, 2006, p. 48).

[35] "(...) há fazendas, a quem pertencem tantos currais, que chegam a ter seis mil, oito mil, dez mil, quinze mil, e mais de vinte mil cabeças de gado; donde se tiram cada ano muitas boiadas, conforme os tempos são mais ou menos favoráveis à parição, e multiplicação do mesmo gado, e aos pastos, assim nos sítios como também nos caminhos." (ANTONIL, 1837, p. 200 *apud* OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2022, p. 208).

> houver na jurisdição desta capitania, até entestar com a Bahia rumo de leste a oeste, que divide uma da outra da nascença do Rio Real, para o sertão com outro ponto de comprimento acima e abaixo quando tiver pelo Rio de São Francisco inclusive dentro desta dada, a nascença do Rio Itapicuru, e as serras de Eigipe-Iba e Jacobina com as mesmas que ficaram dentro desta dada, com todos os seus logradouros. (FREIRE, 1906, p. 29-30 *apud* FONSECA, 1996, p. 134).

Figura 7 – Sesmaria concedida ao Padre Antônio Pereira, em 1659



Fonte: Google Earth (2023), adaptada pelo autor

Para administrar, de perto, suas propriedades, os membros da Casa da Torre fundaram a Vila Imperial na então Aldeia Sentocé. (Fig. 8). Na oportunidade, dizia-se que os índios da região estavam em número reduzido e quase sem recursos, devido à incessante escravidão a que eram submetidos, desde 1543, quando a expedição de Duarte Coelho subira o Rio São Francisco. Devido ao grande número de fazendas existentes, o Rio São Francisco ficou então conhecido como Rio dos Currais.

Diz-se, pela história oral, que o primeiro contato pessoal entre portugueses e os indígenas Amoipirá ocorreu por acaso. Garcia d'Ávila II teria encontrado enfermo seu chefe. Cuidou dele e conseguiu curá-lo da enfermidade. Desse contato teria nascido uma amizade longa e, sob seu ponto de vista, proveitosa para ambos. Há versões que diferem desse relato nos detalhes, mas

preservam a essência dos fragmentos que se alojam nas conexões neurais do povo Sentocé.

Figura 8 – Casa Imperial edificada pela Casa da Torre, em Centocé



Fonte: Coelho (2009 *apud* Kestering, 2014, p. 13)

> (...) numa noite como aquela, naquele mesmo local, homens como os que ali se encontravam, mantiveram-se em vigília na casa-grande, esperando os índios que, já tendo vindo por duas vezes de sua aldeia, para atacar a sede da Feitoria de São José da Barra, voltariam naquela noite, como os boréis estavam anunciando no escampo das trevas. E como os boréis avisaram, a indiada veio. A luta foi cruenta, crua, com os guerreiros de ambos os lados combatendo como feras, mas os portugueses e mamelucos, que defendiam a Feitoria, tinham a sorte a seu lado, e a prova é que, no fragor do combate, o cacique atacante, ao tentar transpor uma paliçada, meteu o pé numa armadilha, caindo prisioneiro. Com o aprisionamento do chefe, os assaltantes debandaram-se, acossados pelos reinóis e mamelucos até dentro de sua aldeia, que foi incendiada para, em seu lugar surgir, mais tarde, uma nova Feitoria.
>
> A fazenda instalada sobre os restos fumegantes da aldeia destruída, embora registrada com outro nome, ficou sendo

conhecida simplesmente por Aldeia, denominação que conserva até hoje.

O cacique aprisionado, como era costume, foi feito escravo dos que o tinham preado, sendo posto a trabalhar na Feitoria. O seu nome era Centocé. Jovem ainda e muito hábil, não demorou a familiarizar-se com os reinóis e mamelucos, adaptando-se a seus hábitos, aprendendo suas técnicas, a ponto de se tornar um elemento útil e estimado. Além dos serviços que prestava no amanho da terra e na criação do gado. Ajudava a pacificar as aldeias circunvizinhas, não tardando a que, graças a seu gênio político e suas inatas qualidades de diplomata, toda a vasta faixa de terra que compreendia a Feitoria entrasse a viver em paz com os índios das redondezas.

Cessado o perigo do ataque da indiada, o velho sesmeiro achou que tinha chegado o momento de ir buscar sua família para o sertão. Lá, um dia ele viaja para o litoral e, depois de longos meses de espera, regressou ao vale, trazendo a mulher e os filhos. Entre eles, vinha uma bela moça branca, de longas tranças e vestidos longos, que desde o primeiro instante encheu-se de amor pelo jovem índio que, já então, ocupava um lugar de destaque na administração da feitoria.

Em princípio, a família se opôs ao romance, mas o par enamorado acabou vencendo a oposição dos parentes. E, cinco anos depois de haver caído escravo dos senhores da feitoria de São José da Barra, o cacique Centocé se casava com a filha mais velha de seu antigo amo. Havendo sua jovem esposa recebido como dote a sede da Feitoria e as terras circunjacentes, o caboclo reconquistou pelo casamento o que lhe tinha sido tomado pela força, voltando a reinar sobre a terra de seus maiores. Do casamento do sabido chefe índio com a filha do desbravador português nasceram os Nunes que, juntando aos velhos nomes portugueses o apelido de Amoipirá, do cacique, herdaram as terras e a fama do caboclo que se fez chefe branco.

Com o passar dos séculos, a fazenda de Centocé virou, sucessivamente, Arraial, Freguesia, Vila Imperial e Município. (LINS, 2014 *apud* BORGES, 2017).

Para integrar os nativos à sociedade curraleira, em 1672, alguns missionários capuchinhos franceses, entre os quais o Frei Francisco Domfront, construíram uma igreja na Ilha da Missão, então ocupada pelos nativos Araxá. Aqueles autóctones haviam sido "evangelizados por Frei Anastácio Audierne, primeiro sacerdote a pisar [naquelas] margens e ilhas do Rio São Francisco, em data anterior a 1670." [36] (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2023).

> Em 1670, certo fazendeiro português, Antônio de Oliveira, procurando pastagens para o seu gado, encontrou uma tribo de índios. Com intuito de não perder as suas manadas, nem a terra para a implantação dos currais, após ter oferecido medíocres presentes aos nativos, foi *incontinente a Pernambuco, à procura de algum missionário, que quisesse estabelecer-se entre esses índios, para melhor proteção do gado que lhe pertencia.* (NANTES, 1704 *apud* ARRAES, 2012, p. 52).

Na oportunidade, elegeu-se Nossa Senhora de Belém, como padroeira daquele templo que se edificou, a 300 km de distância, em linha reta, à jusante da Aldeia Centocé e 230 km, corredeiras abaixo, da Missão de São Gonçalo do Salitre[37]. Por essa mesma época, na segunda metade do Século XVII, fundaram-se várias aldeias missioneiras no Submédio São

[36] Por trás do discurso doutrinário escondia-se um discurso guerreiro, isto é, o sistema ao qual as missões religiosas se inseriam era estruturalmente agressivo diante dos indígenas. O discurso evangelizador não conseguiu escapar à agressividade. A terminologia da evangelização passou a ser justificativa de opressão e escravização. (HONAERDT, 2008, p. 26 *apud* ARRAES, 2012, p. 52).

[37] "Em 1792, durante uma grande cheia, a igreja de Nossa Senhora de Belém foi destruída, restando apenas os seus alicerces como marco inicial da história do município [de Belém do São Francisco]." (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2023).

Francisco[38]. Destacam-se: São Gonçalo do Salitre e Nossa Senhora das Grotas, em Juazeiro - BA[39]; Nossa Senhora dos Remédios, na Ilha do Pontal, em Lagoa Grande – PE[40]; Nossa Senhora do Pilar, na Ilha Coripó, Nossa Senhora da Piedade, na Ilha de Inhanhum, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Várzea, na Ilha de Pambu, em Santa Maria da Boa Vista - PE; Santo Antônio, na Ilha de Arapuá (Santa Maria)[41],

[38] "Frei Martinho de Nantes, missionário capuchinho que, mais de uma vez, cumpriu a jornada entre 1672 e 1683 pelo Submédio São Francisco, indica três pontos por onde passava, para visitar os aldeamentos dessa região do São Francisco, sendo estes: a aldeia de Canabrava, hoje Pombal, em águas do Itapicuru, Jeremoabo, em águas do Vaza-barris, e uma passagem no rio São Francisco, abaixo das ilhas Pambu e Aracapá, (pela indicação faz referência ser a Ilha de Santa Maria por estar localizada abaixo da Ilha de Aracapá)." (COSTA, 1983, p. 40 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 62).

[39] Em 1694, 90 km à jusante da Aldeia de Sento Sé, o Arcebispo Dom João Franco de Oliveira implantou uma missão de franciscanos na Passagem de Juazeiro. Em 1706, aldearam-se nela indígenas do povo Tamoquim, também conhecido como Tamanquim ou Tamaquiú, e membros da nação Massacará. Em 1710, construiu-se nela a primeira capela cuja padroeira até os dias atuais é Nossa Senhora das Grotas. "Ainda em 1706, um índio vaqueiro encontrou nas grotas do Rio São Francisco a imagem de uma Santa, entregou-a aos franciscanos que disseram ser a imagem de Nossa Senhora e, pelo fato de ter sido encontrada em uma grota, foi batizada com o título de Nossa Senhora das Grotas." (FERREIRA, 2014).

[40] "Na ilha do Pontal, os capuchos edificaram, provavelmente no princípio dos Setecentos, uma ermida sob a invocação de Nossa Senhora dos Remédios, marco espacial arquitetônico daquele aldeamento. A planta encerra o programa mínimo de uma capela: nave central, capela mor, sacristia e coro. A sacristia, anexa ao altar mor, funde simplicidade e carência econômica do habitante indígena da ilha. A transição entre nave central e capela mor é feita por um arco cruzeiro. O retábulo é singelo, elaborado por mão-de-obra nativa. Sustentado sob vigas de madeira, o coro é acessível por uma escada de inclinação mui acentuada, locada no lado da epístola. Alvenaria mista de pedra e tijolo compuseram os materiais que estruturam o templo, coberto com telha canal, apoiada em tesoura tipo canga-de-porco." (FUNDARPE, 1985. p. 215 – 216 *apud* ARRAES, 2012, p. 229).

[41] "A vila da Ilha de Santa Maria ou antiga Arapuá foi criada pelo ouvidor da Comarca das Alagoas, Manoel de Gouveia Alvares; as aldeias existentes

São Francisco, na Ilha de Aracapá e São Félix[42], na ilha homônima ou do Cavalo, em Orocó - PE; Nossa Senhora de Belém, na Ilha de Araxá (das Missões), em Belém do São Francisco - PE; Nova de São Francisco do Brejo, na Ribeira do Pajeú e Nossa Senhora do Ó, na Ilha de Dzorobabé[43], em Itacuruba - PE.[44] (ANAIS DE PERNAMBUCO, 1983 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 58 e 61; Qd. 1; Fig. 9 a 17).

---

nessa vila ou agregadas eram: Coripó, Inhanhum, São Felix, Aracapá, Araripe e Pontal. Todas essas aldeias somavam aproximadamente 668 almas, isso em 1761." (MEDEIROS, 2007 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 62).

[42] "É provável que a igreja da missão da ilha de São Félix [que ainda se conserva] tenha sido construída após 1707 porque sua implantação cumpre os rigores estabelecidos pelas *Constituiçõens Primeyras do Arcebispado da Bahia,* redigidas em 1707 e publicadas em 1719. Murillo Marx demonstrou que este código eclesiástico estava atento *à uniformidade e clareza dos ritos necessários à Contra-reforma definidos pelo Concilio de Trento (...) e que – unida a Igreja aos estados nacionais que se formavam na Europa, como no reino português – passavam a representar normas aceitas pelo poder temporal e também oficiais*." (MARX, 1991, p. 20 *apud* ARRAES, 2012, p. 182).

[43] "Sorobeba, Zorobabé ou Sorobabel foi uma missão criada na ilha do mesmo nome, território da atual cidade de Itacuruba – PE. Em 1696, existia na ilha um aldeamento com capela edificada pelos missionários auxiliados por índios *encurralados.* O orago da redução foi Nossa Senhora do Ó, e os padres gestores foram João Guincel e Antônio Ferreira. No mesmo ano, devido à peleja estimulada pela Casa da Torre, os jesuítas foram expulsos de suas missões no rio São Francisco. A autoridade de suas aldeias trasladou para os capuchos de Santo Antônio, os franciscanos. Dessa vez, os mentores da expulsão foram as *Senhoras da Torre,* Catarina Fogaça e Leonor Pereira Marinho" (LEITE, 1940, p. 299 e 303; BARBOSA, 1991; BANDEIRA, 2000, p. 205 *apud* ARRAES, 2012, p. 201).

[44] "Frei Martinho de Nantes, missionário capuchinho que, mais de uma vez, cumpriu a jornada entre 1672 e 1683 pelo Submédio São Francisco, indica três pontos por onde passava, para visitar os aldeamentos dessa região do São Francisco, sendo estes: a aldeia de Canabrava, hoje Pombal, em águas do Itapicuru, Jeremoabo, em águas do Vaza-barris, e uma passagem no Rio São Francisco, abaixo das ilhas Pambu e Aracapá, (pela indicação faz

Quadro 1 - Missões implantadas na segunda Metade do Século XVII

Nº	Missão	Distância de Sento Sé[45]
1	São Gonçalo do Salitre	070 km
2	Nossa Senhora das Grotas	093 km
3	Nossa Senhora dos Remédios	140 km
4	Nossa Senhora do Pilar	185 km
5	Nossa Senhora da Piedade	202 km
6	Nossa Senhora da Conceição	202 km
7	Nossa Senhora da Várzea	202 km
8	Santo Antônio	215 km
9	São Francisco	220 km
10	São Félix	220 km
11	Nossa Senhora de Belém	274 km
12	Nova de São Francisco do Brejo	297 km
13	Nossa Senhora do Ó	297 km

Fonte: Oliveira (2016, p. 58), adaptada pelo autor.

Figura 9 – Missões implantadas na segunda Metade do Século XVII



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

referência ser a Ilha de Santa Maria, por estar localizada abaixo da Ilha de Aracapá).” (COSTA, 1983 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 62).

[45] Distância aproximada, em linha reta, da Aldeia Centocé, junto à foz do Riacho Mulungu.

Figura 10 – Nossa Senhora das Grotas



Fonte: TV Caatinga (2019)

Figura 11 – Imagem de Nossa Senhora das Grotas



Fonte: TV Caatinga (2019)

Figura 12 – Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, na Ilha do Pontal



Fonte: FUNDARPE *apud* ARRAES, 2012, p. 230)

Figura 13 – Planta Baixa da Igreja Nossa Senhora dos Remédios



Fonte: FUNDARPE *apud* ARRAES, 2012, p. 230)

Figura 14 – Ruínas da Missão de Santo Antônio, na Ilha de Arapuá



Fonte: Oliveira (2016, p. 80), adaptada pelo autor

Figura 15 – Igreja de São Félix, na Ilha São Félix, em Orocó – PE



Fonte: FUNDARPE *apud* ARRAES, 2012, p. 183)

Figura 16 – Igreja de São Félix, na Ilha do Cavalo, em Orocó - PE



Fonte: Oliveira (2016, p. 71)

Figura 17 – Planta Baixa da Igreja de São Félix



Fonte: FUNDARPE *apud* Arraes (2012, p. 181), adaptada pelo autor

> Por volta de 1672, já existiam currais, sedes de fazendas e capelas desde a foz do rio São Francisco até por volta de 120 léguas a dentro. Na primeira "Relação" do frade capuchinho Martinho de Nantes, embora os sertões tivessem adquirido uma imagem sublime de "solidões vastas e assustadoras", foram situadas ermidas nas missões de Rodelas, Uracapá [ou Aracapá] e Aramurus, assim como a da povoação de Pambu, administrada por um capelão sustentado pelos moradores da região. Além disso, os portugueses e negros escravos se deslocavam para celebrarem os dias santos nos lugares pios das aldeias, "trazendo guitarras e violões para a solenidade e que cantam muitos motes, e dão tiros de fuzil para maior demonstração de alegria." (NANTES, 1706, p. 16 e 35 *apud* ARRAES, 2018, p. 2).

Em 1719, construiu-se uma capela que, em 1752, elevou-se a Freguesia, com o nome de São José da Barra de Sento Sé[46]. Subordinava-se ela ao Arcebispado da Bahia. Seu primeiro vigário foi o Padre Domingos Álvares de Sousa, coadjuvado pelos reverendos clérigos Manoel do Rosário, Antônio Luís da Conceição e Manoel Rodrigues de Almeida. Sucederam-no, no gerenciamento da paróquia, os padres Luís Alves de Miranda e (...) Santa Clara.

> Logo abaixo das dioceses temos o patamar ocupado pelas freguesias, *território submetido à jurisdição espiritual de um padre que também exerce a administração civil.* Cabia ao

[46] "As primeiras freguesias do Nordeste, como é fácil de se supor, foram estabelecidas no litoral, como justificativa à política colonizadora: proteção dos domínios do Novo Mundo e facilidade de escoamento do açúcar ao continente europeu. Até 1640 nenhuma paróquia foi criada no *hinterland* nordestino. (...) Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó, situada às margens do rio São Francisco, foi a primeira paróquia do interior da capitania de Pernambuco. Erigida por volta de 1675 (não encontramos nas fontes primárias e secundárias precisão da data), abrangia um termo com mais de quatrocentas léguas de Norte, Oeste e Sul. Os párocos desobrigavam seus fregueses esporadicamente. A distribuição dos sacramentos e coleta dos dízimos eclesiásticos ocorriam a cada ano ou a cada dois anos." (ARRAES, 2012, p. 236).

> bispo, na maioria dos casos, elevar uma ermida em freguesia. Entretanto, outras foram criadas pelo poder régio, como aconteceu no sertão piauiense e cearense, durante o governo de Dom José I. Subordinadas à igreja matriz, ou paróquia, estavam as capelas colativas e as curadas.
> Elevada uma ermida ao status de freguesia significava a ascensão de uma região isolada ao acesso garantido e necessário da assistência religiosa. Firmação de direitos do arraial diante da Igreja e do Estado. Não se tratava apenas do acesso ao batismo, matrimônio, comunhão, aos sacramentos de fato. Tornavam acessíveis os registros de batismo, matrimônio e óbito, documentos oficiais, com todas as implicações jurídicas e sociais da época. A recém inaugurada igreja matriz recebia seus limites, seu território de ações eclesiástica e temporal. Fronteiras frágeis, às vezes com pouca definição, em detrimento dos verdadeiros focos do governo colonial brasileiro. (...)
> Freguesias interioranas [fundadas no Século XVII]: Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó, em 1675 (?); Santo Antônio da Jacobina Velha, em 1682; Santo Antônio da Jacobina, em 1693; Nossa Senhora da Vitória [do Piauí], em 1697 e São Francisco da Barra do Rio Grande, em 1698. (FRIDMAN, 2008; MARX, 1991, p. 19; ENCICLOPÉDIA MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1947 *apud* ARRAES, 2012, p. 235 e 238).

Para amenizar os conflitos entre os recém-chegados colonizadores portugueses e os colonizados, majoritariamente nativos, os reverendos padres Domingos de Sousa, Luís Alves e Santa Clara administravam-na com a cruz de Cristo que, devotamente, eles próprios e seus coadjutores ostentavam no seio da igreja matriz e das capelas a ela subordinadas. Do adro daqueles modestos templos, ao transbordo das fronteiras da freguesia, eram as espadas e os mosquetes manuseados por obductas mãos de ferro de exímios capitães, capachos da coroa lusitana que, como mechas de algodão a evitar fraturas em delicados cristais, disciplinavam os fiéis nativos em processo civilizatório. Sob a provável tutela e segura

orientação da Junta das Missões, a normatizar as estratégias missioneiras e/ou paroquiais, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, os padres e os comandantes eram, assim, os pilares a sustentar o sistema curraleiro e promover a harmonia na sociedade escravista da região média e submedial do Vale do Rio São Francisco[47]. Em ação conjunta, a um só e mesmo tempo, padronizava-se o comportamento nativo nas missões implantadas na região e promovia-se a invisibilidade dos indígenas, no vasto torrão Sento Sé que a ela se vinculava[48]. Na

[47] "O Rei Felipe IV de Castilha (estando então Portugal sob o domínio espanhol), em Carta Régia de 15 de maio de 1636, designou o chefe índio Potiguar, conhecido como Dom António Felipe Camarão, "Capitão-mor governador dos índios", em Pernambuco, cargo que este homem ocupou até sua morte em 1648. Felipe Camarão foi assim distinguido pelo rei em paga de valiosos serviços prestados na luta contra os invasores holandeses, quando levantou e comandou índios leais ao lado tios lusitanos. Seguiu-se uma série de Capitães-mores, todos eles índios (aparentemente da mesma linhagem), e cada qual comandante de um regimento de infantaria nativo, ou terço, até que o cargo foi abolido por Carta Régia de 12 de janeiro de 1733, sendo dada como razão o fato de que o último Capitão-mor "prejudicou os interesses do Rei" e foi preso. Daí por diante cada aldeia devia ser controlada por um cacique, ou capitão próprio, "como antes", e por um missionário ali colocado." (PEREIRA DA COSTA, 1951 *apud* HOHENTHAL JR, 1960, p. 40).

[48] "Depois que os invasores batavos foram expulsos de Pernambuco, os portugueses resolveram reorganizar a administração das tribos locais, até então mal cuidadas. Isto se tornara necessário não só para obter maior eficiência, mas também porque muitos índios pernambucanos, que lutaram ao lado do invasor flamengo, haviam abraçado a religião protestante. Além do mais, todas as missões existentes sofreram grandemente com a invasão holandesa, sendo muitas delas abandonadas pelos índios, alguns dos quais gostavam tanto dos holandeses que foram levados para serem educados na Holanda. (...) O resultado foi a Junta das Missões, estabelecida por Carta Régia em 7 de março de 1681. (...) A função da Junta das Missões era orientar a eficiente administração de todas as aldeias indígenas sob jurisdição governamental, e a sua divisão entre as várias ordens religiosas encarregadas de catequizá-las. (...) É difícil dizer quando a Junta das Missões foi abolida, e se na verdade o foi. De qualquer maneira, ficou claro que esta instituição foi eventualmente substituída pela Diretoria Geral dos índios (em Pernambuco

Freguesia de São José, com sede na Barra do Riacho Mulungu, bem como nas freguesias mais próximas do entorno, pela eficiência no exercício de seus préstimos cívico-religiosos, destacaram-se os capitães: Manoel Pereira da Silva[49], Caetano Moreira Freire[50], Caetano Rodrigues da Rocha[51]; José da Rocha Medrado[52]; Antônio Antunes Freiria[53]; Veríssimo Caetano Felisbel[54]; Alexandre Pereira de Melo[55], Manoel Nunes Alves[56]; João Álvares Bessa[57]; Salvador Correia[58]; Manoel Pereira Machado[59]; Inácio Gomes Lima[60]; Diogo da Guerra; (...) Antônio Campos[61] e José Guedes[62].

Em 1755, as atenções portuguesas voltaram-se, novamente ao Vale do Rio Salitre, em busca de minérios. Wenceslau Pereira da Silva enviou, então, Manoel Dias Mascarenhas para identificar, explorar jazidas e implantar oficinas de beneficiamento na Passagem do Sargento e em Abreus. Elas sediaram-se junto à Serra dos Montes Altos, do Negro ou do Mulato, a 74 e 75 km de distância da sede da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, respectivamente. (Fig. 18).

---

pelo menos), a qual foi criada pelo Decreto Imperial nº 426, de 24 de julho de 1846." (PEREIRA DA COSTA, 1951 *apud* HOHENTHAL JR, 1960, p. 39-40).

49 BATSSÉ, 1752, p. 1, nº 2.

50 BATSSÉ, 1738, p. 13, nº 71.

51 BATSSÉ, 1754, p. 15, nº 80.

52 BATSSÉ, 1757, p. 48, nº 300.

53 BATSSÉ, 1757, p. 48, nº 300; 1769, p. 154, nº 715; 1774, p. 215, nº 1073.

54 BATSSÉ, 1761, p. 51, nº 309.

55 BATSSÉ, 1768, p. 122, nº 572.

56 BATSSÉ, 1769, p. 128, nº 604.

57 BATSSÉ, 1770, p. 157, nº 725; 1770, p. 157, nº 726; 1773, p. 209, nº 1038.

58 BATSSÉ, 1754, p. 20, nº 105.

59 BATSSÉ, 1764, p. 90, nº 448; 1769, p. 154, nº 713; 1770, p. 152, nº 707; 1773, p. 208, nº 1032; 1773, p. 208, nº 33; 1773, p. 209, nº 1038.

60 BATSSÉ, 1783, p. 366, nº 1851.

61 BATSSÉ, 1782, p. 347, nº 1732

62 BATSSÉ, 1777, p. 246, nº 1213.

Figura 18 – Sento Sé, Sargento e Abreus



Fonte: Google Earth (2023), adaptado pelo autor

> Uma rica documentação manuscrita e cartográfica descreve os processos de obtenção do sal e o reconhecimento das possíveis áreas de extração. No mapa intitulado Serra dos Montes Altos, desenhado pelo provedor do regimento, além de localizar cerca de 10 minas, foram traçados caminhos, conectando o litoral baiano [Porto de São Félix] aos sertões do Rio São Francisco e uma rede de fazendas que articulavam os moradores com a vizinhança ou às terras mais distantes. Mascarenhas redigiu um relato primoroso, relacionando a paisagem e o território a objetivos utilitaristas. Além disso, ele discriminou as oficinas de extração do salitre situando-as precisamente sobre a ribeira do Salitre, auxiliando-nos a pensar sobre as maneiras de ocupação e formação da paisagem daquela parte da Bahia. Com efeito, a primeira oficina chamava-se Sargento, erguida nas terras do sargento-mor João dos Reis Santos; a segunda, era a dos Abreus (...) (ANTT, mç. 599, nº. 47 *apud* ARRAES, 2018, p. 4).

3 FAMÍLIAS DE SENTO SÉ

A história dos indígenas do território Sento Sé, produzida e escrita pela historiografia oficial dos colonizadores, relegou-os ao degredo compulsório, à invisibilidade e ao silêncio. Em fragmentos da tradição oral e nas entrelinhas de documentos primários, quais são as certidões de batismo, encontram-se, porém, o sentido e o espírito de um enredo que, pela Arqueologia e Antropologia, resgatam-se, restauram-se e/ou recuperam-se, para evidenciar a identidade do **Povo Sentocé**.

> Por muito tempo os povos indígenas não tinham visibilidade nos trabalhos vinculados à História do Brasil, a não ser, como parte da ordem colonial. Ou melhor, não se dava destaque enquanto sujeitos atuantes e decisivos diante das imposições dos projetos coloniais dos colonizadores. Portanto, para a historiografia tradicional, os indígenas "na condição de escravos ou submetidos, aculturavam-se, deixavam de ser índios e desapareciam de nossa história" (ALMEIDA, 2010, *apud* APOLIÁRIO, 2011).

Comparada com outras áreas das capitanias hereditárias do Brasil, a criação da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé foi extremamente tardia. O Conselho Ultramarino justificava o retardamento desse ato administrativo, pela grande dispersão da população local e por sua incapacidade de assumir cargos oficiais, civis e/ou religiosos. Assim, durante o Século XVII, no Médio/Submédio do São Francisco e nascente do Itapicuru, instituíram-se apenas as extensas freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Cabrobó (em data incógnita), Santo Antônio das Jacobinas (1682)[63] e São Francisco das Chagas do Rio

[63] "Até 1682, o Sertão de Jacobina se tornou muito povoado para os parâmetros da época, diante disso as autoridades religiosas perceberam que a região se consistia em uma área estratégica para desdobrar-se em Freguesias. Então, em 1682, o povoado que surgiu no mesmo espaço em que

Grande do Sul (1697)[64]. No amanhecer do Século XVIII, fundaram-se as paróquias de Nossa Senhora do Ó, Santo Antônio do Pambu e Santo Antônio do Urubu.

> Não se sabe ao certo a data de criação da paróquia de Cabrobó, todavia sua precisa localização e a dimensão de seu território – "400 léguas cortado de vários rios" – são pistas fundamentais para se compreender a urbanização encerrada nos sertões das capitanias da Bahia, Pernambuco e Piauí. Em 1697, Cabrobó fora fracionada em duas novas paróquias, uma delas fundada no conjunto de freguesias sanfranciscanas – São Francisco [das Chagas] da Barra do Rio Grande do Sul. Tal povoação exercerá importante papel nas futuras conexões comerciais com as Minas Gerais, haja vista a sua proximidade com a capitania mineira. Atuaria como "sentinela" dos caminhos que margeavam o São Francisco, já que por ali comumente era contrabandeado o ouro em pó das lavras. (...) O Arcebispado da Bahia e o Bispado de Pernambuco, sob a batuta real, fundaram quatro novas freguesias em seu vale: Nossa Senhora do Ó, do Porto da Folha (1714); Santo Antônio do Pambu (1714); Santo Antônio do Urubu de Cima (1718) e

foi fundada a missão de São Francisco Xavier, que se situava nos arredores de onde é hoje a cidade de Campo Formoso, foi elevada à categoria de freguesia, pelo decreto do 1º arcebispo da Bahia, D. Gaspar Barata de Mendonça, recebendo então o nome de Freguesia Velha de Santo Antônio da Jacobina." (BLOG AMBIENTAL CAMPO FORMOSO, 2013).

64 "No fim do século XVII, o governador Dom João de Lencastro ordenou que se criasse um arraial de índios mansos na parte superior do Rio São Francisco, que seria uma barreira contra as constantes depredações dos Acoroá e Mocoá. Dessa missão, entregue aos padres franciscanos, originou-se a cidade de Barra, na confluência do Rio Grande e do Rio São Francisco. Em 1741, recebeu a denominação de Nossa Senhora da Conceição e mais tarde passou a ser conhecida como Aricobé, por causa do nome dos índios mansos que a habitavam e que falavam a língua geral. Em 1853, esses índios ainda habitavam a missão de Aricobé." (COSTA, 1951, p. 80; INFORMAÇÃO GERAL DE PERNAMBUCO, 1908, p. 419-422, *apud* KESTERING, 2012, p. 8).

> Santo Antônio do Urubu de Baixo (1718). (ENNES, 1938, p. 353; REIS FILHO, 2000, p. 71 *apud* ARRAES, 2013, p. 61-62).

Somente em 1719, mais de 200 anos depois da ocupação portuguesa do litoral pindorâmico, construiu-se uma capela devotada a São José, junto à foz do Riacho Mulungu, na margem direita do Rio São Francisco. Em 1752, reconheceu-se a ela, como sede da unidade administrativa interiorana da base católica apostólica romana, vinculada à grande Arquidiocese de São Salvador da Bahia[65]. (Fig. 19 e 20).

Figura 19 – Igreja matriz de São José da Barra de Sento Sé



Fonte: Borges (2017)

[65] "Pela Bula ***"Super specula militantis ecclesiae",*** do Papa Júlio III, no dia 25 de fevereiro de 1551, criou-se a Diocese de São Salvador da Bahia. Seu primeiro bispo foi Pero Fernandes Sardinha (1552-1556). Pela Bula ***"Inter Pastoralis Officii Curas",*** do Papa Inocêncio XI, em 22 de novembro de 1676, elevou-se a Arquidiocese. Seu primeiro arcebispo foi Dom Gaspar Barata de Mendonça (1677-1682)." (CÂMARA, 2010).

Figura 20 – A velha cidade de Sento Sé



Fonte: Amaral; Santos (2021)

> Entre 1750 e 1777, recorte temporal que coincide com o reinado de D. José I e o apoio direto do conde de Oeiras (futuro marquês de Pombal), verificamos um salto numérico de novas freguesias formalizadas ao longo do rio São Francisco. Até onde sabemos, foram oito, no total, implantadas nas bandas baiana e pernambucana: São José da Barra do Sento Sé (1752); Santo Antônio do Pilão Arcado (1755); Nossa Senhora da Saúde de Tacaratu (1761); Nossa Senhora da Assunção (1761); Santa Maria (1761); São João Batista, do Sertão do Rodelas (1761); Nossa Senhora da Conceição, do Porto Real (1763) e Nossa Senhora das Grotas, do Juazeiro (1766). (ARRAES, 2013, p. 62-63).

3.1 Origens

No primeiro livro de registro de batismos da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé (BATSSÉ, 1752-1783), identifica-se a origem familiar das pessoas (inocentes e adultas) a quem se

ministrava o sacramento de ingresso na Igreja Católica Apostólica Romana[66]. Pelo assentamento do nome completo (prenome e sobrenome), com clarividente discernimento, nele prestigiavam-se os pais e padrinhos de ancestralidade portuguesa. Por oportuno, lembra-se que, no Século XVIII, Sento Sé estava ainda a receber imigrantes lusitanos. Entre os recém-chegados identificaram-se registros de: Manoel Machado[67], Antônio Dias[68], Manoel Ferreira Landim[69], João da Costa[70], Capitão Caetano Moreira Freire[71], Capitão Antônio Pereira Lima[72], Antônio Porto[73], José Pinto[74], Antônio José de Sousa[75], Luís Antunes da (...)[76], José da Cunha Valverde[77], Gonçalo Pires[78], Antônio Ferreira[79], João Batista Velasco[80], João Carvalho da Cunha[81], João da Silva de Almeida[82], Júlio da

[66] De 1752 batismos, 1594 (90,98%), celebraram-se na matriz ou em capelas da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé; 61 (3,48%), na matriz ou em capelas da Freguesia de Santo Antônio do Pilão Arcado; 64 (3,65%), na matriz ou em capelas da Freguesia de São Francisco das Chagas, do Rio Grande do Sul; 32 (1,83%), na matriz ou em capelas da Freguesia de Santo Antônio da Jacobina e 1 (0,06%), na matriz ou em capela da Freguesia de São José dos Currais Novos, na Paraíba.

[67] BATSSÉ, 1752, p. 2, nº 10.
[68] BATSSÉ, 1752, p. 4, nº 19.
[69] BATSSÉ, 1753, p. 8, nº 47.
[70] BATSSÉ, 1753, p. 9, nº 51.
[71] BATSSÉ, 1738, p. 13, nº 71.
[72] BATSSÉ, 1742, p. 14, nº 73.
[73] BATSSÉ, 1754, p. 16, nº 83.
[74] BATSSÉ, 1754, p. 18, nº 94.
[75] BATSSÉ, 1754, p. 21, nº 110.
[76] BATSSÉ, 1761, p. 49, nº 303.
[77] BATSSÉ, 1761, p. 56, nº 332.
[78] BATSSÉ, 1761, p. 47, nº 295; 1761, p. 57, nº 336.
[79] BATSSÉ, 1763, p. 75, nº 393.
[80] BATSSÉ, 1749, p. 77, nº 397.
[81] BATSSÉ, 1763, p. 79, nº 402.
[82] BATSSÉ, 1763, p. 84, nº 424; 1767, p. 104, nº 508; 1771, p. 180-181, nº 874.

Silva[83], Manoel (...)[84], Luís Caetano de Santiago[85], João da Silva[86], João da Rocha[87], José Ferreira Campos[88], Francisco Gonçalves Machado[89], Antônio Martins dos Santos[90], Capitão Alexandre Pereira de Melo[91], João Ferreira[92], Francisco da Silva[93], Domingos Alves Pereira[94], Diogo da Guerra[95], Manoel Afonso[96] e Félix Pedro Homem[97].

Pelas buscas que se fizeram no bendito livro de registros, chegou-se à informação de terem antepassados lusitanos muitos pais incógnitos[98], bem como, os varões e as mulheres que se assinalavam como membros das parentelas: Abrantes, Albino, Álvares, Alves, Amaral ou de Amaral, Amaro, Antunes, Apolinário, Azevedo, Barbosa, Barreto, Barros ou de Barros, Bastos ou de Bastos, Batista, Bento, Bessa, Bezerra,

---

83 BATSSÉ, 1764, p. 87, nº 435.
84 BATSSÉ, 1764, p. 91, nº 452.
85 BATSSÉ, 1764, p. 93. nº 465.
86 BATSSÉ, 1765, p. 97, nº 479.
87 BATSSÉ, 1766, p. 97, nº 482.
88 BATSSÉ, 1767, p. 106nº 515.
89 BATSSÉ, 1767, p. 108, nº 522.
90 BATSSÉ, 1767, p. 111, nº 533.
91 BATSSÉ, 1768, p. 119, nº 560.
92 BATSSÉ, 1769, p. 127, nº 596; 1771, p. 171, nº 828.
93 BATSSÉ, 1769, p. 132, nº 624.
94 BATSSÉ, 1770, p. 149, nº 693; 1770, p. 150, nº 697.
95 BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 977.
96 BATSSÉ, 1773, p. 206, nº 1023.
97 BATSSÉ, 1779, p. 297, nº 1459; 1779, p. 298, nº 1463.

98 "As relações entre os colonizadores e os nativos ocorriam de três formas distintas. Na primeira, os lusos se envolviam com as mulheres da terra, motivados por aventuras corriqueiras e passageiras, sem estabelecer qualquer tipo de compromisso. Em segundo lugar, construíam uniões estáveis (vivendo a semelhança do matrimônio cristão, porém sem a benção da Igreja). E por último, o mais grave aos olhos da Companhia [de Jesus], seriam os amancebamentos, frutos de ataques portugueses às tribos gentílicas. Em tais ataques os portugueses raptavam as mulheres e as escravizavam." (LIMA, 2011, p. 2224).

Bittencourt, Borges ou de Borges, Botelho, Braga, Brás, Broco, Cabral, Caetano, Campos, Cardoso, Carmo ou do Carmo, Carneiro, Carvalho ou de Carvalho, Castro ou de Castro, Cavalcante, Coelho, Colares, Conceição ou da Conceição, Correia, Costa ou da Costa, Coutinho, Couto, Covas, Custódia, da Cruz, da Cunha, da Encarnação, da Fonseca, da Gama, da Guerra, da Graça, da Luz, da Mota, da Paixão, da Piedade, da Purificação, da Rocha, da Rosa, Silva ou da Silva, da Vila, das Brotas, das Chagas, das Dores, das Virgens, de Abreu, de Aguiar, de Almeida, de Amorim, de Andrade, de Aragão, de Araújo, de Assunção, de Borja, de Brito, de Caldas, de Fraga, de Freitas, de Jesus, Delgado, de Magalhães, de Mattos, de Medeiros, de Medrado, de Melo, de Morais, de Novais, de Oliveira, de Prado, de Sá, de Santiago, de Sena, de Sepúlveda, de Sousa, de Torres, Dias, do Espírito Santo, do Nascimento, do Rosário, do Sacramento, do Vale, dos Humildes, dos Santos, Espíndola, Farias ou de Farias, Faustina, Felisbel, Félix, Fernandes, Ferreira, Florência, Franca, França, Freire, Freitas, Furtado, Gabino, Garcia, Gaspar, Gomes, Gonçalves, Guedes, Jerônimo, Leal, Leite, Lemos, Lima ou de Lima, Lobo, Lopes, Machado, Maia, Marques, Martins, Médici, Medrado, Mega, Meira, Meireles, Mendes, Menezes, Mergulhão, Mesquita, Miranda ou de Miranda, Moreira, Moura ou de Moura, Neves ou das Neves, Nogueira, Nunes, Pacheco, Paiva, Pedrosa, Peixoto, Peregrino, Pereira, Peres, Pestana, Pimenta, Pinto, Pires, Poderoso, Porto, Prata, Queiroz, Rabelo, Ramos, Rego, Reis ou dos Reis, Ribeiro, Rios, Rodrigues, Rolim, Romana, Romão, Roriz, Rosa, Salina, Santos, Sardinha, Sarmento, Sarrão, Sepúlveda, Serafim, Serne, Serqueira, Serra, Setúbal, Simão, Simões, Soares, Sobral, Souto Maior, Tavares, Teixeira, Torrão, Torres, Urbana, Vargas, Vasconcelos, Ventura, Vernes, Viana, Vicente, Vidal, Vieira, Vogado e Xavier.

Inferia-se ter ancestralidade nativa quem assumia vincular-se aos povos autóctones ou, na condição de escravizado,

registrava-se somente com o prenome[99]. Apesar de o Decreto pombalino de 1757 ter-se estendido a todo solo brasileiro em 1758, é certo que, na Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, até o final do Século XVIII, continuou-se a registrar a maioria dos pais e padrinhos indígenas, com o prenome apenas. Além do mais, os pais e as mães, padrinhos e madrinhas autóctones, cujos filhos e/ou afilhados se batizaram no período em questão, haviam nascido em data anterior àquele ato administrativo pombalino. Fato é que se omitia, sem pejo, acintosa e grotescamente, o registro de seu vínculo familiar, étnico ou de parentela[100]. Havia casos, porém, em que se registravam com sobrenomes, normalmente vinculados aos de seus patrões. Quando isso acontecia, enfatizava-se sua condição de **escravo** ou **forro**.

> O Diretório tinha como objetivo principal a completa integração dos índios à sociedade portuguesa, buscando não apenas o fim das discriminações sobre estes, mas a extinção das diferenças entre índios e brancos. Dessa forma, projetava um futuro no qual não seria possível distinguir uns dos outros, seja em termos físicos, por meio da miscigenação biológica, seja em termos comportamentais, por intermédio de uma série de dispositivos de homogeneização cultural **[tornar invisíveis]**. Como um dos elementos viabilizadores deste futuro, em que não seria possível distinguir brancos de índios, o Diretório enfatizava a necessidade da realização de casamentos mistos, assim como ordenava que os filhos

[99] "A escravização de índios estava proibida desde 1570, por Ordem Régia de D. Sebastião. Apesar de sucessivas reedições, os indígenas continuaram a ser escravizados, na região de Jacobina, [vizinha à Freguesia de São José da Barra de Sento Sé] até o Século XIX, quando encontrei cartas de liberdade de escravizados 'tapuias'." (VIEIRA FILHO, 2006, p. 51).

[100] "Estas medidas foram sistematizadas no Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão enquanto sua majestade não mandar o contrário, publicado em 3 de maio de 1757 e transformado em lei por meio do alvará de 17 de agosto de 1758." (GARCIA, 2007, p. 24).

> gerados nestas uniões fossem considerados mais capacitados que os colonos brancos, para ocupar cargos administrativos nas antigas aldeias indígenas, transformadas em vilas e lugares portugueses. Proibia, por outro lado, o hábito bastante disseminado de se chamarem os índios de "negros da terra" ou simplesmente "negros". Este hábito, por sua vez, exemplifica o lugar social ao qual eram remetidos os índios, ao associá-los com a cor dos escravos africanos e seus descendentes. Os instrumentos para a extinção destas diferenças são mais claros em alguns parágrafos do Diretório, embora perpassem todo o documento. Neste artigo, destaco a imposição do uso obrigatório do idioma português, que deveria ser viabilizado por intermédio das escolas fundadas para educar os índios. No Diretório há um parágrafo dedicado especificamente ao tema, no qual a imposição da autoridade do colonizador aparece como derivada da implantação do seu idioma às populações "conquistadas". Neste parágrafo, foram desenvolvidas e articuladas três principais ideias sobre o tema. Primeiramente, a percepção de acordo com a qual o uso do idioma nativo estava relacionado aos costumes tribais, em que um reforçava o outro. Em segundo, que a adoção do idioma civilizado redundaria na civilização dos costumes. Em terceiro, que a imposição da "língua do príncipe" acarretaria a sujeição dos povos conquistados. (GARCIA, 2007, p. 24-25).

Por serem absolutamente minoritários nas freguesias do Semiárido, os pais e padrinhos de procedência africana registravam-se, com evidente destaque ao atributo identitário de **crioulo ou mulato**. Para comprovar a condição de escravidão, prestígio ou desprestígio social, acrescentavam-se os termos qualificativos **forro** ou **de Angola**.

> Os primeiros povoadores do vale do São Francisco, cruzando com as nativas, numa época em que o elemento negro ainda não estava nas cogitações dos colonizadores lusos, criaram às margens do grande rio uma raça de mestiços fortes. Mesmo depois de iniciado o tráfico de negros para o Brasil, continuou sendo raro, no São Francisco, o elemento africano, mais utilizado nos engenhos do litoral e nas fazendas do Sul. A

> utilização generalizada do escravo negro encontraria as primeiras feitorias do São Francisco entregues a portugueses e mamelucos sem recursos para comprar os cativos de procedência africana - daí o braço negro ter chegado lá com muito atraso e em proporções irrelevantes. Servindo de caminho para os homens de Garcia d' Ávila, Francisco Caldas e Antônio Guedes de Brito, o São Francisco, durante os primeiros séculos da devastação, foi o cadinho em que se fez a experiência racial que enriqueceu a nossa paisagem humana com o cabra-vaqueiro, exemplar magnífico de uma "raça de curibocas puros, quase sem mescla de sangue africano, sem dúvida o tipo mais rico em características pessoais entre os vários grupos raciais que vieram a surgir no Brasil. O sertanejo sanfranciscano, com sua pele brônzea, seus olhos oblíquos, é o mais autêntico representante dos primeiros cruzamentos na terra recém-descoberta. É ele o mais velho exemplar humano no concerto das raças e sub-raças que povoam o país. (LINS, 1959, p. 23).

Por oportuno, lembra-se que os filhos de pais lusitanos (reconhecidos e/ou incógnitos), com indígenas (de etnia declarada ou não), nasciam mestiços, isto é, sem direito a herança qualquer, que fosse pela evidência ou explicitação do vínculo com a ancestralidade indígena ou linhagem portuguesa[101]. Assim, na invisibilidade imposta pelo sistema colonialista, os indígenas dos povos Acoroá, Amoipirá, Bazuá, Caimbé, Crinquirim, Guegué, Massacará, Mocoá, Okrém, Tamoquim, Tupiná, Tupinambá (gentio da Costa), Urucé e

[101] "As relações estabelecidas entre os colonizadores e as mulheres da terra, de acordo com Monteiro (1994), não teriam sido motivadas pelos anseios sexuais que a nudez gentílica despertava, mas sim por uma estratégia desenvolvida pelos colonos. Tudo indica, segundo o autor, que esta seria uma maneira de os portugueses, através dos relacionamentos com as índias, se infiltrarem no interior das aldeias e desse modo agir para persuadir os membros da tribo, em favor de seus interesses econômicos. Isto significava que se aproximavam das nativas para conseguirem explorar a mão-de-obra dos membros da aldeia, os quais escravizavam." (LIMA, 2011, p. 2225).

outros, como marcador de memória, ainda hoje repetem o emblemático discurso: não me reconhecem como nativo, é verdade. Enfatizo, contudo, que "**minha bisavó era índia. Foi pega no mato, a dente de cachorro**". Perpetua-se, assim, em perene memória, a visceral brutalidade dos colonizadores quando, encastelados nas estruturas missioneiras e curraleiras, impuseram **aos indígenas Sentocé** a escravidão e a consequente **invisibilidade compulsória**.

> As terras do sertão da Bahia e do rio São Francisco, por serem mais próximas, já tinham sido dadas em sesmarias ou se tratava disso, por cobiçarem-nas muitos, e os senhores delas dissimulavam o equívoco de suporem que, com elas **se tornavam também senhores da liberdade dos homens [e das mulheres] que as habitavam** (grifo nosso). (SERAFIM LEITE, 1945, p. 278 *apud* ARRAES, 2012, p. 194).

Assim, foi-se em busca de evidências que comprovassem a sobrevivência física e cultural do indígena Sentocé e, concomitantemente, mostrassem ao mundo que o propalado discurso do genocídio dos grupos originários do território Sento Sé, orquestrado pela Igreja e pela Coroa portuguesa foi puramente ideológico. No universo de 1752 registros de batismo, viu-se que 1623 (92,64%) nomes de pais estavam legíveis e 129 (7,36%), ilegíveis [102] . Nos que estavam decifráveis, identificaram-se 1559 (96,06%) sobrenomes de linhagem portuguesa; 59 (3,64%), indígenas e apenas cinco (0,3%), de origem africana. (Qd. 2; Fig. 21).

Quadro 2 – Origem dos pais dos batizados

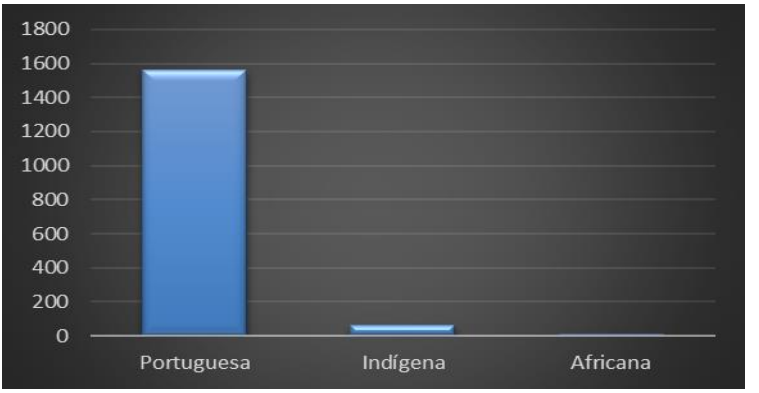
Ano	Ilegível	Português	Ignoto	Índio	Sem sobrenome	Africano	Total
1723	--	01	--	--	--	--	01

[102] Infinita gratidão ao memorável D. José Rodrigues de Souza, bispo da Diocese de Juazeiro, que, junto à Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, promoveu a restauração do primeiro Livro de Registro de Batismos da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé. Dele se extraiu a maior parte das informações desta publicação.

1734	--	02	--	--	--	--	02
1736	--	01	--	--	--	--	01
1738	--	01	--	--	--	--	01
1740	--	01	--	--	--	--	01
1742	--	01	--	--	--	--	01
1745	--	01	--	--	--	--	01
1746	--	01	--	--	--	--	01
1749	--	01	--	--	--	--	01
1750	--	--	01	--	--	--	01
1751	--	--	01	--	--	--	01
1752	11	13	11	--	01	--	36
1753	06	15	12	01	02	--	36
1754	07	14	14	01	03	--	39
1755	01	01	01	--	01	--	04
1756	03	06	01	--	--	--	10
1757	09	14	14	--	01	--	38
1758	04	03	02	--	--	--	09
1759	--	05	02	--	--	--	07
1760	--	11	07	--	1	--	19
1761	03	34	18	--	04	--	59
1762	01	23	15	--	02	--	41
1763	02	13	17	01	--	--	33
1764	--	29	19	--	02	--	50
1765	--	07	02	--	--	--	09
1766	01	17	04	--	01	--	23
1767	02	22	21	--	--	01	46
1768	01	31	14	--	01	--	47
1769	08	41	26	--	03	01	79
1770	16	32	33	01	--	--	82
1771	04	42	31	02	--	--	79
1772	08	60	34	--	01	--	103
1773	01	35	23	--	--	--	59
1774	02	15	12	01	--	--	30
1775	01	32	14	01	07	01	56
1776	03	48	30	--	01	01	83
1777	05	45	39	--	03	--	92
1778	05	72	47	01	02	--	127
1779	04	47	44	--	02	--	97
1780	03	59	47	01	02	--	112
1781	02	24	19	01	01	-	47
1782	12	40	34	02	03	01	92
1783	04	47	43	--	02	--	96
Total	**129**	**907**	**652**	**13**	**46**	**05**	**1752**

Fonte: Registros de Batismo da Freguesia de Sento Sé (1723-1783)

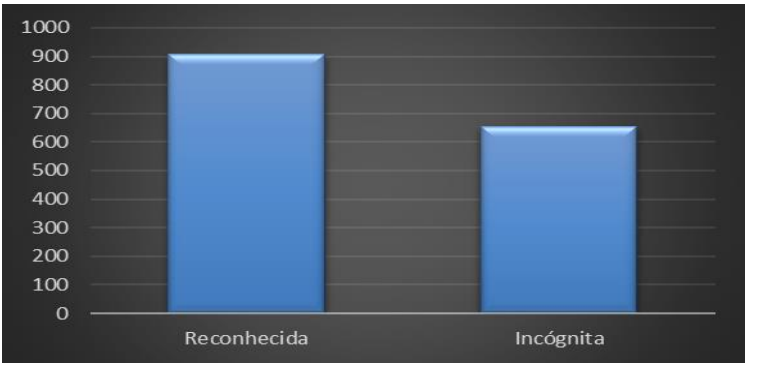
Figura 21 – Origem dos pais dos batizados



Fonte: Registros de Batismo da Freguesia de Sento Sé (1723-1783)

Dos 1559 genitores de origem portuguesa, apenas 907 (58,18%) assumiram a paternidade. 652 (41,82%) não se responsabilizaram por ela. Quem não reconhecia seus rebentos, registrava-os, peremptoriamente, como **filhos de pais incógnitos** (desconhecidos ou **invisíveis**). (Fig. 22).

Figura 22 – Paternidade dos batizados



Fonte: Registros de Batismo da Freguesia de Sento Sé (1723-1783)

> *Aos quinze de setembro do ano supra, na Capella de Santa Anna, na Ilha do Miradouro, de licença minha, batizou o Padre Ignácio Moura*

> *(...) à inocente* ***Teresa, filha de José de Barros e de sua mulher Dona Maria de Sousa Barros,*** *e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos:* ***Florêncio de Sousa*** *e sua (...)* ***Anna Soares da Motta****, de que fiz este assento que, por verdade, assinei Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1753, p. 9, nº 53).
>
> *Aos vinte de sete dias do mês de abril do ano supra, nesta Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, batizei e pus os santos óleos ao inocente* ***Vicente, filho de Pai incógnito e de Ambrósia, escrava de Francisco de Barros*** (grifo nosso). *Foram padrinhos: José Bernardo de Britto, solteiro, e Anna Maria Soares, (...) de Josefa da Rocha, todos desta freguesia de que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BFSS, 1754, p. 11, nº 63).

No mesmo universo, 1589 (90,7%) nomes das mães estavam legíveis e 163 (9,3%), irreconhecíveis. Dos 1589 decifráveis, 915 (57,58%) eram de origem portuguesa; 647 (40,72%), de raíz indígena, e 27 (1,70%), de berço africano. (Qd. 3; Fig. 23).

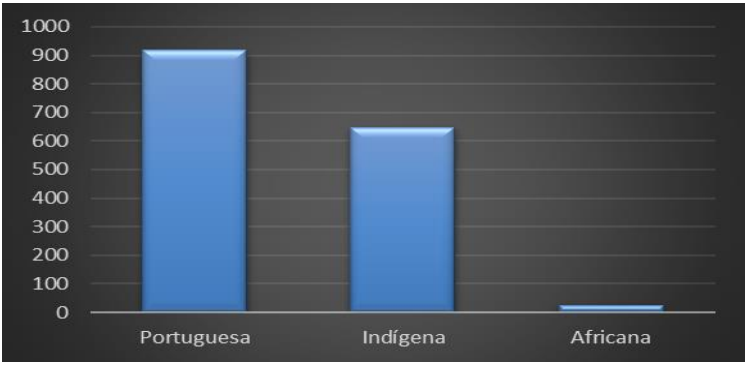
Quadro 3 – Origem das mães dos batizados

Ano	Ilegível	Portuguesa	Ignota	Índia	Sem sobrenome	Africana	Total
1723	--	01	--	--	--	--	01
1734	--	02	--	--	--	--	02
1736	--	01	--	--	--	--	01
1738	--	01	--	--	--	--	01
1740	--	01	--	--	--	--	01
1742	--	01	--	--	--	--	01
1745	--	01	--	--	--	--	01
1746	--	01	--	--	--	--	01
1749	-	01	-	-	-	-	01
1750	--	--	--	--	01	--	01
1751	--	--	--	--	01	--	01
1752	12	15	--	--	09	--	36
1753	09	14	--	01	12	--	36
1754	06	16	--	02	15	--	39
1755	--	02	--	--	02	--	04
1756	01	05	--	--	03	01	10
1757	11	12	02	--	12	01	38

1758	05	03	--	--	01	--	09
1759	--	06	--	--	01	--	07
1760	--	12	--	--	07	--	19
1761	04	39	--	--	13	03	59
1762	02	23	01	--	15	--	41
1763	--	16	--	03	13	01	33
1764	--	24	02	02	20	02	50
1765	01	07	--	--	01	--	09
1766	02	15	--	01	05	--	23
1767	04	22	--	--	19	01	46
1768	01	27	01	--	16	02	47
1769	13	39	01	03	19	04	79
1770	19	34	--	04	19	06	82
1771	05	49	02	03	17	03	79
1772	09	57	01	--	34	02	103
1773	03	27	02	--	27	--	59
1774	--	13	02	01	13	01	30
1775	01	30	02	01	22	--	56
1776	08	48	--	01	26	--	83
1777	07	41	02	01	41	--	92
1778	06	74	01	03	43	--	127
1779	03	54	--	01	39	--	97
1780	05	65	03	03	36	--	112
1781	03	24	--	02	18	--	47
1782	15	42	02	01	32	--	92
1783	08	50	03	--	35	--	96
Total	**163**	**915**	**27**	**33**	**587**	**27**	**1752**

Fonte: Registros de Batismo da Freguesia de Sento Sé (1723-1783)

Figura 23– Origem das mães dos batizados



Fonte: Acervo do autor (2023)

3.1.1 Varões de Raiz Indígena Visível

Dos 59 pais de ancestralidade indígena, 13 (22,03%) assumiram sua origem nativa e 46 (77,97%) não a revelaram. A maioria registrou-se sem vínculo indígena manifesto. (Fig. 24). Dos que se registraram como nativos, identificaram-se: gentios da costa (do tronco Tupinambá), Caimbé, Guegué, índios dispersos ou, simplesmente tapuias, sem referência ao grupo a que, genética e/ou culturalmente, se vinculavam.

Figura 24 – Identidade indígena



Fonte: Registros de Batismo da Freguesia de Sento Sé (1723-1783)

> *Aos dezessete dias do mês de junho do ano de mil setecentos e cinquenta e três, batizei e pus os santos óleos ao inocente* ***Francisco, filho de Pedro*** *(...)* ***e de sua mulher*** *(...),* ***índios dispersos*** (grifo nosso). *Foram padrinhos: José (...), casado, e (...) casada com Bonifácio (...), todos desta freguesia de que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1753, p. 7, nº 43).
>
> *Também no mesmo dia [oito de setembro de mil setecentos e cinquenta e quatro], batizei solenemente e pus os santos óleos à* ***Thereza, adulta do gentio da Costa, escrava de Salvador Pereira de Barros*** (grifo nosso). *Foram padrinhos:*

Luís Pereira, viúvo, natural da Vila de (...), e Bernardina de Sena, filha de (...), todos desta freguesia, de que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1754, p. 21, nº 112).

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de [mil setecentos e] sessenta e três, batizei solenemente e pus os santos óleos ao ***adulto Manoel do gentio da Costa, escravo de José Urbano da Silva****.* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Luís, escravo de Francisco de Barros Rego, e Teresa, escrava de Domingos Manoel Viana, todos desta freguesia de que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1763, p. 82, nº 415).

Aos (...), nesta Freguesia de São José do Sento Sé, de licença minha, o Reverendo vigário, Padre Domingos Alves, batizou solenemente ***Joana, filha legítima de Ambrósio e de sua mulher Maria, índios****, e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Domingos Barbosa da Silva e sua mulher Joanna Nunes, todos desta freguesia de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1770, p. 163, nº 749).

Aos vinte e dois dias do mês de junho de mil setecentos e setenta e um, na Capela do Senhor Bom Jesus do Bonfim, desta Freguesia de São José do Sento Sé, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Frei Primaz de São José, religioso de Nossa Senhora do Carmo, à inocente (...), ***filha legítima de Antônio Rodrigues e de sua mulher Grácia Pereira, índios****, e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Luís Pereira Bastos, solteiro, e Josefa Ferreira, viúva, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1771, p. 185, nº 892).

Aos vinte e sete dias do mês de (...) de mil setecentos e setenta e um, na Capela do Senhor Bom Jesus do Bonfim, termo desta Freguesia de São José do Sento Sé, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Frei Tomás de São José, religioso de Nossa Senhora dos Monges do Carmo, à inocente ***Antônia, filha natural de Arcângela (...), índia (...)****, e lhe pôs os santos óleos.* (grifo nosso). *Foi padrinho: Manoel, escravo de João (...) Santiago, todos moradores na Fazenda da (...), termo desta Freguesia, de que mandei fazer este termo que, por verdade assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1771, p. 186, nº 896).

Ao primeiro dia do mês de novembro de mil setecentos e setenta e quatro, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Manoel do Rosário, à inocente ***Anna, filha legítima de Raimundo, índio, e de Simoa, índia,*** *e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: José da Rocha, solteiro, filho legítimo de José Gaspar, e Maria Madalena, solteira, filha legítima de Antônio da Silva, todos fregueses desta freguesia de que, para constar, mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1774, p. 217, nº 1083).

Aos dez dias do mês de abril de mil setecentos e setenta e cinco, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Manoel do Rosário, coadjutor atual desta Freguesia, à inocente ***Teresa, filha legítima de Antônio, índio, e de Maria, índia,*** *e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: (...), escravo de José Pacheco, e sua mulher (...), todos fregueses desta freguesia, de que, para constar,*

mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1775, p. 272-273, nº 1352).

Aos vinte dias do mês de abril de mil setecentos e setenta e oito, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Tomás de São José, à inocente ***Maria, filha legítima de Arcângelo, índio, e de sua mulher (...), índia****, e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foi padrinho: Vitorino (...), todos desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei.* (BATSSÉ, 1778, p. 276, nº 1369).

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de oitenta e um, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, batizei e pus os santos óleos à inocente ***Maria, filha legítima de Tomé e sua mulher Gertrudes, índios****, de que foram padrinhos Dona Marica das Neves Soares e seu filho Francisco José de Borges, todos desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei.* (grifo nosso). (BATSSÉ, 1781, p. 327, nº 1636).

Aos (...) de oitenta e dois, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, batizei e pus os santos óleos à inocente ***Antônia, filha legítima do índio Leandro Gomes e sua mulher (...) da Rocha*** (grifo nosso). *Foram padrinhos: José Pereira, da mesma nação (...), desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Santa Clara.* (BATSSÉ, 1782, p. 348, nº 1735).

Aos quatro de abril do ano de oitenta e dois, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, batizei e pus os santos óleos ao inocente ***Francisco, filho natural do índio Marcelino Pereira e Ponciana Ferreira*** (grifo nosso). *Foram padrinhos: José da Rocha Veloso e sua mulher Ana da Silva, todos desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Santa Clara.* (BATSSÉ, 1782, p. 352, nº 1762).

Por constatar ser profícuo o levantamento de dados referentes aos pais dos neófitos, ampliou-se a pesquisa, incluindo nela seus padrinhos e outros familiares. Assim identificaram-se cinco assentos com menção ao lugar onde moravam os respectivos neófitos cristianizados, pais e/ou parentes indígenas. Um deles, **Antônio**, gentio da costa, de tronco Tupinambá, Amoipirá talvez, residia na própria povoação de Sento Sé. Outro **Antônio**, filho de Felipe de Sousa, provável membro do povo Acoroá, habitava a comunidade de Carnaíba ou Carnaúba Torta, então pertencente à Freguesia de Santo Antônio de Pilão Arcado, da Diocese de Pernambuco.

O terceiro assento referia-se a **Jerônimo, pardo forro**, provável componente do grupo Amoipirá. Em 1769, ele morava e era assistente na Fazenda do Curralinho, atualmente vinculada ao município de Casa Nova e submersa no Lago de Sobradinho. No quarto registro identificou-se o nome de **Salvador, pardo**, então morador na Ipueira Funda, hoje pertencente a Xique-Xique. No quinto assento, reconheceu-se o nome de **Antônio**, provável membro do povo Caimbé que habitava as Serras do Assuruá e cuja aldeia mor se localizava no Sítio do Brejo Novo. (Fig. 25).

Figura 25 – Localização dos varões de raiz indígena visível



Fonte: Google Earth (2024) adaptada pelo autor

3.1.2 Mulheres de Raiz Indígena Visível

Do universo de 647 mães indígenas, 33 (5,10%) assumiram sua origem nativa. Por não terem sobrenome, 587 (90,73%) fizeram-se etnicamente invisíveis. Por não assumirem a maternidade e exporem seus filhos à adoção, 27 (4,17%) mantiveram-se fisicamente incógnitas. (Fig. 26). Muitas das mães, madrinhas e/ou familiares, manifestamente indígenas, não tiveram registrados os lugares onde moravam. Outras, porém, dispuseram-nos.

Figura 26 – Identidade das mulheres indígenas



Fonte: Acervo do autor (2023)

> *Aos oito dias do mês de julho de mil setecentos e setenta e seis, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, do Arcebispado da Bahia, de licença minha, batizou solenemente e pôs os santos óleos o Reverendo Coadjutor, Padre (...), à inocente* ***Maria, filha natural de Anna, mestiça, escrava de Teodoro da Rocha****, (...), e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: (...) Bernardo, solteiro, filho legítimo de (...), e (...)*

solteira, filha legítima de Francisco Dias, todos moradores no Sítio das Pedras, fregueses desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1776, p. 229-230, nº 1141).

Aos quatro dias do mês de abril de mil setecentos e setenta e sete, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, do Arcebispado da Bahia, batizou solenemente o Reverendo vigário colado desta Freguesia, (...) Domingos Alves de Sousa, e pôs os santos óleos ao inocente ***José, filho natural de Edina, índia****.* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Antônio Ferreira, casado, e Catarina de Sousa, casada, todos fregueses desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1777, p. 245, nº 1210).

Aos dois dias do mês de junho de mil setecentos e setenta e oito, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente o Reverendo Frei Lourenço de Santa Ana, religioso, à inocente ***Antônia, filha de Josefa, parda****, e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Alexandre Soares e sua mulher Martinha (...), todos desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei.* (BATSSÉ, 1778, p. 289, nº 1427).

Aos vinte e seis dias do mês de junho de mil setecentos e setenta e oito, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, de licença minha, batizou solenemente o Reverendo Frei Lourenço de Santa Ana, religioso, ao inocente **Antônio, filho natural de Maria, índia***, e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Manoel Sarrão e sua mulher Rita Prudência, todos desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei.* (BATSSÉ, 1778, p. 289, nº 1429).

> *Aos nove dias do mês de maio de mil setecentos e setenta e nove, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizei solenemente ao inocente* ***José, filho natural de Teresa, índia****, e lhe pus os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Francisco Rocha e Leandra Pires, ambos casados, todos desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei.* (BATSSÉ, 1779, p. 298, nº 1465).
>
> *Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de oitenta, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, batizou, com os santos óleos, o Reverendo Padre Manoel Dias, coadjutor desta Freguesia, à inocente* ***Maria, filha natural de Teresa, índia****., de que foi padrinho Miguel (...), todos desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei* (grifo nosso). (BATSSÉ, 1780, p. 317, nº 1569).
>
> *Aos quatorze dias do mês de janeiro do ano de oitenta e um, na Freguesia de Santo Antônio do Pilão Arcado, Bispado de Pernambuco, de licença minha, batizou e pôs os santos óleos o Reverendo Secretário da visita, o Padre Teles Xavier de Lima e Mello, ao inocente* ***Tomás, filho natural de Sebastiana, índia****., de quem foram padrinhos: Antônio Cardoso e sua mulher Cecília da Rocha, todos desta mesma freguesia de São José do Sento Sé, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei* (grifo nosso). (BATSSÉ, 1781, p. 328, nº 1638).

Identificaram-se: **Índia Brásida**, na Povoação de Sento Sé; **Albina Mestiça**, na Fazenda das Pedras; **Andreia Parda**, no Sítio do Morro; **Índia Maria**, no Sítio de São Pedro; **Ana Mestiça**, no Sítio do Porto Alegre; **Mestiça Forra Maria da Silva**, no Porto das Pedras; **Índia Bibiana de Sousa**, no Sítio da Carnaúba Torta, em Pilão Arcado; **Geralda Mestiça**, na

Fazenda do Juazeiro; **Ana Mestiça**, na Fazenda do Jenipapo; **Maria Mestiça**, na Fazenda dos Angicos; **Fabiana Mestiça e Josefa Mestiça**, na Fazenda do Saco; **Maria Francisca, Índia Dispersa**, na Fazenda da Utinga; **Antônia da Nação Guega**, na Fazenda das Carnaúbas; **Verônica e Tomásia** (índias Caimbé) e **Arcângela** (índia forra), nas Serras do Assuruá; **Felipa, da Nação Caimbé**, no Sítio do Brejo Novo. (Fig. 27).

Figura 27 – Localização das mulheres de raiz indígena visível



Fonte: Google Earth (2024) adaptada pelo autor

3.1.3 Varões de Raiz Indígena Invisível

Pela ausência de sobrenome e de atributos identitários manifestos a escravos de origem africana, identificaram-se os

varões de origem indígena, absolutamente minoritários em relação às mulheres da mesma raiz. Na maior parte deles, não se registrou o lugar onde morava. Em outros, eles estavam ilegíveis.

Vinculados ao atual território de Juazeiro reconheceram-se: **Manoel** e **Manoel Francisco**, na Fazenda da Carnaúba Torta.

Integrados ao atual território de Sento Sé identificaram-se: **João Soares da Silva**, **Manoel**, **Antônio**, **José de Oliveira**, **Francisco**, **Manoel Vidal**, **Caetano**, **Domingos**, **João Caetano**, **João** e **José**, na Povoação de Sento Sé; **Gonçalo Gomes**, **Antônio** e **Pedro**, na Fazenda das Pedras; **Manoel Henrique**, no Sítio do Morro; **Antônio**, no povoado de Xique-Xique; **Manoel da Silva**, na Fazenda do Urucé; **Francisco**, no Brejo Grande; **Antônio**, **Antônio**, **Gonçalo** e **Francisco**, na Fazenda da Lagoa; **Antônio**, **Simplício** e **João Forro**, na Fazenda da Malhada, e **Antônio José**, no Sítio do Alagadiço.

Ligados ao atual território de Morpará constataram-se: **João Francisco**, **Bartolomeu Francisco** e **Francisco José**, na Fazenda Morro do Pará.

Associados ao atual território de Xique-xique verificaram-se: **Gonçalo Antônio** e **Lucas**, na Povoação de Xique-Xique; **Francisco**, **Bernardo**, **Gonçalo** e **Pedro**, na Fazenda do Umbuzeiro; **Manoel Barbosa** e **Cláudio Antônio**, no Sítio do Angical; **Antônio Álvares**, na Fazenda do Juazeiro; **Joaquim**, na Fazenda dos Angicos; **Antônio** e **Manoel Pereira**, na Fazenda do Saco, e **João**, na Fazenda das Carnaúbas.

Agregados ao atual território de Gentio do Ouro descobriram-se: **Antônio**, **Patrício José**, **Vitorino**, **Vicente**, **Antônio Matias**, **João Neto** e **João**, nas Serras do Assuruá; **Valentim**, no Sítio do Bebedouro; **Marcos**, no Sítio de São Bento; **Antônio** e **José Matias**, no Sítio do Mato Grosso; **Manoel Gonçalo**, no Sítio da Canabrava; **Antônio**, na Fazenda Boca do Coelho; **Antônio Pereira**, na Fazenda Curral das Éguas; **Francisco Xavier**, no Sítio

da Lagoa, e **José Antônio**, no Sítio do Pau D'Óleo, cuja localização exata, com as coordenadas, não se identificou.

Do território da Freguesia de Santo Antônio de Pilão Arcado observaram-se: **José**, na Ilha do Miradouro; **Francisco**, na Fazenda de Pau a Pique; **José**, na Fazenda do Curralinho; **Marcelo**, **Antônio** e **Manoel Pacheco**, na Ilha do Tamanduá. (Fig. 28).

Figura 28 – Localização dos varões de raiz indígena invisível



Fonte: Google Earth (2024) adaptada pelo autor

3.1.4 Mulheres de Raiz Indígena Invisível

Pela ausência de sobrenome e de atributos identitários conferidos a escravas de origem africana, identificaram-se as mulheres de origem indígena, absolutamente majoritárias em relação aos homens de raíz autóctone. Da mesma forma que ocorrera com os varões, na maior parte delas não se registrou o lugar onde morava. Em outras, eles estavam ilegíveis. Identificaram-se, mesmo assim, 68 localidades em que elas estavam presentes. Esse resultado imprimiu consistência à proposição de que a maioria absoluta da população de Sento Sé tem ancestrais indígenas. Segura e comprovadamente, se pode afirmar que seus membros herdaram atributos físicos (genéticos) e culturais (espirituais) de seus ancestrais nativos. Em outras palavras, está na hora de a sociedade reconhecer que **está vivo o povo Sentocé**. Com ele sobrevive o direito ao usufruto pleno do patrimônio material e imaterial que, há milênios, lhe pertence.

Vinculadas ao atual território do município de Sento Sé, identificaram-se: **Simoa**, **Teresa**, **Ana Rosa**, **Vicência**, **Maria**, **Elena**, **Benta Maria**, **Inês**, **Sebastiana**, **Josefa**, **Maria Francisca**, **Ana Maria**, **Maria**, **Ana Maria**, **Elena**, **Maria Madalena**, **Felícia**, **Ana**, **Ana**, **Paula**, **Leonor de Oliveira**, **Aniceta**, **Inês**, **Teresa,** **Engrácia**, **Catarina**, **Ana Antônia**, **Ana Maria**, **Isabel**, **Rita**, **Joana**, **Maria**, **Ana Maria**, **Luzia**, **Suzana**, **Domingas**, **Maria**, **Rita**, **Juliana**, **Teresa**, **Josefa**, **Madalena**, **Benta**, **Leonarda Maria**, **Vitorina**, **Ana**, **Inácia**, **Antônia**, **Maria de Andrade**, **Ana**, **Inês**, **Luzia** e **Maria**, na Povoação de Sento Sé; **Luzia**, **Francisca**, **Francisca Manoela**, **Teodora Maria**, **Maurícia**, **Ana**, **Maria**, **Paula Maria**, **Eugênia Theobalda**, **Teodora**, **Domingas**, **Inácia**, **Francisca**, **Manoela**, **Teodora** e **Francisca**, na Fazenda das Pedras; **Feliciana**, no Sítio da Tapera; **Ana**, no Sítio do Morro; **Isabel**, **Ana Maria**, **Isabel Maria**, **Ana Maria**, **Maria e Isabel**, na Fazenda Jatobá; **Maria**, **Maria**, **Rita**, **Josefa Maria** e **Lourença**

Maria, no Xique-Xique; **Maria**, na Fazenda Incaibro; **Maria**, **Mariana**, **Leonor Maria** e **Dionísia Maria**, na Fazenda do Urucé; **Antônia Maria**, **Ana Marcelina** e **Rosa**, no Brejo Grande; **Maria**, **Mariana**, **Ambrósia**, **Rita**, **Maria**, **Rosa**, **Francisca** e **Ângela Prado**, na Fazenda da Lagoa; **Ana**, na Fazenda Mandacaru; **Domingas Georgina** e **Ana**, na Fazenda Estreito; **Domingas**, **Rosa Maria**, **Clemência**, **Inácia**, **Tomásia**, **Maria Florência**, **Teresa**, **Ambrósia**, **Ana**, **Teresa Angélica**, **Úrsula**, **Josefa** e **Francisca**, na Fazenda Malhada; **Maria Madalena**, na Fazenda do Bazuá; **Inácia**, no Sítio das Traíras; **Josefa**, **Inácia** e **Antônia Maria**, na Fazenda do Mari; **Luciana Pestana** e **Ana Maria**, na Fazenda da Aldeia; **Maria Madalena**, na Fazenda do Boqueirãozinho; **Josefa**, **Páscoa Maria**, **Quitéria**, **Maria Euzébia**, **Quitéria** e **Josefa**, na Fazenda do Boqueirão Grande; **Maria Leonor**, **Eugênia Maria** e **Maria**, no Sítio do Alagadiço; **Custódia**, **Ágata** e **Teresa Cristina**, no Porto das Pedras.

Integradas ao atual território do município de Juazeiro perceberam-se: **Natália**, da Passagem de Juazeiro; **Maria e Maria da Conceição**, da Fazenda Aldeia do Salitre, e **Joana**, da Fazenda da Carnaíba Torta.

Ligadas ao atual território de Sobradinho – BA constataram-se: **Maria**, **Germana** e **Clemência**, na Fazenda Tatauí.

Associadas ao atual território do município de Jussara descobriram-se: **Timótea**, **Clemência**, **Maura Maria**, **Joana**, **Isabel** e **Maria**, na Fazenda da Picada.

Agregadas ao atual território do município de Xique-Xique, identificaram-se: **Rosário**, **Elena Maria**, **Ana Francisca**, **Hilária Maria** e **Ana Maria**, no Sitio da Boa Vista; **Joana**, na Fazenda da Pedra Branca; Maria Angélica, Antônia, Inácia Francisca, Teresa, Páscoa, Ana Maria, Poliana, Engrácia e Graça Maria, na Povoação de Xique-Xique; **Maria**, **Joana Rodrigues** (forra), **Clemência** e **Doroteia Maria**, na Fazenda Picada de Cima; **Ana**,

Francisca, **Teresa**, **Ponciana** e **Graça**, na Fazenda do Umbuzeiro; **Florência**, **Marta**, **Maria**, **Ana Maria**, **Rosa**, **Maria**, **Eugênia da Mota Soares**, **Brígida Maria**, **Antônia Francisca**, **Ana Maria**, **Antônia Maria**, **Francisca Maria** e **Maria Vitorina**, no Sítio do Angical; **Bibiana**, **Venância** e **Rosa Maria**, na Fazenda do Juazeiro; **Micaela**, **Leonor**, **Ana Luísa**, **Valéria**, **Maria**, **Eva**, **Arcângela** e **Bonifácia**, na Fazenda do Jenipapo; **Ana**, **Joana**, **Isabel Joaquina**, e **Maria Pereira**, na Fazenda dos Angicos; **Luísa** e **Jerônima**, na Ipueira Funda; **Marcela Maria**, **Rosa Maria**, **Firmina**, **Luísa Francisca**, **Maximiana**, **Josefa**, **Isabel Joaquina** e **Luísa Pereira**, na Fazenda do Saco; **Martinha**, **Ana** e **Luciana**, na Fazenda do Gado Bravo; **Maria Francisca** e **Suzana**, na Fazenda da Utinga; **Suzana**, **Rosa Maria**, **Antônia**, **Maria**, **Quitéria das Dores**, **Feliciana**, **Josefa** e **Bibiana**, na Fazenda das Carnaúbas; **Josefa Maria** e **Paula Maria**, na Fazenda de Santo Antônio.

Vinculadas ao atual território do município de Morro do Pará identificaram-se: **Aniceta Francisca**, **Damiana**, **Inácia**, **Silvina**, **Mariana Luísa**, **Teresa**, **Isabel Maria**, **Josefa Maria**, **Joana**, **Custódia** e **Ana Maria**, na Povoação de Morro do Pará; **Rosa** e **Maria Perpétua**, na Fazenda da Varginha.

Integradas ao atual território do município de Gentio do Ouro identificaram-se: **Senhorinha**, **Augustinha**, **Felipa Pereira**, **Brites Maria** e **Maria**, na Fazenda do Curral das Éguas; **Josefa Marquesa** e **Luciana**, na Fazenda Boca do Coelho; **Florência** e **Luzia**, no Sítio do Riachão; **Inácia Maria**, no Sítio do Cotovelo; **Luísa**, no Sítio dos Caldeirões; **Quitéria**, **Eugênia** e **Vitória**, no Sítio da Canabrava; **Ana Maria**, no Sítio da Cachoeira; **Florência**, **Maria**, **Rita** e **Maria**, no Sítio de São Bento; **Ana Maria**, **Ana Neta**, **Antônia**, **Margarida**, **Maria**, **Joana**, **Francisca**, **Augustinha** e **Maria**, no Sítio do Mato Grosso; **Maria**, **Maria**, **Engrácia**, **Quitéria**, **Rosa Maria**, **Maximiana**, **Bernarda**, **Cipriana Maria**, **Ana Neta**, **Rita**, **Ana Maria**, **Isabel**, **Maria**, **Ana Maria**, **Rosa**, **Joaquina**, **Teresa Cristina**, **Ana**, **Isabel**

Maria, **Maria**, **Apolinária**, **Elena**, **Simiana**, **Inácia Maria**, **Joana Maria**, **Maria Madalena**, **Maria Luísa**, **Felisberta Neta**, **Francisca**, **Teodora Maria**, **Maria Francisca**, **Ágata**, **Josefa Maria**, **Justa**, **Luísa**, **Rita Forra** e **Antônia Maria**, nas Serras do Assuruá; **Maria da Conceição**, **Antônia Maria**, **Sula**, **Francisca Maria**, **Joana**, **Teresa** e **Rosa**, no Sítio da Lagoa; **Romana**, na Fazenda da Conceição; **Ana Maria**, no Sítio do Brumado; **Rosa Maria**, no Sítio de São Gonçalo; **Ana Maria**, no Sítio de São Felipe; **Juliana**, no Sítio do Bebedouro; **Ana Maria**, no Sítio de Santana; **Vitorina Maria**, **Luísa** e **Francisca**, no Sítio das Salinas.

Da sede da Freguesia de São Franciso Xavier do Rio Grande do Sul, identificaram-se: **Arcângela Maria** e **Rita Maria**.

Agregadas à Freguesia de Santo Antônio de Pilão Arcado observaram-se: **Luísa**, **Felícia**, **Maximiana**, **Ana Maria** e **Isidora**, na Ilha do Miradouro; **Isabel**, no Sítio do Caroá; **Maria**, **Inês**, **Ângela**, **Ana Maria** e **Ana Maria**, na Fazenda de Pau a Pique; **Isabel**, na Fazenda do Curralinho; **Micaela**, **Margarida**, **Bibiana**, **Josefa da Rocha** (forra) e **Rosa Maria**, na Ilha do Tamanduá. (Fig. 29 a 32).

Figura 29 – Mulher de raiz indígena



Fonte: Nosso Nordeste (2020), adaptada pelo autor

Figura 30 – Memorável Valdenice dos Santos, de origem indígena



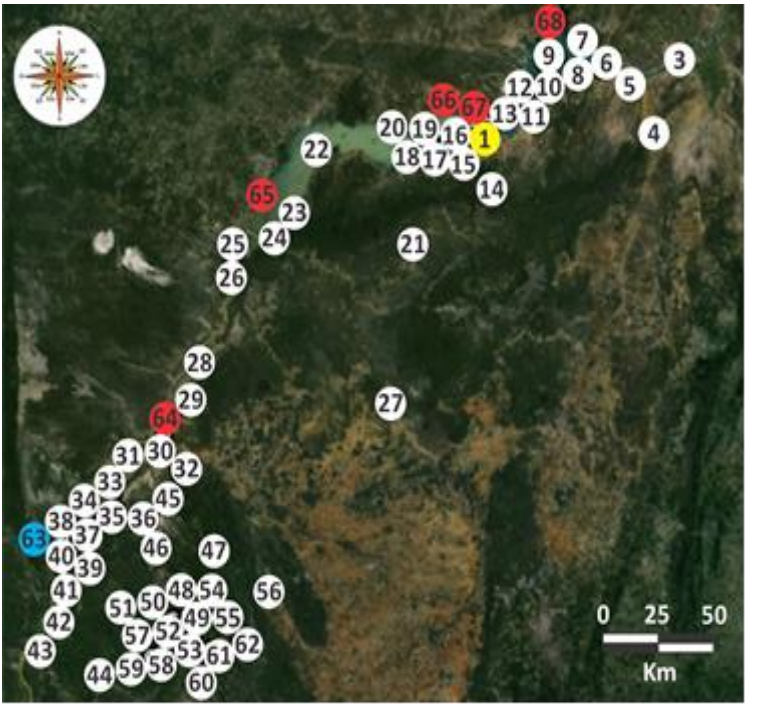
Fonte: Acervo fotográfico do autor (2024), com infinitas saudades

Figura 31 – Mulher de raiz indígena e africana



Fonte: *freepik* (2023 *apud* Guedes 2023), adaptada pelo autor

Figura 32 – Localização das mulheres de raíz indígena invisível





Fonte: Google Earth (2024) adaptada pelo autor

3.1.5 Varões de Origem Africana

Os varões de origem africana registravam-se como **crioulos**, **mulatos** ou **de nação Angola**. O primeiro batismo de um

neófito mulato, na Freguesia de Sento Sé, ocorreu em 1767. Tratava-se de Tomás, filho de **Francisco Crioulo** e Maria Madalena, indígena sem visibilidade, moradores na Fazenda Bazuá.

Pelos atributos identitários identificaram-se alguns escravos de origem africana em registros em que não constava o lugar onde moravam. Em outras, eles estavam ilegíveis. Identificaram-se, contudo, sete localidades:

Do território de Sento Sé reconheceram-se: **Mulato Roberto**, na Povoação; **Gonçalo Ferreira**, **Crioulo Forro**, e **Bonifácio Crioulo**, na Fazenda Malhada; **Francisco Crioulo**, na Fazenda do Bazuá.

Do atual território de Xique-Xique identificaram-se: **Antônio Rodrigues**, **forro de nação Angola**, no Sítio do Angical; **Maximiano Crioulo**, na Fazenda do Jenipapo; **Simão Crioulo**, na Fazenda dos Angicos.

Do município de Gentio do Ouro, reconheceu-se o registro de **Geraldo Crioulo**, morador no Sítio do Bebedouro. (Fig. 33 e 34).

Figura 33 – Localização dos varões de origem africana



Fonte: Google Earth (2024) adaptada pelo autor

Figura 34 – Negro de nação Angola



Fonte: Governo do Estado de São Paulo (2024), adaptado pelo autor

> *Aos vinte dias de maio de mil setecentos e oitenta e dois, na Freguesia de São Francisco das Chagas, do Rio Grande, de licença minha, batizou o Reverendo coadjutor e pôs os santos óleos ao inocente Domingos, filho natural de* ***Antônio, nação Angola, escravo de Manoel de Sousa e Paula da Fonseca, mestiça****.* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Antônio da Costa de Brito e sua mulher Maria Francisca da Conceição, todos da Freguesia do Rio Grande, de que, para constar, mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Santa Clara.* (BATSSÉ, 1782, p. 344-345, nº 1717).

> *Aos quatro dias de março de mil setecentos e oitenta e um, na Freguesia de São Francisco das Chagas, do Rio Grande do sul, de licença minha, batizou o Reverendo cura daquela freguesia, o Padre José Rodrigues, e pôs os santos óleos à inocente Anna, que nasceu aos dezessete (...), filha legítima de* ***Antônio Pereira (...) e de sua mulher Perpétua Coelho Monteiro, crioulos***

> ***forros***, *moradores nesta freguesia* (grifo nosso). *Foi padrinho o Alferes Manoel Pimentel, solteiro, morador na dita Freguesia do Rio Grande, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Luís Alves de Miranda.* (BATSSÉ, 1781, p. 359, nº 180).

> *Aos onze dias de março do ano de oitenta e um, na Freguesia de São Francisco das Chagas, do Rio Grande do sul, Bispado de Pernambuco, de licença minha, batizou o Reverendo coadjutor, o Padre religioso de São Tiago Pereira Bastos, e pôs os santos óleos à inocente Cecília, que nasceu aos 15 de abril do dado ano, filha legítima de* ***Miguel Correia Pestana e de sua mulher Felipa de Sousa Coelho, crioulos forros desta freguesia***. (grifo nosso). *Foram padrinhos: o padre coadjutor e Isabel Maria da Silva, viúva, da Freguesia do Rio Grande, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Luís Alves de Miranda.* (BATSSÉ, 1781, p. 360, nº 1806).

3.1.6 Mulheres de Origem Africana

As mulheres de origem africana registraram-se como **crioulas**, **crioulas forras** ou de **Angola**. Algumas não tiveram registrados os lugares onde moravam.

> *Aos nove dias do mês de dezembro de mil setecentos e cinquenta e sete, nesta matriz, batizei solenemente e pus os santos óleos ao inocente Timóteo, filho de pai incógnito e de* ***Joana Crioula, escrava de Bartolomeu Martins Ferreira***. (grifo nosso). *Foram padrinhos: Manoel, escravo de (...) de Sousa e Joana (...), todos moradores desta freguesia, de que fiz este assento*

que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1757, p. 37, nº 261).

Aos onze dias do mês de julho de [mil] setecentos e sessenta e um, nesta matriz, batizei solenemente e pus os santos óleos ao inocente Manoel, filho de pai incógnito e de ***Tereza de Sousa, crioula forra****.* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Leonardo do Urucé, casado, e Anna dos Santos, solteira, filha de Paulo dos Santos, todos desta freguesia, de que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1761, p. 51, nº 310).

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de [mil] setecentos e sessenta e um, batizei solenemente e pus os santos óleos ao inocente Germano, filho de pai incógnito e de ***Úrsula da Conceição, crioula forra,*** *moradora no Sítio (...)* (grifo nosso). *Foi padrinho Maximino Pereyra, todos desta freguesia, de que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1761, p. 52, nº 317).

Aos vinte e cinco dias do mês de dezembro de mil setecentos e sessenta e sete, batizou solenemente, de minha licença, o Reverendo Cura da Freguesia é de São Francisco das Chagas, da Vila do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, à inocente Eugênia, filha natural de ***Joana, crioula forra,*** *freguesa desta freguesia de São José do Sento Sé e moradora na Fazenda do (...)* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Antônio José Pereyra e sua mulher Josefa Maria do Sacramento, moradores na Freguesia de São Francisco das Chagas do Rio Grande, do que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Declaro que o Cura que batizou foi o Pe. Manoel Rodrigues de Almeida, do que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1767, p. 118, nº 556).

Aos trinta dias do mês de agosto de mil setecentos e sessenta e oito, na Freguesia de São Francisco das Chagas da Vila do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Cura da mesma Freguesia, o Padre Manoel Rodrigues de Almeida, ao inocente Euzébio, filho natural de ***Joana de Magalhães, crioula forra****, e pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Luiz Bernardes e sua mulher Doroteia da Rocha Guedes, todos moradores e fregueses dessa freguesia, de que para constar, mandei fazer este assento que, por ser verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1768, p. 123, nº 576).

Aos quinze dias do mês de março de mil setecentos e setenta, na Freguesia de São Francisco das Chagas, da Vila do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Antônio José Barbosa, à inocente Antônia e lhe pôs os santos óleos. Foram padrinhos: José Mendes de Sousa, solteiro, e Anna Gonçalves de (...), solteira, filha legítima de Bonifácio Gonçalves, fregueses desta freguesia. A inocente Antônia era filha natural de ***Joanna, crioula forra****, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei* (grifo nosso). *Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1770, p. 153, nº 711).

Aos vinte cinco dias do mês de dezembro de mil setecentos e setenta, na Freguesia de São Francisco das Chagas, da Vila do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Francisco Xavier de Vasconcellos, ao inocente Jorge, filho natural de ***Ponciana, crioula forra****, moradora na Freguesia de São José de Sento Sé, Arcebispado da Bahia, e lhe pôs*

os santos óleos (grifo nosso). *Foram padrinhos: Domingos Pereira, casado, morador na Freguesia de São Francisco das Chagas, e Maria Pereira do Nascimento, solteira, moradora na Freguesia de São José de Sento Sé, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1770, p. 155, nº 719).

Aos vinte cinco dias do mês de dezembro de mil setecentos e setenta, na Freguesia de São Francisco das Chagas, da Vila do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Francisco Xavier de Vasconcellos, à inocente **Damásia, filha natural de Maria Angola**, *escrava de Francisco de Moura, morador no lugar (...), da Freguesia de São José de Sento Sé, Arcebispado da Bahia, e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Simão, crioulo, solteiro, morador na Fazenda dos Angicos, e Fabianna, mestiça, solteira, moradora na Fazenda do Saco, todos fregueses desta Freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1770, p. 173, nº 838).

Aos quinze dias do mês de maio de mil setecentos e setenta e dois, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou, solenemente, o coadjutor atual desta freguesia, Padre Manoel do Rosário, à inocente Marcelina, filha natural de **Maria Crioula, escrava da viúva (...)**, *e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Manoel (...), solteiro, e Maria Marcelina Rodrigues, casada, todos moradores nesta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1772, p. 195-196, nº 953).

Outras, porém, tiveram-nos. Assim, no atual município de Sento Sé distribuíam-se: **Joana Crioula** e **Francisca Crioula**, na Povoação; **Francisca Mulata**, **Mônica Crioula**, **Juliana Crioula**, **Domingas Crioula**, **Inácia Crioula**, **Sula Crioula** e **Martinha Crioula**, na Fazenda das Pedras; **Inácia Pereira de Matos**, **crioula forra**, na Fazenda Urucé; **Maria Crioula**, na Fazenda da Malhada.

No atual município de Xique-Xique identificaram-se: **Francisca Crioula**, na Fazenda do Umbuzeiro; **Maria Crioula**, **Joana Crioula** e **Luciana Crioula**, na Fazenda do Jenipapo; **Lourença Crioula**, na Fazenda dos Angicos; **(...) Crioula** e **Nicácia Teixeira**, **crioula forra**, na Ipueira Funda; **Maria Crioula**, na Fazenda do Saco.

No atual município de Gentio do Ouro, reconheceram-se: **Antônia Crioula**, na Fazenda do Curral das Éguas; **Vicência Maria**, **crioula forra**, no Brejo da Gameleira; **Francisca Mulata**, no Sítio do Mato Grosso; **Maria Crioula**, no Sítio de São Felipe; **Justa Crioula**, no Sítio de Santana; **Maria Crioula**, **Joana Mulata** e **Francisca Mulata**, nas Serras do Assuruá. (Fig. 35).

Figura 35 – Localização das mulheres de origem africana



Fonte: Google Earth (2024) adaptada pelo autor

4 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS FAMÍLIAS

Fez-se acurada pesquisa bibliográfica, em documentos primários e secundários, inúmeras entrevistas com pessoas idosas que conheceram as antigas aldeias e as cidades, os povoados e os sítios, muitos dos quais hoje submersos nas águas do Lago de Sobradinho[103]. Levantaram-se informações sobre os lugares de maior relevância histórica, antropológica e arqueológica. Priorizaram-se as referências concernentes à invisibilidade compulsória dos indígenas da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, coincidente com a área conquistada por Francisco Dias d'Ávila.

> Francisco Dias d'Avila realizava incursões ao longo do São Francisco, tendo deixado, com a sua morte, grandes extensões de terra - que iam da barra do Salitre até as vizinhanças do gentio Morpará. (LINS, 1959, p. 28).

Para contextualizar os dados, contemplaram-se também as freguesias do entorno, quais eram, as de Santo Antônio do Pilão Arcado e São Francisco das Chagas, no lado esquerdo do Rio São Francisco, e de Santo Antônio da Jacobina, à direita.

4.1 Sento Sé

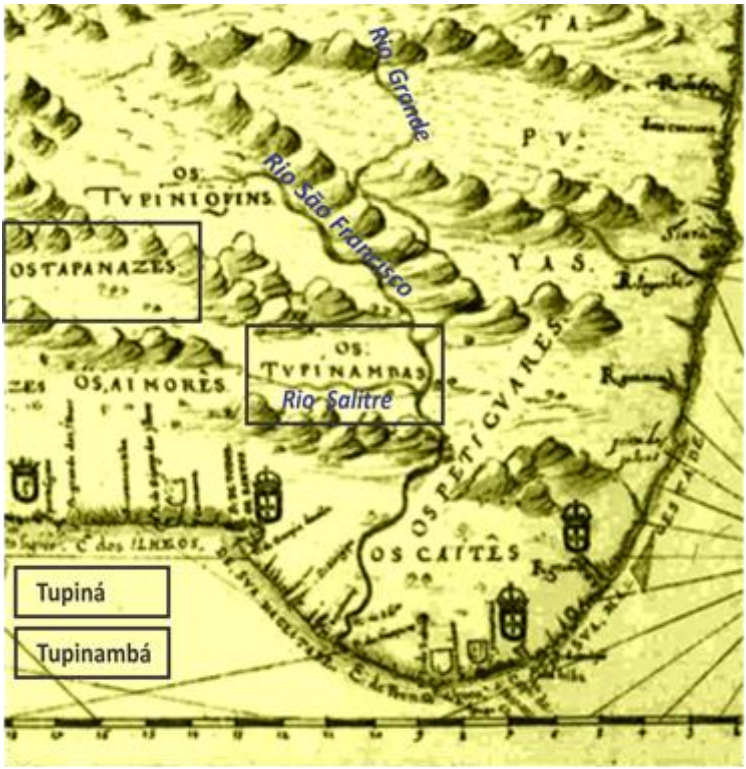
Encontraram-se relatos históricos a informar que a foz do Riacho Mulungu, onde se implantou a sede da Freguesia de São José de Sento Sé, vinculava-se ao território que, na pré-história, ocupavam indígenas dos troncos Tupiná e Tupinambá. Diz-se que, em regime de mobilidade sazonal e sistema de

[103] Agradecimentos especiais a Mariluze Amaral, Ruidivaldo Pacheco e José Gomes, pelas informações referentes aos sítios, fazendas, povoados e distritos da antiga Freguesia de São José da Barra de Sento Sé.

alternância, diversos grupos que a eles se filiavam habitavam o litoral de Pernambuco, Sergipe e Bahia e áreas interioranas do Submédio São Francisco. (Fig. 36).

> Esses nativos habitavam desde o litoral até o "sertão" e se locomoviam por trilhas e caminhos (peabiru: em língua tupi, "pe" = caminho, "abiru" = gramado amassado) que cruzavam todo o território. Sabe-se que esses caminhos ligavam extensas áreas americanas, muito antes dos europeus conquistarem o continente, e que boa parte das estradas atuais, assim como ruas e avenidas, foram abertas sobre essas rotas antigas. (PAIVA, 2010, p. 4).

Figura 36 – Território ocupado por grupos Tupiná e Tupinambá



Fonte: Albernas (1631 *apud* Oliveira, 2010), adaptado pelo autor

Quando se acirraram os famigerados conflitos com os colonizadores portugueses que estavam a implantar a monocultura da cana de açúcar no litoral do Nordeste, muitos indígenas, conhecidos como **gentios da costa** optaram por migrar, em busca do território que, no Século XVIII, integrou-se à Freguesia de Sento Sé. A bem da verdade, importa que se registre, sempre houve conflitos entre colonizadores, colonizados e grupos nativos rivais da costa brasileira. Eles se evidenciaram acintosamente, porém, em 1549, quando Tomé de Souza decidiu implantar o projeto de dominação portuguesa, nas terras do litoral nordestino, e ganhar uma guerra que estava praticamente perdida, contra os indígenas e seus aliados franceses. (OLIVEIRA, 2010, p. 18).

> Depois de cada refrega contra outros indígenas ou contra o invasor europeu, se vencedores, tomavam prisioneiros para os cerimoniais de antropofagia e partiam; se vencidos, procuravam escapar, a fim de concentrar forças para novos ataques. Quando muito dizimados e já incapazes de agredir ou de defender-se, os sobreviventes fugiam para além das fronteiras da civilização. (RIBEIRO, 1995, p. 34).

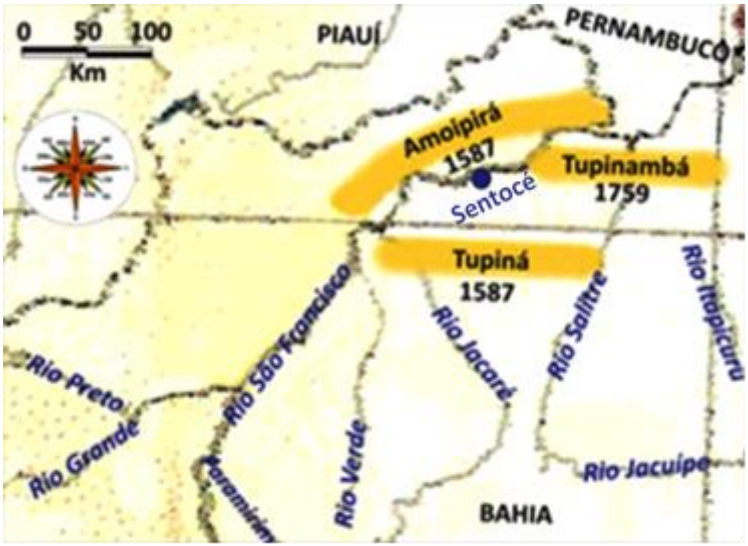
As desavenças tomaram dimensões catastróficas na Guerra do Recôncavo que se instaurou em 1555, quando se iniciou a implantação efetiva da cidade de Salvador. Foi Dom Álvaro da Costa, filho do Governador Geral Duarte da Costa quem, em 1556, promoveu guerra contra grupos Tupinambá que há muito ocupavam terras concedidas a Garcia d'Ávila, ao norte da cidade de Salvador. Relata-se que ele "incendiou tabas e pôs em fuga" os grupos nativos, por haverem aprisionado cristãos, destruído fazendas e matado gado. (PEIXOTO, 1944, p. 112). Não se descarta a probabilidade de que, entre eles estivessem os Amoipirá. Sem espaço para sustentar-se no litoral, eles teriam migrado em busca de território pindorâmico, no sertão sanfranciscano, por antigos caminhos que muito bem conheciam. (Fig. 37 e 38).

Figura 37 – Povo Amoipirá, no Submédio São Francisco



Fonte: Martius (1867 *apud* Santos, 2013), adaptado pelo autor

Figura 38 – Tupiná, Amoipirá, Tupinambá, no Submédio São Francisco



Fonte: Nimuendaju 1944 *apud* IBGE, 1944), adaptado pelo autor

> Um bom exemplo desta discrepância é o caso Amoipirá, um grupo tupi que habitava o rio São Francisco na segunda metade do século XVI. Gabriel Soares descreveu esse grupo como possuidor dos "mesmos costumes e gentilidades" dos Tupinambá, bem como a mesma língua, embora guardando umas diferenças "em alguns nomes próprios". Descendente

> dos Tupinambá, esse grupo afastou-se para o interior frente ao avanço de seus inimigos e adotou o nome por "seu principal se chamar Amoipirá". (SOARES DE SOUSA,1971 [1587], p. 334-335 *apud*, MONTEIRO, 2001, p. 32).

Assim, no Século XVIII, havia ainda indígenas a migrar para a povoação de Sento Sé. É muito provável que os gentios da costa, adultos a se batizarem na Igreja de São José, tivessem vínculo de parentela com o povo **Amoipirá**[104]. Eram, portanto, afeiçoados à prática da agricultura de subsistência, com a qual mantinham suas famílias e as de seus amos colonizadores.

> Havia entre eles, principalmente nos grupos ligados ao tronco Tupinambá, o milenar costume de cultivarem pequenas caiçaras onde empregavam rudimentares práticas agrícolas tradicionais. Cultivavam mandioca, milho, batata-doce, cará, feijão, amendoim, tabaco, abóbora, urucum, algodão, cuia, cabaça, pimenta, abacaxi, mamão, erva-mate, guaraná, caju e pequi. (RIBEIRO, 1995, p. 32 *apud* KESTERING, 2021a, p. 137-138).

Aquela povoação sertaneja se situava às coordenadas UTM24L 247100, UTMN 8931200, a 383 m de altitude. (Fig. 39). Na segunda metade do Século XVIII, habitavam-na diversos varões de linhagem portuguesa, cujas esposas eram de origem lusitana ou de raíz indígena, às custas de poucos escravos homens e muitas escravas de origem nativa visível ou invisível, e/ou africana.

Integravam o corpo social de origem portuguesa: José Pereira da Silva e Joana Soares[105]; Domingos Manoel Viana[106], Teodora

---

[104] As comunidades Tupinambá ocupavam, com diversos nomes, a faixa litorânea do Rio Amazonas à ilha de Cananeia, no litoral paulista. Praticavam horticultura, caça, pesca e coleta. Produziam tubérculos (mandioca e batata-doce), leguminosas (feijão e vagens) e cereais (milho). (MAESTRI, 1995, p. 43-44 *apud* ORTIZ, 2009, p. 115-116).

[105] BATSSÉ, 1745, p. 182-183, nº 883.

[106] BATSSÉ, 1763, p. 82, nº 414.

Ferreira da Silva [107] e Ana Rodrigues [108]; Luís Freire de Andrade [109]; Antônio Pereira da Silva [110]; José Espíndola da Cunha e Maria Teresa de Jesus[111]; Francisco Gonçalves[112]; Luís Caetano de Santiago[113] e Maria Francisca do Sacramento[114]; José de Sousa Pinto [115]; Pedro Ferreira [116]; Manoel do Nascimento e Ana Meneses [117]; Leonarda Oliveira [118]; Bartolomeu Martins Ferreira[119]; Maurício Ferreira[120]; Sargento Mor Manoel Teixeira de Carvalho [121]; Martinha Soares [122]; Francisco Carvalho da Cunha[123] e Maria Perpétua da Rocha Brito[124]; Manoel da Cunha Lemos e Bernardina de Sena do Espírito Santo[125]; Sargento Mor Gonçalo Barreto Lima [126] e Maria Teresa de Jesus[127]; Antônia Ferreira[128]; Antônio Alvares

---

107 BATSSÉ, 1771, p. 167, nº 813.
108 BATSSÉ, 1761, p. 50, nº 305.
109 BATSSÉ, 1762, p. 69, nº 374; 1765, p. 96, nº 476; 1772, p. 201, nº 989.
110 BATSSÉ, 1762, p. 71-72, nº 381.
111 BATSSÉ, 1762, p. 74, nº 389.
112 BATSSÉ, 1769, p. 142, nº 664.
113 BATSSÉ, 1766, p. 88, nº 484; 1767, p. 104, nº 506; 1771, p. 169, nº 821; 1773, p. 201, nº 994.
114 BATSSÉ, 1767, p. 104, nº 506; 1771, p. 169, nº 821; 1772, p. 193, nº 936; 1773, p. 201, nº 994.
115 BATSSÉ, 1771, p. 180, nº 871.
116 BATSSÉ, 1772, p. 182, nº 881.
117 BATSSÉ, 1774, p. 214, nº 1068.
118 BATSSÉ, 1763, p. 75, nº 393.
119 BATSSÉ, 1763, p. 76, nº 394; 1774, p. 216, nº 1080.
120 BATSSÉ, 1774, p. 216, nº 1080.
121 BATSSÉ, 1763, p. 75, nº 391; 1763, p. 76, nº 395; 1770, p. 156, nº 723; 1771, p. 169, nº 823; 1772, p. 192, nº 933.
122 BATSSÉ, 1771, p. 169, nº 823.
123 BATSSÉ, 1769, p. 140, nº 657; 1769, p. 142, nº 666; 1771, p. 182, nº 880.
124 BATSSÉ, 1763, p. 83, nº 420; 1766, p. 88, nº 483; 1769, p. 142, nº 666; 1771, p. 182, nº 880.
125 BATSSÉ, 1764, p. 86, nº 432.
126 BATSSÉ, 1769, p. 140, nº 658; 1776, p. 240, nº 1188.
127 BATSSÉ, 1764, p. 92, nº 458; 1769, p. 141, nº 660; 1776, p. 240, nº 1188.
128 BATSSÉ, 1764, p. 94, nº 469; 1771, p. 184, nº 889.

da Silva e Vitorina de Brito[129]; Marcos Rodrigues Vicente e Antônia da Costa Neves[130]; Padre Domingos Álvares de Sousa[131]; Padre Manoel do Rosário[132]; Anacleto de Oliveira Leite[133] e Marcelina Soares[134]; Francisco Álvares e Florência Ferreira[135]; Francisco Ribeiro dos Santos e Felipa de Sousa Pinto[136]; Antônio Vieira de Vasconcelos[137]; Rosa Clara do Nascimento[138]; Domingos Alves Pereira[139], Tomás Ribeiro[140] e Ana de Sousa[141]; Veríssimo Antônio Rosa, Joana Maria da Silva, Florentino Cavalcante e Teresa Tavares[142]; Luciana da Rocha[143]; Luís Alexandre Gomes e Leonarda Ribeiro[144]; Antônio Martins dos Santos e Ana Ribeiro Felisbel[145]; João da Silva Almeida[146]; Margarida de Jesus[147]; Antônia Maria da Conceição[148]; Manoel de Vargas Serne[149]; Francisco de Vargas[150]; Maria Madalena

[129] BATSSÉ, 1765, p. 95, nº 474.

[130] BATSSÉ, 1766, p. 98, nº 484; 1772, p. 193, nº 936. Marcos e Antônia tinham posses na Fazenda Jatobá, conf. BATSSÉ, 1768, p. 126, nº 591. Delas zelava Maria, escrava indígena de etnia incógnita.

[131] BATSSÉ, 1767, p. 104, nº 506; 1774, p. 217, nº 1082.

[132] BATSSÉ, 1772, p. 200, nº 987; 1773, p. 203, nº 1003.

[133] BATSSÉ, 1767, p. 111, nº 535.

[134] BATSSÉ, 1767, p. 111, nº 535; 1776, p. 239-240, nº 1187.

[135] BATSSÉ, 1769, p. 143, nº 667; 1772, p. 201, nº 992.

[136] BATSSÉ, 1770, p. 156, nº 723; 1772, p. 192, nº 933.

[137] BATSSÉ, 1770, p. 156, nº 723; 1772, p. 193, nº 933.

[138] BATSSÉ, 1763, p. 76, nº 394; 1767, p. 104, nº 506; 1770, p. 149, nº 693; 1770, p. 150, nº 697; 1770, p. 156, nº 723; 1773, p. 201, nº 994.

[139] BATSSÉ, 1770, p. 150, nº 697.

[140] BATSSÉ, 1770, p. 150, nº 697; 1772, p.195, nº 950.

[141] BATSSÉ, 1770, p. 150, nº 697.

[142] BATSSÉ, 1771, p. 172, nº 833.

[143] BATSSÉ, 1771, p. 180-181, nº 874.

[144] BATSSÉ, 1771, p. 181, nº 875; 1774, p. 214, nº 1068.

[145] BATSSÉ, 1769, p. 140, nº 658; 1771, p. 181, nº 879; 1776, p. 219, nº 1092; 1776, p. 240, nº 1188.

[146] BATSSÉ, 1771, p. 181, nº 879.

[147] BATSSÉ, 1772, p. 192, nº 933.

[148] BATSSÉ, 1772, p. 195, nº 950.

[149] BATSSÉ, 1772, p. 184, nº 889; 1772, p. 201, nº 989.

[150] BATSSÉ, 1772, p. 201, nº 989.

Cavalcante e José Cavalcante[151]; Marcelino da Silva[152]; Antônio Lobo (...) e Antônia Ribeiro Felisbel[153]; **Alferes Joaquim José Ribeiro Felisbel**[154], Capitão Mor Veríssimo Caetano Felisbel[155]; Ludovina Maria das Neves[156]; Antônia da Cunha Melo[157]; Maria das Neves[158]; Maria Ribeiro Felisbel[159]; Rita Soares[160]; Maurício Ferreira de Campos[161]; João Nunes de Azevedo[162]; Pedro Castro de Andrade[163]; Luísa Pinto[164]; Cosme Cabral[165], Josefa Álvares de Sousa[166] e Ludovina Maria Silveira[167]; Teodoro Nunes e Maurícia Teixeira[168]; Pedro Coelho de Sá[169]; Júlia Coelho[170]; José Lopes[171]; José Paulo Serne[172]; Bento Soares de Meneses[173]; Antônio de Barros e Joana Freire[174]; Francisco Vieira Sobral[175]; José de Sousa Coelho e Maria Ferreira[176]; Ana

151 BATSSÉ, 1772, p. 201, nº 989.
152 BATSSÉ, 1772, p. 201, nº 992.
153 BATSSÉ, 1770, p. 146, nº 682; 1771, p. 170, p. 826; 1774, p. 216, nº 1079.
154 BATSSÉ, 1770, p. 146, nº 682; 1771, p. 170, p. 826; 1774, p. 216, nº 1079.
155 BATSSÉ, 1774, p. 216, nº 1079; 1777, p. 243, nº 1203.
156 BATSSÉ, 1774, p. 216, nº 1079; 1776, p. 230, nº 1144.
157 BATSSÉ, 1769, p. 141, nº 660; 1771, p.181, nº 879; 1777, p. 243, nº 1203.
158 BATSSÉ, 1772, p. 184, nº 889; 1774, p. 216, nº 1079.
159 BATSSÉ, 1767, p. 112, nº 538; 1770, p. 146, nº 682.
160 BATSSÉ, 1771, p. 171, nº 829.
161 BATSSÉ, 1773, p. 201, nº 994; 1774, p. 216, nº 1080; 1776, p. 230, nº 1144.
162 BATSSÉ, 1774, p. 216, nº 1080.
163 BATSSÉ, 1774, p. 216, nº 1080.
164 BATSSÉ, 1774, p. 216, nº 1080.
165 BATSSÉ, 1776, p. 230, nº 1144.
166 BATSSÉ, 1772, p. 182, nº 881; 1772, p. 201, nº 992; 1774, p. 217, nº 1082; 1775, p. 229, nº 1144; 1776, p. 230, nº 1144.
167 BATSSÉ, 1775, p. 229, nº 1144.
168 BATSSÉ, 1762, p. 72-73, nº 384.
169 BATSSÉ, 1763, p. 75, nº 393; 1772, p. 193, nº 937.
170 BATSSÉ, 1771, p. 181, nº 877.
171 BATSSÉ, 1776, p. 240, nº 1190.
172 BATSSÉ, 1772, p. 184, nº 889.
173 BATSSÉ, 1772, p. 184, nº 889.
174 BATSSÉ, 1772, p. 195, nº 948.
175 BATSSÉ, 1776, p. 218, nº 1087.
176 BATSSÉ, 1776, p. 239-240, nº 1187.

Maria Coelho[177]; Caetano de Sousa Ramos[178]; José Álvares Mergulhão[179]; Bernardina Álvares[180].

Ao grupo indígena vinculavam-se[181]: **João Sores da Silva**, escravo de Manoel de Vargas Serne[182]; **Manoel**, **Simoa**[183] e **Teresa**[184], escravos de Domingos Manoel Viana; **Antônio**, escravo de José de Sousa Pinto[185]; **Ana Rosa**[186], mulher de Luís Freire de Andrade[187]; **Vicência Maria**[188], mulher de José Espíndola da Cunha; **Elena**[189], escrava de Antônio Pereira da Silva; **Benta Maria**[190], mulher de Francisco Gonçalves; **Inês**, escrava de Rosa Clara do Nascimento[191]; **Sebastiana**[192] e **Josefa**[193], escravas, e **Maria Francisca**[194], mulher de Luís Caetano de Santiago; **Ana Maria**, mulher de Pedro Ferreira[195];

---

177 BATSSÉ, 1776, p. 240, nº 1190.
178 BATSSÉ, 1776, p. 248, nº 1222.
179 BATSSÉ, 1776, p. 248, nº 1222.
180 BATSSÉ, 1776, p. 248, nº 1222.
181 Havia muitos lusos, casados ou de estado civil ignorado, que exploravam escravas de raíz indígena, no trabalho e em prováveis benesses na esfera da lascívia. Eles não reconheciam como seus os frutos de suas relações de concupiscência e/ou adultério. Registravam-nos, peremptoriamente, como filhos de pais incógnitos.
182 BATSSÉ, 1745, p. 182-183, nº 883.
183 BATSSÉ, 1761, p. 53, nº 320; 1762, p. 71, nº 378.
184 BATSSÉ, 1754, p. 22, nº 116; 1760, p. 42, nº 277; 1763, p. 82, nº 414.
185 BATSSÉ, 1771, p. 180, nº 871. Antônio, nativo do **Tronco Tupinambá**, estava a mudar-se do litoral para o Sertão de Cima onde se batizou.
186 BATSSÉ, 1762, p. 69, nº 374.
187 BATSSÉ, 1760, p. 42, nº 279; 1765, p. 96, nº 476.
188 BATSSÉ, 1762, p. 74, nº 389.
189 BATSSÉ, 1762, p. 71-72, nº 381.
190 BATSSÉ, 1769, p. 142, nº 664.
191 BATSSÉ, 1770, p. 149, nº 693; 1770, p. 150, nº 697.
192 BATSSÉ, 1777, p. 259, nº 1283; 1779, p. 298, nº 1466.
193 BATSSÉ, 1779, p. 295, nº 1453; 1781, p. 344, nº 1713.
194 BATSSÉ, 1771, p. 169, nº 821.
195 BATSSÉ, 1772, p. 182, nº 881.

Maria[196]; **Ana Maria**[197], mulher de Manoel do Nascimento; **Elena**, escrava[198] e **Maria Madalena**, mulher[199] de Antônio Pereira da Silva; **Felícia**, escrava do Sargento Mor Manoel Teixeira de Carvalho[200]; **Ana**[201]; **Ana**[202] e **Paula**[203], escravas de João Nunes de Azevedo; **José de Oliveira**[204], **Francisco**[205], **Manoel Vidal**[206] e **Leonor de Oliveira**[207] escravos do Padre Domingos Álvares de Sousa; **Aniceta**[208] e **Inês**[209], escravas de Bartolomeu Martins Ferreira; **Teresa**[210], **Engrácia**[211] e **Catarina**[212], escravas do Sargento Mor Gonçalo Barreto Lima; **Caetano**[213], **Ana Antônia**[214] e **Ana Maria**[215], escravos do Padre Manoel do Rosário; **Isabel**, escrava de Luís Freire de Andrade[216]; **Domingos** e **Rita**[217], **João**[218], **Joana**[219] e **Maria**[220],

---

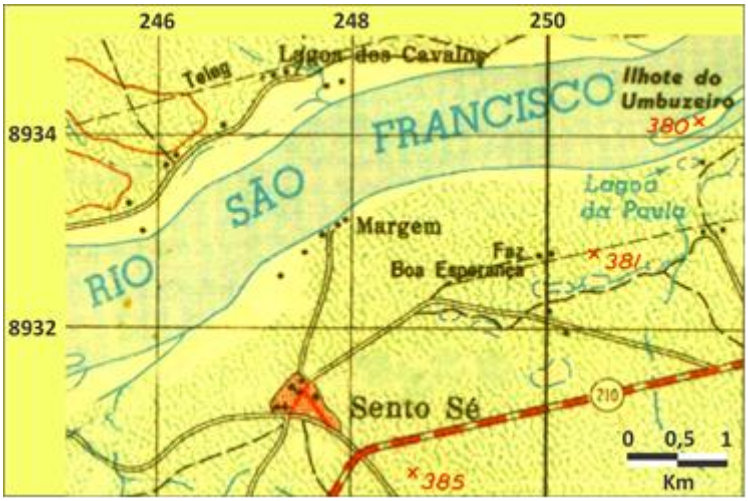
196 BATSSÉ, 1772, p. 195, nº 948.
197 BATSSÉ, 1774, p. 214, nº 1068.
198 BATSSÉ, 1762, p. 72, nº 381.
199 BATSSÉ, 1774, p. 217, nº 1082.
200 BATSSÉ, 1763, p. 75, nº 391.
201 BATSSÉ, 1763, p. 75, nº 392.
202 BATSSÉ, 1774, p. 216, nº 1080.
203 BATSSÉ, 1775, p. 273, nº 1354.
204 BATSSÉ, 1774, p. 217, nº 1082.
205 BATSSÉ, 1777, p. 256, nº 1268; 1780, p. 316, nº 1564.
206 BATSSÉ, 1779, p. 303, nº 1486; 1779, p. 315, nº 1559; 1781, p. 327, nº 1635.
207 BATSSÉ, 1779, 779, p. 315, nº 1559.
208 BATSSÉ, 1758, p. 31, nº 244.
209 BATSSÉ, 1762, p. 67, nº 367; 1764, p. 92, nº 459.
210 BATSSÉ, 1764, p. 92, nº 460.
211 BATSSÉ, 1775, p. 274, nº 1359.
212 BATSSÉ, 1780, p. 317, nº 1571.
213 BATSSÉ, 1772, p. 200, nº 987.
214 BATSSÉ, 1772, p. 200, nº 987.
215 BATSSÉ, 1777, p. 242, nº 1197.
216 BATSSÉ, 1772, p. 201, nº 989.
217 BATSSÉ, 1760, p. 41-42, nº 276.
218 BATSSÉ, 1769, p. 126, nº 594.
219 BATSSÉ, 1772, p. 193, nº 937; 1774, p. 213, nº 1065; 1780, p. 316, nº 1562; 1781, p. 344, nº 1714.
220 BATSSÉ, 1776, p. 240, nº 1190; 1779, p. 298, nº 1464; 1780, p. 327, nº 1632.

escravos, e **Ana Maria**[221], mulher de Pedro Coelho de Sá; **Luzia**, escrava de Júlia Coelho[222]; **Suzana**[223]e **Domingas**[224], escravas de Caetano de Sousa Ramos; **Maria**[225], escrava de Luís Alexandre Gomes da Silva; **Rita**[226], **Juliana**, **Caetano** e **Teresa**[227], **Josefa**[228], **Madalena**[229], **João**[230], e **Brásida Índia**[231], escravos do Capitão Mor Veríssimo Caetano Felisbel; **Benta**[232] e **José**[233], escravos de Francisco Carvalho da Cunha; **Leonarda Maria**, mulher de Bento Soares de Meneses[234]; **Vitorina** escrava de Rosa Clara do Nascimento[235]; **Ana**, escrava de Maria das Neves[236]; **Inácia**, escrava de Gonçalo Barreto Lima[237]; **Antônia**, escrava de Cosme Cabral[238]; **Maria de Andrade**, forra[239]; **Antônia Ferreira**, mestiça forra[240]; **Ana**[241]; **Inês**[242]; **Luzia**[243] e **Maria**[244].

---

221 BATSSÉ, 1763, p. 75, nº 393.
222 BATSSÉ, 1771, p. 181, nº 877; 1772, p. 193, nº 937.
223 BATSSÉ, 1776, p. 248, nº 1222.
224 BATSSÉ, 1779, p. 316, nº 1560.
225 BATSSÉ, 1776, p. 275, nº 1363; 1778, p. 264, nº 1315; 1782, p. 340, nº 1695.
226 BATSSÉ. 1756, p. 24, nº 204; 1761, p. 53, nº 321; 1756, p. 24, nº 204; 1763, p. 84, nº 423; 1764, p. 94, nº 468.
227 BATSSÉ, 1768, p. 118, nº 557.
228 BATSSÉ, 1760, p. 43, nº 281; 1769, p. 126, nº 594.
229 BATSSÉ, 1761, p. 51, nº 309; 1769, p. 129, nº 608; 1771, p. 170, nº 826.
230 BATSSÉ, 1769, p. 126, nº 594.
231 BATSSÉ, 1761, p. 51, nº 309; 1769, p. 126, nº 594; 1776, p. 274-275, nº 1361; 1779, p. 299, nº 1467.
232 BATSSÉ, 1779, p. 287, nº 1418; 1781, p. 328, nº 1639; 1782, p. 340, nº 1695.
233 BATSSÉ, 1780, p. 326, nº 1629; 1782, p. 340, nº 1695.
234 BATSSÉ, 1772, p. 184, nº 889.
235 BATSSÉ, 1780, p. 316, nº 1563.
236 BATSSÉ, 1774, p. 205, nº 1016; 1779, p. 299, nº 1468.
237 BATSSÉ, 1777, p. 26005, nº 1291.
238 BATSSÉ, 1780, p. 326, nº 1629.
239 BATSSÉ, 1745, p. 182-183, nº 883.
240 BATSSÉ, 1764, p. 94, nº 469.
241 BATSSÉ, 1763, p. 75, nº 392.
242 BATSSÉ, 1770, p. 149, nº 693.
243 BATSSÉ, 1771, p. 181, nº 877.
244 BATSSÉ, 1772, p. 195, nº 948.

Figura 39 – Velha cidade, edificada onde se situava a Aldeia Sentocé



Fonte: Ministério do Exército – Sento Sé (1973), adaptada pelo autor

> *Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de setecentos e sessenta e um anos, batizei, solenemente, e pus os santos óleos à inocente Timbica, filha de* ***Manoel e de sua mulher Simoa, ambos escravos de Domingos Manoel Viana*** (grifo nosso). *Foram padrinhos: Maria Barbosa, casada com José Pacheco Ferreira, e seu filho Bernardo Pacheco, solteiro, todos desta freguesia, de que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1761, p. 53, nº 320).

> *Aos vinte e oito dias do mês de agosto de mil setecentos e setenta e um, na Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente o Reverendo vigário desta mesma freguesia, o Padre Domingos Alves de Sousa, a* ***Antônio, adulto, gentio da costa, escravo de José de Sousa Pinto, morador nesta mesma povoação,*** *e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Alexandre Gomes, casado, e Maria da*

> *Conceição, solteira, todos fregueses desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1771, p. 180, nº 871).

> *Ao primeiro dia do mês de janeiro de mil setecentos e sessenta e nove, nesta freguesia, batizou solenemente, de licença minha, o Padre Manoel do Rosário, coadjutor atual desta freguesia, ao inocente* ***Manoel, filho de pai incógnito e de Josefa, escrava do Capitão Mor Veríssimo Caetano Felisbel****, e lhe pôs os santos óleos. Foram padrinhos:* ***João, escravo do dito, e Brásida, índia****, todos fregueses desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa* (grifo nosso). (BATSSÉ, 1769, p. 126, nº 594).

> *Aos cinco dias do mês de setembro de mil setecentos e sessenta e quatro, nesta matriz, batizei solenemente e pus os santos óleos ao inocente* ***Manoel, filho de pai incógnito e de Antônia Ferreira, mestiça forra, moradora nesta Povoação*** (grifo nosso). *Foi padrinho: Antônio Vieira de Vasconcelos, solteiro, filho do Sargento Mor Manoel Teixeira de Carvalho, todos desta freguesia, de que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1764, p. 94, nº 469).

Embora em menor número, é bem verdade, em trabalhos servis exploravam-se também homens e mulheres de origem africana. Citam-se: **Mulato Roberto** [245], escravo do Padre Manoel do Rosário; **Joana Crioula**, escrava de Bartolomeu Martins Ferreira[246] e **Francisca Crioula**.

[245] BATSSÉ, 1772, p. 200, nº 987.
[246] BATSSÉ, 1771, p. 37, nº 261.

> *Aos trinta dias do mês de julho de mil setecentos e setenta e um, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou, solenemente, o Reverendo Vigário convidado desta mesma freguesia, Padre Domingos Alves de Sousa, à inocente Ângela, filha natural de* ***Francisca Crioula, moradora nesta povoação****, e lhe pôs os santos óleos.* (grifo nosso). *Foram padrinhos: o Sargento Mor Manoel Teixeira de Carvalho, viúvo, e Luísa Maria, solteira, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1771, p. 180, nº 870).

As práticas agrícolas de subsistência, vinculadas à tradição tupinambá, subsistiram, durante séculos, nos lameiros das ilhas e margens do Rio São Francisco, bem como nos terraços de sequeiro. Neles, a população mais pobre da vila, que morava às ruas de Baixo e do Cordão, plantava culturas temporárias e permanentes. As principais lavouras de ciclo curto eram: feijão, milho, arroz, mandioca, batata doce, melancia, mamona, melão e abóbora. As perduráveis eram: limão, banana, manga, cana-de-açúcar, coco, laranja e goiaba.

> A população mais pobre [de raíz indígena] e negra praticava a agricultura nas vazantes do rio, em terras cedidas, arrendadas ou de meação; e a pesca na barrinha e na lagoa. Mesmo não sendo proprietários das terras, os agricultores se sentiam como tais, pois os verdadeiros proprietários, donos de quase todas as terras do município, nem se davam conta de pequenas faixas de lameiros e das terras no "alto" para o plantio da mandioca, porque não precisavam delas e sim das terras de pastagens para o gado. Quem "tomava conta" – administrava estas propriedades - eram pessoas que gozavam da simpatia e confiança dos proprietários; sendo aqueles também agricultores, estabeleciam uma relação de parceiros com os arrendatários, foreiros ou meeiros. (BARROS, 2007, p. 8).

As famílias pioneiras da povoação colonizadora, reproduziram-se, miscigenaram-se e prosperaram naquela paisagem sertaneja, ribeirinha e semiárida, onde os Amoipirá haviam implantado a Aldeia Sentocé. No entardecer do Século XIX descreveu-se a ela com milimétrica precisão e fartos detalhes. (Fig. 40).

Figura 40 – Velha cidade de Sento Sé



Fonte: Sousa (2017)

> A margem direita, populosa, cheia de fazendas e aldeias, era uma terra muito rica. Havia canoas amarradas na praia e pilhas de madeira, cortada e amontoada, prontas para a venda. O rio era margeado de arbustos, cujas belas formas já havíamos há pouco notado. (...) O porto consiste em cabanas de pescadores em fila, separadas por um alto cruzeiro de madeira. Poucas dessas construções são cobertas de telhas e as paredes revelam a marca da água até três pés de altura. Todas têm um pequeno quintal plantado de arbustos, especialmente a mamona. O solo é branco e areento e as enchentes penetram fundo, terra adentro. É difícil compreender porque os primeiros povoadores não

> preferiram a margem oposta, onde poucas jardas acima, o canal é claro e há duas ondulações que as águas não alcançam nunca. (...) A planície seca e pobre, então uma grossa areia amarela torna-se o leito do rio durante as enchentes. Vimos ervas arrastadas pelas últimas enchentes ainda presas aos troncos dos arbustos. Estava repleta de palmeiras de carnaúba que parecem deleitar-se com a situação de extrema secura com excessiva umidade. A esquerda do caminho havia um pouco de água que, com sua fila de palmeirais em torno e uma ilhota central, parecia artificial. O silencioso colhereiro passeava por ali sua delicada plumagem cor-de-rosa, mas o mergulhão fugiu, gritando quando nos aproximamos.
>
> A vila fica ao pé desse "brejo seco". Para o sul e para oeste o horizonte é limitado pelas carnaubeiras que assinalam o curso do rio. Cerca de meia légua para trás, havia dois morros maciços, exibindo pedreiras vermelhas e cinzentas, cortadas por linhas e manchas de arenito e quartzo branco. Aqui formam penedos e pare*des, a*li contrafortes isolados; a cor geral é a do solo, queimado pelo sol e parecem fumegar com o calor. Essa serra do Mulungu é, ao que parece, um ramo da serra do Brejo [dos Brejinhos] que, rio acima, mostrava os paredões de seus rochedos e que agora se curvava de sudoeste para noroeste. (...) À entrada da vila passa-se pela cadeia, casa de pau-a-pique, coberta de telha e com grades de ferro pregadas em armações de madeira. Em frente a ela fica a igreja de São José que só tem de notável os excelentes tijolos e a cantaria de granito quartzoso, com manchas de mica negra sobre o fundo azul-acinzentado da matriz. (...)
>
> Ao lado da igreja, de frente para o noroeste e acima do alcance das enchentes, havia meia dúzia de casas caiadas de branco e cobertas de telha. Atrás ficavam ranchos cobertos de palha. A única casa decente é a do vigário. (BURTON, 1867, p. 168, 171-172).

A miscigenação física e cultural que nela ocorreu ao longo dos anos, contribuiu a que se preservassem milenares costumes íncolas, depreciativamente relatados, cem anos depois da implantação da freguesia. Não deixaram que se apagassem os

traços culturais e, nem tampouco, as fisionomias de seus originais habitantes indígenas. (Fig. 41).

Figura 41 – Incontestáveis traços fisionômicos dos indígenas Sentocé



Fonte: Amaral (2019)

> Os habitantes dizem que a terra é ''muito atrasada", mas revelam em suas pessoas as razões do atraso. É objetivo de cada homem fazer o menos que possa, e limitar suas atividades aos trabalhos da menor Fazenda. Esses vadios acordam tarde, comem cedo, talvez uma batata-doce e a inevitável xícara de café. Às vezes há uma mesa, mas outras um simples tapete estendido no chão, mas não falta uma toalha. É então a hora (...) de dar um pulo nos vizinhos e de perder tempo com a mais mesquinha das conversinhas. As horas quentes passam-se na rede, balançando-se, cochilando, fumando e comendo melões. O jantar é às duas horas da tarde; um prato de mais resistência, de peixe, carne e mandioca com legumes às vezes e, por toda parte, salvo em Sento Sé com molho de pimenta. O café e o tabaco servem para encurtar as longas horas de tédio, e a tardinha é dedicada a uma pequena caminhada, ou a “tomar uma fresca'' que consiste em sentar-se a uma sombra, protegido do vento, ou receber visitas. A ceia ocorre ao cair da noite e**,** em qualquer oportunidade, o canto, o tambor, a dança e a bebida

prolongam-se até o amanhecer. Assim é que desperdiçam energia, perdem a memória e não se convencem a empreender o que quer que seja. Todo esforço lhes é absolutamente impossível. Em Sento Sé, os habitantes conversam languidamente acerca do canal que deve ser aberto a partir do São Francisco (...). Mas ninguém sonha em fazer qualquer coisa a não ser conversar. "O Governo'' deve fazer tudo para eles; nada farão por si. Depois de um dia ou dois de estada nesses leitos aquecidos pela indolência, comecei a sentir-me como um dos que eram ali criados. (...)

A coisa mais próxima à humanidade existente no lugar era um rapaz trajado com um terno de algodão marrom e um chapéu de pelo de gato-do-mato. Conseguimos, porém, descobrir uma velha moradora inteligente, que fez o possível para esclarecer-nos. As lavadeiras, consideradas oficialmente brancas, trabalhavam com o peito nu; o resto da indumentária consistia numa camisa que expunha pelo menos um ombro, revelando os contornos mais que o necessário, uma saia e um xale de algodão de cores vivas, geralmente colocado sobre a cabeça. Pés descalços, mas cabelos admiravelmente espessos e lustrosos, partidos ao meio e penteados até abaixo das orelhas, onde caíam numa densa massa de cachos rígidos, lembrando os da Núbia. Algumas mulheres e muitas crianças tinham o cabelo erguido, às vezes à moda de tiara do Papa, com um topete erguido até oito polegadas como o "*mop*" do Somali ou de um negro papua. Uma rapariga tinha como animal de estimação um cão de cor de chumbo, sem pelo, cuja pele nua apresentava um contraste curioso com a cabeça da dona. O único sinal de atividade era o som de um "*jango*", ou arco de música africana que, nas mãos de um rapazinho, produzia um som não desagradável.

Antes da noite, uma pequena frota de barcas, retida pelo mau tempo, e que o ajoujo havia ultrapassado, chegou como numa regata, acompanhada com buzinas e cantos, o ritmo das remadas. Nas cheias essas barcas podem ir em 24 horas de Remanso a Juazeiro. Gastam agora nove dias. Era aquela a última viagem do ano e estavam todos ansiosos por terminá-la. Em quase todas as barcas, mulheres a bordo, com

> vestuários tão sumários como as da praia. O patrão, por seu lado, envergava, muitas vezes, roupas de procedência francesa, sinal de que estávamos nos aproximando da civilização. (BURTON, 1867, p. 172-174).

Ao atual território do município de Sento Sé vinculavam-se 27 comunidades que, no Século XVIII, reconheciam-se como sítios, fazendas ou povoados. (Qd. 4; Fig. 42).

Quadro 4 – Antigas comunidades de Sento Sé

Nº	Localização dos Sítios	UTM	UTMN	Altitude
1	Fazenda das Pedras	24L279700	8961000	376 m
2	Fazenda Tapera	24L278000	8961000	373 m
3	Sítio do Morro	24L276000	8959500	374 m
4	Fazenda Jatobá	24L274000	8958500	379 m
5	Sítio do Serrote	24L267000	8957500	374 m
6	Saco de Arara	24L266100	8948600	382 m
7	Povoado de Xique-Xique	24L264800	8946800	388 m
8	Fazenda do Incaibro	24L263600	8945800	386 m
9	Fazenda do Urucé	24L256400	8938600	378 m
10	Sítio da Gameleira	24L251496	8914238	442 m
11	Brejo Grande	24L248042	8906421	488 m
12	Sítio de São Pedro	24L272404	8907314	645 m
13	Fazenda das Almas	24L240020	8862290	788 m
14	Fazenda da Lagoa	24L243000	8928000	380 m
15	Sítio do Porto Alegre	24L242000	8930600	384 m
16	Fazenda Mandacaru	24L239900	8930800	384 m
17	Fazenda Estreito	24L238900	8923900	386 m
18	Fazenda da Malhada	24L233800	8930800	379 m
19	Fazenda do Bazuá	24L223505	8927631	376 m
20	Sítio das Traíras	24L219483	8927222	---
21	Fazenda do Tamarindo	24L224281	8904640	429 m
22	Fazenda do Mari	24L210100	8882887	435 m
23	Fazenda da Aldeia	23L825628	8925776	---
24	Fazenda do Boqueirãozinho	23L810513	8896825	390 m
25	Fazenda do Boqueirão Grande	23L802835	8887440	391 m
26	Sítio do Alagadiço	23L782700	8882184	390 m
27	Porto das Pedras	23L783149	8877369	390 m

Fonte: BATSSÉ (1752-1783)

Figura 42 – Distribuição espacial das antigas comunidades de Sento Sé



Fonte: Google Earth (2024), adaptado pelo autor

4.1.1 Fazenda das Pedras

Da Igreja de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção nordeste, a 45 km de distância, junto à confluência do

Riacho dos Macacos com o Rio São Francisco, encontrava-se a sede da Fazenda das Pedras, atualmente submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 43).

Figura 43 – Povoado da Fazenda das Pedras na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército – Casa Nova (1973), adaptada pelo autor

De 1753 a 1783, nela e em seu entorno moraram pessoas de origem portuguesa, quais eram: Manoel da Rocha Braga[247]; Maria Pinto das Neves[248]; Geraldo Gomes e Rosa Carneiro, Capitão Mor José da Rocha Medrado[249] e Teresa da Graça[250]; Manoel Ribeiro Marques e Ana Maria de Sousa[251]; Abel Serra da Fonseca[252], André Gomes Santos e Francisca de Sousa[253]; Joaquim dos Santos e Lourença da Silva[254]; Luís Fernandes de Sousa[255]; Gonçalo da Rocha e Potenciana Pimenta[256]; Eugênia

247 BATSSÉ, 1753, p. 17, nº 86
248 BATSSÉ, 1753, p. 17, nº 86; 1753, p. 148, nº 689; 1755, p. 148, nº 690; 1779, p. 302, nº 1481.
249 BATSSÉ, 1754, p. 20, nº 104; 1756, p. 97, nº 481; 1770, p. 175, nº 846; 1770, p. 175, nº 847.
250 BATSSÉ, 1762, p. 66, nº 365.
251 BATSSÉ, 1754, p. 21, nº 107.
252 BATSSÉ, 1762, p. 72-73, nº 384.
253 BATSSÉ, 1763, p. 83, nº 422; 1767, p. 104, nº 508; 1769, p. 129, nº 609.
254 BATSSÉ, 1764, p. 87, nº 437.
255 BATSSÉ, 1764, p. 88, nº 441.
256 BATSSÉ, 1764, p. 88, nº 442.

Pereira de Brito[257]; João Pires e Desideria da Cruz[258]; João dos (...)[259]; João Damaceno Linhares e Ana Maria da Silva[260]; José Amaro e Feliciana de Sousa[261]; José Bernardes e (...) da Silva[262]; José Batista e Paula Ferreira[263]; Francisca Tavares[264]; Jerônimo Magalhães de Sousa, Segismunda Romana da Rocha[265]; Bernardo de Matos Albuquerque e Lisarda Liberata da Vitória[266]; Silvestre José da Rocha[267]; José Vitorino Pimenta[268]; Tomás Antônio de Campos[269]; Maria de Azevedo[270]; André Serra[271]; Antônia Barbosa[272]; Teodora da Rocha[273]; Francisco Dias[274]; Bernardo Pacheco[275]; Maria Barbosa[276]; Melânia Rodrigues[277]; José Pacheco Ferreira[278]; Manoel Rodrigues Colar[279] e Lisarda Maria Rodrigues[280].

---

257 BATSSÉ, 1764, p. 91, nº 456; 1769, p. 174, nº 842; 1770, p. 151, nº 701; 1771, p. 176, nº 848; 1772, p. 196, nº 956.
258 BATSSÉ, 1764, p. 93, nº 466.
259 BATSSÉ, 1767, p. 116, nº 547.
260 BATSSÉ, 1767, p. 116, nº 548.
261 BATSSÉ, 1769, p. 127, nº 599; 1776, p. 241-242, nº 1194 e 1195.
262 BATSSÉ, 1769, p. 135, nº 634.
263 BATSSÉ, 1775, p. 221, nº 1100.
264 BATSSÉ, 1771, p. 166, nº 810.
265 BATSSÉ, 1771, p. 174, nº 841; 1774, p. 215, nº 1072.
266 BATSSÉ, 1771, p. 174, nº 841.
267 BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 956.
268 BATSSÉ, 1772, p. 200, nº 983.
269 BATSSÉ, 1774, p. 215, nº 1074.
270 BATSSÉ, 1776, p. 228, nº 1136.
271 BATSSÉ, 1776, p. 228, nº 1136.
272 BATSSÉ, 1776, p. 228, nº 1136.
273 BATSSÉ, 1776, p. 229-230, nº 1141.
274 BATSSÉ, 1776, p. 229-230, nº 1141.
275 BATSSÉ, 1776, p. 241-242, nº 1195.
276 BATSSÉ, 1776, p. 241-242, nº 1195.
277 BATSSÉ, 1776, p. 242, nº 1196.
278 BATSSÉ, 1776, p. 242, nº 1196.
279 BATSSÉ, 1776, p. 242, nº 1196.
280 BATSSÉ, 1776, p. 242, nº 1196.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Luzia**, escrava e amante de Luís Fernandes de Sousa; **Francisca**[281], **Francisca Manoela**[282], **Gonçalo Gomes**, **Teodora Maria** e **Albina Mestiça**, escravas do Capitão José da Rocha Medrado; **Antônio** e **Maurícia**, escravos de João dos (...)[283]; **Ana**[284] e **Maria**[285], escravas de José Pacheco Ferreira; **Paula Maria**, mulher de José Batista[286]; **Eugênia**[287], **Theobalda**[288], **Teodora**[289], **Domingas**[290] e **Inácia**[291], escravas de Eugênia Pereira de Brito; **Gonçalo Gomes, forro**[292]; **Francisca Manuela**[293]; **Teodora**, **Pedro** e **Francisca**, escravos de Tomás Antônio de Campos[294], e **Ana Mestiça**, escrava de Teodora da Rocha[295].

> *Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de sessenta e quatro, de licença minha, batizou o Reverendo Padre Manoel Rodrigues de Almeida, solenemente, e pôs os santos óleos ao inocente Manoel, filho natural de* ***Luís Fernandes de Sousa, morador na Fazenda das Pedras, e de Luzia, escrava do dito Luís Fernandes****. Foram padrinhos: Serafim de Carvalho, solteiro, filho de Antônio Carvalho, morador nas Salinas de Cima, da Freguesia do Pilão Arcado, e Francisca Mulata, escrava do Capitão Mor José da Rocha*

281 BATSSÉ, 1765, p. 97, nº 481; 1772, p. 200, nº 983.
282 BATSSÉ, 1768, p. 115, nº 545; 1772, p. 200, nº 983.
283 BATSSÉ, 1767, p. 116, nº 547.
284 BATSSÉ, 1769, p. 135, nº 634; 1775, p. 274, nº 1358.
285 BATSSÉ, 1779, p. 298, nº 1463.
286 BATSSÉ, 1769, p. 140-141, nº 659.
287 BATSSÉ, 1769, p. 174, nº 842; 1783, p. 371, nº 1886.
288 BATSSÉ, 1771, p. 176, nº 847.
289 BATSSÉ, 1771, p. 176, nº 847.
290 BATSSÉ, 1772, p. 188, nº 910.
291 BATSSÉ, 1783, p. 370, nº 1884.
292 BATSSÉ, 1771, p. 176, nº 847.
293 BATSSÉ, 1771, p. 177, nº 853.
294 BATSSÉ, 1774, p. 215, nº 1074.
295 BATSSÉ, 1776, p. 229-230, nº 1141.

> *Medrado, todos desta freguesia, de que fiz este assento que, por verdade, assinei* (grifo nosso). *Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1764, p. 88, nº 441).
>
> *Aos sete dias do mês de janeiro de mil setecentos e setenta, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Frei João de Santa (...), religioso de São Francisco, ao inocente Siríaco, filho natural de Sula Crioula, escrava de Dona Eugênia Pereira de Brito, moradora na Fazenda das Pedras e lhe pôs os santos óleos*(grifo nosso). *Foram padrinhos:* ***Gonçalo Gomes, solteiro, e Teodora Maria, escravos do Capitão José da Rocha Medrado****, todos fregueses desta Freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1770, p. 175, nº 845).
>
> *Aos doze dias do mês de agosto de mil setecentos e setenta, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Frei (...) de Santa Clara, religioso do (...) São Francisco, à inocente Laura, filha natural de* ***Albina Mestiça, escrava do Capitão Mor José da Rocha Medrado, morador na Fazenda das Pedras****, e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Silvestre José, solteiro, e (...), todos fregueses desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1770, p. 175, nº 846).

Eram de origem africana: **Francisca Mulata**[296] e **Mônica Crioula**, escravas do Capitão Mor José da Rocha Medrado; **Juliana Crioula**, **Domingas Crioula, Inácia Crioula**, **Sula Crioula**[297] e **Martinha Crioula**[298], escravas de Eugênia Pereira de Brito.

---

[296] BATSSÉ, 1764, p. 88, nº 441.
[297] BATSSÉ, 1771, p. 175, nº 845.
[298] BATSSÉ, 1774, p. 215, nº 1072.

Aos treze dias do mês de junho de mil setecentos e setenta, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Frei Lourenço de (...), à inocente Bibiana, filha natural de ***Mônica Crioula, escrava do Capitão José da Rocha Medrado, morador na Fazenda das Pedras****, e lhe pôs os santos óleos.* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Francisco da Rocha, solteiro, e Anna da Rocha, solteira, filhos do Capitão José da Rocha, todos fregueses desta Freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1770, p. 175, nº 847).

Aos doze dias do mês de agosto de mil setecentos e sessenta e nove, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Vigário Francisco Machado de Oliveira, ao inocente Estevão, filho natural de ***Juliana Crioula, escrava de Dona Eugênia Pereira de Brito, moradora na Fazenda das Pedras****, e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Jerônimo de Magalhães, solteiro, e Maria do Nascimento, casada, todos desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1769, p. 174, nº 842).

Aos dez dias do mês de agosto de mil setecentos e setenta e um, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre (...), à inocente Corina, filha natural de ***Domingas Crioula, escrava de Dona Eugênia Pereira de Brito, moradora na Fazenda das Pedras****, e lhe pôs os santos óleos.* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Francisco (...), solteiro, e (...), solteira, todos desta Freguesia, de que mandei*

> *fazer este assento que, por verdade assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1771, p. 175, nº 844).
>
> *Aos vinte e nove dias do mês de julho de mil setecentos e setenta e quatro, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou, solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Frei Antônio de São José do Amor Divino, à inocente Martinha, filha natural de* ***Ignácia Crioula, escrava de Dona Eugênia Pereira de Brito****, e lhe pôs os santos óleos* (grifo nossos. *Foram padrinhos: Gerônimo de Magalhães e sua mulher (...) Romana da Rocha, todos fregueses desta freguesia e moradores no Sítio das Pedras, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1774, p. 215, nº 1072).

4.1.1.1 Artefatos Arqueológicos

Na Fazenda das Pedras havia dois sítios arqueológicos a céu aberto que se resgataram em 1977[299]. Em um deles, Sítio das Pedras, com aproximadamente 1000 m², havia 128 fragmentos de cerâmica na superfície do terreno. Elas tinham características históricas, embora alguns apresentassem sinais de técnica pré-colonial. Nele se fizeram dois cortes, ambos estéreis. (CALDERÓN *et al*. 1977, p. 21).

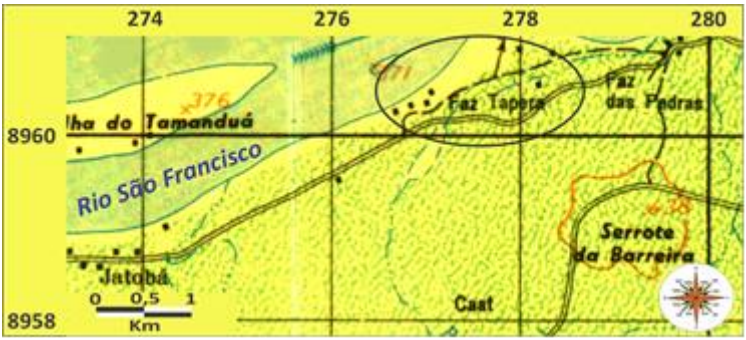
[299] Os artefatos desses e de outros sítios arqueológicos da área de abrangência do Lago de Sobradinho foram parcial e superficialmente resgatados pela equipe de Calderón, em 1977. Estão no Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal da Bahia, em Salvador. Sobre eles não se processou pesquisa arqueológica alguma e nem se produziu, tampouco, qualquer conhecimento a respeito da população ribeirinha histórica e pré-histórica do Submédio São Francisco.

No outro, Sítio do Boqueirão, em área de 50 m X 20 m, havia 123 fragmentos de cerâmica e três artefatos líticos na superfície do terreno. Nele também se fizeram dois cortes. Em um deles, nos níveis 2 e três, encontraram-se lentes de carvão. (CALDERÓN *et al*. 1977, p. 21).

4.1.2 Sítio da Tapera

Da matriz da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção nordeste, a 43 km de distância, junto ao Rio São Francisco, localizava-se o Sítio da Tapera do qual se originou a sede da fazenda homônima, hoje submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 44).

Figura 44 – Sede da Fazenda Tapera, representada na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército – Casa Nova (1973), adaptada pelo autor

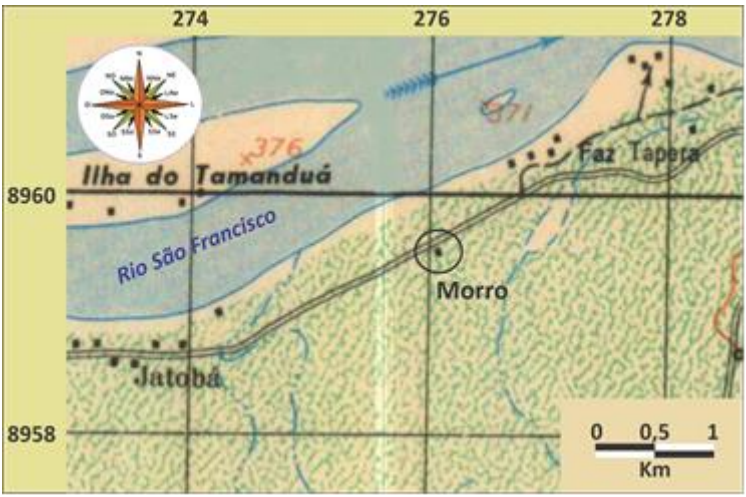
De 1769 a 1779, nela moravam: Bartolomeu da Rocha[300]; Lauriana da Silva do Sacramento[301] e Capitão Manoel Nunes Alves, de origem lusitana, e **Feliciana**[302], escrava indígena de etnia incógnita.

[300] BATSSÉ, 1779, p. 302, nº 1481.
[301] BATSSÉ, 1779, p. 302, nº 1481.
[302] BATSSÉ, 1769, p. 128, nº 604.

4.1.3 Sítio do Morro

Da igreja de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e sentido nordeste, a 40 km de distância, junto ao Rio São Francisco, a meio caminho entre o povoado de Jatobá e a sede da Fazenda Tapera, localizava-se o Sítio do Morro, hoje submerso no Lago de Sobradinho. (Fig. 45).

Figura 45 – O Morro representado na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército – Casa Nova (1973), adaptada pelo autor

De 1765 a 1780, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Custódia de Farias Bezerra, Zacarias Ribeiro de Oliveira e Luís da Silva Guimarães[303]; Antônia Rodrigues[304]; José da Silva[305]; Teotônio de Moura[306] e Josefa Gonçalves[307].

[303] BATSSÉ, 1765, p. 96, nº 478.
[304] BATSSÉ, 1780, p. 324, nº 1616.
[305] BATSSÉ, 1780, p. 324, nº 1616.
[306] BATSSÉ, 1780, p. 324, nº 1617.
[307] BATSSÉ, 1780, p. 324, nº 1617.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Andreia Parda**, escrava de Luís da Silva Guimarães; **Ana**, escrava de Teotônio de Moura[308], e **Manoel Henrique**[309].

> *Aos treze dias do mês de maio de [mil setecentos e] sessenta e cinco, batizou o Reverendo Padre Manoel Rodrigues de Almeida, de licença minha, solenemente, a Maria, filha de pai incógnito e de* ***Custódia de Farias Bezerra, moradora no lugar do Morro, desta freguesia****. Foram padrinhos: Zacarias Ribeiro de Oliveira, solteiro, e* ***Andreia Parda, escrava de Luís da Silva Guimarães, moradores no mesmo lugar do Morro****, do que fiz este assento que, por verdade, assinei* (grifo nosso). *Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1765, p. 96, nº 478).

4.1.4 Fazenda Jatobá

Da matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e sentido nordeste, a 39 km de distância, localizava-se a sede da Fazenda Jatobá da qual se originou o povoado homônimo, atualmente submerso no Lago de Sobradinho. (Fig. 46).

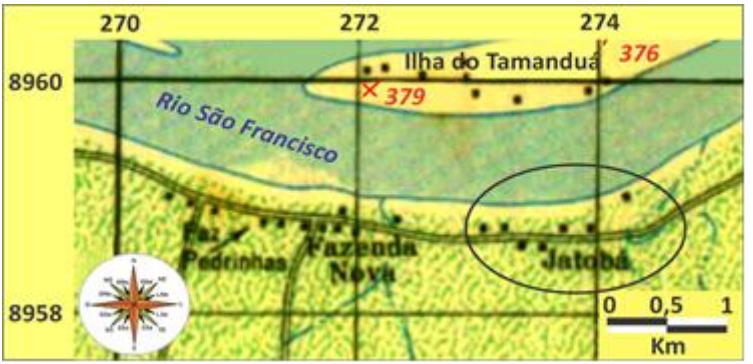
De 1763 a 1779, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Afonso Peixoto da Costa e Ana Rodrigues de Almeida[310]; Alferes José Ribeiro de Oliveira[311] e Sebastiana Torres[312]; Félix Rodrigues de Miranda[313] e Maria das Neves[314];

---

308 BATSSÉ, 1780, p. 324, nº 1617.
309 BATSSÉ, 1780, p. 324, nº 1617.
310 BATSSÉ, 1763, p. 78, nº 399.
311 BATSSÉ, 1764, p. 87, nº 436; 1766, p. 103, nº 503.
312 BATSSÉ, 1766, p. 103, nº 503.
313 BATSSÉ, 1766, p. 97, nº 482; 1773, p. 211, nº 1053.
314 BATSSÉ, 1766, p. 97, nº 482.

Manoel Ferreira Nogueira e Antônia Moreira da Conceição[315]; Francisco Rodrigues e Ana Maria de Resende[316]; Bernardo Barbosa[317]; Gaspar dos Reis e Mariana Pinto[318]; João da Rocha e Antônia Ferreira[319]; Inácio da Cunha de Miranda[320]; Manoel Ferreira e Maria Nunes[321]; Eusébio (...)[322]; Antônio Correia e Joana Batista[323]; Manoel Albino Leite e Lourença Pereira[324]; José Álvares[325]; Severino de Sousa Porto e Maria José de Carvalho[326]; Silvestre José da Rocha[327] e Segismunda Romana da Rocha[328].

Figura 46 – Povoado de Jatobá na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército – Casa Nova (1973), adaptada pelo autor

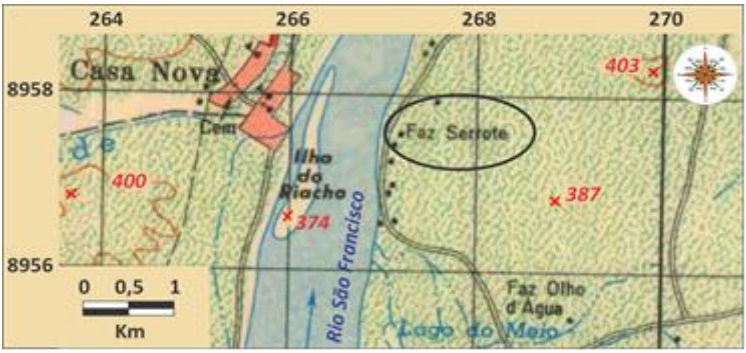
315 BATSSÉ, 1768, p. 122, nº 573; 1771, p. 164-165, nº 805.
316 BATSSÉ, 1768, p. 122, nº 574; 1773, p. 211, nº 1053.
317 BATSSÉ, 1768, p. 126, nº 592.
318 BATSSÉ, 1769, p. 127, nº 596.
319 BATSSÉ, 1769, p. 128, nº 606.
320 BATSSÉ, 1769, p. 134, nº 632.
321 BATSSÉ, 1770, p. 144, nº 673.
322 BATSSÉ, 1772, p. 188, nº 912.
323 BATSSÉ, 1772, p. 190, nº 921.
324 BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1778.
325 BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1778.
326 BATSSÉ, 1776, p. 238, nº 1780.
327 BATSSÉ, 1776, p. 238, nº 1780.
328 BATSSÉ, 1776, p. 238, nº 1780.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Isabel**, escrava do Alferes José Ribeiro de Oliveira[329]; **Ana Maria**, mulher de Bernardo Barbosa[330]; **Isabel Maria**, mulher de Eusébio (...)[331]; **Ana Maria**, mulher de José Álvares[332]; **Maria**[333] e **Isabel**[334], escravas de Marcos Rodrigues Vicente e Antônia da Costa Neves.

4.1.5 Sítio do Serrote

Da igreja de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudeste, a 34 km de distância, localizava-se o Sítio do Serrote do qual se originou a sede da fazenda homônima, hoje submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 47). Em 1776, nele morava a família de José de Souza[335] e Marcelina Soares[336], de origem portuguesa.

Figura 47 – Fazenda Serrote na década de 1970



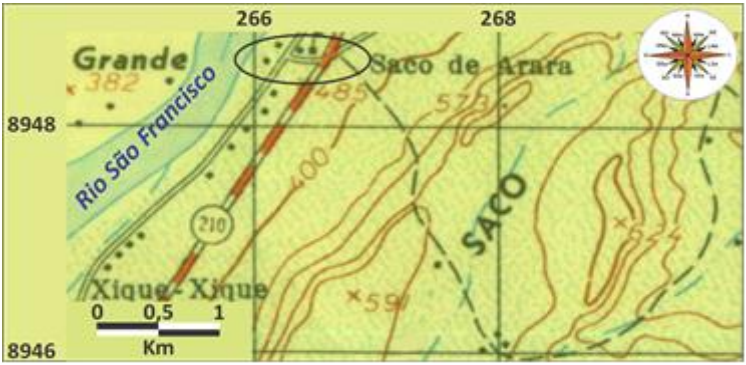
Fonte: Ministério do Exército – Casa Nova (1973), adaptada pelo autor

329 BATSSÉ, 1764, p. 87, nº 436.
330 BATSSÉ, 1768, p. 126, nº 592.
331 BATSSÉ, 1772, p. 188, nº 912.
332 BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1778.
333 BATSSÉ, 1779, p. 303, nº 1487; 1783, p. 364, nº 1833.
334 BATSSÉ, 1783, p. 371, nº 1896.
335 BATSSÉ, 1776, p. 239-240, nº 1187.
336 BATSSÉ, 1776, p. 239-240, nº 1187.

4.1.6 Saco de Arara

Da igreja de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção nordeste, a 26 km de distância, localizava-se o povoado de Saco de Arara, hoje submerso no lago de Sobradinho. (Fig. 48).

Figura 48 – Povoado de Saco da Arara na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército - Sento Sé (1973), adaptada pelo autor

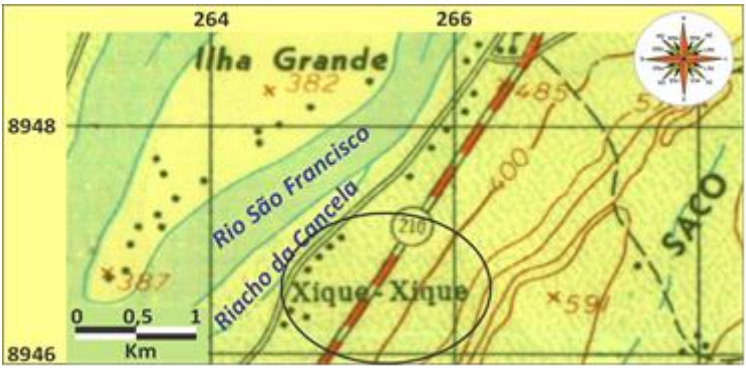
De 1754 a 1757, nele morava a família de Francisco Gabino e Ângela da Costa[337], de origem portuguesa.

4.1.7 Povoado de Xique-Xique

Da matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção nordeste, a 24 km de distância, na margem direita do Riacho da Cancela, junto ao Rio São Francisco, localizava-se o povoado de Xique-Xique, atualmente submerso no Lago de Sobradinho. (Fig. 49).

[337] BATSSÉ, 1754, p. 22, nº 114.

Figura 49 – Povoado de Xique-xique na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército - Sento Sé (1973), adaptada pelo autor

De 1753 a 1777, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: João Ferreira Souto[338], Félix Ferreira[339]; Antônio Pereira Bastos[340]; Josefa Maria de Matos[341]; Manoel Pereira e Maria Ferreira[342]; Clemente da Silva[343]; José Martins de Santiago e Antônia Pereira[344]; Brás Ferreira[345]; João Coelho dos Santos e Antônia Pereira da Silva[346]; Leandro Pereira Bastos[347] e Ana de Sousa[348].

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Maria**, escrava de João Ferreira Souto[349]; **Antônio** e **Maria**[350], **Rita**[351], escravos, e

338 BATSSÉ, 1753, p. 18, nº 92.
339 BATSSÉ, 1753, p. 18, nº 92.
340 BATSSÉ, 1753, p. 18, nº 92; 1762, p. 63, nº 357; 1767, p. 110, nº 531.
341 BATSSÉ, 1762, p. 63, nº 357; 1773, p. 206, nº 1020 e 1021.
342 BATSSÉ, 1767, p. 110, nº 531; 1773, p. 206, nº 1021.
343 BATSSÉ, 1770, p. 151, nº 702.
344 BATSSÉ, 1770, p. 151, nº 702; 1773, p. 206, nº 1020.
345 BATSSÉ, 1773, p. 206, nº 1021.
346 BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1232.
347 BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1232.
348 BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1232.
349 BATSSÉ, 1753, p. 18, nº 92.
350 BATSSÉ, 1767, p. 110, nº 530.
351 BATSSÉ, 1767, p. 110, nº 531.

Josefa Maria[352], mulher de Antônio Pereira Bastos, e **Lourença Maria**, mulher de Clemente da Silva[353].

4.1.8 Fazenda do Incaibro

Da igreja de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção nordeste, a 23 km de distância, localizava-se a sede da Fazenda do Incaibro, hoje submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 50).

Figura 50 – Sede da Fazenda do Incaibro na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército – Sento Sé (1973), adaptada pelo autor

De 1757 a 1772, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: José Pereira, Stela dos Santos, Mariano de Melo e Elena Gomes[354]; Antônio Gildo Brito e Joana de Matos[355]; Gonçalo de Oliveira e Anastácia Gomes[356].

---

[352] BATSSÉ, 1753, p. 18, nº 92.
[353] BATSSÉ, 1770, p. 151, nº 702.
[354] BATSSÉ, 1757, p. 28, nº 218.
[355] BATSSÉ, 1768, p. 124, nº 582; 1772, p. 200-201, nº 988.
[356] BATSSÉ, 1768, p. 125, nº 586.

Ao grupo indígena vinculava-se **Maria**, escrava de Antônio Gildo Brito[357].

4.1.8.1 Artefatos Arqueológicos

Calderón *et al*. (1977) referiram-se a painéis de pintura rupestre que disseram haver no alto da Serra da Fazenda do Incaibro. Kestering (2007) constatou que, de fato existem os referidos painéis, distribuídos em distintos sítios, quais são: Roça do Álvaro, Roça do Corte, Porta do Lago, Fronteira Norte e Ladeira da Arara. Em suportes de rochas metassedimentares da Chapada Diamantina, Formação Tombador, se preservam neles 39 painéis rupestres pré-históricos da Tradição São Francisco. (Fig. 51 a 53).

Figura 51 – Porta do Lago, no alto da serra da Fazenda do Incaibro



Fonte: Kestering (2007, p. 264)

[357] BATSSÉ, 1771, p. 168, nº 817.

Figura 52 – Painel de pintura rupestre no Sítio Roça do Álvaro



Fonte: Kestering (2007, p. 124)

Figura 53 – Painel de pintura rupestre no Sítio Roça do Corte

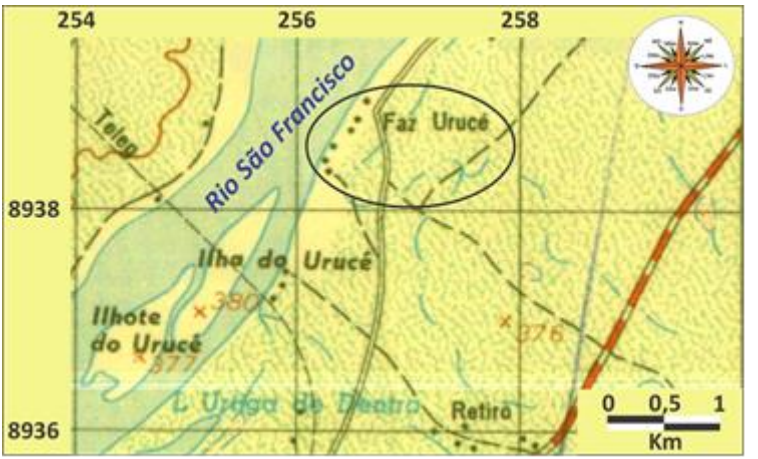


Fonte: Kestering (2007, p. 76)

4.1.9 Fazenda do Urucé

Da igreja de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção nordeste, a 15 km de distância, junto ao Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda do Urucé da qual se originou o povoado homônimo, atualmente submerso no Lago de Sobradinho. (Fig. 54).

Figura 54 – Povoado de Urucé na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército – Sento Sé (1973), adaptada pelo autor

De 1756 a 1776, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: José Soares[358], Leonardo de Sousa[359]; Antônio Cardoso[360]; Florência Gomes[361]; Bernardo Pereira[362]; Feliciano de Sousa e Joana Ferreira[363].

[358] BATSSÉ, 1762, p. 72, nº 382.
[359] BATSSÉ, 1761, p. 51, nº 310; 1769, p. 130, nº 614.
[360] BATSSÉ, 1769, p. 130, nº 614.
[361] BATSSÉ, 1764, p. 85-86, nº 431.
[362] BATSSÉ, 1776, p. 220, nº 1096.
[363] BATSSÉ, 1770, p. 145, nº 677.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Manoel da Silva**, escravo de Antônio Cardoso[364]; **Maria**[365] e **Mariana**[366], escravas de José Soares; **Leonor Maria**, mulher de Leonardo de Sousa, e **Dionísia Maria**, mulher de Bernardo Pereira[367].

> *Aos nove dias do mês de julho de mil setecentos e sessenta e nove, nesta Freguesia, batizei solenemente e pus os santos óleos à inocente* ***Antônia, filha legítima de Manoel, escravo de Antônio Cardoso, e de sua mulher Inácia de Matos, crioula forra, assistentes na Fazenda do Urucé,*** *desta Freguesia* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Jerônimo Pereira, pardo forro, morador na Fazenda do Curralinho, da Freguesia de Santo Antônio do Pilão Arcado, e Leonor Maria, casada com Leonardo de Souza, morador na sobredita Fazenda do Urucé, nesta freguesia, do que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1769, p. 130, nº 614).

Era de origem africana a **crioula forra Inácia Pereira de Matos**, mulher do indígena Manoel da Silva[368], de etnia incógnita.

> *Também no mesmo dia e ano [vinte de janeiro de mil setecentos e cinquenta e seis] batizou e pôs os santos óleos o Reverendo Pereira, coadjutor na Capella Belo da (...) à inocente* ***Rosa****, filha de* ***Manoel da Silva, escravo da Fazenda Urucé*** *e de sua mulher* ***Ignácia Pereira de Matos, crioula forra****.* (grifo nosso). *Foram padrinhos Teodoro Nunes da Silva e sua mulher Maurícia Teixeira da Costa, todos moradores nesta freguesia de São*

[364] BATSSÉ, 1769, p. 130, nº 614.
[365] BATSSÉ, 1760, p. 41-42, nº 276.
[366] BATSSÉ, 1762, p. 72, nº 382.
[367] BATSSÉ, 1776, p. 220, nº 1096.
[368] BATSSÉ, 1769, p. 130, nº 614.

> *José da Barra de Sento Sé, de que mandei fazer este assento que, por verdade assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1756, p. 25, nº 207).

4.1.9.1 Artefatos Arqueológicos

Na Fazenda do Urucé havia um sítio arqueológico a céu aberto que Calderón *et al*. (1977) cadastraram como Barrinha do Urucé. Em área de 55 m x 25 m, eles coletaram 105 fragmentos de cerâmica, que jaziam na superfície do terreno, com os quais propuseram presença humana remota e recente.

> [Efetuaram-se] dois) cortes que apresentaram refugos em vários níveis, embora em pouca quantidade. [O] corte 1 apresentou refugos nos níveis: 2 (10 cacos) e 3 (2 cacos) e um fragmento de pedra utilizada. [O] corte 2 apresentou refugos nos níveis: 1 (18 cacos); 2 (estéril); 3 (21 cacos); 4 (35 cacos e um fragmento de pedra utilizada); 5 (seis cacos e ossos fragmentados); 6 (nove cacos). Os cortes 1 (nível 3) e 2 (níveis 3, 4, 5 e 6) apresentaram amostras de carvão. (CALDERÓN *et al*. 1977, p. 25).

4.1.10 Sítio da Gameleira

Da igreja de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sul, a 15 km de distância, 184 metros à esquerda do Riacho do Mulungu e 1,2 km a leste da Grota de Antônio Francisco, localizava-se a sede do Sítio da Gameleira. Dela se originou o núcleo da atual fazenda homônima. (Fig. 55 e 56).

Em 1769, nela morava a família de Antônio Rodrigues e Arcângela Poderoso[369], de origem portuguesa.

[369] BATSSÉ, 1769, p. 139, nº 653.

Figura 55 – Sede da Fazenda Gameleira nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 56 – Grota de Antônio Francisco



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

4.1.10.1 Artefatos Arqueológicos

Na Grota de Antônio Francisco há uma fonte de água potável permanente e um sítio arqueológico com vários painéis de pintura rupestre da Tradição São Francisco, realizados em suportes de rochas metassedimentares da Chapada Diamantina, Formação Tombador. (Fig. 57).

Figura 57 – Painel rupestre da Tradição São Francisco



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

4.1.11 Brejo Grande

Da matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sul, a 23 km de distância, localizava-se o Brejo Grande que hoje se conhece como Brejo da Martinha. (Fig. 58).

Figura 58 – Brejo da Martinha nos dias atuais



Fonte: Brejo da Martinha (2020), adaptada pelo autor

De 1768 a 1777, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Gonçalo Pereira [370]; Vitorino Alves Correia [371]; Josefa Maria de Matos [372]; Bonifácio Pereira [373] e Maria Pereira[374].

Ao grupo nativo vinculavam-se: **Antônia Maria**, mulher de Gonçalo Pereira[375]; **Ana Marcelina**, mulher de Vitorino Alves Correia [376]; **Rosa**, escrava de Josefa Maria de Matos [377] e **Francisco**[378], escravo do Padre Domingos Álvares de Sousa.

4.1.11.1 Artefatos Arqueológicos

Junto ao povoado de Brejo da Martinha há uma fonte de água potável permanente e um boqueirão com vários painéis de pintura rupestre da Tradição São Francisco, realizados em suportes de rochas metassedimentares da Chapada Diamantina, Formação Tombador. (Fig. 59 e 60).

Figura 59 – Vista parcial do Boqueirão do Brejo da Martinha



Fonte: Acervo Fotográfico do autor (2014)

370 BATSSÉ, 1768, p. 125, nº 588; 1777, p. 241, nº 1193.
371 BATSSÉ, 1771, p. 179, nº 867.
372 BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1165.
373 BATSSÉ, 1777, p. 241, nº 1193.
374 BATSSÉ, 1777, p. 241, nº 1193.
375 BATSSÉ, 1768, p. 125, nº 588; 1777, p. 241, nº 1193.
376 BATSSÉ, 1771, p. 179, nº 867.
377 BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1165.
378 BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1165.

Figura 60 – Painel rupestre da Tradição São Francisco



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

4.1.12 Sítio de São Pedro

Da igreja de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudeste, a 33 km de distância, localizava-se a sede do Sítio de São Pedro, da qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 61).

Figura 61 – Povoado de São Pedro nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1769, nele morava a **Índia Maria**, de etnia incógnita.

> *Aos vinte e dois dias do mês de setembro de mil setecentos e sessenta e nove, nesta Freguesia, batizou solenemente, de licença minha, o Padre Manoel do Rosário, coadjutor oficial nesta freguesia, à inocente* ***Simoa, filha natural de (...) Maria, índia, moradora no Sítio de São Pedro****, e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Francisco da Rocha Cunha e sua mulher (...), todos moradores na povoação desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1769, p. 142, nº 666).

4.1.12.1 Artefatos Arqueológicos

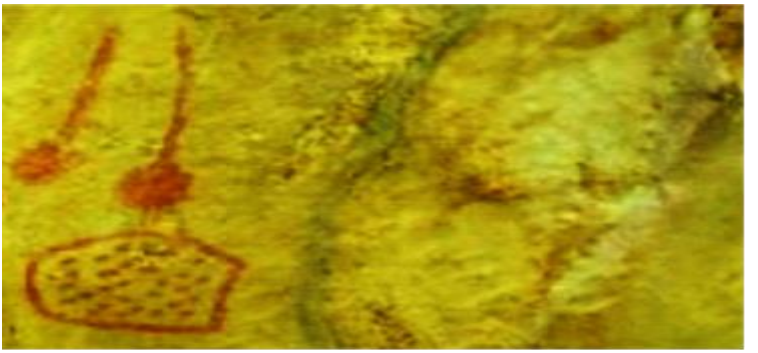
Junto ao povoado de São Pedro há uma fonte de água potável permanente, à montante de um boqueirão com vários painéis de pintura rupestre da Tradição São Francisco, realizados em suportes de rochas metassedimentares da Chapada Diamantina, Formação Tombador. (Fig. 62 e 63).

Figura 62 – Vista parcial do Boqueirão do Riacho de São Pedro



Fonte: Acervo Fotográfico do autor (2014)

Figura 63 – Painel rupestre da Tradição São Francisco



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

4.1.13 Fazenda das Almas

Da matriz de São José da Barra do Riacho Mulungu, em linha reta e direção sul, a 68 km de distância, chegava-se à sede da Fazenda das Almas, junto à serra homônima que se vincula ao distrito de Minas do Mimoso. (Fig. 64).

Figura 64 – Centro do Distrito Minas do Mimoso, em Sento Sé



Fonte: Fotos de Minas do Mimoso (2024), adaptada pelo autor

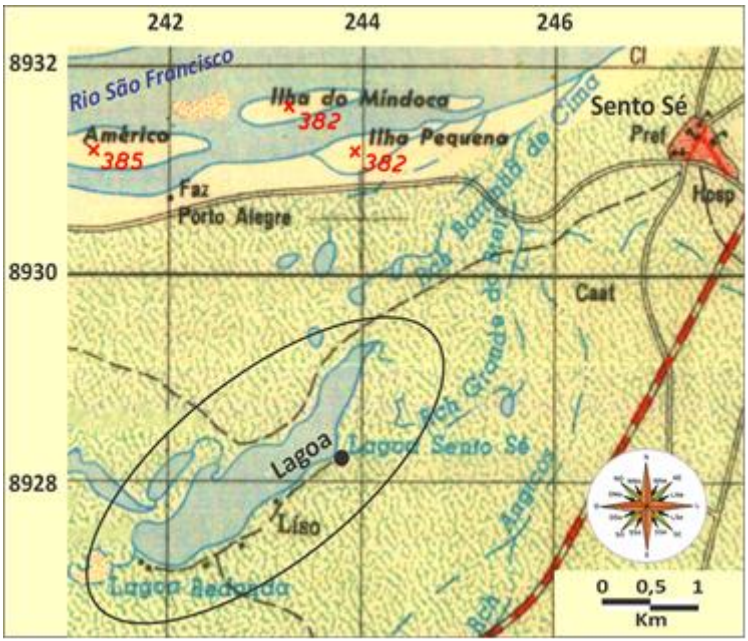
Em 1772, nele morava a família de Antônio Simões de Barros e Ana Maria de Sena do Espírito Santo[379], de origem portuguesa.

[379] BATSSÉ, 1772, p. 200, nº 986.

4.1.14 Fazenda da Lagoa

Da igreja de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 5 km de distância, 3,5 km ao sul do Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda da Lagoa da qual se originou o povoado homônimo, hoje submerso no Lago de Sobradinho. (Fig. 65).

Figura 65 – Fazenda da Lagoa, 5 km a sudoeste de Sento Sé



Fonte: Ministério do Exército – Sento Sé (1973), adaptada pelo autor

De 1762 a 1778, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Manoel de Jesus Setúbal e Ana Rodrigues de Brito[380]; Miguel Ferreira Ribeiro e Antônia Maria de Jesus[381];

[380] BATSSÉ, 1762, p. 70, nº 376.
[381] BATSSÉ, 1762, p. 71, nº 380; 1764, p. 85, nº 430.

Antônio da Silva e Maria França[382]; Antônio (...) Fernandes[383]; Rosa Maria da Purificação[384]; Miguel Tavares de Sousa[385]; Gonçalo Carvalho[386]; Ângela da (...)[387]; José Nunes, Antônio Nunes e Anastácia Nunes[388]; Manoel José Felisbel[389]; José Pereira da Silva e Ana Rodrigues de Brito[390] e José de Sousa[391].

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Antônio** e **Maria**, escravos de Manoel de Jesus Setúbal[392]; **Antônio** e **Mariana**, escravos de Ana Rodrigues de Brito; **Ambrósia**, escrava de Rosa Maria da Purificação[393]; **Gonçalo**[394], **Rita**[395], **Maria**[396], **Rosa**[397] e **Francisco**[398], escravos de Miguel Tavares de Sousa; **Francisca**, escrava de Manoel José Felisbel[399], e **Ângela Prado**[400].

> *Aos vinte e três dias do mês de dezembro de mil setecentos e sessenta e quatro anos, nesta matriz batizei, solenemente, e pus os santos óleos ao inocente Domingos, filho de* ***Antônio e Mariana, sua mulher, escravos da viúva Anna Rodrigues de Brito, moradora no lugar da Lagoa*** (grifo nosso). *Foi madrinha: Leonor de Oliveira, escrava*

[382] BATSSÉ, 1764, p. 95, nº 473; 1756, p. 23, nº 201; 1773, p. 204, nº 1010 e 112.
[383] BATSSÉ, 1764, p. 101, nº 498.
[384] BATSSÉ, 1767, p. 114, nº 540.
[385] BATSSÉ, 1769, p. 143, nº 669; 1772, p. 189, nº 914; BATSSÉ, 1777, p. 258, nº 1281.
[386] BATSSÉ, 1773, p. 195, nº 947.
[387] BATSSÉ, 1773, p. 195, nº 947.
[388] BATSSÉ, 1772, p. 195, nº 951.
[389] BATSSÉ, 1776, p. 219, nº 1090.
[390] BATSSÉ, 1776, p. 219, nº 1090.
[391] BATSSÉ, 1777, p. 258, nº 1281.
[392] BATSSÉ, 1761, p. 56, nº 331.
[393] BATSSÉ, 1767, p. 114, nº 540.
[394] BATSSÉ, 1769, p. 143, nº 669.
[395] BATSSÉ, 1769, p. 143, nº 669.
[396] BATSSÉ, 1772, p. 189, nº 914.
[397] BATSSÉ, 1773, p. 195, nº 947.
[398] BATSSÉ, 1778, p. 263, nº 1308.
[399] BATSSÉ, 1777, p. 258, nº 1281.
[400] BATSSÉ, 1778, p. 263, nº 1308.

> *do Reverendo Vigário, todos desta freguesia, de que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1764, p. 86, nº 433).
>
> Na Lagoa, na época da pescaria, não só moravam as famílias da Vila; outras famílias dos povoados ribeirinhos do município também integravam o grande acampamento pesqueiro artesanal. A Lagoa se transformava numa verdadeira cidade, ultrapassando o número de habitantes da sede. Além dos pescadores/agricultores também se instalavam, na beira da lagoa, comerciantes em geral e compradores de peixes específicos, principalmente vindos de Alagoas. O movimento era intenso e neste espaço circulava a moeda (dinheiro). Era com a renda da pesca que as famílias camponesas aproveitavam para comprar tecidos para confecção de roupas novas e outros utensílios de primeira necessidade e, às vezes, mais sofisticados como rádio de pilha, máquina de costura (Singer ou Vigorelli), alguns móveis confeccionados pelos marceneiros locais e outros vindos de Minas, como as tradicionais "cadeiras de Januária". Com esta renda dava até mesmo para comprar alguns cabritos e cabeças de gado. (BARROS, 2007, p. 13-14).

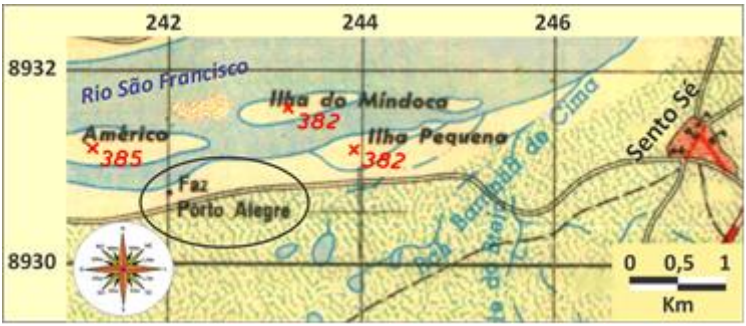
4.1.15 Sítio do Porto Alegre

Da matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção oeste, a 5 km de distância, junto ao Rio São Francisco, encontrava-se o Sítio do Porto Alegre, do qual se originou a sede da fazenda homônima, hoje submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 66).

De 1767 a 1769, nele morava Maria das Neves Soares[401], de origem portuguesa e **Ana Mestiça**, escrava indígena de etnia incógnita.

[401] BATSSÉ, 1767, p. 112, nº 536.

Figura 66 – Fazenda Porto Alegre na década de 1770



Fonte: Ministério do Exército – Sento Sé (1973), adaptada pelo autor

> *Aos dezoito dias do mês de dezembro de mil setecentos e sessenta e nove, nesta Freguesia, batizou solenemente, de licença minha, o Padre Manoel do Rosário, coadjutor atual desta Freguesia, ao inocente Ponciano, filho natural de* ***Anna Mestiça, escrava de Dona Maria das Neves, moradora no Sítio do Porto Alegre****, e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: José Cardoso de Oliveira, filho legítimo de José Inácio e de Maria Florência, escrava de Maria de Jesus Setúbal, filha legítima de Manoel de Jesus Setúbal, já defunto, e de Anna Rodrigues de Brito, moradores na Malhada dos Cavalos, todos fregueses desta Freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1769, p. 142, nº 665).

4.1.16 Fazenda Mandacaru

Da sede da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção oeste, a 7 km de distância, junto ao Rio São Francisco, encontrava-se a sede da Fazenda Mandacaru da

qual se originou o povoado homônimo, hoje submerso no Lago de Sobradinho. (Fig. 67).

Figura 67 – Fazenda Mandacaru representada na década de 1770



Fonte: Ministério do Exército – Sento Sé (1973), adaptada pelo autor

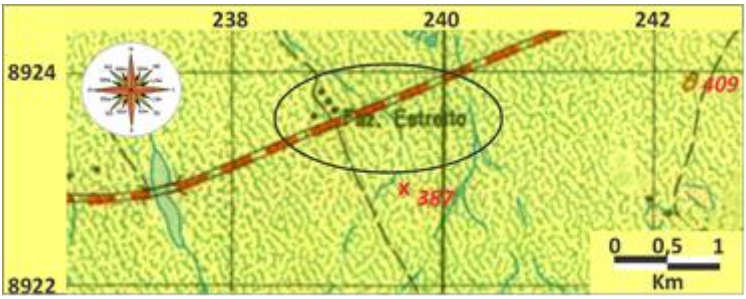
De 1764 a 1773, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Gonçalo Pereira de Assunção e Antônia Maria das Brotas [402] ; Antônia Maria de Jesus, Estêvão Caetano e Bernardina de Sena[403]. Ao grupo indígena vinculava-se **Ana**, escrava de Antônia Maria de Jesus[404].

4.1.17 Fazenda Estreito

Da matriz da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 10 km de distância, 7 km ao sul do Rio São Francisco, na margem esquerda de um afluente do Riacho Jacaré, localizava-se a sede da Fazenda Estreito, hoje submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 68).

[402] BATSSÉ, 1764, p. 93, nº 465; 1766, p. 98, nº 486.
[403] BATSSÉ, 1773, p. 203, nº 1005.
[404] BATSSÉ, 1773, p. 203, nº 1005.

Figura 68 – Fazenda Estreito, 10 km a sudoeste de Sento Sé



Fonte: Ministério do Exército – Sento Sé (1973), adaptada pelo autor

De 1746 a 1774, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Matias Barbosa Vasconcelos e Florência Pereira[405]; Rosa da Costa[406]; Manoel Ferreira (...)[407]; (...) José da Silva e Ana Maria de Jesus[408]; Lourenço de Prado e Antônia Pereira[409]; Ana de Barros[410]; Rita Rodrigues[411]; Estêvão dos Santos[412].

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Domingas Georgina**, mulher de Estêvão dos Santos[413] e **Ana**[414].

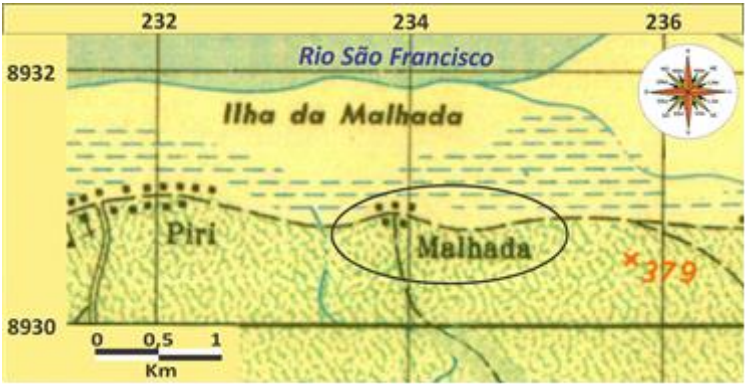
4.1.18 Fazenda da Malhada

Da igreja de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção oeste, a 14 km de distância, junto ao Rio São Francisco,

405 BATSSÉ, 1746, p. 134-135, nº 633.
406 BATSSÉ, 1757, p. 30, nº 239.
407 BATSSÉ, 1757, p. 30, nº 241.
408 BATSSÉ, 1761, p. 56, nº 332.
409 BATSSÉ, 1761, p. 57, nº 334.
410 BATSSÉ, 1761, p. 60, nº 344.
411 BATSSÉ, 1763, p. 76, nº 395.
412 BATSSÉ, 1774, p. 212, nº 1060.
413 BATSSÉ, 1774, p. 212, nº 1060.
414 BATSSÉ, 1757, p. 30, nº 238.

localizava-se a sede da Fazenda Malhada. Dela se originou o povoado homônimo, hoje submerso no Lago de Sobradinho. (Fig. 69).

Figura 69 – Povoado de Malhada na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército (Sento Sé,1973), adaptada pelo autor

De 1752 a 1777, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Francisco Gomes Ferreira [415], Francisco de Barros[416], Martinho de Barros[417]; Martinho de Barros Rego e Francisca Pereira Soares [418]; Manoel (...) [419] e Ana Rosa Soares[420]; Salvador Pereira de Barros[421]; Ana de Sousa[422]; José Inácio de Barros[423] e Maria Florência[424]; Antônio Cardoso de

[415] BATSSÉ, 1760, p. 42, nº 277.
[416] BATSSÉ, 1754, p. 22, nº 117.
[417] BATSSÉ, 1756, p. 23, nº 201.
[418] BATSSÉ, 1762, p. 67-68, nº 369; 1764, p. 84, nº 426.
[419] BATSSÉ, 1777, p. 245, nº 1209.
[420] BATSSÉ, 1762, p. 73, nº 387; 1777, p. 245, nº 1209.
[421] BATSSÉ, 1763, p. 81, nº 412.
[422] BATSSÉ, 1764, p. 85, nº 429.
[423] BATSSÉ, 1752, p. 2, nº 7; 1764, p. 84, nº 425; 1766, p. 103, nº 503; 1767, p. 104, nº 507; 1769, p. 129, nº 610; 1769, p. 140, nº 658; 1769, p 142, nº 665.
[424] BATSSÉ, 1752, p. 2, nº 7; 1764, p. 84, nº 425; 1766, p. 103, nº 503; 1767, p. 104, nº 507; 1769, p. 129, nº 610; 1769, p. 140, nº 658; 1769, p 142, nº 665; 1776, p. 239, nº 1183; 1776, p. 248, nº 1223.

Oliveira[425]; Estêvão de Vargas Serne e Francisca de Borges[426]; Caetano Pereira e Valéria Soares[427]; Gonçalo de Barros e Ana Rodrigues de Brito[428]; José Cardoso de Oliveira[429] e Maria de Jesus Setúbal[430]; Antônio Nunes[431]; Albina Pereira[432]; Antônia Maria Ferreira[433]; Bernarda Ferreira[434]; Antônio da Costa Neves e Antônia Maria de Jesus[435]; Vitória de Brito[436]; Francisco de Vargas Serne[437]; Manoel de Vargas[438]; Martinha da Rocha[439]; Francisco Carvalho da Cunha[440]; José (...) Cardoso[441]; Joana Cardoso[442].

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Antônio** e **Domingas**, escravos de Francisco Gomes Ferreira; **Rosa Maria**, mulher de Francisco de Barros[443]; **Clemência**, escrava de Martinho de Barros Rego[444]; **Inácia**[445] e **Tomásia**[446], escravas, e **Maria**

425 BATSSÉ, 1768, p. 124, nº 581; 1769, p. 141, nº 660; 1773, p. 203, nº 1006; 1773, p. 204, nº 1010; 1777, p. 245, nº 1209.
426 BATSSÉ, 1768, p. 125, nº 587.
427 BATSSÉ, 1769, p. 127, nº 598.
428 BATSSÉ, 1769, p. 128, nº 603; 1769, p. 142, nº 665; 1770, p. 163, nº 801; 1773, p. 203, nº 1003; 1776, p. 218, nº 1087.
429 BATSSÉ, 1769, p. 142, nº 665; 1776, p. 248, nº 1223.
430 BATSSÉ, 1769, p. 142, nº 665.
431 BATSSÉ, 1772, p. 193, nº 935.
432 BATSSÉ, 1772, p. 193, nº 935.
433 BATSSÉ, 1773, p. 204, nº 1010.
434 BATSSÉ, 1773, p. 204, nº 1010.
435 BATSSÉ, 1776, p. 219, nº 1090.
436 BATSSÉ, 1776, p. 238, nº 1182 e 183; 1776, p. 248, nº 1223.
437 BATSSÉ, 1776, p. 238, nº 1182.
438 BATSSÉ, 1776, p. 238, nº 1182.
439 BATSSÉ, 1776, p. 238, nº 1182.
440 BATSSÉ, 1776, p. 238, nº 1182.
441 BATSSÉ, 1776, p. 238, nº 1183.
442 BATSSÉ, 1777, p. 244, nº 1209.
443 BATSSÉ, 1754, p. 22, nº 117.
444 BATSSÉ, 1764, p. 84, nº 426.
445 BATSSÉ, 1767, p. 104, nº 507; 1769, p. 129, nº 610; 1770, p. 149, nº 692; 1772, p. 189, nº 916; 1776, p. 219, nº 1091; 1780, p. 326, nº 1628.
446 BATSSÉ, 1769, p. 141, nº 661; 1771, p. 168, nº 818; 1775, p. 272, nº 1350; 1783, p. 364, nº 1839.

Florência[447], mulher de José Inácio de Barros; **Teresa**, escrava de Salvador Pereira de Barros[448]; **Ambrósia**[449], escrava de Rosa Maria[450]; **Ana**[451] e **Simplício**[452], escravos, e **Teresa Angélica**, mulher[453] de Antônio Cardoso de Oliveira; **Úrsula**[454] e **Josefa**[455], escravas de Vitória de Brito; **Francisca**, escravas de Maria Florência[456], e **João Forro**[457].

> *Aos oito dias do mês de janeiro de mil setecentos e setenta e dois, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente e pôs os santos óleos, o vigário Domingos Alves de Sousa à inocente Maria, filha legítima de* ***Antônio e de sua mulher Domingas, ambos escravos de Francisco Gomes Ferreira****. Foram padrinhos: Antônio Barros, solteiro, filho de José Inácio de Barros e Albina Pereira, solteira, filha de Salvador Pereira de Barros,* ***todos moradores no lugar da Malhada*** *e fregueses desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei* (grifo nosso). *Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1772, p. 193, nº 935).

Eram de origem africana: **Gonçalo Ferreira**, **Crioulo Forro**[458]e **Maria Crioula**[459], escravos de José Inácio de Barros, e **Bonifácio Crioulo**, escravo de Antônio Cardoso de Oliveira[460].

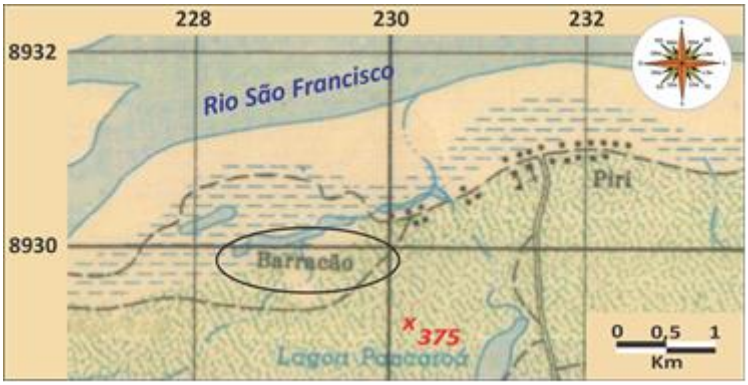
---

447 BATSSÉ, 1776, p. 239, nº 1183.
448 BATSSÉ, 1763, p. 81, nº 412.
449 BATSSÉ, 1764, p. 94, nº 470.
450 BATSSÉ, 1769, p. 143, nº 669.
451 BATSSÉ, 1776, p. 219, nº 1091.
452 BATSSÉ, 1780, p. 326, nº 1628.
453 BATSSÉ, 1768, p. 124, nº 581; 1773, p. 203, nº 1006.
454 BATSSÉ, 1776, p. 238, nº 1182.
455 BATSSÉ, 1776, p. 239, nº 1183.
456 BATSSÉ, 1783, p. 361, nº 1810.
457 BATSSÉ, 1778, p. 263, nº 1308.
458 BATSSÉ, 1764, p. 84, nº 426.
459 BATSSÉ, 1764, p. 84, nº 426.
460 BATSSÉ, 1776, p. 219, nº 1091.

4.1.18.1 Artefatos Arqueológicos

Nas proximidades da Fazenda da Malhada havia dois sítios arqueológicos a céu aberto que se resgataram em 1977. Um deles, o **Sítio do Barracão** localizava-se junto ao povoado homônimo. Em área de 56 m x 22 m coletaram-se 176 fragmentos de cerâmica e dois artefatos líticos que jaziam na superfície do terreno. (Fig. 70).

Figura 70 – Sítio Arqueológico do Barracão



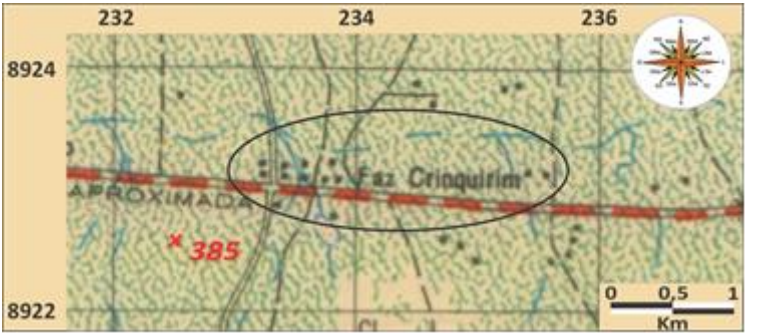
Fonte: Ministério do Exército (Sento Sé,1973), adaptada pelo autor

> Os moradores afirmavam que aquele local fora aldeia indígena. Como não houvesse pistas concretas fizeram-se prospecções em alguns lugares indicados. Localizaram-se cacos superficiais com características de antigos. Fizeram-se dois cortes experimentais que nada apresentaram. (CALDERÓN *et al*. 1977, p. 26).

O outro, **Sítio de Crinquirim** localizava-se na fazenda homônima, vinculada ao distrito de Piri. Tratava-se de um sítio arqueológico sobre rochas, com 20 m x 23 m. (Fig. 71). Nele se coletaram 26 fragmentos de cerâmica e cinco artefatos líticos (três batedores, dois moedores e uma lasca). “Numa área ainda inexplorada, às margens do riacho temporário do

Crinquirim, encontraram-se 25 (vinte e cinco) pilões em pedras...". (CALDERÓN *et al*. 1977, p. 24).

Figura 71 – Sítio Arqueológico do Crinquirim



Fonte: Ministério do Exército (Sento Sé,1973), adaptada pelo autor

4.1.19 Fazenda do Bazuá

Do núcleo da Freguesia de São José da Barra, em linha reta e direção oeste, a 23 km de distância, junto ao Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda do Bazuá, atualmente submersa no Lago de Sobradinho.

De 1762 a 1777, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Izidoro Gomes e Romana Pereira[461]; Padre Manoel de Barros Ferreira[462]; João Carvalho, Caetano Pereira da Silva e Ângela da Cruz[463].

Habitavam-na também, **Maria Madalena**, indígena de etnia incógnita, e **Francisco Crioulo**, ambos escravos do Padre Manoel de Barros Ferreira[464].

---

461 BATSSÉ, 1762, p. 70, nº 377.
462 BATSSÉ ,1767, p. 112, nº 537.
463 BATSSÉ, 1767, p. 112, nº 537.
464 BATSSÉ, 1767, p. 112, nº 537.

> *Aos vinte e sete dias do mês de abril de mil setecentos e setenta e sete, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente o Reverendo vigário (...) à inocente* ***Maria, filha legítima de Francisco e de sua mulher Madalena, ambos escravos do Reverendo Padre Manoel de Barros Ferreira****, e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: José Moniz Barbosa e sua mulher Maria da Encarnação e Sousa, fregueses da Freguesia de Santo Antônio de Pilão Arcado e a inocente e seus pais, fregueses desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei.* (BATSSÉ, 1777, p. 258, nº 1280).
>
> *Aos quinze dias do mês de outubro do ano de [mil setecentos e] sessenta e sete, nesta Freguesia, batizou o Reverendo Coadjutor Manoel do Rosário, solenemente, e pôs os santos óleos ao inocente* ***Thomás, filho de Francisco, crioulo, e de sua mulher Maria Magdalena, ambos escravos do Reverendo Padre Manoel de Barros Ferreira*** (grifo nosso). *Foram padrinhos: José Carvalho, solteiro, filho de Caetano Pereira da Silva e Ângela da Cruz, solteira, de maior,* ***todos moradores na Fazenda do Bazuá****, desta Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, de que fiz este assento que, por verdade, assinei* (grifo nosso). *Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1767, p. 112, nº 537).

4.1.19.1 Artefatos Arqueológicos

Nas proximidades da Fazenda do Bazuá havia dois sítios arqueológicos a céu aberto que se resgataram em 1977. Um deles, o **Sítio do Calumbi** localizava-se junto a um sítio homônimo. Tratava-se de uma superfície rochosa, de 800 m x

500 m de extensão, com painel de gravuras rupestres de 27 m de comprimento por 1 m de largura. “São inscrições com formas antropomórficas circulares e simples traços”. (CALDERÓN *et al*. 1977, p. 28). Nesse sítio coletaram-se 17 artefatos líticos com sinais de uso.

O outro, **Sítio de Américo Alves** localizava-se junto ao povoado homônimo. Tratava-se de uma área de 50 m x 20 m em cuja superfície coletaram-se 184 fragmentos de cerâmica e 15 artefatos líticos.

> Segundo informações, um morador desenterrou um aribé contendo cinzas. No local foi encontrado o aribé superficial (desenterrado tempos antes) e, procedendo às escavações, descobriu-se outro aribé contendo cinzas e fragmentos de ossos além de algumas peças líticas.
> Realizaram-se 6 (seis) cortes; no segundo corte, nível 9 (+/- 90 cm de profundidade) existia o aribé com cinzas mencionado. O 3º corte, nível 9, continha dois [artefatos] líticos com forma de machado. (CALDERÓN *et al*. 1977, p. 29).

4.1.20 Sítio das Traíras

Da igreja de São José da Barra, em linha reta e direção oeste, a 27 km de distância, junto ao Rio São Francisco, localizava-se a sede do Sítio das Traíras, atualmente submersa no Lago de Sobradinho.
De 1774 a 1776, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: João Pereira e Natália da Cruz[465]; Félix Pinto[466]; José Pinto de Resende[467]; Maria de Resende[468]; Bibiana de Sá[469]; José da Cunha Soares e Francisca Pinto de Resende[470].

---

[465] BATSSÉ, 1774, p. 213, nº 1066.
[466] BATSSÉ, 1774, p. 213, nº 1066.
[467] BATSSÉ, 1774, p. 213, nº 1066.
[468] BATSSÉ, 1774, p. 214, nº 1067.
[469] BATSSÉ, 1774, p. 213, nº 1066.
[470] BATSSÉ, 1774, p. 214, nº 1067; 1776, p. 248, nº 1224.

Ao grupo indígena vinculava-se **Inácia**, escrava de Maria de Resende[471].

4.1.21 Fazenda do Tamarindo

Da matriz de São José da Barra de Sento Sé, em direção sudoeste e linha reta, a 34 km de distância, localizava-se a sede da Fazenda que hoje se conhece como Baixa do Tamarindo. (Fig. 72).

Figura 72 – Baixa do Tamarindo nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1759, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Francisco Gabino, Ângela da Costa, Manoel Gonçalves da Costa, Maria Ferreira e Domingos de Brito (...)[472].

4.1.21.1 Artefatos Arqueológicos

Da Baixa do Tamarindo, em linha reta e direção leste, a 1700 m de distância, encontra-se o Boqueirão dos Caldeirões dos Brejinhos onde se conservam painéis de pintura rupestre da

[471] BATSSÉ, 1774, p. 214, nº 1067.
[472] BATSSÉ, 1759, p. 39, nº 267.

Tradição São Francisco, realizados em suportes de rochas metassedimentares da Chapada Diamantina, Formação Tombador. (Fig. 73 e 74).

Figura 73 – Boqueirão dos Caldeirões dos Brejinhos



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 74 – Painel rupestre da Tradição São Francisco



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

4.1.22 Fazenda do Mari

Da igreja de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 60 km de distância, na margem esquerda do Riacho do Mari, também conhecido como Vereda, localizava-se a sede da Fazenda do Mari. (Fig. 57).

De 1763 a 1773, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Félix Pinto de Matos[473]; José da Silva[474]João Pereira e Natália Maria da Cruz[475].

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Josefa** [476] e **Inácia** [477], escravas de Félix Pinto de Matos, e **Antônia Maria**, mulher de José da Silva[478].

4.1.22.1 Artefatos Arqueológicos

No entorno da Fazenda do Mari encontram-se 17 feições de relevo onde se conservam painéis de pintura rupestre da Tradição São Francisco, realizados em suportes de rochas metassedimentares da Chapada Diamantina, Formação Morro do Chapéu. São eles os boqueirões do Caldeirão da Onça; do Batedor; do Caboclo; do Riacho do Jatobá; dos Prazeres; da Descoberta; da Catuaba; da Mulata; da Candeia; do Cícero Macambira, do Quirino; do Riacho da Bananeira e do Moxotó. Citam-se, também, os serrotes da Toca Preta; dos Caboclos; do Pau D'Arco e das Tocas de Caçador. (Fig. 75 a 88).

---

[473] BATSSÉ, 1763, p. 74, nº 390; 1769, p. 126-127, nº 595.
[474] BATSSÉ, 1773, p. 203, nº 1006.
[475] BATSSÉ, 1771, p. 180, nº 873.
[476] BATSSÉ, 1763, p. 74, nº 390; 1769, p. 126-127, nº 595; 1772, p. 195, nº 951.
[477] BATSSÉ, 1771, p. 170-171, nº 827.
[478] BATSSÉ, 1773, p. 203, nº 1006.

Figura 75 – Vista parcial do Boqueirão do Batedor



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 76 – Painel de pintura no Boqueirão do Riacho do Jatobá



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 77 - Ocupação histórica do Boqueirão do Caldeirão da Onça



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 78 – Ocupação histórica do Boqueirão da Descoberta



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 79 – Restos de casa de farinha no Boqueirão da Descoberta



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 80 – Vestígio de ocupação histórica no Boqueirão da Catuaba



Fonte: Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 81 – Ocupação histórica do Boqueirão do Cícero Macambira



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 82 – Restos da casa de farinha no Boqueirão do Cícero Macambira



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 83 – Ocupação histórica do Boqueirão do Quirino



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 84 – Engenhoca para moagem de cana no Boqueirão do Quirino



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 85 – Restos de casa de farinha no Boqueirão do Riacho da Bananeira



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 86 – Moendas de madeira no Boqueirão do Riacho da Bananeira



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 87 - Restos do antigo cemitério no Boqueirão do Riacho da Bananeira



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 88 – Fragmentos de louça no Boqueirão do Riacho da Bananeira

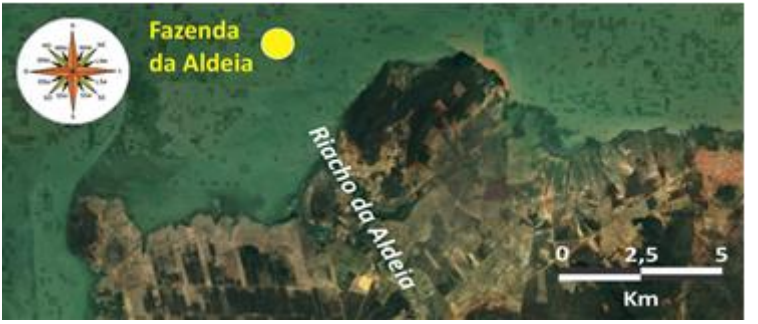


Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

4.1.23 Fazenda da Aldeia

Da matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção oeste, a 81 km de distância, junto ao encontro do Riacho da Aldeia com o Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda da Aldeia, atualmente submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 89).

Figura 89 – Localização da Fazenda da Aldeia



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1754 a 1772, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Domingos da Rocha e José Carvalho[479]; Francisco Xavier de Prado e Maria Pereira[480]; Florêncio de Almeida Nunes e Maria Rodrigues[481] e Ana Maria da Conceição[482].

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Luciana Pestana**, mulher de Domingos da Rocha [483] e **Ana Maria**, mulher de José Carvalho[484].

[479] BATSSÉ, 1754, p. 15, nº 81.
[480] BATSSÉ, 1763, p. 78, nº 401.
[481] BATSSÉ, 1772, p. 200, nº 985.
[482] BATSSÉ, 1772, p. 200, nº 985.
[483] BATSSÉ, 1763, p. 78, nº 400.
[484] BATSSÉ, 1754, p. 15, nº 81.

4.1.24 Fazenda do Boqueirãozinho

Da matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 100 km de distância, junto ao Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda do Boqueirãozinho, atualmente submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 90).

Figura 90 – Localização da Fazenda do Boqueirãozinho



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1764 a 1776, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Antônio da Rocha e Maria Pereira[485]; Antônio José de Sousa e Teodora Gomes[486]; Antônio Pereira[487]; Antônio de Freitas e Brígida Rodrigues de Brito[488]; José de Barros[489]; José de Barros Filho[490] e Teodora da Silva[491].

Ao grupo indígena vinculava-se **Maria Madalena**, mulher de Antônio Pereira[492].

---

485 BATSSÉ, 1764, p. 92, nº 461.
486 BATSSÉ, 1771, p. 181, nº 875.
487 BATSSÉ, 1776, p. 219, nº 1089.
488 BATSSÉ, 1776, p. 229, nº 1139.
489 BATSSÉ, 1776, p. 229, nº 1139.
490 BATSSÉ, 1776, p. 229, nº 1139.
491 BATSSÉ, 1776, p. 229, nº 1139.
492 BATSSÉ, 1776, p. 219, nº 1089.

Em 1843, a Fazenda do Boqueirãozinho pertencia à família do comerciante português Bernardo José Guerreiro que habitava a povoação de Santo Antônio de Pilão Arcado. No dia 19 de setembro daquele ano, nela se iniciou a histórica e brava luta de Francisco José, Antônio e Bernardo José Júnior, filhos do velho comerciante lusitano, contra 200 jagunços que Militão Plácido de França Antunes, proprietário do vizinho sítio pernambucano de Caroá, com o intuito matá-los, comandava.

> Depois de uma heroica resistência, de três dias e três noites, a um inimigo vinte vezes superior em número, os três irmãos Guerreiro conseguem furar o cerco e fugir. Daí, sempre perseguidos pelas aguerridas brigadas de Militão, vão entrincheirar-se em João Dias, outra fazenda que possuíam a três léguas do Boqueirãozinho. Em João Dias, nova luta é travada. A escolta policial que os guardava era composta de vinte homens, sob o comando do sargento da Guarda Nacional, Joaquim Casemiro de Macedo, mas estava reduzida a doze soldados. Ao romper da aurora do dia 27 de setembro, os Guerreiro iniciaram nova fuga através do mato cheio de inimigos. Dia alto, novo combate é travado. Quinze homens bravos lutam como loucos contra duas centenas, no mato ralo da caatinga seca. Mais uma vez os perseguidos rompem o cerco, deixando morto, estendido no campo da honra, o tenente-coronel Francisco José. (...) Morto o valente [Guerreiro], a perseguição prosseguiu aos dois outros fugitivos, até que Bernardo e Antônio, feridos e com a escolta reduzida a cinco soldados, entraram na Vila Imperial de Sento Sé. Oitenta homens perdeu Militão, na caçada aos valentes filhos de Bernardo Guerreiro, mas ainda não foi aí que terminou a luta. Ao contrário, aí é que teve o seu começo heroico. Nas vazantes do Sento Sé Velho, com o sangue de Francisco José e dos oito soldados mortos nos vários embates daquela semana, fora escrito apenas o primeiro capítulo da rude saga jagunça. Para vingar a Francisco José, morto por cabras do Caroá, os seus irmãos - excetuando o mais moço, Joaquim, que foi para a Barra - haveriam de morrer de arma na mão. O último a tombar foi Antônio. (LINS, 1959, p. 50-52).

4.1.25 Fazenda do Boqueirão Grande

Da igreja matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 111 km de distância, junto à junção do Rio Jacaré com o São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda do Boqueirão Grande. atualmente submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 91).

Figura 91 – Referência ao Boqueirão Grande no Século XVIII



Fonte: Silvares (Século XVIII), adaptado pelo autor

De 1754 a 1779, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Narciso Soares e Elena Ester Soares[493]; José Júlio da Silva, Antônia Ferreira dos Santos e Francisco Ferreira dos Santos[494]; Rodrigo de Farias Campos[495]; Manoel Pereira da Silva e Ana de Freitas[496]; Antônio Gonçalves[497]; Cipriano da Fonseca e Rosa Gomes[498]; Estêvão de Oliveira e Rita Gomes[499]; Nazário Domingues da Conceição[500]; Francisco de Brito[501];

493 BATSSÉ, 1754, p. 16, nº 83.
494 BATSSÉ, 1764, p. 87, nº 435.
495 BATSSÉ, 1764, p. 87, nº 435; 1766, p. 102-103, nº 502.
496 BATSSÉ, 1764, p. 92, nº 457.
497 BATSSÉ, 1766, p. 102-103, nº 502.
498 BATSSÉ, 1767, p. 117, nº 550.
499 BATSSÉ, 1772, p. 191, nº 928.
500 BATSSÉ, 1772, p. 195, nº 952.
501 BATSSÉ, 1774, p. 214, nº 1071.

Antônio de Brito[502]; Porcina Teodora de Miranda[503]; Luís Pereira e Antônia da Rocha[504]; Luís Ferreira de Melo[505]; Maria Rodrigues[506]; José Rodrigues de Sousa e Ana Rodrigues[507].

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Josefa**, escrava de Rodrigo de Farias Campos[508]; **Páscoa Maria**, mulher de Antônio Gonçalves[509]; **Quitéria**, escrava de Manoel Pereira da Silva[510]; **Maria Euzébia**, mulher de Nazário Domingues da Conceição[511]; **Quitéria**, escrava de Francisco de Brito[512], e **Josefa**, escrava de José Júlio da Silva[513].

4.1.25.1 Artefatos Arqueológicos

Calderón *et al*. (1977) referiram-se a painéis de pintura rupestre que disseram haver no Sítio da Serra do Tabuleiro, próximo ao povoado de Cajuí. Kestering (2014) constatou que, a 5 km de distância, a leste do Boqueirão Grande, existem painéis rupestres da Tradição São Francisco. (Fig. 92 e 93).

> No alto da Serra do Tabuleiro Alto, foram localizados em escarpas dois conjuntos de desenhos e alguns isolados. São pictografias muito sugestivas onde predomina a cor vermelha, embora umas poucas tragam cor amarela. (CALDERÓN *et al*. 1977, p. 31).

---

502 BATSSÉ, 1774, p. 214, nº 1071.
503 BATSSÉ, 1774, p. 214, nº 1071.
504 BATSSÉ, 1776, p. 229, nº 1140.
505 BATSSÉ, 1776, p. 229, nº 1140.
506 BATSSÉ, 1776, p. 229, nº 1140.
507 BATSSÉ, 1778, p. 288, nº 1422.
508 BATSSÉ, 1764, p. 87, nº 435.
509 BATSSÉ, 1766, p. 102-103, nº 502.
510 BATSSÉ, 1767, p. 116, nº 549.
511 BATSSÉ, 1772, p. 195, nº 952.
512 BATSSÉ, 1774, p. 214, nº 1071.
513 BATSSÉ, 1779, p. 303, nº 1488.

Figura 92 – Boqueirão da Serra do Tabuleiro Alto



Fonte: Kestering (2014, p. 722)

Figura 93 – Painel de pintura rupestre da Tradição São Francisco



Fonte: Kestering (2014, p. 722)

4.1.26 Sítio do Alagadiço

Da matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 131 km de distância, junto ao Rio São Francisco, localizava-se a sede do Sítio do Alagadiço, atualmente submerso no Lago de Sobradinho. (Fig. 94).

De 1745 a 1770, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Gonçalo Ferreira de Resende[514]; Manoel de A.

[514] BATSSÉ, 1745, p. 182-183, nº 883.

Fonseca, Antônio Soares e Teodora Ferreira [515]; Ana de Sousa [516]; Francisco Dias da Silva [517]; Rosa Maria da Conceição [518]; Manoel Antônio Peixoto [519] Rosa e Joana de Matos[520]; Gonçalo Pereira de Assunção e Antônia Maria das Brotas[521]; Carlos Vidal e Joana Fernandes[522]; Manoel Barros Rego [523]; Félix Ferreira de Brito e Raimunda Ferreira de Albuquerque[524]; Manoel Soares[525].

Figura 94 – Localização do Sítio do Alagadiço



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Ao grupo indígena vinculava-se **Maria Leonor**, mulher de Manoel de Barros Rego[526]; **Eugênia Maria**, mulher de Manoel Soares[527]; **Antônio José** e **Maria**[528].

---

515 BATSSÉ, 1760, p 189, nº 918.
516 BATSSÉ, 1761, p. 53, nº 319.
517 BATSSÉ, 1760, p 189, nº 918; 1761, p. 58, nº 338; 1765, p. 189, nº 917; 1767, p. 116, nº 548.
518 BATSSÉ, 1760, p 189, nº 918; 1765, p. 189, nº 917.
519 BATSSÉ, 1745, p. 182-183, nº 883; 1749, p. 77, nº 397; 1763, p. 76-77, nº 396.
520 BATSSÉ, 1749, p. 77, nº 397; 1763, p. 76-77, nº 396.
521 BATSSÉ, 1762, p. 67, nº 368.
522 BATSSÉ, 1763, p. 79, nº 402.
523 BATSSÉ, 1764, p. 84, nº 425; 1764, p. 93, nº 464.
524 BATSSÉ, 1765, p. 189, nº 917.
525 BATSSÉ, 1767, p. 117, nº 551; 1769, p. 143, nº 670.
526 BATSSÉ, 1764, p. 84, nº 425; 1764, p. 93, nº 464.
527 BATSSÉ, 1767, p. 117, nº 551; 1769, p. 143, nº 670.
528 BATSSÉ, 1770, p. 154-155, nº 716.

4.1.27 Porto das Pedras

Da matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 133 km de distância, encontrava-se o Porto das Pedras. Situava-se ele em frente à antiga sede de Freguesia de Santo Antônio de Pilão Arcado, à jusante do encontro do Rio Verde com o São Francisco. (Fig. 95).

Figura 95 – Localização do Porto das Pedras



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1754 a 1779, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Miguel (...)[529] José Carvalho de Sousa e Francisca Ferreira de Sousa[530]; Tomás da Silva[531]; José da Cunha e Quitéria Ferreira[532]; Ana Maria da Silva[533]; Manoel Tavares Cabral e Leandra da Silva[534]; Francisca Pereira[535]; Ana da Costa[536] e Quitéria da Costa[537]; Manoel Rodrigues Abrantes

[529] BATSSÉ, 1761, p. 46, nº 291.
[530] BATSSÉ, 1769, p. 134, nº 632.
[531] BATSSÉ, 1763, p. 78, nº 398; 1769, p. 135-136, nº 636; 1770, p. 144, nº 674; 1771, p. 181, nº 878.
[532] BATSSÉ, 1768, p. 119, nº 561.
[533] BATSSÉ, 1769, p. 135-136, nº 636; 1770, p. 144, nº 674; 1771, p. 181, nº 878; 1772, p. 191, nº 927; 1777, p. 249, nº 1230.
[534] BATSSÉ, 1770, p. 144, nº 674; 1773, p. 212, nº 1056; 1776, p. 238, nº 1181.
[535] BATSSÉ, 1770, p. 145, nº 676; 1776, p. 238, nº 1181.
[536] BATSSÉ, 1771, p. 165, nº 806.
[537] BATSSÉ, 1771, p. 191, nº 878.

Broco e Maria Fernandes de Sousa[538]; Manoel Ferreira e Valência Ferreira[539]; João Damasceno Linhares[540]; Francisco Dias de Oliveira e Quitéria Ferreira[541]; Maria da Encarnação[542]; Frei Antônio José (...)[543]; Teresa Maria de Jesus[544]; Afonso Peixoto[545]; Joana Peixoto[546]; Úrsula Pimenta[547]; Antônio Ferreira de Fraga[548]; Nivalda Rodrigues[549]; Manoel de Brito da Silva e Maria Poliana de Matos[550]; José da Silva Ferreira e Joana Peixoto[551].

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Custódia**[552] e **Maria da Silva** (mestiça forra); **Ágata**, escrava de João Damasceno Linhares[553], e **Teresa Cristina**[554].

> *Aos dois dias do mês de maio de mil setecentos e sessenta e três,* ***no Porto das Pedras****, casa de Tomás da Silva, batizou o Reverendo visitante Antônio Moreira, solenemente, e pôs os santos óleos à inocente Joanna, filha de* ***Maria da Silva, mestiça forra****.* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Inácio Lopes Tavares e sua mulher Francisca Vieira do Prado, todos desta freguesia, de que fiz*

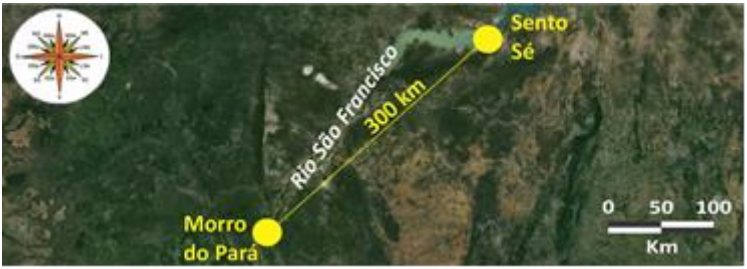
538 BATSSÉ, 1772, p. 190, nº 922; 1775, p. 222, nº 1103.
539 BATSSÉ, 1772, p. 190, nº 923.
540 BATSSÉ, 1772, p. 191, nº 925 e 927; 1774, p. 215-216, nº 1077.
541 BATSSÉ, 1772, p. 191, nº 925.
542 BATSSÉ, 1772, p. 191, nº 926.
543 BATSSÉ, 1772, p. 191, nº 926.
544 BATSSÉ, 1772, p. 191, nº 926.
545 BATSSÉ, 1774, p. 215-216, nº 1077.
546 BATSSÉ, 1774, p. 215-216, nº 1077.
547 BATSSÉ, 1775, p. 222, nº 1103.
548 BATSSÉ, 1775, p. 222, nº 1104.
549 BATSSÉ, 1775, p. 222, nº 1104.
550 BATSSÉ, 1777, p. 249, nº 1230.
551 BATSSÉ, 1779, p. 296, nº 1456.
552 BATSSÉ, 1754, p. 16, nº 84.
553 BATSSÉ, 1772, p. 191, nº 925; 1774, p. 215-216, nº 1077.
554 BATSSÉ, 1772, p. 191, nº 927; 1775, p. 222, nº 1104.

este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1763, p. 78, nº 398).

4.2 Fazenda Morro do Pará

Da Matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 300 km de distância, na confluência do Rio Paramirim com o São Francisco, às coordenadas UTM23L 687478, UTMN 8721348, a 414 metros de altitude, localizava-se a sede da Fazenda Morro do Pará. Dela se originou a atual cidade de Morpará. (Fig. 96 a 98).

Figura 96 – Localização da Fazenda Morro do Pará



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 97 - Morpará nos dias de hoje



Fonte: Del Feliz (2024), adaptada pelo autor

Figura 98 – Ilha Grande, na junção do Paramirim com o São Francisco



Fonte: Del Feliz (2024), adaptada pelo autor

Muito embora, na intimidade se diga que a história de Morpará ou Morro do Paramirim tenha começado em 1812, sabe-se hoje que, no período de 1754 a 1783, ela já estava em franco processo de efetiva ocupação colonizadora. Nela moravam pessoas de origem portuguesa e indígena.

> Os primeiros habitantes de Morpará foram os índios. Foi descoberta em 1812 por um vaqueiro da Fazenda Picada, que andava à procura de gado. Encontrou vários ranchos dos índios que pescavam no Rio São Francisco. (DONATO, 2013).

Integravam-se ao corpo social de origem lusitana: Manoel Farias Barbosa [555] ; João Batista, Ana de Abreu e Miguel Ferreira[556]; Luís Bernardes e Doroteia da Rocha[557]; Francisco Cardoso Delgado[558] e Domingas Gomes[559]; Manoel Gomes

[555] BATSSÉ, 1760, p. 54, nº 323.
[556] BATSSÉ, 1754, p. 18, nº 95.
[557] BATSSÉ, 1761, p. 51-52, nº 313.
[558] BATSSÉ, 1760, p. 54, nº 324; 1764, p. 91, nº 452.
[559] BATSSÉ, 1760, p. 54, nº 324; 1764, p. 91, nº 452; 1777, p. 252, nº 1246.

Botelho, Florência Nunes da Rocha, João Ferreira de Abreu e Ana das Neves[560]; João Marques de Brito, Florência Gonçalves, José Nunes da Costa e Maria de Sousa[561]; Sebastião Paiva e Paula de Sousa[562]; Lázaro de Farias Prata e Maria Nunes da Rocha[563]; Felipe Barbosa e Doroteia da Silva[564]; João Francisco Xavier[565] e Aniceta Ferreira[566]; Antônio Coelho[567]; Antônio Nunes e Custódia de Farias[568]; Clara de Sousa[569]; Joaquim Pereira da Silva[570]; Vitória de Sousa[571]; Pedro de Oliveira Lima[572]; Maria de Sousa, Veríssimo de Farias e Sebastião de Farias[573]; Maria Pinto[574]; Antônio de Sousa Siqueira[575]; José de Sousa[576]; Bernardo da Rocha Serafim[577] e Maria da Silva[578]; Inácia Geralda de (...)[579]; José da Rocha e Caetana da Rocha[580]; Francisco Moreira Lima[581]; Francisco José da Rocha[582]; Bonifácia da Rocha[583].

---

560 BATSSÉ, 1762, p. 65, n. 363.
561 BATSSÉ, 1762, p. 66, n. 364.
562 BATSSÉ, 1765, p. 97, n. 479.
563 BATSSÉ, 1762, p. 65, nº 362; 1769, p. 136, nº 638.
564 BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1844 e 1846.
565 BATSSÉ, 1771, p. 177, nº 856; 1776, p. 232, nº 1151.
566 BATSSÉ, 1776, p. 232, nº 1151.
567 BATSSÉ, 1771, p. 177-178, nº 858.
568 BATSSÉ, 1775, p. 226, nº. 1127.
569 BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1845.
570 BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1846.
571 BATSSÉ, 1771, p. 177-178, nº 858.
572 BATSSÉ, 1776, p. 232, nº 1151.
573 BATSSÉ, 1776, p. 232, nº 1152.
574 BATSSÉ, 1777, p. 252, nº 1246.
575 BATSSÉ, 1777, p. 252, nº 1246.
576 BATSSÉ, 1777, p. 252, nº 1246.
577 BATSSÉ, 1754, p. 19, nº 96; 1783, p. 365, nº 1844.
578 BATSSÉ, 1754, p. 19, nº 96.
579 BATSSÉ, 1769, p. 133, nº 626.
580 BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1845.
581 BATSSÉ, 1776, p. 232, nº 1151.
582 BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1844.
583 BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1844.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Aniceta Francisca**, mulher de João Francisco Xavier[584]; **Damiana**[585] e **Inácia**[586], escravas de Manoel Farias Barbosa; **Silvina**, escrava de Francisco Cardoso Delgado[587]; **Mariana Luísa**, mulher de Manoel de Farias[588]; **Teresa**, escrava de Bartolomeu Francisco; **João Francisco**, **Bartolomeu Francisco**, **Isabel Maria** e **Josefa Maria**[589]; **Joana**[590]; **Custódia**[591]; **Ana Maria**[592] e **Francisco José**.

> *Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de [mil setecentos e] oitenta e três, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, do Arcebispado da Bahia, batizei e pus os santos óleos ao inocente Renovato, filho legítimo de Felipe Barbosa e sua mulher Doroteia da Silva. Foram padrinhos:* ***Francisco José, solteiro,*** *e Bonifácia, escrava da Fazenda do Jenipapo,* ***todos moradores no Morro do Paramirim desta freguesia****, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei* (grifo nosso). *Vigário Luís Alves de Miranda.* (BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1844).

Em território que hoje pertence a Morpará, no Século XVIII já se havia implantado duas comunidades. (Qd. 5; Fig. 99).

Quadro 5 – Comunidades de Morpará

Nº	Localização	UTM23L	UTMN	Altitude
1	Fazenda da Varginha	732037	8713211	547 m
2	Sítio de São Vicente	733251	8712771	578 m

Fonte: BATSSÉ (1752-1783)

584 BATSSÉ, 1771, p. 177, nº 856; 1776, p. 232, nº 1151.
585 BATSSÉ, 1754, p. 18, nº 95.
586 BATSSÉ, 1760, p. 54, nº 323.
587 BATSSÉ, 1760, p. 54, nº 322.
588 BATSSÉ, 1762, p. 65, nº 362.
589 BATSSÉ, 1777, p. 252, nº 1245.
590 BATSSÉ, 1761, p. 51-52, nº 313.
591 BATSSÉ, 1770, p. 172, nº 834.
592 BATSSÉ, 1771, p. 177-178, nº 858.

Figura 99 – Comunidades de Morpará



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

4.2.1 Fazenda da Varginha

De Morro do Pará, em linha reta e direção sudeste, a 45 km de distância, encontrava-se a sede da Fazenda da Varginha da qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 100).

Figura 100 – Sede da Fazenda da Varginha nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1764 a 1772, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: José dos Passos [593]; Capitão Manoel Pereira

[593] BATSSÉ, 1768, p. 121, nº 568.

Machado[594]; João (...) e (...) da Conceição[595]. Ao grupo indígena vinculavam-se: **Rosa**, escrava[596], e **Maria Perpétua**[597], amante do Capitão Manoel Pereira Machado[598].

Era de origem africana a **Crioula Forra Antônia Rodrigues**.

> *Ao mesmo dia [18] do mês de setembro do ano [mil setecentos e] sessenta e quatro, na Capela de São José do Assuruhá, de licença minha, batizou o Padre José de Sousa da Costa, solenemente, e pôs os santos óleos à inocente* ***Maria, filha de pai incógnito e de Antônia Rodrigues, crioula forra, moradora no lugar das Varginhas*** (grifo nosso). *Foram padrinhos: Manoel Pereira Machado e sua escrava Maria Perpétua, todos desta Freguesia, de que fiz este assento que, por verdade assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1764, p. 93, nº 462).

4.2.2 Sítio de São Vicente

De Morro do Pará, em linha reta e direção sudeste, a 46 km de distância, localiza-se o Sítio de São Vicente. (Fig. 101).

De 1769 a 1772, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: André Dias, Bernarda Rodrigues, Antônio Dias e Inácia da Purificação[599]; Antônia Fernandes[600]; (...) Nunes de Brito, Ana Maria da Silva e Bernarda de Farias[601].

---

[594] BATSSÉ, 1770, p. 152, nº 707.
[595] BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 961.
[596] BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 961.
[597] BATSSÉ, 1768, p. 121, nº 568; 1772, p. 196, nº 959.
[598] BATSSÉ, 1770, p. 152, nº 707.
[599] BATSSÉ, 1769, p. 131, nº 620.
[600] BATSSÉ, 1769, p. 143, nº 667.
[601] BATSSÉ, 1772, p. 200-201, nº 988.

Figura 101 – Sede do Sítio de São Vicente nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

4.3 Xique-Xique

Da sede da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 201 km de distância, junto ao Rio São Francisco, às coordenadas UTM23L 747986, UTMN 8802713, 403 metros de altitude, encontrava-se a povoação da qual se originou a atual cidade de Xique-Xique. (Fig. 102 a 104).

Figura 102 – Localização da cidade de Xique-Xique



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1768 a 1778, nela e em seu entorno, havia pessoas de origem portuguesa, quais eram: José Martins e Ana Pereira[602];

[602] BATSSÉ, 1768, p. 122, nº 572.

Manoel Vale(...) e (...) Teixeira[603]; Antônio Rodrigues e Grácia Pereira[604]; (...) Teixeira e Jerônima da Silva[605]; Inácio da Silva e Vitória Freire[606]; Gaspar Pereira, Maria Barbosa, (...) Alexandre Pereira de Melo e Josefa Ferreira[607]; Manoel Furtado, Maria de Jesus e Dantoso Rodrigues[608]; Cipriano Pereira Soares[609]; Manoel Lopes da Costa e Cipriana Ferreira[610]; Quitéria Correia, Narciso Teixeira e Narcisa Rodrigues[611]; Joaquim Ferreira e Cosma Teixeira[612]; João Nunes da Silva e Antônia Pereira da Silva[613]; Antônio Álvares Machado[614] e Maria Pereira de Bastos[615]; José Guedes e Maria Mendes Santiago[616]; Joaquim Pereira de Melo[617]; Brás Ferreira[618]; Antônia Pereira da Cruz[619]; João Martins de Santiago[620]; Antônio José de Vasconcelos e Quitéria Pereira da Silva[621]; Dom José da Fonseca Filho[622]; Capitão Diogo da Guerra[623]; Maria da Conceição[624]; Joana

603 BATSSÉ, 1770, p. 146-147, nº 684.
604 BATSSÉ, 1771, p. 176, nº 850.
605 BATSSÉ, 1771, p. 176, nº 851.
606 BATSSÉ, 1771, p. 176, nº 852; 1771, p. 185, nº 894.
607 BATSSÉ, 1772, p. 184-185, nº 890.
608 BATSSÉ, 1772, p. 185, nº 891.
609 BATSSÉ, 1771, p. 185, nº 894.
610 BATSSÉ, 1771, p. 185-186, nº 895; 1772, p. 193, nº 939.
611 BATSSÉ, 1771, p. 186, nº 897.
612 BATSSÉ, 1772, p. 192, nº 930.
613 BATSSÉ, 1772, p. 192, nº 930.
614 BATSSÉ, 1772, p. 192, nº 931; 1772, p. 200, nº 981; 1777, p. 246, nº 1213.
615 BATSSÉ, 1772, p. 192, nº 931; 1777, p. 246, nº 1213.
616 BATSSÉ, 1772, p. 192, nº 931.
617 BATSSÉ, 1772, p. 192, nº 932.
618 BATSSÉ, 1772, p. 193, nº 939.
619 BATSSÉ, 1772, p. 193, nº 939 e 940; 1776, p. 230, nº 1142.
620 BATSSÉ, 1772, p. 193, nº 940.
621 BATSSÉ, 1772, p. 194, nº 943; 1775, p. 246, nº 1216.
622 BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 978.
623 BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 978; 1775, p. 247, nº 1218.
624 BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 978; 1775, p. 247, nº 1218 e 1219.

Maria de Oliveira[625]; João Vogado[626] e Maria dos Anjos[627]; Manoel Fonseca Coelho e Perpétua Nunes de Almeida[628]; José de Sousa Pinheiro[629]; José Coelho dos Santos e Ana Pereira Gonçalves[630]; Antônio Pereira Bastos[631]; Josefa Maria de Matos[632].

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Gonçalo Antônio** e **Maria Angélica**[633]; **Antônia**, escrava de Antônio Alves Machado[634]; **Inácia Francisca**[635]; **Teresa**, escrava de Manoel Lopes da Costa[636]; **Páscoa**[637] e **Lucas**[638], escravos de D. José da Fonseca Filho; **Ana Maria**[639]; **Poliana**[640], **Engrácia**[641]e **Graça Maria**[642] escravas de João Martins de Santiago.

> A atual cidade teve origem na Fazenda Praia, pertencente a Theobaldo José Pires de Carvalho, nascendo em 1700 um arraial como o nome de Chique-Chique que, em 1732 era ainda aldeia de pescadores. A capela aí construída, dedicada ao Senhor do Bonfim foi elevada à categoria de Freguesia pelo arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide. (ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS *apud* CHAVES, 2009).

---

625 BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 978.
626 BATSSÉ, 1772, p. 194, nº 943.
627 BATSSÉ, 1773, p. 201, nº 995.
628 BATSSÉ, 1776, p. 230, nº 1142; 1775, p. 247, nº 1219.
629 BATSSÉ, 1776, p. 230, nº 1142.
630 BATSSÉ, 1775, p. 247-248, nº 1221.
631 BATSSÉ, 1775, p. 247-248, nº 1221.
632 BATSSÉ, 1775, p. 247-248, nº 1221.
633 BATSSÉ, 1771, p. 185, nº 893.
634 BATSSÉ, 1772, p. 192, nº 932.
635 BATSSÉ, 1772, p. 192, nº 932.
636 BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 976; 1777, p. 265, nº 1319.
637 BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 978.
638
639 BATSSÉ, 1773, p. 202, nº 996.
640 BATSSÉ, 1778, p. 283, nº 1400.
641 BATSSÉ, 1778, p. 283, nº 1400.
642 BATSSÉ, 1772, p. 200, nº 981.

Figura 103 – Igreja do Senhor do Bonfim, construída no Século XVII



Fonte: Prefeitura de Xique-Xique (1982), adaptada pelo autor

Figura 104 – Vista parcial da cidade de Xique-Xique nos dias atuais



Fonte: Drone (2024), adaptada pelo autor

No atual território daquele município havia 14 pequenas comunidades. (Qd. 6; Fig. 105).

Quadro 6 – Comunidades de Xique-Xique

Nº	Localização dos Sítios	UTM23L	UTMN	Altitude
1	Sítio da Boa Vista	766162	8836893	399 m
2	Fazenda da Pedra Branca	759304	8818960	406 m
3	Fazenda do Gado Bravo	733658	8797500	403 m
4	Fazenda das Carnaúbas	756440	8793550	442 m
5	Fazenda da Utinga	724235	8784590	395 m
6	Ipueira Funda	712294	8781813	407 m
7	Fazenda do Saco	724304	8777063	406 m
8	Sítio de Santo Antônio	740473	8772569	404 m
9	Fazenda dos Angicos	717109	8770898	402 m
10	Fazenda do Jenipapo	703527	8765018	410 m
11	Fazenda do Juazeiro	706988	8754950	408 m
12	Sítio do Angical	698320	8753329	405 m
13	Fazenda do Umbuzeiro	696194	8744542	408 m
14	Fazenda Picada de Cima	694613	8730343	412 m

Fonte: BATSSÉ (1752-1783)

Figura 105 – Comunidades do entorno de Xique-Xique



Fonte: Google Earth (2024) adaptado pelo autor

4.3.1 Sítio da Boa Vista

Da Capela do Senhor do Bonfim, em linha reta e direção nordeste, a 36 km de distância, junto ao Rio São Francisco, localizava-se o Sítio da Boa Vista do qual se originou o atual povoado de Boa Vista de Santo Antônio. (Fig. 106).

Figura 106 – Representação do Sítio da Boa Vista no Século XVIII



Fonte: Fonte: Silvares (Século XVIII), adaptado pelo autor

De 1764 a 1780, nela e em seu entorno, havia pessoas de origem portuguesa e indígena, quais eram: Antônio Garcia da Costa e Ana Pereira[643]; José Pereira de Andrade e Leonarda Correia da Conceição[644]; José Correia de Sousa[645]; José de Miranda[646]; Manoel Caetano (...)[647]; Manoel da Silva Vieira e Maximiana Pereira[648]; Aleixo da Silva Mendes[649]; Maria

643 BATSSÉ, 1764, p. 87, nº 438; 1768, p. 121, nº 569.
644 BATSSÉ, 1769, p. 137, nº 644; 1771, p. 177, nº 854.
645 BATSSÉ, 1769, p. 137, nº 644.
646 BATSSÉ, 1771, p. 178, nº 862.
647 BATSSÉ, 1771, p. 180, nº 869.
648 BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 966.
649 BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 966.

Pereira[650]; Alberto de Miranda Neves e (...) Pereira[651]; José Pereira Freire[652]; Maximiana Pereira[653]; Tomé Pereira[654]; Paulo de Aguiar e Ana Pereira [655] ; Jacinto Álvares [656] ; Manoel Fernandes[657]; Albino (...) e Lourença Pereira[658].

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Rosário**, escrava de Manoel Caetano (...)[659]; **Elena Maria**, mulher de Tomé Pereira[660]; **Ana Francisca**, mulher de Manoel Fernandes[661]; **Hilária Maria**[662] e **Ana Maria**[663].

4.3.2 Fazenda da Pedra Branca

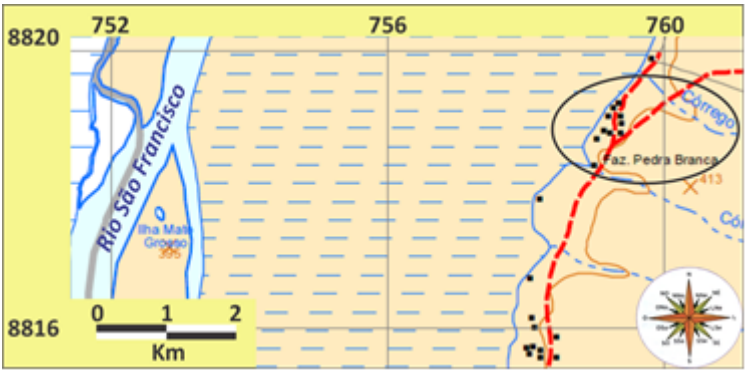
Da Capela do Senhor do Bonfim, em linha reta e direção nordeste a 20 km de distância, 6 km a leste do Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda da Pedra Branca da qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 107).

Em 1772, habitavam-na José Nunes, de origem portuguesa, e **Joana**, escrava indígena de etnia incógnita[664].

---

650 BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 966.
651 BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 968.
652 BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 968.
653 BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 968.
654 BATSSÉ, 1773, p. 205, nº 1017; 1775, p. 224, nº 1116.
655 BATSSÉ, 1773, p. 205, nº 1017.
656 BATSSÉ, 1775, p. 224, nº 1116.
657 BATSSÉ, 1775, p. 238, nº 1179.
658 BATSSÉ, 1780, p. 323, nº 1610.
659 BATSSÉ, 1771, p. 180, nº 869.
660 BATSSÉ, 1773, p. 205, nº 1017; 1775, p. 224, nº 1116.
661 BATSSÉ, 1775, p. 238, nº 1179.
662 BATSSÉ, 1775, p. 224, nº 1116.
663 BATSSÉ, 1775, p. 224, nº 1117.
664 BATSSÉ, 1772, p. 195, nº 950.

Figura 107 – Localização da Fazenda da Pedra Branca



Fonte: Sistema Eletrônico de Informações – BA (2024)

4.3.3 Fazenda do Gado Bravo

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e direção oeste, a 15 km de distância, encontrava-se a sede da Fazenda do Gado Bravo, da qual se originou o atual povoado de Alto do Curralinho. (Fig. 108)

Figura 108 – Alto do Curralinho nos dias atuais



Fonte: Sistema Eletrônico de Informações – BA (2024)

De 1772 a 1782, nela moraram Miguel Dias da Costa[665] e Vitória Gonçalves da Silva[666], de origem portuguesa. Ao grupo indígena vinculavam-se: **Martinha**[667]; **Ana**[668] e **Luciana**[669].

4.3.4 Fazenda das Carnaúbas

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e direção sudeste, a 12 km de distância, na margem direita do Riacho São João, encontrava-se a sede da Fazenda das Carnaúbas. (Fig. 109).

Figura 109 – Fazenda das Carnaúbas nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1752 a 1773, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Antônio Soares da Mota[670]; Antônio Ângelo da

665 BATSSÉ, 1772, p. 194, nº 941.
666 BATSSÉ, 1772, p. 194, nº 941.
667 BATSSÉ, 1772, p. 194, nº 941.
668 BATSSÉ, 1778, p. 279, nº 1381.
669 BATSSÉ, 1772, p. 200, nº 981; 1782, p. 355, nº 1776.
670 BATSSÉ, 1768, p. 120, nº 563; 1773, p. 205, nº 1019.

Mota e Maria Carvalho[671], Francisco Soares da Mota[672]; Maria dos Anjos da Mota[673]; Quitéria das Dores[674]; Rosa Soares, Alberto Pires Maciel, Sipriana da Silva e Antônio Pereira[675]; Manoel Pires[676]; José de Barros[677] e Maria de Sousa Bezerra[678].

Ao grupo indígena vinculavam-se: **João** e **Suzana**[679], **Rosa Maria**[680]; **Antônia**[681]; **Maria**[682]e **Antônia Guega**, escravos, e **Quitéria das Dores**[683], mulher de Francisco Soares da Mota; **Feliciana**[684] e **Josefa**[685], escravas de Antônio Soares da Mota; **Bibiana**, escrava de Alberto Pires Maciel[686].

Aos vinte e três dias do mês de julho de [mil] setecentos e sessenta e seis, de licença minha, batizou (...) Oliveira e pôs os santos óleos ao inocente Leandro, filho de pai incógnito e de ***Antônia, da nação Guega, escrava de Francisco Soares da Motta, morador nas Carnaíbas*** (grifo nosso). *Foram padrinhos: Alberto Pires Maciel, casado, e Dona Maria de Sousa, viúva que ficou de José da (...) Cavalcante, todos desta Freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1766, p. 101, nº 496).

671 BATSSÉ, 1762, p. 63, nº 357; 1768, p. 120, nº 563.
672 BATSSÉ, 1764, p. 91, nº 454; 1773, p. 205, nº 1019.
673 BATSSÉ, 1773, p. 205, nº 1019,
674 BATSSÉ, 1764, p. 91, nº 454.
675 BATSSÉ, 1752, p. 2, nº 7-8; 1753, p. 17-18, nº 90-91.
676 BATSSÉ, 1772, p. 194, nº 942.
677 BATSSÉ, 1753, p. 9, nº 53.
678 BATSSÉ, 1753, p. 9, nº 53; 1772, p. 194, nº 942.
679 BATSSÉ, 1752, p. 2, nº 7.
680 BATSSÉ, 1752, p. 2, nº 8.
681 BATSSÉ, 1753, p. 18, nº 91.
682 BATSSÉ, 1764, p. 91, nº 455; 1766, p. 101, nº 496.
683 BATSSÉ, 1764, p. 91, nº 454.
684 BATSSÉ, 1753, p. 17, nº 90.
685 BATSSÉ, 1768, p. 120, nº 563.
686 BATSSÉ, 1772, p. 194, nº 942.

4.3.5 Fazenda da Utinga

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e sentido sudoeste, a 30 km de distância, 6,5 km a sudeste do Rio São Francisco, localizava-se a Sede da Fazenda da Utinga da qual se originou o atual povoado homônimo. A palavra Utinga é a variação de dois vocábulos de origem Tupinambá: *Y* significa água e *tinga* se traduz como branca ou clara. (Fig. 110).

Figura 110 – Povoado de Utinga nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1754 a 1783, nele moravam pessoas de linhagem portuguesa, quais eram: Francisco Pereira Botelho[687]; Vicente Ferreira[688]; Manoel de Sousa[689] e Joana Pereira[690]; João Pinto de (...) e Maria da Conceição[691]; Joaquim de Sousa e Maria de Vargas[692].

687 BATSSÉ, 1754, p. 18, nº 93.
688 BATSSÉ, 1773, p. 206, nº 1022.
689 BATSSÉ, 1776, p. 231, nº 1149.
690 BATSSÉ, 1776, p. 231, nº 1149.
691 BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1234.
692 BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1842.

Ao grupo indígena vinculavam-se **Maria Francisca** e **Suzana**, escravas de Francisco Pereira Botelho.

> *Aos vinte e cinco dias do mês de maio de cinquenta e quatro, nesta Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, batizei solenemente e pus os santos óleos ao inocente* ***Joaquim, filho de pai incógnito e de Maria Francisca, índia dispersa, [do tronco Tupinambá, talvez] moradora na Fazenda da Utinga, desta Freguesia*** (grifo nosso). *Foi madrinha:* ***Susana****, escrava de Francisco Botelho, nesta dita fazenda, de que fiz este assento, de minha letra e sinal que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1754, p. 18, nº 93).

4.3.6 Ipueira Funda

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e sentido sudoeste, a 41 km de distância, junto ao Rio São Francisco, localizava-se a Ipueira Funda. (Fig. 111).

Figura 111 – Povoado de Ipueira Funda nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

> A primeira légua [abaixo da cidade de Barra] mostrou-nos à direita um canal sem saída, a **Ipueira Funda** (grifo nosso), que durante as enchentes dá comunicação direta com Xique-xique. Um pouco adiante Cajazeira, do capitão José Vicente, há outra ipueira, que também não pode ser navegada nesta época, convergindo para sua vizinha do sul. Essas ipueiras precisam ser examinadas com cuidado. As aberturas estreitas, tornadas praticáveis para permitir a entrada de embarcações durante todo o ano, facilitariam muito a navegação para Xique-xique e livraria aquela localidade da maior dificuldade que enfrenta: a falta de uma aproximação direta. Dizem que o leito do rio poderia ser melhorado sem dificuldade. (BURTON, 1867, p. 141).

De 1769 a 1776, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: João da Cunha Carvalho[693]; Isabel Teixeira[694]; Antônio Álvares Pereira[695]; Antônio Álvares Teixeira[696] e José Pinto[697].

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Salvador Pardo**[698]; **Luísa**[699] e **Jerônima**[700], escravos de João da Cunha Carvalho.

Eram de origem africana: (...) **Crioula** escrava de João da Cunha Carvalho[701], e **Nicácia Teixeira, Crioula Forra**[702].

Aos seis dias do mês de maio de mil setecentos e setenta, na Freguesia de São Francisco das Chagas, da Vila do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Cura

---

693 BATSSÉ, 1769, p. 129, nº 612.
694 BATSSÉ, 1770, p. 145, nº 679; 1776, p. 231, nº 1147.
695 BATSSÉ, 1775, p. 225, nº 1122.
696 BATSSÉ, 1775, p. 225, nº 1122.
697 BATSSÉ, 1776, p. 231, nº 1147.
698 BATSSÉ, 1769, p. 129, nº 612.
699 BATSSÉ, 1775, p. 225, nº 1120.
700 BATSSÉ, 1775, p. 225, nº 1121.
701 BATSSÉ, 1769, p. 129, nº 612.
702 BATSSÉ, 1775, p. 225, nº 1122.

Manoel Rodrigues de Almeida, ao inocente João, filho natural de ***Nicácia Texeira, Crioula Forra, moradora na Ipueira Funda,*** *desta Freguesia, e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Francisco Antônio Pereira, solteiro, e Fabiana Francisca dos Santos, casada, moradores na Freguesia de São Francisco das Chagas, de que mandei fazer este assento que, por verdade assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1770, p. 154, nº 712).

4.3.7 Fazenda do Saco

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e sentido sudoeste, a 35 km de distância, 16 km a leste do Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda do Saco, da qual se originou o povoado de Saco do Capão. (Fig. 112).

Figura 112 – Povoado de Saco do Capão nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1754 a 1783, nela moraram pessoas de origem portuguesa, quais eram: Antônio Leite Peixoto[703] e Florência Gonçalves de

[703] BATSSÉ, 1754, nº 104, p. 20.

Freitas[704]; Doutor Francisco Pereira Botelho e Alferes Mário Gonçalves [705]; Bonifácio Gonçalves de Queirós [706]; Maria Ferreira e Joana de Sousa[707]; José Gonçalves de Freitas[708] e Brígida da Silva[709]; Alcaide Mor José Pires de Carvalho[710]; José de Araujo Teixeira[711] e Luísa Leite[712]; José Mendes de Sousa[713] e Inocência Maria do Nascimento[714]; Vitorino Leite Teixeira[715]; Antônio de Sousa[716] e Joana Pereira[717]; Ana de Sousa[718]; Provedor Rodrigo da Costa de Almeida[719]; Hilário Gonçalves e Joana de Oliveira[720]; Ana Machado[721]; Ana Leite[722]; Hilário Pereira Leite [723]; Teodora Gonçalves de Freitas [724]; Ana Gonçalves do Nascimento [725]; Luís Gonçalves de Sousa; Bonifácio Gonçalves [726]; Feliciana Pereira [727]; Hipólita dos

[704] BATSSÉ, 1769, p. 132, nº 625; 1771, p. 173, nº 836; 1777, p. 251, nº 1238.
[705] BATSSÉ, 1757, p. 27, nº 215.
[706] BATSSÉ, 1762, p. 64, nº 359; 1766, p. 100, nº 493; 1773, p. 206, nº 1023; 1775, p. 224-225, nº 1118.
[707] BATSSÉ, 1762, p. 64, nº 359.
[708] BATSSÉ, 1769, p. 132, nº 624; 1771, p. 173, nº 836; 1776, p. 230, nº 1143; 1783, p. 365, nº 1843.
[709] BATSSÉ, 1769, p. 132, nº 624; 1773, p. 206, nº 1024; 1776, p. 230, nº 1143.
[710] BATSSÉ, 1769, p. 132, nº 625.
[711] BATSSÉ, 1769, p. 133, nº 627.
[712] BATSSÉ, 1773, p. 206, nº 1024.
[713] BATSSÉ, 1769, p. 134, nº 630; 1772, p. 194, nº 945.
[714] BATSSÉ, 1772, p. 194, nº 945.
[715] BATSSÉ, 1771, p. 173, nº 836.
[716] BATSSÉ, 1754, p. 19, nº 101.
[717] BATSSÉ, 1775, p. 225, nº 1119.
[718] BATSSÉ, 1773, p. 206, nº 1023.
[719] BATSSÉ, 1773, p. 206, nº 1023.
[720] BATSSÉ, 1780, p. 323, nº 1610.
[721] BATSSÉ, 1775, p. 224-225, nº 1118; 1777, p. 251, nº 1238.
[722] BATSSÉ, 1775, p. 224-225, nº 1118.
[723] BATSSÉ, 1775, p. 225, nº 1119.
[724] BATSSÉ, 1775, p. 225, nº 1119.
[725] BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1236.
[726] BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1236.
[727] BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1236.

Humildes[728]; Inácio de Farias[729]; Francisco Soares da Mota[730]; Maria Francisca de Sousa[731].

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Marcela Maria**, casada com o Alferes Mário Gonçalves[732]; **Rosa Maria**[733]; **Firmina**, escrava do Doutor Francisco Pereira Botelho[734]; **Luísa Francisca**[735]; **Fabiana Mestiça**[736]; **Josefa Mestiça**, escrava do Sargento José Pires de Carvalho[737]; **Antônio**, escravo de Antônio de Sousa[738]; **Maximiana**, escrava de Manoel Pereira[739]; **Josefa**, escrava do Provedor Rodrigo da Costa de Almeida[740]; **Manoel Pereira**[741]; **Isabel Joaquina**[742] e **Luísa Pereira**[743].

> *Aos trinta dias do mês de novembro de mil setecentos e setenta, na Freguesia de São Francisco das Chagas do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Francisco Xavier de Vasconcelos, à inocente* ***Albina, filha natural de Josefa Mestiça, escrava do Sargento José Pires de Carvalho, moradora na Fazenda do Saco****, e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foi madrinha: Brásida da Silva, casada, todos fregueses desta Freguesia de São José do Sento Sé,*

728 BATSSÉ, 1780, p. 323, nº 1610.
729 BATSSÉ, 1780, p. 323, nº 1610.
730 BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1843.
731 BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1843.
732 BATSSÉ, 1757, p. 27, nº 215.
733 BATSSÉ, 1757, p. 27, nº 215.
734 BATSSÉ, 1757, p. 27, nº 216.
735 BATSSÉ, 1757, p. 36, nº 259.
736 BATSSÉ, 1771, p. 174, nº 838.
737 BATSSÉ, 1769, p. 132, nº 625; 1771, p. 174, nº 837.
738 BATSSÉ, 1754, p. 19, nº 101.
739 BATSSÉ, 1766, p. 100, nº 492.
740 BATSSÉ, 1773, p. 206, nº 1023.
741 BATSSÉ, 1757, p. 27, nº 215; 1766, p. 100, nº 492.
742 BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1236.
743 BATSSÉ, 1780, p. 323, nº 1612.

> *de que mandei fazer este assento que, por verdade assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1770, p. 173, nº 837).

Era de origem africana **Maria Crioula**, escrava de José de Araújo Teixeira.

> *Aos (...) dias do mês de março de mil setecentos e sessenta e nove, na Freguesia de São Francisco das Chagas, da Vila do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Francisco Xavier de Vasconcellos, à inocente Tereza, filha natural de* ***Maria Crioula, escrava de José de Araújo Teixeira***, ***morador na Fazenda do Saco***, *fregueses desta Freguesia de São José do Sento Sé, e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Antônio Teixeira Maciel e sua mulher (...) Lemos, moradores na Freguesia de São Francisco das Chagas, do que mandei fazer este assento que, por verdade assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1769, p. 133, nº 627).

4.3.8 Sítio de Santo Antônio

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e direção sul, a 29 km de distância, localizava-se o Sítio de Santo Antônio do qual se originou atual fazenda homônima. (Fig. 113).

De 1765 a 1774, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Anacleto de Oliveira Leite e Marcelina Soares[744]; Félix Rodrigues, Josefa Soares e Pedro Ferreira[745]; João Batista, José Pacheco Ferreira e Maria Barbosa[746]; Marcos Rodrigues

[744] BATSSÉ, 1765, p. 96, nº 475.
[745] BATSSÉ, 1767, p. 111, nº 534.
[746] BATSSÉ, 1770, p. 150, nº 699.

Vicente[747] e Antônia Maria da Costa[748]; Bernardo Pacheco e Ana Maria da Conceição[749].

Figura 113 – Localização da Fazenda de Santo Antônio



Fonte: Sistema Eletrônico de Informações – BA (2024)

Ao grupo indígena vinculava-se **Josefa Maria**, mulher de Pedro Ferreira[750] e **Paula Maria**, mulher de José Batista[751].

4.3.9 Fazenda dos Angicos

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e sentido sudoeste, a 44 km de distância, 14 km a leste do Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda dos Angicos da qual se originou o atual povoado de Angico, junto à Rodovia BA-160. (Fig. 114).

De 1768 a 1780, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Rodrigo da Costa[752]; Bonifácio Batista[753]; Ana do Espírito Santo[754].

---

747 BATSSÉ, 1.771, p. 213, nº 1063; 1774, p. 212, nº 1059.
748 BATSSÉ, 1774, p. 212, nº 1059.
749 BATSSÉ, 1771, p. 213, nº 1062 e 1063.
750 BATSSÉ, 1767, p. 111, nº 534.
751 BATSSÉ, 1770, p. 150, nº 699.
752 BATSSÉ, 1768, p. 125, nº 589.
753 BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 957.
754 BATSSÉ, 1776, p. 231, nº 1146.

Figura 114 – Povoado de Angico nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Maria Mestiça**, escrava de Rodrigo da Costa[755]; **Joaquim**, **Ana** e **Joana**; **Isabel Joaquina**[756] e **Maria Pereira**[757].

> *Aos dez dias do mês de agosto de mil setecentos e setenta e dois, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo coadjutor atual desta Freguesia, o Padre Manoel do Rosário ao inocente Leandro, filho legítimo de* ***Joaquim e Anna, escravos na Fazenda dos Angicos****, e pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Bonifácio Batista, solteiro, filho legítimo de Francisco José, e* ***Joana, solteira, escrava do dito (...)****, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 957).

[755] BATSSÉ, 1768, p. 125, nº 589.
[756] BATSSÉ, 1776, p. 231, nº 1146.
[757] BATSSÉ, 1780, p. 324, nº 1614.

Eram de origem africana: **Simão Crioulo**[758] e **Lourença Crioula**.

> *Aos nove dias do mês de novembro de mil setecentos e setenta e dois, na Freguesia de São Francisco das Chagas, da Vila do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, batizou, solenemente, de licença minha, o Reverendo Vigário da dita Freguesia, (...) Manoel Rodrigues de Almeida (...), ao inocente Manoel, filho natural de* ***Lourença Crioula, escrava na Fazenda dos Angicos****, e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Antônio Pereira da (...), solteiro, e Luzia de Freitas Lima, moradores na dita Freguesia de São Francisco e (...) fregueses desta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1772, p. 194, nº 944).

4.3.10 Fazenda do Jenipapo

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e sentido sudoeste, a 58 km de distância, mil metros a leste do Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda do Jenipapo da qual se originou o atual povoado de Sucuriú. (Fig. 115).

De 1768 a 1783, nele moraram pessoas de origem portuguesa, quais eram: Francisco de Castro Silva[759] e Teodora Pereira da Conceição[760]; Manoel Machado da Silva[761]; Miguel Correia e

[758] BATSSÉ, 1770, p. 174, nº 838.
[759] BATSSÉ, 1768, p. 123, nº 577; 1771, p. 183, nº 885.
[760] BATSSÉ, 1769, p. 133-134, nº 629; 1771, p. 183, nº 885.
[761] BATSSÉ, 1768, p. 123, nº 578.

Felipa de Sousa[762]; Rodrigo da Costa de Almeida[763]; Eugênio Barbosa[764] e Senhorinha Pereira[765].

Figura 115 – Povoado de Sucuriú nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Micaela**, escrava de Manoel Machado da Silva[766]; **Leonor**[767], **Ana Luísa**[768], **Valéria**[769] e **Maria**[770], escravas de Rodrigo da Costa de Almeida; **Eva**[771]; **Ana Mestiça**[772]; **Arcângela**[773] e **Bonifácia**[774].

> *Aos vinte e cinco dias do mês de dezembro do ano de oitenta, na Freguesia de São Francisco das*

[762] BATSSÉ, 1770, p. 151, nº 703.
[763] BATSSÉ, 1771, p. 174, nº 840; 1776, p. 231, nº 1148; 1777, p. 251, nº 1239.
[764] BATSSÉ, 1771, p. 174, nº 840; 1777, p. 251, nº 1239.
[765] BATSSÉ, 1775, p. 225, nº 1123; 1775, p. 226, nº 1124, 1777, p. 251, nº 1239.
[766] BATSSÉ, 1768, p. 123, nº 578.
[767] BATSSÉ, 1770, p. 155, nº 718; 1772, p. 265, nº 1321.
[768] BATSSÉ, 1776, p. 231, nº 1148.
[769] BATSSÉ, 1776, p. 231, nº 1149.
[770] BATSSÉ, 1777, p. 256, nº 1268.
[771] BATSSÉ, 1771, p. 174, nº 840.
[772] BATSSÉ, 1775, p. 226, nº 1124; 1777, p. 251, nº 1239; 1782, p. 358-359, nº 1801.
[773] BATSSÉ, 1776, p. 231, nº 1148; 1780, p. 324, nº 1614.
[774] BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1844.

> *Chagas, da Vila do Rio Grande do Sul, de licença minha, batizou o Reverendo vigário da dita freguesia, (...) e pôs os santos óleos à inocente* ***Leonarda, que nasceu aos sete dias do mesmo mês e ano, filha natural de Anna Mestiça, escrava da Fazenda do Jenipapo****, desta Freguesia* (grifo nosso). *Foi padrinho: João Neves de Sousa, casado, morador na Freguesia do Rio Grande, de que, para constar, mandei fazer este assento que, por verdade assinei. Vigário Luís Alves de Miranda.* (BATSSÉ, 1780, p. 358-359, nº 1801).

Eram de origem africana: **Maria Crioula**, escrava de Francisco de Castro Silva; **Maximiano Crioulo**[775]; **Joana Crioula**[776] e **Lauriana Crioula**.

> *Aos dez de outubro de mil setecentos e sessenta e oito, na Freguesia de São Francisco das Chagas da Vila do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Cura da mesma Freguesia, o Padre Manoel Rodrigues de Almeida, à inocente Caetana, filha natural de* ***Maria Crioula, escrava de Francisco de Castro Silva, morador na Fazenda do Jenipapo****, e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Antônio Afonso, preto forro, casado, e Ignes, crioula, escrava de Antônio Afonso de Oliveira, todos moradores na Freguesia de São Francisco das Chagas, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1768, p. 123, nº 577).

> *Aos quinze dias do mês de maio de mil setecentos e sessenta e nove, na Freguesia de São Francisco das Chagas, da Vila do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, batizou solenemente,*

[775] BATSSÉ, 1768, p. 125-126, nº 590.
[776] BATSSÉ, 1769, p. 127, nº 597.

> *de licença minha, o Reverendo Cura, Padre Manoel Rodrigues de Almeida, à inocente Joanna, filha natural de* ***Lauriana, crioula, escrava da Fazenda do Jenipapo****, fregueses desta Freguesia de São José do Sento Sé, e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foi padrinho (...), solteiro, morador na Fazenda do Sal, todos fregueses desta freguesia, do que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1769, p. 134, nº 630).

4.3.11 Fazenda do Juazeiro

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e direção sudoeste, a 63 km de distância, 9 km a leste do Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda do Juazeiro. (Fig. 116).

Figura 116 – Localização da Fazenda do Juazeiro



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

No período de 1757 a 1781, ela estava arrendada ao Desembargador Bernardo de Sousa Estrela que, por morar em Salvador[777], para gerenciamento, entregou-a aos cuidados de

[777] BATSSÉ, 1750, p. 19, nº 97; 1757, p. 34, nº 252.

pessoas de raíz lusitana, quais eram: Tomás Antônio de Campos[778]; Teotônio Pereira[779]; Ângelo da Silva Pimenta e Francisca Pereira[780]; Domingos Gomes[781]; Maria Gomes[782]; Alberto Cardoso e Maria Mendes[783]; José de Magalhães e Ana Pereira[784].

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Bibiana**[785]; **Venância**[786], **Geralda Mestiça**[787]; **Rosa Maria**[788]; **Antônio Álvares**[789].

4.3.12 Sítio do Angical

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e sentido sudoeste, a 70 km de distância, junto ao Rio São Francisco, encontrava-se o Sítio do Angical do qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 117).

De 1750 a 1778, nele moraram famílias de origem portuguesa, quais eram: Luciana da Silva Ribeiro[790]; Pedro Rodrigues e Ana Rodrigues[791]; Capitão Caetano Rodrigues da Rocha[792] e Florência de Sá Barreto[793]; Luciana da Silva Bezerra[794];

778 BATSSÉ, 1770, p. 152, nº 704; 1775, p. 226, nº 1125.
779 BATSSÉ, 1775, p. 226, nº 1125.
780 BATSSÉ, 1777, p. 251, nº 1240.
781 BATSSÉ, 1777, p. 251, nº 1240.
782 BATSSÉ, 1777, p. 251, nº 1240.
783 BATSSÉ, 1777, p. 251, nº 1241.
784 BATSSÉ, 1777, p. 252, nº 1243.
785 BATSSÉ, 1762, p. 64, nº 360; 1770, p. 152, nº 704.
786 BATSSÉ, 1781, p. 359, nº 1804.
787 BATSSÉ, 1770, p. 155, nº 718.
788 BATSSÉ, 1777, p. 252, nº 1243.
789 BATSSÉ, 1778, p. 279, nº 1379.
790 BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 954; 1777, p. 249, nº 1226, 1227, 1228 e 1229.
791 BATSSÉ, 1769, p. 140, nº 656.
792 BATSSÉ, 1767, p. 106, nº 513; 1775, p. 224, nº 1115.
793 BATSSÉ, 1767, p. 106, nº 513; 1772, p. 195, nº 954; 1774, p. 214, nº 1069; 1775, p. 224, nº 1115; 1778, p. 284, nº 1407.
794 BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 954; 1777, p. 249, nº 1229.

Francisco José Ferraz[795]; Vicente de Almeida e Renovata da Rocha[796]; Francisco Ferreira[797]; Francisca Ferreira[798]; Rodrigo de Sá[799]; Ana Matos[800]; Cláudio de Sousa[801]; Catarina Correia[802]; José Correia e Ana da Rocha[803]; Antônia Ribeiro[804]; Joana Ferreira[805]; Bernardo de Matos[806]; Manoel Cabral[807]; Raimundo Rodrigues e Germana Rodrigues da Rocha[808]; Antônio Moreira e Marcelina Rodrigues[809]; Pedro Rodrigues e Ana Rodrigues[810]; Maria da Silva e Venceslau da Silva[811]; Antônio Gomes e Maria dos Reis[812]; Manoel de Resende Pimentel e Maria Ferreira[813]; Ana Rosa Pimentel[814]; José de Sá Souto Maior e Antônia Maria da Assunção[815]; Manoel Ferreira e Maria Nunes[816]; José Carvalho de Andrade e Alexandrina Pereira de Sousa[817]; Jerônimo de Magalhães e Segismunda Romana da Rocha[818]; Florêncio de Almeida e Maria

795 BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 954.
796 BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 955; 1778, p. 284, nº 1407 e 1408.
797 BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 955; 1778, p. 284, nº 1407.
798 BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 955.
799 BATSSÉ, 1773, p. 203-204, nº 1008.
800 BATSSÉ, 1773, p. 203-204, nº 1008.
801 BATSSÉ, 1774, p. 214, nº 1070.
802 BATSSÉ, 1775, p. 223, nº 1112.
803 BATSSÉ, 1775, p. 223, nº 1112.
804 BATSSÉ, 1775, p. 223-224, nº 1113.
805 BATSSÉ, 1775, p. 224, nº 1114.
806 BATSSÉ, 1777, p. 251, nº 1242; 1777, p. 252, nº 1243.
807 BATSSÉ, 1759, p. 140, nº 656; 1771, p. 172, nº 832.
808 BATSSÉ, 1764, p. 86, nº 434; 1768, p. 123, nº 579; 1775, p. 223, nº 1110.
809 BATSSÉ, 1768, p. 123, nº 579; 1774, p. 214, nº 1069.
810 BATSSÉ, 1759, p. 140, nº 656.
811 BATSSÉ, 1769, p. 135, nº 635.
812 BATSSÉ, 1771, p. 172, nº 832; 1774, p. 215, nº 1076.
813 BATSSÉ, 1771, p. 172, nº 832.
814 BATSSÉ, 1771, p. 172, nº 832.
815 BATSSÉ, 1771, p. 180, nº 872; 1775, p. 224, nº 1114.
816 BATSSÉ, 1772, p. 191-192, nº 929.
817 BATSSÉ, 1774, p. 214, nº 1070.
818 BATSSÉ, 1774, p. 215, nº 1076.

Rodrigues [819]; Clemente (...) [820]; Luís Pereira e Antônia da Rocha [821]; Lourenço Bezerra e Maria da Silva Santos [822]; Venceslau da Silva[823]; Raimundo Rodrigues Costa e Germana Rodrigues da Rocha [824]; Antônio Moreira [825]; Francisca Maciel [826]; Manoel Correia e Felipa de Sousa [827]; Be(...) Rodrigues [828]; Padre José de Magalhães [829]; Ana Pereira [830]; Catarina Costa[831]; Josefa Rodrigues[832].

Figura 117 – Povoado de Angical nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024) adaptada pelo autor

819 BATSSÉ, 1774, p. 216, nº 1078.
820 BATSSÉ, 1774, p. 216, nº 1078.
821 BATSSÉ, 1769, p. 221-222, nº 1102; 1773, p. 204, nº 1009; 1775, p. 223, nº 1109; 1775, p. 224, nº 1115.
822 BATSSÉ, 1769, p. 135, nº 635; 1775, p. 223, nº 1110.
823 BATSSÉ, 1769, p. 135, nº 635.
824 BATSSÉ, 1775, p. 223, nº 1110.
825 BATSSÉ, 1777, p. 249, nº 1228.
826 BATSSÉ, 1777, p. 249, nº 1228.
827 BATSSÉ, 1773, p. 194-195, nº 946; 1777, p. 251, nº 1242.
828 BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 977.
829 BATSSÉ, 1750, p. 19, nº 97.
830 BATSSÉ, 1777, p. 252, nº 1253.
831 BATSSÉ, 1775, p. 223, nº 1112.
832 BATSSÉ, 1777, p. 249, nº 1226.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Florência**, escrava do Padre José de Magalhães[833]; **Marta**, escrava de Luciana da Silva Ribeiro[834]; **Maria**, escrava de Antônio Moreira[835]; **Ana Maria**, mulher de Clemente (...)[836]; **Rosa**, escrava de Cláudio de Sousa[837]; **Manoel Barbosa**, escravo de Bernardo de Matos[838]; **Maria**, escrava de José de Sá Souto Maior[839]; **Eugênia da Mota Soares**, forra[840]; **Brígida Maria**[841]; **Antônia Francisca**[842]; **Ana Maria**[843]; **Antônia Maria**[844]; **Francisca Maria**[845]; **Cláudio Antônio**[846]; **Maria Vitorina**[847];

Era de origem africana **Antônio Rodrigues**, **da Nação Angola, forro**.

> *Aos (...) dias do mês de abril de mil setecentos e sessenta e nove, na Freguesia de São Francisco das Chagas, da Vila do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Francisco Xavier de Vasconcellos, à inocente Maria, filha legítima de* ***Antônio Rodrigues, nação Angola, e de Eugênia da Mota Soares, ambos forros, moradores no Sítio do Angical****, fregueses desta Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, e lhe*

833 BATSSÉ, 1750, p. 19, nº 97.
834 BATSSÉ, 1769, p. 140, nº 656.
835 BATSSÉ, 1773, p. 203-204, nº 1008.
836 BATSSÉ, 1774, p. 216, nº 1078.
837 BATSSÉ, 1775, p. 223, nº 1109.
838 BATSSÉ, 1777, p. 251, nº 1242; 1777, p. 252, nº 1243.
839 BATSSÉ, 1778, p. 285, nº 1410.
840 BATSSÉ, 1769, p. 13, 3nº 628.
841 BATSSÉ, 1777, p. 249, nº 1226.
842 BATSSÉ, 1775, p. 223, nº 1111; 1777, p. 249, nº 1229.
843 BATSSÉ, 1775, p. 223, nº 1111.
844 BATSSÉ, 1775, p. 224, nº 1113.
845 BATSSÉ, 1777, p. 249, nº 1227.
846 BATSSÉ, 1776, p. 249, nº 1226; 1777, p. 249, nº 1227.
847 BATSSÉ, 1777, p. 249, nº 1228.

> *pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Fabrício de Souza Veloso, solteiro, e Anna Maria, casada com Cosme (...), moradores na Freguesia de São Francisco das Chagas do que, para constar, mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1769, p. 133, nº 628).

4.3.13 Fazenda do Umbuzeiro

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e sentido sudoeste, a 78 km de distância, junto ao Rio São Francisco, encontrava-se a sede da Fazenda do Umbuzeiro. (Fig. 118).

Figura 118 – Sede da Fazenda do Umbuzeiro nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1750 a 1775, ela pertencia ao Desembargador Leonardo de Sousa Estrela que vivia em Salvador[848]. Nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Dr. Bernardo de Matos Albuquerque [849] ; Antônio Coelho de Sousa e Margarida Rodrigues[850]; Antônio Lopes de Morais[851] e Maria Pereira[852].

[848] BATSSÉ, 1750, nº 97, p. 19; 1757, nº 252, p. 34.
[849] BATSSÉ, 1773, p. 207, nº 1026.
[850] BATSSÉ, 1765, p. 96, nº 477.
[851] BATSSÉ, 1773, p. 207, nº 1026.
[852] BATSSÉ, 1773, p. 207, nº 1026.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Francisco** e **Ana** [853] ; **Bernardo** e **Francisca**[854]; **Gonçalo**, **Teresa** e **Ponciana**[855]; **Pedro** e **Graça**, escravos de Dr. Bernardo de Sousa Estrela.

> *Aos quatro dias do mês de agosto de mil setecentos e cinquenta e sete, batizou, com licença minha, o Reverendo Padre Manoel do Rosário ao inocente Fabrício, filho de* ***Bernardo e Francisca, escravos na Fazenda do Umbuzeiro*** (grifo nosso). *Foram padrinhos: Gonçalo e Teresa, escravos da mesma Fazenda, termo desta Freguesia de São José da Barra do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1757, p. 38, nº 265).

> *Aos vinte e nove dias do mês de agosto de mil setecentos e setenta e cinco, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, de licença minha, batizou solenemente e pôs os santos óleos, o Reverendo coadjutor atual, o Padre Manoel do Rosário, ao inocente* ***José, filho legítimo de Pedro e sua mulher Grácia, escravos de Doutor Bernardo de Matos Albuquerque, moradores na Fazenda do Umbuzeiro***, *fregueses desta freguesia* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Luís Alves, casado, e Luísa Maria, casada, freguesa da Freguesia de São Francisco das Chagas do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1775, p. 226, nº 1126).

Era de origem africana **Francisca Crioula**[856], também escrava de Dr. Bernardo de Sousa Estrela.

---

[853] BATSSÉ, 1757, p. 34, nº 253.
[854] BATSSÉ, 1762, p. 61, nº 349.
[855] BATSSÉ, 1760, p. 54, nº 325.
[856] BATSSÉ, 1757, p. 38, nº 265.

4.3.14 Fazenda Picada de Cima

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e sentido sudoeste, a 90 km de distância, 3 km a sudeste do Rio São Francisco, junto ao Riacho do Retiro, encontrava-se a sede da Fazenda Picada de Cima da qual se originou o atual povoado de Retiro da Picada. (Fig. 119).

Figura 119 – Povoado de Retiro da Picada nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1756 a 1783, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Sargento Mor Félix da Silva Ribeiro[857]; Marcelino da Costa Lemos e Quitéria Rodrigues Couto[858]; Bernardo (...)[859]; Rita Leite[860]; Lucas (...)[861] e Marcelina (...)[862].

Ao grupo indígena vinculavam-se: **(...) Maria**, mulher de Bernardo (...)[863]; **Joana Rodrigues, forra**[864]; **Clemência**, escrava de Rita Leite[865] e **Doroteia Maria**[866].

---

857 BATSSÉ, 1756, p. 25, nº 209.
858 BATSSÉ, 1766, p. 96, nº 477; 1769, p. 153, nº 709; 1772, p. 152-153, nº 708.
859 BATSSÉ, 1770, p. 174, nº 839.
860 BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1776.
861 BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1847.
862 BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1847.
863 BATSSÉ, 1770, p. 174, nº 839.
864 BATSSÉ, 1771, p. 177, nº 857.
865 BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1776.
866 BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1847.

4.4 Serras do Assuruá

Da sede da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 235 km de distância, às coordenadas UTM23L 771941, UTMN 8734950, 1077 metros de altitude, localizava-se o epicentro do lugar que se conhecia como Serras do Assuruá. Situava-se na fronteira oeste da Chapada Diamantina, 82 km a leste do Rio São Francisco. Por existirem lá muitos indígenas que os missionários consideravam pagãos, associou-se a reputação deles com a fama das riquezas minerais, ao convencionar-se a cidade se chamar Gentio do Ouro. (Fig. 120).

Figura 120 – Localização das Serras do Assuruá



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Conta-se que os primitivos habitantes de Gentio do Ouro eram indígenas do tronco Tupinambá. À boca pequena se diz também que, por influência dos relatos de Belchior Dias Moreia sobre a existência de montanhas de prata, muitos exploradores migraram àquela região. Por não encontrarem, em um primeiro momento, as pretendidas riquezas minerais, dedicaram-se à criação de gado e à agricultura de subsistência. Assim se fundaram vários sítios dos quais se originaram as

atuais fazendas, povoados, distritos e a própria cidade de Gentio do Ouro. (Fig. 121).

Figura 121 – Cidade de Gentio do Ouro nos dias atuais



Fonte: Prefeitura Municipal de Gentio do Ouro (2018)

De 1753 a 1783, nas Serras do Assuruá, moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Antônio de Miranda Neves e Rita Correia de Jesus[867]; Antônio Fernandes e Eugênia Lopes[868]; Francisco José Correia[869] e Bernarda Pereira de Novais[870], Vitorino Torres e Manoel Torres[871]; Inocência Maria Correia[872]; Manoel Martins Correia[873] e Maria Rodrigues[874]; Manoel Neves do Vale e Rosa Maria de Jesus[875]; Antônio da Silva Paiva[876]; Dionísia da Silva Paiva[877]; Antônio Correia Coelho e

867 BATSSÉ, 1753, p. 17, nº 89.
868 BATSSÉ, 1754, p. 19, nº 101.
869 BATSSÉ, 1775, p. 227, nº 1131; 1776, p. 233, nº 1154.
870 BATSSÉ, 1754, p. 20, nº 102; 1773, p. 207, nº 1030.
871 BATSSÉ, 1754, p. 20, nº 105.
872 BATSSÉ, 1757, p. 38, nº 266.
873 BATSSÉ, 1757, p. 34, nº 254; 1776, p. 233, nº 1154.
874 BATSSÉ, 1757, p. 34, nº 254.
875 BATSSÉ, 1757, p. 35, nº 255; BATSSÉ, 1762, p. 68, nº 371.
876 BATSSÉ, 1757, p. 35, nº 256; 1773, p. 202, nº 1000; 1775, p. 226-227, nº 1128; 1775, p. 227, nº 1129.
877 BATSSÉ, 1775, p. 227, nº 1129.

Teodora Pereira[878]; Francisco de Miranda Neves[879]; Manoel Martins da Vila[880]; Manoel Cardoso e Brites Dias da Silva[881]; Elena Ribeiro [882] ; Perpétua Ribeiro e Roberto Álvares Carneiro [883] ; Manoel Pereira [884] e Joana de Sousa [885] ; Luís Marques da (...) e Inácia Maria Pereira[886]; Manoel Gonçalves da Piedade[887] e Cipriana Ribeiro[888]; Inácio Gomes Lima e Maria da Conceição [889] ; Antônio Álvares Carneiro [890] e Maria Rabelo [891] ; João de Serqueira Magalhães e Felisberta Neta Meneses[892]; Capitão Manoel Pereira Machado[893] e Ana Maria de Jesus [894] ; Alferes Paulo Ribeiro Soares [895] e Maria Gonçalves[896]; Gonçalo de Queirós e Ana de Queirós[897]; João Nunes e Ana da (...)[898]; Bonifácio de Queirós[899]; João de Castro e Perpétua Rodrigues [900]; Francisco das Chagas Lima e Ana Pereira Furtado[901]; Ana Freitas de Lima[902]; Francisco Brás da

878 BATSSÉ, 1757, p. 35, nº 257.
879 BATSSÉ, 1757, p. 35, nº 257; 1773, p. 210, nº 1046 e 1047.
880 BATSSÉ, 1761, p. 48, nº 299.
881 BATSSÉ, 1762, p. 68, nº 370.
882 BATSSÉ, 1766, p. 99, nº 488.
883 BATSSÉ, 1766, p. 100, nº 491.
884 BATSSÉ, 1766, p. 100, nº 492.
885 BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 964; 1766, p. 100, nº 492.
886 BATSSÉ, 1766, p. 100, nº 494; 1783, p. 369, nº 1872.
887 BATSSÉ, 1767, p. 108, nº 523; 1773, p. 210, nº 1045.
888 BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1045.
889 BATSSÉ, 1769, p. 154, nº 713.
890 BATSSÉ, 1770, p. 155, nº 717; 1773, p. 208, nº 1033; 1777, p. 253, nº 1249.
891 BATSSÉ, 1770, p. 155, nº 717; 1773, p. 208, nº 1033.
892 BATSSÉ, 1770, p. 157, nº 727; 1772, p. 197, nº 965.
893 BATSSÉ, 1771, p. 178, nº 860; 1773, p. 208, nº 1033; 1773, p. 209, nº 1038.
894 BATSSÉ, 1771, p. 178, nº 860; 1773, p. 208, nº 1036.
895 BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 962.
896 BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 962; 1772, p. 197, nº 963.
897 BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 962.
898 BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 963.
899 BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 963 e 964; 1774, p. 205, nº 1016.
900 BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 964; 1777, p. 253, nº 1251.
901 BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 980; 1773, p. 207, nº 1029; 1777, p. 253, nº 1249.
902 BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 980.

Silva[903]; Perpétua de Almeida[904]; Mariana Gomes de Lima[905] Alberto Pereira da Silva[906] e Arcângela Maria de Jesus[907]; Antônia de Sousa[908]; Antônio Correia da Silva[909] e Teodora da Silva Ramos[910]; Florência da Silva Ramos[911]; Mariana da Conceição[912]; Francisco de Castro e Teodora Maria da Conceição[913]; Ana Maria da Conceição[914]; Manoel Correia[915] e Mariana de Jesus Pereira[916]; Antônio de Sousa[917] e Joana Cardoso[918]; João Batista e Maria Meira[919]; Joana de Castro[920]; Antônio Matias Rego[921]; José Neto Meneses e Maria de Sousa Monteiro[922]; Severo Pereira Freire[923] e Ana da Silva (...)[924]; Manoel Pereira Freire[925]; Florência de Sousa[926]; Manoel da

[903] BATSSÉ, 1769, p. 202, nº 997 e 998; 1771, p. 202, nº 999; 1773, p. 202, nº 1000.
[904] BATSSÉ, 1773, p. 202, nº 1000; 1773, p. 209, nº 1038.
[905] BATSSÉ, 1773, p. 207, nº 1029; 1777, p. 253, nº 1250; 1783, p. 366, nº 1851 e 1853.
[906] BATSSÉ, 1773, p. 207, nº 1030; 1776, p. 233, nº 1154.
[907] BATSSÉ, 1757, p. 35, nº 255; 1762, p. 68, nº 371; 1773, p. 207, nº 1030; 1776, p. 233, nº 1154.
[908] BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1031.
[909] BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1031.
[910] BATSSÉ, 1757, p. 35, nº 257; 1773, p. 208, nº 1031
[911] BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1031; 1777, p. 252, nº 1247.
[912] BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1033.
[913] BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1034; 1773, p. 209, nº 1037; 1775, p. 227, nº 1131.
[914] BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1034; 1775, p. 227, nº 1130 e 1131; 1783, p. 368, nº 1869; 1783, p. 369, nº 1875.
[915] BATSSÉ, 1777, p. 253, nº 1252.
[916] BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1035; 1777, p. 253, nº 1252; 1783, p. 367, nº 1858.
[917] BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1036.
[918] BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1036; 1773, p. 210, nº 1048.
[919] BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1037.
[920] BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1037; 1783, p. 366, nº 1854; 1783, p.367, nº 1855.
[921] BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1040.
[922] BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1040; 1783, p. 368, nº 1863.
[923] BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1042; 1773, p.110, nº 1043 e 1048.
[924] BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1042.
[925] BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1042.
[926] BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1042.

Silva[927] e Maximiana Pereira do Espírito Santo[928]; Isabel da Rocha Soares[929]; João da Rocha[930]; José Pereira Freire[931]; Antônio Pereira Freire[932]; Vitória Torres[933]; Alberto de Miranda e Mônica Pereira Freire[934]; Gláucio da Costa e Ana Pereira[935]; Luísa Moreira do Vale[936], Vicente Álvares Correia e Ana Marcelina Ferreira[937]; Vicente Pereira Rosa[938] e Isabel Maria da Conceição[939]; Maria Rodrigues Rosa[940]; Bernardo Machado da Silva[941] e Luzia Pereira da Cruz[942]; José Pereira de Andrade[943] e Leonarda Correia da Conceição[944]; Manoel Ferreira e Ana Rodrigues[945]; José Pereira Ventura[946]; Jerônimo de Abreu e Lima e Clara Pacheco da Cruz[947]; Isabel Álvares Cardoso[948]; Aleixo da Silva[949] e Clemência Gonçalves[950]; Vitória

927 BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1043; 1775, p. 227, nº 1132.
928 BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1043; 1775, p. 227, nº 1132; 1776, p. 235, nº 1163.
929 BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1043.
930 BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1043.
931 BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1044.
932 BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1044; 1775, p. 247, nº 1220.
933 BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1044.
934 BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1045.
935 BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1046.
936 BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1046.
937 BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1048; 1775, p. 222, nº 1106.
938 BATSSÉ, 1773, p. 210-211, nº 1049; 1777, p. 253, nº 1251; 177, p. 254, nº 1254; 1783, p. 367, nº 1858.
939 BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1858.
940 BATSSÉ, 1773, p. 210-211, nº 1049.
941 BATSSÉ, 1775, p. 222, nº 1106; 1777, p. 253, nº 1252; 1783, p. 368, nº 1869.
942 BATSSÉ, 1775, p. 222, nº 1106; 1775, p. 226-227, nº 1128; 1777, p. 253, nº 1252; 1783, p. 368, nº 1869; 1783, p. 369, nº 1872.
943 BATSSÉ, 1755, p. 222-223, nº 1107.
944 BATSSÉ, 1755, p. 222-223, nº 1107; 1755, p. 227, nº 1132.
945 BATSSÉ, 1755, p. 222-223, nº 1107.
946 BATSSÉ, 1775, p. 223, nº 1108.
947 BATSSÉ, 1775, p. 223, nº 1108.
948 BATSSÉ, 1775, p. 227, nº 1130.
949 BATSSÉ, 1775, p. 227, nº 1132; 1775, p. 247, nº 1220.
950 BATSSÉ, 1775, p. 247, nº 1220.

do Nascimento[951]; Antônio Gonçalves e Hilária Gonçalves[952]; Eusébio Francisco (...)[953]; Maria Furtado[954]; José Antônio da Silveira[955]; Francisco das Chagas de Oliveira[956]; Antônio Ribeiro Álvares[957]; João (...) e Maria Francisca de Jesus[958]; Antônia Fernandes[959]; José Costa de Carvalho[960]; Francisco Rodrigues de Miranda[961]; João Machado e Inácia Guedes de Brito[962]; Maria de Sousa[963]; Ana Guedes de Brito[964]; Manoel de Monteiro e Joana Maria do Nascimento[965]; Davi de Sousa Pereira[966]; José de Passos da Encarnação[967]; Teresa de Jesus[968]; Simplício de Castro e Floriana Rosa Pereira[969]; Pedro Pereira de Novais[970]; Josefa de Castro Silva[971]; José Caetano[972]; Joana Guedes[973]; João Neto Martins[974]; Rita de Queirós de Abreu[975];

951 BATSSÉ, 1776, p. 233, nº 1154.
952 BATSSÉ, 1776, p. 234, nº 1158.
953 BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1163.
954 BATSSÉ, 1777, p. 253, nº 1249.
955 BATSSÉ, 1777, p. 253, nº 1250; 1783, p. 366, nº 1853.
956 BATSSÉ, 1783, p. 366, nº 1852.
957 BATSSÉ, 1783, p. 366, nº 1852.
958 BATSSÉ, 1783, p. 366, nº 1853.
959 BATSSÉ, 1783, p. 366, nº 1854.
960 BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1855.
961 BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1855.
962 BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1856.
963 BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1856.
964 BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1856 e 1857.
965 BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1857.
966 BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1857.
967 BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1858.
968 BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1858.
969 BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1859.
970 BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1859.
971 BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1860.
972 BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1860
973 BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1861.
974 BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1863.
975 BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1863.

Roberto de Abreu e Inácia Rodrigues[976]; Domingos José Pereira e Maria de Jesus[977]; Domingos Pinto Pereira[978]; Baltasar dos Santos Barbosa[979]; João Dias[980]; Zacarias Dias da Costa[981].

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Antônio**[982] e **Maria**[983], escravos de Manoel Martins Correia; **Maria**, escrava do Capitão Salvador Correia[984]; **Engrácia**, escrava de Antônio de Miranda[985]; **Quitéria**, escrava de Antônio da Silva Paiva[986]; **Rosa Maria**, mulher de Antônio Coelho[987]; **Maximiana**, escrava de Manoel Pereira[988]; **Bernarda**, escrava do Capitão Manoel Pereira Machado[989]; **Cipriana Maria**, mulher de Manoel Gonçalves da Piedade; **Verônica**, **Antônio** e **Tomásia**, nativos Caimbé[990]; **Arcângela, Índia forra**[991]; **Ana Neta**, mulher de Francisco Brás da Silva[992]; **Rita**, escrava[993], e **Ana Maria**, amante[994] de Antônio Álvares Bessa; **Isabel**[995] e **Maria**[996], escravas de Ana Maria de Jesus; **Ana Maria**, mulher de Antônio

976 BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1871.
977 BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1871 e 1873.
978 BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1874 e 1875.
979 BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1875.
980 BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1877.
981 BATSSÉ, 1783, p. 370, nº 1878.
982 BATSSÉ, 1754, p. 19, nº 100.
983 BATSSÉ, 1768, p. 121, nº 568.
984 BATSSÉ, 1754, p. 20, nº 105.
985 BATSSÉ, 1754, p. 20, nº 105.
986 BATSSÉ, 1757, p. 35, nº 256.
987 BATSSÉ, 1762, p. 68, nº 371.
988 BATSSÉ, 1766, p. 100, nº 492.
989 BATSSÉ, 1767, p. 106, nº 516.
990 BATSSÉ, 1763, p. 80, nº 409.
991 BATSSÉ, 1770, p. 147, nº 685.
992 BATSSÉ, 1769, p. 202, nº 997 e 998; 1771, p. 202, nº 999; 1773, p. 202, nº 1000.
993 BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1035; 1777, p. 254, nº 1256; 1779, p. 309, nº 1521.
994 BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1040.
995 BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1036.
996 BATSSÉ, 1780, p. 321, nº 1599.

Matias Rego[997]; **Rosa**, escrava de José Pereira Freire[998]; **Joaquina**, escrava de Gláucio da Costa[999]; **Teresa Cristina**, mulher de José Pereira Ventura[1000]; **Patrício José**, marido de Florência da Silva Ramos[1001]; **Ana**, escrava de Francisco das Chagas de Oliveira[1002]; **Isabel Maria**, mulher de Vicente Pereira Rosa[1003]; **Maria**, escrava de Francisco de Castro[1004]; **Apolinária**, escrava de Francisco de Miranda Neves[1005]; **Elena**, escrava do Capitão Inácio Gomes Lima[1006]; **Vitorino**, marido de Antônia Fernandes e escravo de Mariana Gomes de Lima[1007]; **(...) Ferreira**, escrava de José Costa de Carvalho[1008]; **Simiana**, escrava de José Caetano[1009]; **Vicente**, escravo de Domingos Pinto Pereira[1010]; **Inácia Maria**, mulher de Baltasar dos Santos Barbosa[1011]; **Joana Maria**, mulher de João Dias[1012]; **Maria Madalena**[1013]; **Maria Luísa**[1014]; **Antônio Matias**[1015]; **Felisberta Neta**[1016]; **José Neto**[1017]; **Francisca**[1018]; **Teodora Maria**[1019];

997 BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1040.
998 BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1044.
999 BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1047.
1000 BATSSÉ, 1775, p. 223, nº 1108.
1001 BATSSÉ, 1777, p. 252, nº 1247.
1002 BATSSÉ, 1777, p. 253, nº 1250; 1783, p. 366, nº 1852.
1003 BATSSÉ, 1777, p. 253, nº 1251; 1777, p. 254, nº 1254.
1004 BATSSÉ, 1777, p. 254, nº 1255.
1005 BATSSÉ, 1779, p. 311, nº 1530.
1006 BATSSÉ, 1783, p. 366, nº 1851.
1007 BATSSÉ, 1783, p. 366, nº 1854.
1008 BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1855.
1009 BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1860.
1010 BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1874.
1011 BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1875.
1012 BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1877.
1013 BATSSÉ, 1757, p. 35, nº 256.
1014 BATSSÉ, 1757, p. 37, nº 262.
1015 BATSSÉ, 1769, p. 202, nº 997.
1016 BATSSÉ, 1769, p. 202, nº 997.
1017 BATSSÉ, 1769, p. 202, nº 997; 1776, p. 234, nº 1158.
1018 BATSSÉ, 1773, p. 210-211, nº 1049.
1019 BATSSÉ, 1777, p. 254, nº 1255.

Maria Francisca[1020]; **Ágata**[1021]; **Josefa Maria**[1022]; **Justa**[1023]; **Luísa**[1024]; **João**[1025]; **Rita Forra**[1026] e **Antônia Maria**[1027].

> *Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de [mil setecentos e] sessenta e três, na Capela de São José do Assuruhá, batizei solenemente e pus os santos óleos à inocente* ***Florência, filha de pai incógnito e de Verônica, índia da nação Caimbé, moradora no Assuruhá*** (grifo nosso). *Foram padrinhos:* ***Antônio e Tomásia, índios da mesma nação****, todos desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1763, p. 80, nº 409).

> *Aos sete de janeiro de mil setecentos e setenta, nesta Freguesia, na Capella do Senhor Jesus do Bonfim, batizou solenemente, de licença minha, o Padre (...) de Santa Rosa, religioso de Nossa Senhora dos Monges do Carmo, à inocente* ***Felícia, filha natural de Arcângela, índia forra, moradora nas Serras do Assuruhá****, e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Antônio, escravo da Fazenda do Curral das Éguas, e Simiana forra, todos fregueses desta Freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1770, p. 147, nº 685).

Eram de origem Africana: **Maria Crioula**, escrava de Manoel Martins da Vila; **Joana Mulata**[1028] e **Francisca Mulata**[1029], escravas do Capitão João Álvares Bessa.

1020 BATSSÉ, 1777, p. 254, nº 1256.
1021 BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1870.
1022 BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1870.
1023 BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1874.
1024 BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1874 e 1876.
1025 BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1876.
1026 BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1876.
1027 BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1877.
1028 BATSSÉ, 1763, p. 80, nº 407.
1029 BATSSÉ, 1764, p. 89, nº 445.

> *Aos vinte e nove dias do mês de julho de mil setecentos e sessenta e um, de licença minha, na Capela de São José do Assuruhá, batizou solenemente e pôs os santos óleos o Reverendo Padre Joaquim José de Andrade, à inocente* ***Felizarda, filha de pai incógnito e de Maria, crioula, escrava de Manoel Martins da Vila*** (grifo nosso). *Foram padrinhos Alberto Correia, solteiro, filho de Francisco (...), e Joana Maria, solteira, filha de Bernardo (...), todos desta freguesia, de que fiz este assento que, por verdade assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1761, p. 48, nº 299).

Nas Serras do Assuruá e entorno implantaram-se 26 pequenas comunidades das quais se originaram os atuais distritos, povoados, fazendas e/ou sítios. (Qd. 7; Fig. 122).

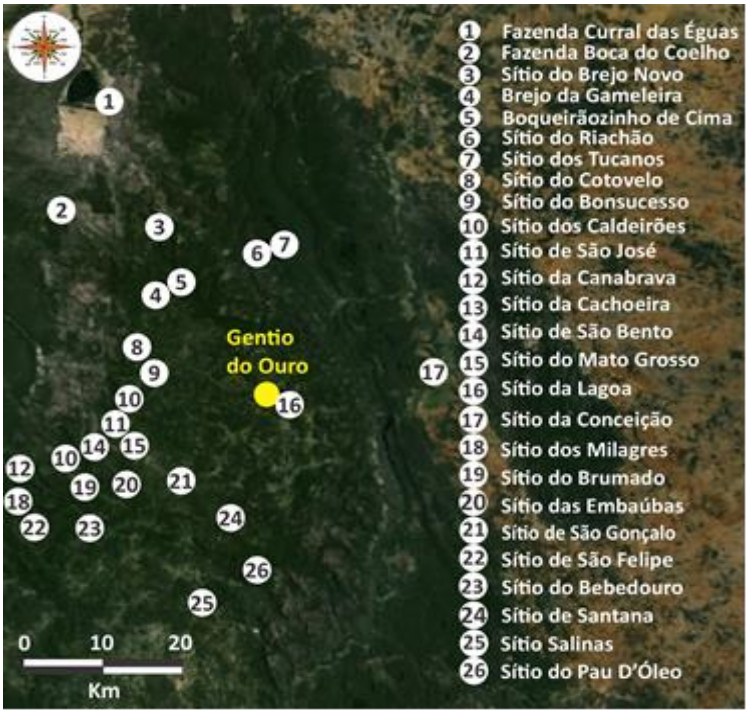
Quadro 7 – Comunidades de Gentio do Ouro

Nº	Comunidades	UTM23L	UTMN	Altitude
1	Fazenda Curral das Éguas	747439	8777846	408 m
2	Fazenda Boca do Coelho	741321	8761473	405 m
3	Sítio do Brejo Novo	755440	8759337	856 m
4	Brejo da Gameleira	755620	8749788	874 m
5	Boqueirãozinho de Cima	758492	8751056	916 m
6	Sítio do Riachão	770139	8756277	670 m
7	Sítio dos Tucanos	771958	8756676	635 m
8	Sítio do Cotovelo	752751	8741571	779 m
9	Sítio do Bonsucesso	757365	8740661	818 m
10	Sítio dos Caldeirões	754918	8738490	905 m
11	Sítio de São José	751908	8733806	899 m
12	Sítio da Canabrava	750134	8730117	889 m
13	Sitio da Cachoeira	736764	8723022	519 m
14	Sítio de São Bento	747328	8726740	797 m
15	Sítio do Mato Grosso	753102	8727039	850 m
16	Sítio da Lagoa	773918	8734320	1154 m
17	Fazenda da Conceição	795064	8739178	477 m
18	Sítio dos Milagres	733991	8718583	612 m
19	Sítio do Brumado	746072	8720768	830 m
20	Sítio das Embaúbas	751905	8721309	926 m
21	Sítio de São Gonçalo	759686	8721906	940 m

22	Sítio de São Felipe	739065	8714707	789 m
23	Sítio do Bebedouro	747018	8714173	885 m
24	Sítio de Santana	766893	8716749	1069 m
25	Sítio Salinas	763259	8704208	766 m
26	Sítio Pau D'Óleo	--	--	--

Fonte: BATSSÉ (1752-1783)

Figura 122 – Comunidades de Gentio do Ouro e entorno



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

4.4.1 Fazenda do Curral das Éguas

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção noroeste, a 49 km de distância, junto à Lagoa de Itaparica, encontrava-se a sede

da Fazenda do Curral das Éguas da qual se originou o atual Povoado de Pedra Vermelha. (Fig. 123 e 124).

Figura 123 – Localização do povoado de Pedra Vermelha



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 124 – Povoado de Pedra Vermelha nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1754 a 1779, ela pertencia ao Desembargador Leonardo de Sousa Estrela que vivia em Salvador. Nela moravam pessoas de origem portuguesa e indígena. Integravam-se ao corpo social de raíz lusitana: Custódio Antônio Braga[1030]; (...) Rodrigo (...) de Almeida[1031].

[1030] BATSSÉ, 1769, p. 138, nº 648.
[1031] BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 976.

Ao grupo indígena vinculavam-se **Senhorinha** [1032] e **Augustinha** [1033], escravas do Desembargador Bernardo de Sousa Estrela; **Felipa Pereira** e **Brites Maria** [1034]**; Antônio Pereira**[1035]; **Maria**, escrava de (...) Rodrigo (...) de Almeida.

> *Aos vinte e oito dias do mês de agosto de mil setecentos e sessenta e nove, nesta freguesia, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Manoel do Rosário, coadjutor oficial nesta Freguesia, à inocente* ***Thereza, filha natural de Felipa Perera, índia****, e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Custódio Antônio Braga, solteiro, e Brites Maria, casada,* ***moradores na Fazenda do Curral das Éguas****, todos fregueses desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1769, p. 138, nº 648).

Era de origem africana: **Antônia Crioula**, também escrava do Desembargador Bernardo de Sousa Estrela[1036].

4.4.2 Fazenda Boca do Coelho

Da cidade de Gentio do Ouro, em linha reta e direção noroeste. a 40 km de distância, 43 km a leste do Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda Boca do Coelho. (Fig. 125).

De 1769 a 1771, nela moravam pessoas de origem lusitana e indígena. Integravam-se ao quadro social de raíz portuguesa: Leandro de Oliveira e Grácia Alves[1037]; (...) Antunes[1038].

1032 BATSSÉ, 1754, p. 20, nº 106.
1033 BATSSÉ, 1764, p. 91, nº 453.
1034 BATSSÉ, 1769, p. 138, nº 648.
1035 BATSSÉ, 1770, p. 147, nº 685; 1772, p. 199, nº 976; 1779, p. 311, nº 1535.
1036 BATSSÉ, 1764, p. 91, nº 453.
1037 BATSSÉ, 1769, p. 138, nº 649.
1038 BATSSÉ, 1771, p. 179, nº 865.

Figura 125 – Sede da Fazenda Boca do Coelho nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Antônio**, escravo de Brásida, e **Josefa Marquesa**, **forra** [1039]; **Luciana** [1040], escrava de (...) Antunes.

4.4.3 Sítio do Brejo Novo

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção noroeste, a 29 km de distância, localizava-se o Sítio do Brejo Novo do qual se originou a atual fazenda homônima. (Fig. 126).

Figura 126 – Sede da Fazenda Brejo Novo nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Ao grupo indígena vinculava-se **Felipa**.

[1039] BATSSÉ, 1769, p. 135-136, nº 636.
[1040] BATSSÉ, 1771, p. 179, nº 865.

> *Aos vinte e sete dias do mês de agosto de mil setecentos e sessenta e quatro, na Capella de São José do Assuruhá, batizei solenemente e pus os santos óleos à inocente* ***Anna, filha de pai incógnito e de Felipa, índia da nação Caimbé moradora no Sítio do Brejo Novo*** (grifo nosso). *Foram padrinhos: Miguel e Andreza, solteiros, filhos de Salvador Correia, todos desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1764, p. 81, nº 411).

4.4.4 Brejo da Gameleira

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção noroeste, a 22 km de distância, localizava-se o Brejo da Gameleira, hoje distrito de Gameleira do Assuruá. (Fig. 127 e 128). Foi desse núcleo habitacional que se originou o município de Gentio do Ouro.

> Segundo a lenda, dois escravos encontraram as ruínas de um antigo engenho de cana-de-açúcar, de uma casa-de-farinha e de uma casa grande abandonada, construção de alvenaria, coberta com telhas, vários quartos, portas e janelas de madeira, que recebera o nome de Casa das Antas, devido a grande quantidade de excrementos do animal, provavelmente habitada pelos primeiros desbravadores. A vila de Gameleira foi a primeira sede do município desmembrado de Xique-Xique, em 1890, sendo seu primeiro prefeito (intendente), o coronel Reginaldo Gomes Lima; depois transferida para Santo Inácio, em 1938 e, em 1954, para Gentio do Ouro. (MAROCA, 2013).

Em 1763, no Brejo da Gameleira moravam José Álvares Barbosa[1041] e Maria da Silva[1042], de origem portuguesa, às

[1041] BATSSÉ, 1763, p. 80, nº 408.
[1042] BATSSÉ, 1763, p. 81, nº 410.

expensas do trabalho de **Vicência Maria**, **crioula forra**, de origem africana.

> *Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano [mil setecentos e] sessenta e três, na Capela de São José do Assuruhá, batizei solenemente e pus os santos óleos à inocente* ***Maria, filha de pai incógnito e de Vicência Maria, crioula forra, moradora no Brejo da Gameleira*** (grifo nosso). *Foi padrinho José Barbosa, casado, morador no mesmo Brejo, todos desta freguesia, de que fiz este assento que, por verdade assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1763, p. 80, nº 408).

Figura 127 – Antiga Vila Gameleira do Assuruá



Fonte: Página Revista (2019), adaptada pelo autor

Figura 128 – Distrito de Gameleira do Assuruá



Fonte: Oliveira (2013), adaptado pelo autor

4.4.5 Boqueirãozinho de Cima

Da cidade de Gentio do Ouro, em linha reta e sentido noroeste, a 21 km de distância, nordeste do distrito de Gameleira do Assuruá, chegava-se à sede da Fazenda do Boqueirãozinho de Cima, da qual se originou o atual sítio do Boqueirão. (Fig. 129).

Figura 129 – Sítio do Boqueirão nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1763, nele moravam Antônio de Sousa Neves e Ana Pereira[1043], de origem portuguesa.

4.4.6 Sítio do Riachão

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção norte, a 21 km de distância, encontrava-se a sede do Sítio do Riachão da qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 130).

De 1769 a 1772, nela moravam pessoas de origem portuguesa e indígena. Integravam-se ao corpo social de origem lusitana: Joaquim de Barros e Maria das Neves [1044]; Inácio Pinto e Arcângela Guedes de Brito [1045]; Tomé Dias [1046]; Maria do

[1043] BATSSÉ, 1763, p. 81, nº 413.
[1044] BATSSÉ, 1769, p. 138, nº 646; 1772, p. 198, nº 973.
[1045] BATSSÉ, 1769, p. 138, nº 646; 1772, p. 198, nº 973.
[1046] BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 972.

Sacramento Dias[1047]; Antônio Dias e Úrsula da Conceição[1048]; Domingos Pinto Pereira[1049]; Antônia Maria Dias[1050].

Figura 130 – Povoado de Riachão nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Ao grupo indígena vinculava-se **Florência**, escrava de Inácio Pinto[1051], e **Luzia,** escrava de Domingos Pinto Pereira[1052].

4.4.7 Sítio dos Tucanos

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção norte, a 21 km de distância, 2 km a leste do núcleo do Sítio do Riachão, encontrava-se a sede do Sítio dos Tucanos da qual se originou a atual fazenda homônima. (Fig. 131).

[1047] BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 972.
[1048] BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 972; 1772, p. 198, nº 973.
[1049] BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 973.
[1050] BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 973.
[1051] BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 972.
[1052] BATSSÉ, 1779, p. 311, nº 1535.

Figura 131 – Sede da Fazenda Tucano nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1772, nele moravam pessoas de origem portuguesa e indígena. Integravam-se ao corpo social de origem lusitana: Bonifácio de Barros e Isabel Fernandes[1053]; Tomé Dias de Lima, filho de Antônio Dias que habitava o Sítio do Riachão, e Marquesa da Silva[1054].

4.4.8 Sítio do Cotovelo

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção noroeste, a 20,5 km de distância, encontrava-se a sede do Sítio do Cotovelo da qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 132).

De 1768 a 1776, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Luís Correia e Ponciana da Assunção[1055]; Marcos de A. Fonseca[1056]; (...) Pereira Bastos e Francisca (...)[1057]; (...) Pereira e Inácia Pereira[1058].

[1053] BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 974.
[1054] BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 974.
[1055] BATSSÉ, 1768, p. 121, nº 570.
[1056] BATSSÉ, 1768, p. 121, nº 571.
[1057] BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1164.
[1058] BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1164.

Ao grupo indígena vinculava-se **Inácia Maria**, esposa de Marcos de A. Fonseca[1059].

Em 1819, João Cunha e Silva, filho de um garimpeiro oriundo de Formiga – MG, conseguiu pequena fortuna nas serras auríferas de Assuruá. Investiu-a na compra de escravos, gado e terras entre as quais constava o Sítio do Cotovelo.

Pela tradição oral se sabe que, no Século XIX chegou a Xique-Xique o aventureiro português Domingos Carvalho dos Santos. Com exploração de minério, ele ganhou muito dinheiro. Casou-se com Esméria, uma das filhas de João Cunha. No transcorrer daquela centúria, ocorreram muitas endogamias entre membros das famílias de origem portuguesa, quais eram: Bessa, Cunha, Carvalho, Rocha, Alves de Almeida, Alves Pereira, Gomes Lima, Oliveira. Houve também, importa que se registre, intercâmbios genéticos e culturais de pessoas lusitanas com nativos que habitavam as serras de Assuruá. (REGMENDES, 2021). Ainda no mesmo século, descobriu-se diamante no Sítio do Cotovelo. (FERREIRA, 2005, p. 190).

Figura 132 – Povoado de Cotovelo nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

[1059] BATSSÉ, 1768, p. 121, nº 571.

4.4.9 Sítio do Bonsucesso

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção noroeste, a 15 km de distância, localizava-se a sede do Sítio do Bonsucesso, da qual se originou a atual fazenda homônima. (Fig. 133).

Figura 133 – Fazenda de Bonsucesso nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1771, nele morava Sátiro Rodrigues, com sua mulher Ana Maria Gomes e os filhos José Faustino Rodrigues e Inácia Rodrigues[1060].

4.4.10 Sítio dos Caldeirões

Da cidade de Gentio do Ouro, em linha reta e direção noroeste, a 17 km de distância, na margem esquerda do Riacho do Caldeirão, localizava-se a sede do Sítio dos Caldeirões da qual se originou o atual distrito de Itajubaquara. (Fig. 134)

Em 1776, nele morava Mariana Torres Lima, de origem portuguesa. Para as atividades operacionais do dia a dia, ela contava com os préstimos de sua escrava **Luísa**[1061], indígena de etnia desconhecida.

[1060] BATSSÉ, 1771, p. 179, nº 863.
[1061] BATSSÉ, 1776, p. 233, nº 1155.

Figura 134 – Distrito de Itajubaquara nos dias atuais



Fonte: Regmendes (2021), adaptada pelo autor

> [Pela história oral se diz que] o distrito de Itajubaquara (Caldeirão do Ouro), no município de Gentio do Ouro, teve início quando um provável garimpeiro de nome Miguel Alves Bessa tirou a sorte grande nos garimpos de Brotas. Assim comprou, em dezembro de 1825, o Sítio Caldeirões, nas mãos dos representantes do Conde da Ponte, que eram donos de quase metade das terras da Bahia, na época. Por volta de 1810, Miguel [havia se casado] com Maria Rocha do Nascimento (irmã de Francisca Rocha, esposa de Venceslau Machado que fundou a então cidade de Uibaí), tendo vários filhos com ela que, tudo indica, era mestiça. (REGMENDES, 2021).

4.4.11 Sítio de São José

Da cidade de Gentio do Ouro, em linha reta e sentido oeste, a 20 km de distância, chegava-se à sede do Sítio de São José da qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 135).

Figura 135 – Povoado de São José nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1773, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: José Pereira e Leonarda Pereira da Conceição[1062]; José Pereira Freire[1063]; Francisco Pereira Freire[1064] e Francisca Pereira[1065].

4.4.12 Sítio da Canabrava

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudoeste, a 22 km de distância, encontrava-se o Sítio da Canabrava do qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 136).

De 1753 a 1765, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Francisco João Bastos[1066]; Antônio da Silva Paiva[1067] e Josefa Maria Sá[1068]; Salvador Correia[1069]; Sipriana Correia[1070]; José da Cunha e Maria de Sousa[1071].

1062 BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1041.
1063 BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1041.
1064 BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1041.
1065 BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1041.
1066 BATSSÉ, 1763, p. 80, nº 406-407.
1067 BATSSÉ, 1753, p. 9, nº 52; 1757, p. 35, nº 256; 1763, p. 80, nº 406-407.
1068 BATSSÉ, 1753, p. 9, nº 52.
1069 BATSSÉ, 1763, p. 81, nº 410.
1070 BATSSÉ, 1764, p. 88, nº 440.
1071 BATSSÉ, 1764, p. 89, nº 444.

Figura 136 – Povoado da Canabrava nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Quitéria** e **Eugênia**, escravas do defunto Francisco João Bastos, em poder do tutor Antônio da Silva Paiva[1072]; **Vitória**, escrava de Salvador Correia[1073]; **Manoel Gonçalo**, marido de Cipriana Correia[1074].

4.4.13 Sítio da Cachoeira

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudoeste, a 37 km de distância, na margem esquerda do Riacho Fortaleza, encontrava-se ao Sítio da Cachoeira do qual se originou o atual povoado de Cachoeira das Palmeiras. (Fig. 137).

[1072] BATSSÉ, 1763, p. 80, nº 406-407.
[1073] BATSSÉ, 1763, p. 81, nº 410.
[1074] BATSSÉ, 1764, p. 88, nº 440.

Figura 137 – Povoado de Cachoeira das Palmeiras nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1767 a 1772, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Manoel Gonçalves da (...) e Cipriana Ribeiro[1075]; Jerônimo de Abreu Lima e Clara Pacheco da Cruz[1076]; José de Abreu e Grácia Mayra de Abreu[1077]; José dos Santos e Maria dos Santos Pereira[1078]; Luís Correia e Ponciana de Jesus[1079]; Francisco de Miranda[1080]; José Pereira Ventura e Brígida Correia[1081]; Marcos Ferreira e Inácia Pereira[1082]; Aleixo da Silva Neves[1083]; João da Rocha Soares e Mariana da Silva[1084].

Ao grupo indígena vinculava-se **Ana Maria**[1085].

[1075] BATSSÉ, 1767, p. 108, nº 523; 1769, p. 137-138, nº 645; 1771, p. 178, nº 862.
[1076] BATSSÉ, 1762, p. 68, nº 371; 1767, p. 109, nº 524; 1771, p. 178, nº 861; 1772, p. 198, nº 970 e 971.
[1077] BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 970.
[1078] BATSSÉ, 1771, p. 179, nº 863.
[1079] BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 969.
[1080] BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 969.
[1081] BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 970.
[1082] BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 971.
[1083] BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 971.
[1084] BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 971.
[1085] BATSSÉ, 1769, p. 137-138, nº 645.

4.4.14 Sítio de São Bento

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudoeste, a 26 km de distância, encontrava-se o Sítio de São Bento do qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 138 e 139).

Figura 138 – Povoado de São Bento



Fonte: Gentio do Ouro (2022), adaptado pelo autor

Figura 139 – Povoado de São Bento



Fonte: Gentio do Ouro (2021), adaptado pelo autor

De 1754 a 1776, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: João Álvares Bessa[1086] e Antônia Freire Pereira[1087]; Francisco Pinto Pereira[1088]; José (...) Ferreira[1089]; Francisco Álvares Bessa e Ana Maria da Conceição[1090]; Inácio Pinto Pereira e Arcângela Guedes de Brito[1091]; Antônio de Sousa e Maria Madalena (...)[1092]; João Álvares Bessa Filho[1093]; Francisco de Castro[1094] e Joana Maria de Castro[1095].

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Florência**[1096]; **Maria**, escrava de José (...) Ferreira[1097]; **Rita**[1098]; **Marcos** e **Maria**, escravos de Inácio Pinto Pereira[1099].

> *Aos dezessete dias do mês de julho do ano de [mil setecentos e] sessenta e seis, batizei, solenemente, e pus os santos óleos à inocente* ***Josefa, filha de Marcos e de sua mulher Maria, ambos escravos de Inácio Pinto Pereira, morador nas Serras do Assuruhá (...)*** (grifo nosso). *Foram padrinhos: (...) e sua mulher Maria da Silva, todos desta Freguesia, de que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1766, p. 101, nº 495).

[1086] BATSSÉ, 1754, p. 20, nº 103; 1776, p. 234, nº 1761.
[1087] BATSSÉ, 1754, p. 20, nº 103.
[1088] BATSSÉ, 1763, p. 79, nº 404.
[1089] BATSSÉ, 1763, p. 83, nº 419.
[1090] BATSSÉ, 1763, p. 79, nº 405.
[1091] BATSSÉ, 1764, p. 93, nº 463; 1766, p. 99, nº 489.
[1092] BATSSÉ, 1776, p. 234, nº 1761.
[1093] BATSSÉ, 1776, p. 234, nº 1161.
[1094] BATSSÉ, 1776, p. 234, nº 1761.
[1095] BATSSÉ, 1776, p. 234, nº 1761.
[1096] BATSSÉ, 1763, p. 79, nº 404; 1767, p. 109, nº 525.
[1097] BATSSÉ, 1763, p. 83, nº 419.
[1098] BATSSÉ, 1766, p. 99, nº 489;
[1099] BATSSÉ, 1754, p. 19, nº 100.

4.4.15 Sítio do Mato Grosso

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudoeste, a 20 km de distância, encontrava-se o Sítio do Mato Grosso do qual se originou o povoado homônimo. (Fig. 140).

Figura 140 – Povoado de Mato Grosso nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1769 a 1783, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Capitão João Álvares Bessa [1100] e Antônia Ferreira[1101]; João Ferreira de Abreu[1102]; Francisco Brás[1103]; Martinho Gonçalves[1104]; João Álvares Bessa Filho[1105]; Antônio Álvares Bessa[1106]; Isabel Álvares Cardoso[1107]; Antônio da Silva

[1100] BATSSÉ, 1770, p. 157, nº 724; 1771, p. 202, nº 999; 1772, p. 197, nº 965; 1773, p. 208, nº 1034; 1773, p. 208, nº 1035; 1977, p. 253, nº 1253.
[1101] BATSSÉ, 1753, p. 9, nº 50; 1773, p. 208, nº 1035.
[1102] BATSSÉ, 1769, p. 137, nº 643.
[1103] BATSSÉ, 1769, p. 139, nº 652.
[1104] BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1864.
[1105] BATSSÉ, 1775, p. 227, nº 1130; 1777, p. 253, nº 1253; 1777, p. 254, nº 1256; 1783, p. 368, nº 1864 e 1869; 1783, p. 369, nº 1872.
[1106] BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1035.
[1107] BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1864.

Paiva[1108]; Maria Gonçalves de Sousa[1109]; Manoel Gonçalves[1110]; Rita Maria da Conceição [1111]; Miguel Álvares Bessa [1112]; Francisco Machado[1113]; Domingos José Martins[1114].

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Ana Maria**, mulher de Martinho Gonçalves [1115]; **Ana Neta**, mulher de Francisco Brás [1116]; **Antônia**, escrava de Antônio da Silva Paiva [1117]; **Margarida**[1118], **Maria**[1119], **Joana**[1120], **Francisca**[1121], **Antônio**[1122] e **Augustinha** [1123], escravos do Capitão João Álvares Bessa; **Maria**, escrava de Domingos José Martins [1124]; e **José Matias**[1125].

Era de origem africana **Francisca Mulata**, escrava do Capitão João Álvares Bessa.

> *Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano mil setecentos e sessenta e quatro, na Capela do Assuruhá, batizei solenemente e pus os santos óleos ao inocente* ***Marçal, filho de pai incógnito e de Francisca Mulata****., escrava do Capitão João*

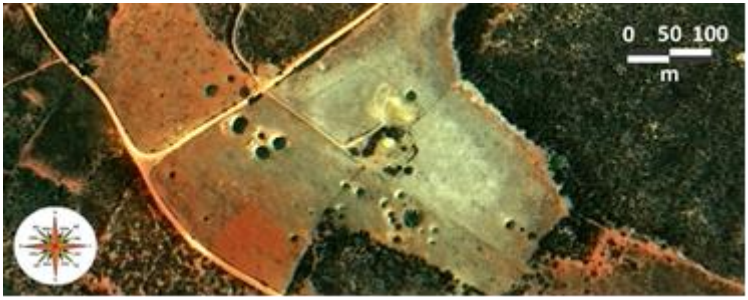
[1108] BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1865.
[1109] BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1865.
[1110] BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1865.
[1111] BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1866 e 1867.
[1112] BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1866.
[1113] BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1867 e 1868.
[1114] BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1868.
[1115] BATSSÉ, 1769, p. 137, nº 643; 1783, p. 368, nº 1864.
[1116] BATSSÉ, 1769, p. 139, nº 652.
[1117] BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1865.
[1118] BATSSÉ, 1753, p. 9, nº 51.
[1119] BATSSÉ, 1753, p. 9, nº 52.
[1120] BATSSÉ, 1770, p. 157, nº 725; 1783, p. 368, nº 1866 e 1867.
[1121] BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1038; 1775, p. 226-227, nº 1128.
[1122] BATSSÉ, 1777, p. 254, nº 1255.
[1123] BATSSÉ, 1775, p. 227, nº 1129; 1977, p. 254, nº 1254; 1780, p. 322, nº 1602; 1783, p. 368, nº 1868.
[1124] BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1868.
[1125] BATSSÉ, 1769, p. 137, nº 643.

> *Álvares Bessa* (grifo nosso). *Foi padrinho o Padre Antônio Luís da Conceição, todos desta freguesia, de que fiz este assento que, por verdade assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1764, p. 89, nº 445).

4.4.16 Sítio da Lagoa

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudeste, a apenas 2 km de distância, encontrava-se a sede do Sítio da Lagoa da qual se originou a atual fazenda homônima. (Fig. 141).

Figura 141 – Sede da Fazenda da Lagoa nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1769 a 1783, nele moravam pessoas de origem portuguesa e indígena. Integravam-se ao corpo social de origem lusitana: José Pereira Lopes Torrão e Domingas de Amorim Meireles[1126]; Elena Gomes[1127]; Teresa de Jesus[1128]; João Félix Garcia[1129]; Damásio Rodrigues de Assunção[1130]; Domingos Porto[1131] e Ana

[1126] BATSSÉ, 1769, p. 139, nº 651; 1771, p. 179, nº 868; 1776, p. 236, nº 1172; 1776, p. 237, nº 1175; 1779, p. 312, nº 1539.
[1127] BATSSÉ, 1772, p. 193, nº 937; 1776, p. 236, nº 1173.
[1128] BATSSÉ, 1772, p. 193, nº 937.
[1129] BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 979.
[1130] BATSSÉ, 1769, p. 202, nº 998.
[1131] BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1167.

Maria da Conceição[1132]; Manoel Lopes[1133]; Inácio Pinto[1134]; João Mendes de Almeida[1135]; Jacinta Nunes[1136]; Leandro Soares[1137]; Manoel Rodrigues e Ana Correia[1138]; Manoel Álvares e Maria de Moura[1139]; Aleixo da Rocha e Florência Moreira[1140]; Manoel da (...) e Ana Maria de Jesus[1141]; João Coelho e Maurícia Rodrigues[1142]; Luís Francisco Álvares[1143]; Diogo Coelho[1144]; Inocência Coelho[1145]; Francisco Antunes[1146]; Manoel Álvares e Cipriana Ferreira[1147]; Francisco Ribeiro Mega e Florência (...)[1148]; José Correia[1149]; Gregório Vieira (...) Moreira[1150]; Antônio Vieira[1151]; Pascoal Francisco Ramos[1152]; Antônia Pereira de Matos[1153]; Antônia Maria de Jesus[1154]; Manoel da Silva Rodrigues[1155]; Maria Cardoso[1156] e Inácio da Silva[1157].

1132 BATSSÉ, 1769, p. 202, nº 998; 1771, p. 202, nº 999; 1772, p. 197, nº 965; 1776, p. 235, nº 1167.
1133 BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1166.
1134 BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1166.
1135 BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1167.
1136 BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1167.
1137 BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1167.
1138 BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1168.
1139 BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1168.
1140 BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1169.
1141 BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1169.
1142 BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1170.
1143 BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1170.
1144 BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1170.
1145 BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1170.
1146 BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1171.
1147 BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1171.
1148 BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1172.
1149 BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1174; 1777, p. 256, nº 1265; 1783, p. 362, nº 1821.
1150 BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1174.
1151 BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1174.
1152 BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1175; 1779, p. 312, nº 1539.
1153 BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1175
1154 BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1175
1155 BATSSÉ, 1783, p. 370, nº 1879.
1156 BATSSÉ, 1783, p. 370, nº 1879.
1157 BATSSÉ, 1783, p. 370, nº 1879.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Francisco Xavier**, forro, e **Maria da Conceição**, escrava de Teresa de Jesus[1158]; **Antônia Maria**, mulher de João Félix Garcia[1159]; **Sula**, escrava de Manoel Lopes[1160]; **Francisca Maria**, mulher de Francisco Antunes[1161]; **Joana**[1162] e **Teresa**[1163], escravas de José Correia, e **Rosa**[1164].

4.4.17 Fazenda da Conceição

Da cidade de Gentio do Ouro, em linha reta e direção leste, a 23 km de distância, na margem direita do Rio Verde,103 km a leste do Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda da Conceição, hoje vinculada ao município de Ibipeba. (Fig. 142).

Figura 142 – Sede da Fazenda da Conceição nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

1158 BATSSÉ, 1772, p. 193, nº 937.
1159 BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 979.
1160 BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1166.
1161 BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1171.
1162 BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1174.
1163 BATSSÉ, 1777, p. 256, nº 1265.
1164 BATSSÉ, 1783, p. 370, nº 1879.

De 1762 a 1774, nela morava gente de linhagem portuguesa e indígenas de etnias incógnitas. Integravam-se ao corpo social de raíz lusitana: Anacleto de Oliveira e Marcelina Soares[1165]; Gertrudes Rabelo de Sepúlveda[1166]; Manoel de Sousa e Maria Ribeiro[1167].

Ao grupo indígena vinculava-se **Romana**, escrava de Gertrudes Rabelo de Sepúlveda[1168].

4.4.18 Sítio dos Milagres

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudoeste a 41 km de distância, localizava-se o Sítio dos Milagres do qual se originou a atual fazenda homônima.

Em 1783, nele moravam dois casais de origem portuguesa, quais eram: Luís Pinto e Teresa de Jesus[1169]; Antônio Dias do Vale e Luísa Moreira[1170].

4.4.19 Sítio do Brumado

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudoeste, a 30 km de distância, localizava-se o Sítio do Brumado do qual se originou o atual distrito de Ibitunane. (Fig. 143 e 144).

Diz-se que o Sr. Bernado da Silva Machado, português de Açores ou do norte de Portugal foi quem fundou Brumado no

---

1165 BATSSÉ, 1762, p. 71, nº 379.
1166 BATSSÉ, 1763, p. 82, nº 417.
1167 BATSSÉ, 1769, p. 144, nº 671; 1771, p. 184, nº 888; 1774, p. 217-218, nº 1085.
1168 BATSSÉ, 1763, p. 82, nº 417.
1169 BATSSÉ, 1783, p. 366. nº 1848.
1170 BATSSÉ, 1783, p. 366. nº 1848.

Século XVIII ou início de XIX. (JUNIOR, 2024). Sabe-se hoje, porém, que na segunda metade do Século XVIII, especificamente de 1762 a 1768, nele morava gente de origem portuguesa, indígena e africana.

Figura 143 – Distrito de Ibitunane



Fonte: Queiroz (2022), adaptado pelo autor

Figura 144 - Distrito de Ibitunane



Fonte: Conexão Gentio (2012), adaptado pelo autor

Integravam-se ao corpo social de raíz lusitana: Leonarda Batista[1171]; João Nunes Freitas e Ana Gonçalves de Freitas[1172];

[1171] BATSSÉ, 1762, nº 366, p. 66.
[1172] BATSSÉ, 1763, nº 403, p. 79.

Félix Nunes[1173]; Francisco José Correia, Bernarda Pereira de Novais[1174] e Inocência Maria Correia[1175]; Antônio Alves Bessa e Maria Ribeiro, Vicente da Rocha Pereira, Paulo Vicente Simões, Antônia Rodrigues Caldas (defunta), Maria Gonçalves de Freitas, Paulo Ribeiro e Maria Gonçalves[1176]. Ao grupo indígena vinculava-se **Ana Maria**[1177], mulher de Félix Nunes.

4.4.20 Sítio das Embaúbas

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudoeste, a 24 km de distância, localizava-se o Sítio das Embaúbas. (Fig. 145).

Figura 145 – Sítio das Embaúbas nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1766 a 1769, nele moravam Ana de Queirós[1178]; Paulo Ribeiro Simões e Maria Gonçalves de Freitas[1179], todos de origem portuguesa.

1173 BATSSÉ, 1764, nº 447, p. 89.
1174 BATSSÉ, 1764, nº 449, p. 90; BATSSÉ, 1766, nº 490, p. 99.
1175 BATSSÉ, 1757, nº 266, p. 38.
1176 BATSSÉ, 1768, nº 567, p. 120-121.
1177 BATSSÉ, 1764, nº 447, p. 89.
1178 BATSSÉ, 1769, p. 137, nº 642.
1179 BATSSÉ, 1766, p. 100, nº 493; 1767, p. 108, nº 521; 1769, p. 137, nº 642.

4.4.21 Sítio de São Gonçalo

Da cidade de Gentio do Ouro, em linha reta e sentido sudoeste, a 18 km de distância, chegava-se à sede do Sítio de São Gonçalo. Dela se originou o núcleo residencial da atual fazenda homônima. (Fig. 146).

Figura 146 – Núcleo residencial da Fazenda São Gonçalo hoje



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1764, nela morava Arcênio Coelho [1180] , de origem portuguesa, e sua mulher **Rosa Maria**, indígena de etnia desconhecida[1181].

4.4.22 Sítio de São Felipe

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudoeste, a 39 km de distância, encontrava-se o Sítio de São Felipe do qual se originou o povoado homônimo. (Fig. 147).

[1180] BATSSÉ, 1764, p. 88, nº 439.
[1181] BATSSÉ, 1764, p. 88, nº 439.

Figura 147 – Povoado de São Felipe



Fonte: Paiva (2024), adaptada pelo autor

De 1761 a 1783, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Manoel Martins do Vale e Ana Maria de Jesus[1182]; Vitória Maria de Jesus[1183]; Francisco Gomes, Elena Gomes, Teodora Pereira, José Correia e Florência Correia[1184]; Timóteo Gomes[1185]; Andreza da Silva[1186]; Joaquim Pereira e Vitorina Ferreira[1187]; Antônio Correia de Sousa[1188]; Josefa Vieira[1189]; André Dias dos Santos e Bernarda da Silva Romão[1190]; Francisco Alves[1191]; Alberto Pereira de Novais e Arcângela Maria de Jesus[1192]; Francisco Antunes[1193]; Capitão Manoel Pereira

[1182] BATSSÉ, 1764, p. 90, nº 448; 1773, p. 208, nº 1032.
[1183] BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1032.
[1184] BATSSÉ, 1769, p. 136, nº 640.
[1185] BATSSÉ, 1769, p. 137, nº 641; 1772, p. 196, nº 958.
[1186] BATSSÉ, 1769, p. 137, nº 641; 1771, p 178, nº 859; 1772, p. 196, nº 958.
[1187] BATSSÉ, 1769, p. 137, nº 641.
[1188] BATSSÉ, 1769, p. 136, nº 640.
[1189] BATSSÉ, 1770, p. 152, nº 706.
[1190] BATSSÉ, 1771, p. 178, nº 859; 1773, p. 208, nº 1032.
[1191] BATSSÉ, 1771, p. 178, nº 859.
[1192] BATSSÉ, 1771, p. 178, nº 860; 1783, p. 366, nº 1849 e 1850.
[1193] BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 958.

Machado[1194]; José Álvares[1195] e Vitória do Nascimento de Jesus[1196]; Antônio Martins de Andrade[1197].

Ao grupo indígena vinculava-se **Ana Maria**[1198]. Era de origem africana **Maria Crioula**, escrava de Manoel Martins do Vale[1199].

4.4.23 Sítio do Bebedouro

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudoeste, a 32 km de distância, chegava-se ao Sítio do Bebedouro do qual se originou o atual povoado de Bebedor. (Fig. 148).

Figura 148 – Povoado de Bebedor nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

[1194] BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1032.
[1195] BATSSÉ, 1783, p. 366, nº 1849.
[1196] BATSSÉ, 1783, p. 366, nº 1849 e 1850.
[1197] BATSSÉ, 1783, p. 366, nº 1850.
[1198] BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 958.
[1199] BATSSÉ, 1761, p. 48, nº 299.

De 1771 a 1779, nele morava a família de Inácio Pinto Pereira [1200] e Arcângela Guedes de Brito [1201], de origem portuguesa.

Para os afazeres cotidianos, aquele núcleo familiar contava com os préstimos de **Juliana** [1202] e **Valentim** [1203], escravos indígenas, e **Geraldo Crioulo**[1204], de raíz africana.

4.4.24 Sítio de Santana

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudoeste, a 19 km de distância, chegava-se ao Sítio de Santana do qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 149).

Figura 149 – Povoado de Santana nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1771, nele se explorava o trabalho escravo da indígena **Ana Maria**, de etnia desconhecida, e **Justa Crioula**, de origem e africana.

[1200] BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 975; 1772, p. 199, nº 980; 1773, p. 208, nº 1033; 1776, p. 234. nº 1159.

[1201] BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1033.

[1202] BATSSÉ, 1776, p. 234. nº 1159; 1779, p. 309, nº 1520; 1783, p. 367, nº 1861.

[1203] BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1861.

[1204] BATSSÉ, 1771, p. 179, nº 864.

> *Aos dez dias do mês de setembro de mil setecentos e setenta e um, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Manoel do Rosário, coadjutor atual nesta mesma Freguesia, ao inocente Vicente, filho natural de* ***Justa Crioula, escrava de Anna Maria, moradora no Sítio da Senhora Santana, Serra do Assuruhá****, e lhe pôs os santos óleos* (grifo nosso). *Foram padrinhos: Geraldo Crioulo, solteiro, escravo de Ignácio Pinto, e Maria, casada, de que mandei fazer este termo que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1771, p. 179, nº 864).

4.4.25 Sítio Salinas

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudoeste, a 32 km de distância, localizava-se o Sítio Salinas do qual se originou a sede da atual fazenda homônima. (Fig. 150).

Figura 150 –Sede da atual Fazenda Salinas



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1770 a 1779, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Antônio Alves[1205]; Luís Mendes e Antônia Maria

[1205] BATSSÉ, 1770, p. 159, nº 735.

Leal [1206]; Joana Vieira [1207]; Capitão Diogo da Guerra [1208]; Domingas de Amorim [1209]; Cipriano Soares [1210]; Francisco Xavier[1211]; Antônia Maria Leal[1212].

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Vitorina Maria**, mulher de Antônio Alves [1213]; **Luísa**, escrava de Cipriano Soares [1214] e **Francisca**, escrava do Capitão Diogo da Guerra[1215].

4.4.26 Sítio do Pau D'Óleo

Nas Serras do Assuruá havia também o Sítio do Pau D'óleo. A respeito dele não se obteve informação sobre sua localização, com as respectivas coordenadas.

De 1766 a 1770, nele moravam pessoas de origem portuguesa e indígena. Integravam-se ao corpo social de origem lusitana: Antônio Álvares Carneiro, Maria Ribeiro e José Nunes [1216]; Gonçalo de (...), Perpétua Ribeiro, Grácia Gomes de Lima e Roberto Álvares Carneiro[1217]; Antônio de Sousa e Bernarda Pereira[1218].

Ao grupo indígena vinculavam-se **José Antônio** e **Luísa**[1219].

[1206] BATSSÉ, 1771, p. 179, nº 865.
[1207] BATSSÉ, 1773, p. 211, nº 1050.
[1208] BATSSÉ, 1773, p. 211, nº 1050.
[1209] BATSSÉ, 1773, p. 211, nº 1050.
[1210] BATSSÉ, 1773, p. 211, nº 1051.
[1211] BATSSÉ, 1773, p. 211, nº 1051.
[1212] BATSSÉ, 1773, p. 211, nº 1051.
[1213] BATSSÉ, 1770, p. 159, nº 735.
[1214] BATSSÉ, 1773, p. 211, nº 1051.
[1215] BATSSÉ, 1779, p. 310, nº 1523.
[1216] BATSSÉ, 1766, p. 99, nº 488.
[1217] BATSSÉ, 1766, p. 100, nº 491.
[1218] BATSSÉ, 1768, p. 120, nº 566.
[1219] BATSSÉ, 1770, p. 152, nº 705.

4.5 Fazenda da Picada, no Município de Jussara

Da sede da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, a 122 km de distância, em linha reta e direção sudoeste, na margem esquerda do Rio Jacaré, às coordenadas UTM24L 199144, UTMN 8817180, 428 metros de altitude, localizava-se a sede da Fazenda Picada. Dela se originou o atual povoado homônimo, vinculado ao município de Jussara. (Fig. 151 e 152).

Figura 151 – Fazenda da Picada em relação à Velha Sento Sé



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 152 – Povoado de Picada nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1756 a 1777, nela morava gente de origem portuguesa e indígena. Integravam-se ao corpo social de origem lusitana: Ângelo Apolinário[1220] e Bernarda da Silva[1221]; José da Costa e Maria de Jesus[1222]; Francisca Cavalcante[1223]; João da Silva[1224] e Francisca Apolinário[1225]; Paulo de Sousa e Antônia Barbosa[1226]; Marcelino da Costa e Quitéria Rodrigues[1227]; Rita Leite Peixoto[1228]; João Coelho[1229]; Antônio Coelho e Margarida Rodrigues[1230]; Bernardo da Rocha[1231]; Maria Teodora Apolinário[1232]; Inácio Gonçalves e Rita Pereira[1233]; (...) Pereira[1234]; Francisca Pereira[1235]; Antônio Pedro Apolinário[1236]; João Pedro (...) Médici e Ana de Jesus[1237]; Maria Leite Peixoto[1238]; Maria de Castro[1239].

Ao grupo indígena vinculava-se: **Timótea**, escrava de Ângelo Apolinário[1240]; **Clemência**, escrava de Rita Leite Peixoto[1241];

1220 BATSSÉ, 1757, p. 34, nº 252; 1769, p. 131, nº 621; 1769, p. 136, nº 639; 1773, p. 207, nº 1028; 1776, p. 232-233, nº 1153; 1777, p. 252, nº 1247.
1221 BATSSÉ, 1757, p. 34, nº 252.
1222 BATSSÉ, 1764, p. 90, nº 451.
1223 BATSSÉ, 1769, p. 131, nº 621.
1224 BATSSÉ, 1776, p. 232-233, nº 1153.
1225 BATSSÉ, 1769, p. 136, nº 638; 1769, p. 136, nº 639; 1776, p. 232-233, nº 1153; 1777, p. 252, nº 1247.
1226 BATSSÉ, 1769, p. 136, nº 639.
1227 BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 959.
1228 BATSSÉ, 1773, p. 205, nº 1018.
1229 BATSSÉ, 1773, p. 207, nº 1027.
1230 BATSSÉ, 1773, p. 207, nº 1027.
1231 BATSSÉ, 1773, p. 207, nº 1028; 1777, p. 252, nº 1244.
1232 BATSSÉ, 1773, p. 207, nº 1028.
1233 BATSSÉ, 1773, p. 211, nº 1052.
1234 BATSSÉ, 1773, p. 211, nº 1052.
1235 BATSSÉ, 1773, p. 211, nº 1052.
1236 BATSSÉ, 1776, p. 232, nº 1153; 1777, p. 252, nº 1247.
1237 BATSSÉ, 1775, p. 246, nº 1215.
1238 BATSSÉ, 1775, p. 246, nº 1215.
1239 BATSSÉ, 1777, p. 252, nº 1244.
1240 BATSSÉ, 1769, p. 131, nº 621.
1241 BATSSÉ, 1773, p. 205, nº 1018.

Maura Maria, mulher de João Coelho[1242]; **Joana**[1243]; **Isabel Maria**[1244].

4.6 Fazenda Tatauí

Da Igreja Matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção nordeste, a 59,2 km de distância, junto ao Rio São Francisco, às coordenadas UTM24L 300965, UTMN 8955542, 374 metros de altitude, localizava-se a sede da Fazenda Tatauí da qual se originou a atual cidade de Sobradinho – BA. (Fig. 153 e 154).

Figura 153 – Sede da Fazenda Tatauí em relação à Velha Sento Sé



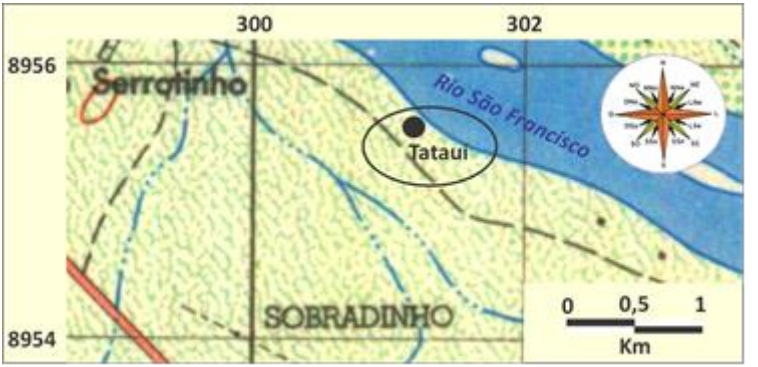
Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1764 a 1774, nela morava gente de origem portuguesa e indígena. Integravam-se ao corpo social de raíz lusitana: Estêvão Pereira e Catarina da Fonseca[1245]; Inácio Alves, Ana

[1242] BATSSÉ, 1773, p. 207, nº 1027.
[1243] BATSSÉ, 1773, p. 207, nº 1028
[1244] BATSSÉ, 1777, p. 252, nº 1244.
[1245] BATSSÉ, 1764, p. 94, nº 467; 1774, p. 212, nº 1057.

Rodrigues, Eugênio de Aguiar Alves [1246], Joana de Aguiar Alves [1247]; Inácio de Aguiar Alves e Damiana da Silva [1248]; Francisco de Aguiar Alves[1249]; Pedro Ferreira do Espírito Santo e Ana Maria do Rosário [1250]; Basílio Pereira [1251]; Josefa Pereira [1252]; Paulo (...) e Ana da Assunção [1253]; Catarina Ferreira[1254].

Figura 154 – Sede da Fazenda Tatauí na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército – Petrolina (1973), adaptada pelo autor

Ao grupo indígena vinculava-se **Maria**, escrava de Francisco de Aguiar Alves [1255]; **Germana**, escrava de Inácio de Aguiar Alves[1256] e **Clemência**[1257].

[1246] BATSSÉ, 1769, p. 140-141, nº 659.
[1247] BATSSÉ, 1767, p. 105, nº 510.
[1248] BATSSÉ, 1769, p. 128, nº 605.
[1249] BATSSÉ, 1767, p. 105, nº 511; 1769, p. 140-141, nº 659.
[1250] BATSSÉ, 1769, p. 140-141, nº 659.
[1251] BATSSÉ, 1774, p. 212, nº 1057.
[1252] BATSSÉ, 1774, p. 212, nº 1057.
[1253] BATSSÉ, 1774, p. 212, nº 1058.
[1254] BATSSÉ, 1774, p. 212, nº 1058.
[1255] BATSSÉ, 1767, p. 105, nº 511.
[1256] BATSSÉ, 1782, p. 357, nº 1791.
[1257] BATSSÉ, 1774, p. 212, nº 1057.

4.6.1 Sítio do Saco do Meio

Da sede da Fazenda Tatauí, em linha reta e direção oeste, a 6 km de distância, junto ao Rio São Francisco, 2 km à montante do eixo da Barragem de Sobradinho, às coordenadas UTM24L 296000, UTMN 8958500, 365 m de altitude, localizava-se o Sítio do Saco do Meio ou Juacema, atualmente submerso no Lago de Sobradinho. (Fig. 155).

Figura 155 – Povoado de Saco do Meio na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército – Petrolina (1973), adaptada pelo autor

De 1754 a 1777, nele moraram pessoas de origem portuguesa, quais eram: Gonçalo Pereira e Lucinda Carvalho[1258]; Paulo de Sousa e Ana de Sousa[1259]; Francisco de Sousa[1260]; José dos Santos[1261]; Maria de Sousa[1262]; Damiana da Silva[1263]; Antônio dos Santos e Josefa Vieira de Aguiar[1264].

[1258] BATSSÉ, 1754, p. 11, nº 65.
[1259] BATSSÉ, 1776, p. 228, nº 1135.
[1260] BATSSÉ, 1776, p. 228, nº 1135.
[1261] BATSSÉ, 1776, p. 228, nº 1135.
[1262] BATSSÉ, 1776, p. 228, nº 1135.
[1263] BATSSÉ, 1777, p. 243, nº 1202.
[1264] BATSSÉ, 1777, p. 243, nº 1202.

4.6.1.1 Artefatos Arqueológicos

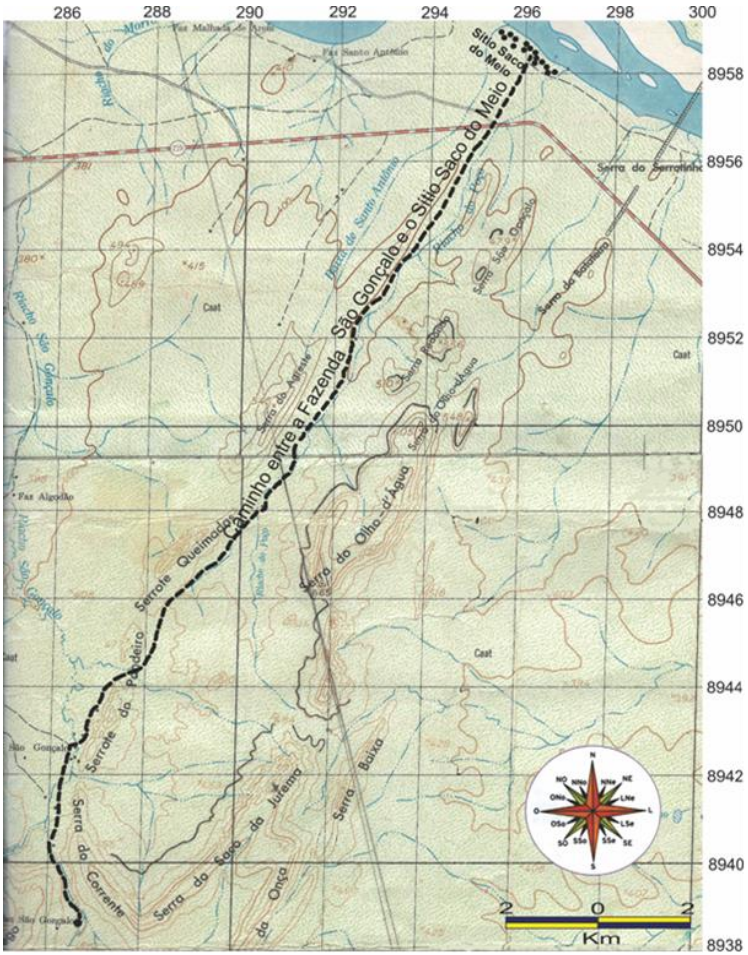
Um velho caminho entre os sítios Saco do Meio e São Gonçalo da Serra evidencia ligação atávica dos moradores daquele povoado ribeirinho a uma fonte perene de água doce, à montante de um grande boqueirão esculpido por dissecação fluvial entre as serras do Corrente e Saco do Morcego. Tratava-se de um brejo que, pela abundância perene de animais silvestres no entorno e portentosa fertilidade dos solos adjacentes, era pródigo celeiro de alimentos de grupos ribeirinhos, desde períodos remotos da pré-história regional. Quando as condições lhes eram favoráveis, eles viviam da pesca e cultivaram os solos aluviais junto ao Rio São Francisco. Desfavoráveis as circunstâncias ribeirinhas, eles migravam temporariamente para aquele brejo onde caçavam e cultivavam pequenas caiçaras, à jusante do olho d'água. (Fig. 156).

> O termo designa somente aqueles terrenos nos quais os rios se conservam mais ou menos permanentes e onde, por isso, a agricultura se desenvolve mais cedo. Os brejos se assemelham a uma espécie de "oásis", lugares favoráveis à fixação do homem em terras áridas e agrestes, assim como sucedeu, em 1697, no brejo localizado entre as fazendas São Francisco Xavier e Barra da futura capitania do Piauí. Ali, o capitão-mor dos paulistas, Francisco Dias de Siqueira, erigiu uma povoação de índios que tirava sua subsistência do cultivo da mandioca, arroz, milho, feijão, bananas e batatas. Tudo se dava com grande abundância, mostrando a fertilidade da terra. (LÖFGREN, 1923, p. 26; ENNES, 1938, p. 379 *apud* ARRAES, 2017, p. 68).

Esse tradicional padrão comportamental, essencialmente nativo, estendeu-se ao longo dos tempos, desde a pré-história até o ocaso da década de 1970, quando se concluiu a

edificação da Barragem de Sobradinho e exigiu-se a relocação das famílias ribeirinhas à borda do lago homônimo.

Figura 156 – Traçado do caminho entre Saco do Meio e São Gonçalo



Fonte: Ministério do Exército (1977 *apud* Kestering, 2019b)

Calderón *et al*. (1977) referiram-se a painéis de pintura rupestre que disseram haver em abundância no Boqueirão do Riacho São Gonçalo. Caracterizaram, por isso, àquela feição de

relevo como Sítio Arqueológico São Gonçalo (BASF-122). Kestering (2001 e 2007) constatou que os referidos painéis, distribuíam-se em 32 sítios. Nas pesquisas arqueológicas que se realizaram no boqueirão e em suas adjacências, encontraram-se evidências a corroborarem a tradição oral e rechearem o modelo explicativo das razões do estreito vínculo afetivo da população atual com o patrimônio edificado por indígenas, entre os quais destacam-se os ancestrais do povo Tamoquim. (Fig. 157).

Figura 157 – Boqueirão do Riacho São Gonçalo



Fonte: Kestering (2001, p. 58)

Constatou-se, é verdade, haver vários painéis de pintura rupestre, realizados em períodos remotos da pré-história, por grupos ainda não conhecidos, de tronco cultural que já se sabe ser a Tradição São Francisco. (Fig. 122). Próximo a eles, contudo, verificou-se haver outros, executados em épocas históricas relativamente recentes. Destacam-se os painéis que, segundo a tradição oral, realizaram-se no entardecer do Século XVIII, por ordem do Alferes Joaquim José Ribeiro Felisbel, um dos filhos do Capitão Mor Veríssimo Caetano Felisbel, então morador na sede da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé. (Fig. 158 a 160).

Figura 158 – Pintura realizada em período remoto da pré-história



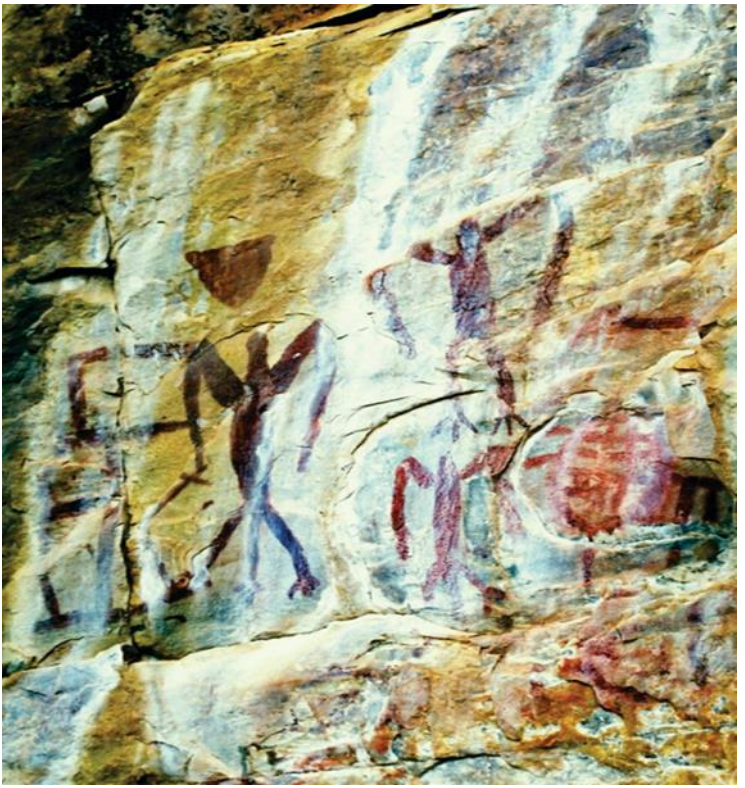
Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 159 – Painel realizado a mando do Alferes José Ribeiro Felisbel



Fonte: Escolas do Campo (2022, p. 122)

Figura 160 – Painel realizado a mando do Alferes José Ribeiro Felisbel



Fonte: Escolas do Campo (2022, p. 130)

Em sondagem no sítio que se conhece como São Gonçalo 33 ou Aldeia do Buia, à jusante do boqueirão, próximo à sepultura de ancestrais do povo Tamoquim, acharam-se evidências da presença humana contínua, de nove mil anos até os dias atuais. (Fig. 161 e 162).

Com essas constatações, cientificamente comprovadas, fortaleceu-se a autoestima da comunidade local. Aguçou-se nela o sentimento de pertença, a sustentar o argumento de ser ela possuidora do direito legal e detentora do dever cívico de

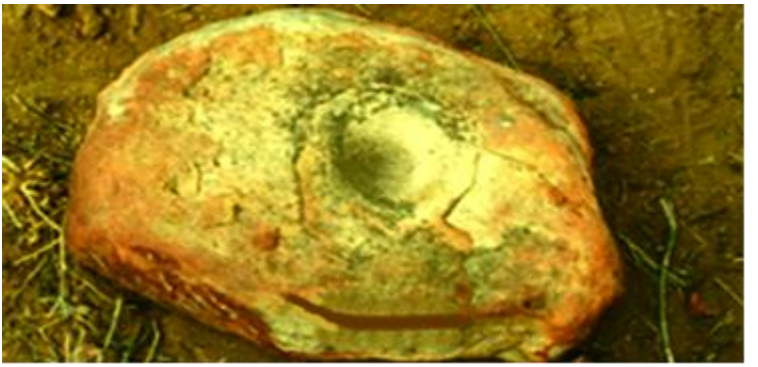
zelar pela preservação do patrimônio que se conserva nas paredes e alcantis daquelas antigas e sagradas rochas metassedimentares da Chapada Diamantina, formação Tombador.

Figura 161 – Sítio São Gonçalo 33 ou Aldeia do Buia



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 162 – Almofariz em matacão na superfície da Aldeia do Buia



Fonte: Kestering (2007, p. 61)

4.7 Nossa Senhora das Grotas de Juazeiro

Da igreja da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção nordeste, a 93 km de distância, junto ao Rio São Francisco, às coordenadas UTM24L 324076, UTMN 8928376, 368 metros de altitude, encontrava-se a Passagem do Juazeiro. Atualmente é uma cidade de porte médio, com 235.816 habitantes (IBGE, 2022 *apud* REDEGN, 2023). (Fig. 163 e 164).

Figura 163 – Passagem do Juazeiro, 93 km a nordeste de Sento Sé



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 164 – Juazeiro – BA nos dias atuais



Fonte: Redegn (2023)

De 1761 a 1767, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Marcos Rodrigues Viana e Antônia da Costa[1265]; Francisco Gomes da Cruz e Josefa Maria da Conceição[1266]. Ao grupo indígena vinculava-se **Natália**[1267], de etnia incógnita.

No atual território de Juazeiro havia cinco pequenas comunidades. (Qd. 8; Fig. 165).

Quadro 8 – Comunidades de Juazeiro - BA

Nº	Localização dos Sítios	UTM24L	UTMN	Altitude
1	Fazenda da Carnaúba Torta	312500	8949500	382 m
2	Fazenda Campo dos Cavalos	318321	8942639	377 m
3	Sítio Tapera do Salitre	322709	8933415	396 m
4	Fazenda Aldeia do Salitre	324076	8928376	398 m
5	Sítio do Pateiro	326746	8925080	429 m

Fonte: BATSSÉ (1752-1783)

Figura 165 – Comunidades de Juazeiro



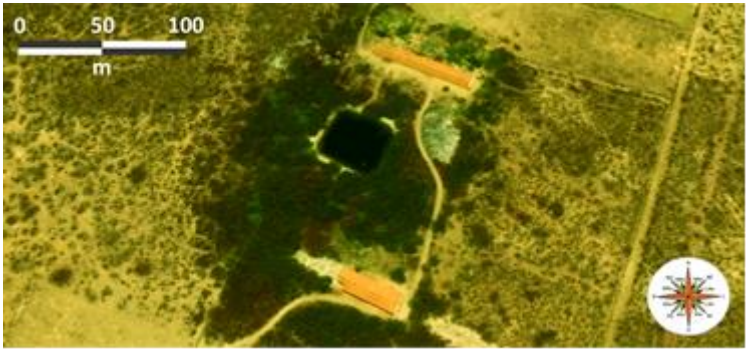
Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

[1265] BATSSÉ, 1761, nº 318, p. 53.
[1266] BATSSÉ, 1767, nº 539, p. 113.
[1267] BATSSÉ, 1761, nº 297, p. 47.

4.7.1 Fazenda da Carnaíba Torta

Da Missão de Nossa Senhoras das Grotas, em linha reta e direção sudoeste, a 25 km de distância, 5 km a sudoeste da Missão de São Gonçalo do Salitre, encontrava-se a sede da Fazenda da Carnaúba Torta. (Fig. 166).

Figura 166 – Fazenda da Carnaúba Torta nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1776, nela morava João da Silva de Almeida, de origem lusitana. Ao grupo indígena vinculavam-se: **Manoel e Joana**, escravos de João da Silva de Almeida, e **Manoel Francisco.**

> *Aos cinco dias do mês de março de mil setecentos e setenta e seis, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, de licença minha, batizou solenemente e pôs os santos óleos, o Reverendo coadjutor atual, o Padre Manoel do Rosário, à inocente Maria, filha legítima de* ***Manoel e Joana, escravos de João da Silva de Almeida*** (grifo nosso). *Foi padrinho:* ***Manoel Francisco****, solteiro, todos moradores na* ***Fazenda da Carnaíba Torta****, fregueses desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1776, p. 228, nº 1134).

4.7.2 Fazenda Campo dos Cavalos

Da Missão de Nossa Senhoras das Grotas, em linha reta e direção sudoeste, a 24 km de distância, na margem esquerda do Rio Salitre, 11 km ao sul da Missão de São Gonçalo, localizava-se a sede da Fazenda Campo dos Cavalos da qual se originou o povoado homônimo. (Fig. 167).

Figura 167 – Povoado de Campo dos Cavalos nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1771, nela morava a família de Francisco de Sousa Barbosa e Antônia Ferreira[1268], de origem portuguesa.

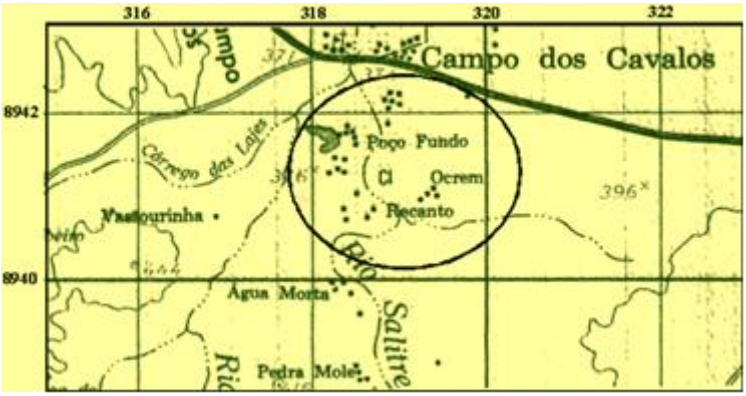
4.7.2.1 Artefatos Arqueológicos

Da sede da Fazenda Campo dos Cavalos, em linha reta e direção sudeste, às coordenadas UTM24L 319311, UTMN 8940856, 378 m de altitude, encontra-se o povoado de Ocrem.

[1268] BATSSÉ, 1771, p. 181, nº 876.

Diz-se que originalmente esse território era habitado por indígenas do povo Massacará. (Fig. 168).

Figura 168 – Povoado de Ocrem



Fonte: Ministério do Exército – Petrolina (1973), adaptada

> Nas caatingas do Rio Salitre, Martius encontrou restos dos Massacará (...). Convém observar que os documentos históricos, ao falarem das guerras sustentadas pela Casa da Torre, e pelos paulistas contra os índios do Rio Salitre, jamais usam o nome de Massacará e sim o de Galache [e/ou] Ocrem. Mas essa discordância talvez encontre explicação na afirmativa de Martius, de ter sido o nome Massacará uma alcunha dada pelos Tupi, que significava galo. (OTT, 1958, p. 24-25).

Os indígenas Ocrem utilizavam vasos de cerâmica para sepultamento secundário de seus mortos. Enterravam-nos primeiramente em fossas onde os deixavam durante quatro anos. Passado esse tempo, exumavam-nos para, em rituais festivos, enterrá-los em igaçabas, conforme *in situ* se observou.

> Os Galache [e/ou] Ocrem que habitavam esta zona, conservaram, ao menos essencialmente, o princípio antigo de isolamento entre o cadáver e a terra solta, pois circundaram o corpo com lajes de 30-50 mm de grossura, fechando as

> fendas com barro cinzento amassado que se empregava na fabricação de vasos, formando assim uma espécie de muro em redor do corpo, resguardo que ainda estava bem conservado. Dos pedaços de barro amassado que estavam junto da cova, e das partes ainda intactas, em cima das lajes, de um diâmetro de 50 mm (na coleção arqueológica da Faculdade de Filosofia da Bahia existem alguns fragmentos aí recolhidos por mim), foi possível fazer a reconstrução de uma espécie de abóboda de barro amassado, com que os selvagens tinham coberto a cabeça do morto. De ossos não se observava nenhum vestígio. (OTT, 1958, p. 100-101).

4.7.3 Sítio Tapera do Salitre

Da Missão de Nossa Senhoras das Grotas, em linha reta e direção sudoeste, a 29 km de distância, 21 km ao sul da Missão de São Gonçalo, localizava-se a sede do Sítio Tapera do Salitre da qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 169).

Figura 169 – Povoado de Tapera do Salitre nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1771 a 1777, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Gaspar de Fraga e Maria do Rosário[1269]; José de

[1269] BATSSÉ, 1771, p. 166, nº 809.

Carvalho e Francisca Pereira [1270] ; José Ferreira e Maria Ferreira[1271]; José Espíndola da Costa[1272] e Maria dos Reis[1273].

4.7.4 Fazenda Aldeia do Salitre

Da Missão de Nossa Senhoras das Grotas, em linha reta e direção sudoeste, a 33 km de distância, 26 km ao sul da Missão de São Gonçalo, na margem esquerda do Rio Salitre, localizava-se a sede da Fazenda Aldeia da qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 170).

Figura 170 – Sede do povoado Aldeia do Salitre nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1754, nela morava Inácia de Araújo Pereira[1274], de origem portuguesa. Ao grupo indígena vinculavam-se: **Maria da Conceição**[1275] e **Maria**, escrava de Inácia de Araújo Pereira[1276].

[1270] BATSSÉ, 1777, p. 243, nº 1199.
[1271] BATSSÉ, 1777, p. 243, nº 1200.
[1272] BATSSÉ, 1777, p. 243, nº 1200.
[1273] BATSSÉ, 1777, p. 243, nº 1200.
[1274] BATSSÉ, 1762, p. 68-69, nº 372.
[1275] BATSSÉ, 1754, p. 11, nº 64.
[1276] BATSSÉ, 1762, p. 68-69, nº 372.

4.7.4.1 Artefatos Arqueológicos

Da sede da Fazenda Aldeia do Salitre, em linha reta e direção sudoeste, a 13 km de distância, em rochas metassedimentares da Chapada Diamantina, às coordenadas UTM24L 313642, UTMN 8920460, 626 m de altitude, encontra-se o Boqueirão das Laranjeiras onde se conservam painéis de pintura rupestre da Tradição São Francisco. (Fig. 171 e 172). Trata-se de um brejo onde se conservam também vestígios do período colonial. Destaca-se um curral de pedra que, com base na tradição oral, foi edificado por indígenas escravizados. (Fig. 173).

Figura 171 – Vista parcial do Boqueirão das Laranjeiras



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 172 – Painel de Pintura rupestre



Fonte: Acervo Fotográfico do autor (2014)

Figura 173 – Curral de pedra edificado por indígenas escravizados



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

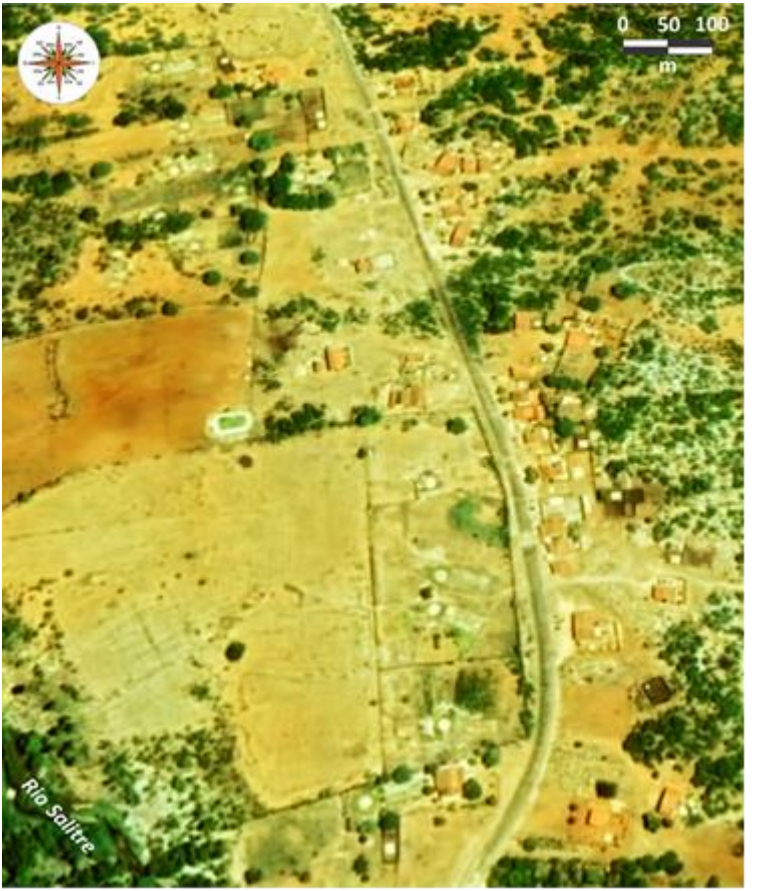
> Nas caatingas e brejos interiores, o próprio camponês anônimo e sem linhagem guarda os traços fisionômicos da gente antiga que povoou o vale. Nas cidades ribeirinhas ainda podem ser encontrados alguns negros. Nas aldeias do interior dos municípios, porém, o elemento negro é praticamente nulo. O camponês das caatingas distantes e dos brejos remotos é (...) acaboclado. [Tem] olhos oblíquos, lábios grossos, cabelos lisos, exibindo em tudo a predominância do sangue indígena. (LINS, 1959, p. 24).

4.7.5 Sítio do Pateiro

Da Missão de Nossa Senhora das Grotas, em linha reta e direção sul, a 35 km de distância, 30 km ao sul da Missão de São Gonçalo, na margem direita do Rio Salitre, localizava-se a

sede do Sítio do Pateiro da qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 174).

Figura 174 – Povoado de Pateiro nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

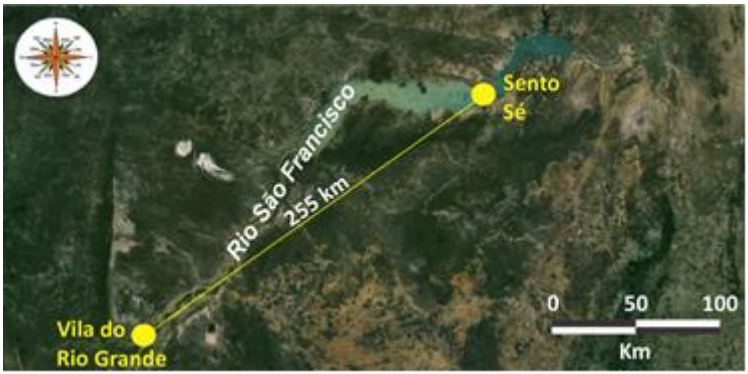
Em 1771, nela moravam Josefa Fernandes, Maximiano Dias e Tomásia Nunes[1277], de origem portuguesa.

[1277] BATSSÉ, 1771, p. 166, nº 811.

4.8 Vila do Rio Grande do Sul

Da matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 255 km de distância, na margem esquerda do Rio São Francisco, às coordenadas UTM23L 702775, UTMN 8773157, 410 metros de altitude, localizava-se a Vila do Rio Grande do Sul, vinculada a Pernambuco. Dela se originou a atual cidade de Barra, hoje pertencente ao estado da Bahia. (Fig. 175 a 177).

Figura 175 – Localização da Vila do Rio Grande do Sul



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

> [Em 1670], surge a Fazenda da Barra do Rio Grande do Sul (do Rio Grande do Sul, para evitar confusão com o Rio Grande do Norte). Junto aos sertanistas vieram os padres, para catequisar os índios dessas terras. Construiu-se então uma capela. A capela de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul. A fazenda cresceu e virou arraial.
>
> Em 1698, o arraial passou a povoação. Isso, por determinação de Dom José I, rei de Portugal. A Carta Régia foi assinada pelo então governador geral do Brasil, Dom João de Lencastro. Depois disso, o local ficou oficialmente conhecido como povoação de São Francisco das Chagas, da Barra do Rio Grande do Sul. Novos moradores chegavam de outras partes

> do país e até do exterior. A povoação cresceu e, em 1752, transformou-se em vila [e freguesia) de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul; porém o novo status só foi efetivado no ano seguinte, em 1753. (IBGE, 2024).

Figura 176 – Igreja de São Francisco das Chagas, na cidade da Barra



Fonte: Cidades do Mundo (2021)

Figura 177 – Cidade de Barra nos dias atuais



Fonte: Kel Dourado (2021 *apud* Carvalho 2021)

De 1770 a 1777, nela moravam o Padre Manoel Rodrigues de Almeida[1278] e o Capitão José Guedes[1279], ambos de origem portuguesa. Ao grupo indígena vinculavam-se **Arcângela Maria**[1280] e **Rita Maria**[1281].

4.9 Santo Antônio de Pilão Arcado

Da sede da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 134 km de distância, na margem esquerda do Rio São Francisco, às coordenadas UTM23L 782360, UTMN 8876859, 390 metros de altitude, encontrava-se a igreja matriz de Santo Antônio de Pilão Arcado. (Fig. 178 e 179).

Figura 178 – Localização da velha cidade de Pilão Arcado



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1766 a 1779, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Vitória Maria Leal[1282]; Ana (...) Nunes[1283]; Maria da

[1278] BATSSÉ, 1770, p. 151, nº 701; 1772, p. 183, nº 884.
[1279] BATSSÉ, 1777, p. 246, nº 1213.
[1280] BATSSÉ, 1770, p. 151, nº 703.
[1281] BATSSÉ, 1772, p. 183, nº 884.
[1282] BATSSÉ, 1766, p. 102-103, nº 502.
[1283] BATSSÉ, 1769, p. 134, nº 632.

Conceição, Manoel Tavares e Teresa de Jesus[1284]; Manoel Fernandes de Sá, Joaquim Pereira e Maria de Jesus[1285]; Ana Francisca Ferreira[1286]; Antônio Rodrigues Pamplona[1287]; (...) Correia e (...)sinta Soares[1288]; Antônio Pereira da Silva[1289]; Manoel da Silva Braga[1290]; Bento José Pamplona[1291]; Ludovina Maria da Rocha[1292].

Figura 179 – Restos da velha cidade de Pilão Arcado nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Na Freguesia de Santo Antônio de Pilão Arcado cujo território desmembrou-se da Freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Rodelas e se vinculava ao Bispado de Pernambuco, além da

1284 BATSSÉ, 1770, p. 149, nº 694.
1285 BATSSÉ, 1770, p. 149, nº 695.
1286 BATSSÉ, 1770, p. 149, nº 695; 1772, p. 190, nº 921.
1287 BATSSÉ, 1772, p. 190, nº 921.
1288 BATSSÉ, 1772, p. 190-191, nº 924.
1289 BATSSÉ, 1773, p. 212, nº 1056.
1290 BATSSÉ, 1779, p. 296, nº 1456.
1291 BATSSÉ, 1779, p. 296-297, nº 1458.
1292 BATSSÉ, 1779, p. 296-297, nº 1458.

povoação onde se localizava sua sede, havia oito comunidades vinculadas à Igreja Católica. (Qd. 9; Fig. 180).

Quadro 9 – Comunidades de Santo Antônio de Pilão Arcado

Nº	Localização dos Sítios	UTM	UTMN	Altitude
1	Ilha do Tamanduá	24L273000	8960000	379 m
2	Casa Nova	24L265500	8958000	375 m
3	Fazenda do Curralinho	24L245900	8933200	400 m
4	Fazenda de Pau a Pique	24L215074	8925850	--
5	Sítio do Caroá	23L799689	8904371	--
6	Fazenda da Praia	23L786121	8890659	--
7	Sítio da Carnaúba Torta	23L782138	8870369	396 m
8	Ilha do Miradouro	23L748632	8807042	402 m

Fonte: BATSSÉ (1752-1783)

Figura 180 – Comunidades de Santo Antônio de Pilão Arcado

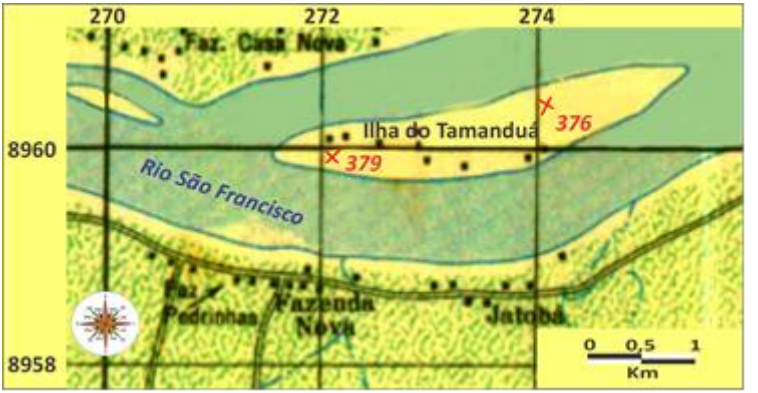


Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

4.9.1 Ilha do Tamanduá

Da Igreja Matriz de Santo Antônio de Pilão Arcado, em linha reta e direção nordeste, a 171 km de distância, no meio do Rio São Francisco, encontrava-se a Ilha do Tamanduá, atualmente submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 181).

Figura 181 – Ilha do Tamanduá na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército – Casa Nova (1973), adaptada pelo autor

De 1762 a 1777, nela e em seu entorno morava gente de origem portuguesa e indígena. Integravam-se ao corpo social de raíz lusitana: José Fernandes Braga e Ana Rodrigues da Silva[1293]; Teresa Gonçalves de Jesus[1294]; Teresa de Sousa[1295]; Antônia de Sousa[1296]; José Pacheco Ferreira[1297] e Maria Barbosa[1298]; Josefa da Rocha[1299]; Teodora Gomes[1300]; Gaspar

[1293] BATSSÉ, 1769, p. 127-128, nº 601; 1771, p. 167, nº 814; 1777, p. 244, nº 1206.
[1294] BATSSÉ, 1762, p. 73, nº 385; 1763, p. 84, nº 424; 1776, p. 218, nº 1086.
[1295] BATSSÉ, 1762, p. 73, nº 386; 1772, p. 201, nº 991.
[1296] BATSSÉ, 1772, p. 201, nº 991.
[1297] BATSSÉ, 1772, p. 201, nº 990; 1775, p. 221, nº 1098.
[1298] BATSSÉ, 1772, p. 201, nº 990; 1775, p. 221, nº 1098; 1776, p. 239, nº 1186.
[1299] BATSSÉ, 1775, p. 221, nº 1101.
[1300] BATSSÉ, 1767, p. 104, nº 507.

dos Reis Bittencourt[1301]; Maria Ferreira[1302]; Cosme Ferreira da Silva[1303]; Bernardo Pacheco[1304] e Ana Maria da Conceição[1305]; João Pereira Porto e Eugênia Maria Barbosa[1306]; Roberto José de Matos[1307]; Manoel da Rocha e Maria das Neves[1308]; Antônia Alves dos Passos [1309] ; Sargento Mor Manoel Teixeira de Carvalho [1310] ; Luís Ferreira [1311] ; Félix Ferreira da Silva [1312] e Teodora Ferreira da Silva[1313]; Marcos Rodrigues Vicente[1314] e Antônia da Costa Neves[1315]; Manoel Ferreira da Guerra[1316] e Antônia Barbosa [1317] ; Luísa Pinto [1318] ; Ana dos Santos [1319] ; Manoel (...) e Maria da Conceição[1320]; Rosa Maria Rodrigues Vicente[1321]; Felipe Delgado e Ana de Sousa[1322]; João de Sousa e Antônia Pereira[1323]; Manoel Rodrigues Vicente[1324]; Feliciano de Sousa e Joana Ferreira [1325] ; Lourenço Delgado e Benta

1301 BATSSÉ, 1769, p. 131-132, nº 622.
1302 BATSSÉ, 1770, p. 163, nº 748.
1303 BATSSÉ, 1770, p. 163, nº 748; 1771, p. 171, nº 830; 1776, p. 218, nº 1086.
1304 BATSSÉ, 1772, p. 201, nº 990; 1771, p. 211, nº 1054.
1305 BATSSÉ, 1770, p. 163, nº 748; 1771, p. 171, nº 830; 1771, p. 211, nº 1054.
1306 BATSSÉ, 1771, p. 166-167, nº 812; 1772, p. 201, nº 990.
1307 BATSSÉ, 1771, p. 169-170, nº 823.
1308 BATSSÉ, 1771, p. 170, nº 825; 1772, p. 201, nº 991; 1775, p. 222, nº 1105.
1309 BATSSÉ, 1771, p. 170, nº 825.
1310 BATSSÉ, 1771, p. 181, nº 876.
1311 BATSSÉ, 1772, p. 201, nº 991.
1312 BATSSÉ, 1774, p. 217, nº 1084.
1313 BATSSÉ, 1769, p. 140, nº 657; 1774, p. 217, nº 1084;
1314 1774, p. 217, nº 1084; 1776, p. 239, nº 1186; 1777, p. 244, nº 1206.
1315 BATSSÉ, 1774, p. 217, nº 1084; 1776, p. 239, nº 1186.
1316 BATSSÉ, 1776, p. 229, nº 1138; 1777, p. 244, nº 1205.
1317 BATSSÉ, 1777, p. 244, nº 1205.
1318 BATSSÉ, 1776, p. 218, nº 1086.
1319 BATSSÉ, 1776, p. 218, nº 1086; 1777, p. 244, nº 1206.
1320 BATSSÉ, 1775, p. 220-221, nº 1097.
1321 BATSSÉ, 1775, p. 220-221, nº 1097.
1322 BATSSÉ, 1775, p. 221, nº 1098.
1323 BATSSÉ, 1775, p. 221, nº 1099.
1324 BATSSÉ, 1775, p. 221, nº 1099; 1777, p. 244, nº 1206.
1325 BATSSÉ, 1776, p. 228-229, nº 1137.

Pereira[1326]; Domingos Barbosa[1327]; Maria Barbosa[1328]; José Rodrigues Barbosa[1329]; João Rodrigues e Ana da Silva[1330]; Manoel da Silva e Quitéria Rodrigues[1331].

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Micaela**, escrava de José Fernandes Braga[1332]; **Margarida**[1333]e **Marcelo**[1334], escravos de Teresa Gonçalves de Jesus; **Antônio** e **Bibiana**[1335], escravos de Roberto José de Matos; **Antônio**, **Josefa da Rocha, forra**, e **Manoel Pacheco**, escravos de José Pacheco Ferreira; **Rosa Maria**[1336].

> *No mesmo dia, mês e ano, nesta mesma freguesia, de licença minha, batizou e pôs os santos óleos, o Reverendo coadjutor atual, o Padre Manoel do Rosário, à inocente Antônia, filha legítima de* ***Antônio, escravo de José Pacheco Ferreira, e de sua mulher Josefa da Rocha, forra****. Foi padrinho: Manoel Pacheco, escravo de José Pacheco, solteiro, todos moradores no* ***Sítio do Tamanduá*** *e fregueses desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei* (grifo nosso). *Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1775, p. 221, nº 1101).

4.9.2 Casa Nova

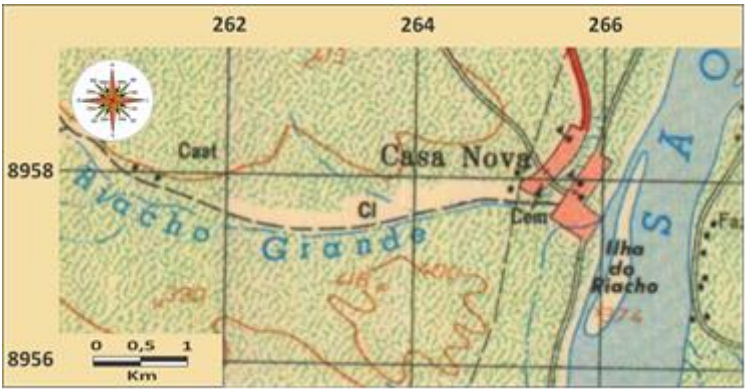
Da Igreja Matriz de Santo Antônio de Pilão Arcado, em linha reta e direção nordeste, a 163 km de distância, junto ao Rio São

---

1326 BATSSÉ, 1776, p. 229, nº 1138.
1327 BATSSÉ, 1777, p. 244, nº 1205.
1328 BATSSÉ, 1777, p. 244, nº 1205.
1329 BATSSÉ, 1777, p. 244, nº 1206.
1330 BATSSÉ, 1777, p. 244, nº 1207.
1331 BATSSÉ, 1777, p. 244, nº 1207.
1332 BATSSÉ, 1762, p. 73, nº 385.
1333 BATSSÉ, 1764, p. 85, nº 427 e 428.
1334 BATSSÉ, 1776, p. 228-229, nº 1137.
1335 BATSSÉ, 1771, p. 169-170, nº 823.
1336 BATSSÉ, 1777, p. 244, nº 1207.

Francisco, encontrava-se a velha Casa Nova, atualmente submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 182).

Figura 182 –Casa Nova na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército – Casa Nova (1973), adaptada pelo autor

Em 1777, nela morava Manoel de Castro[1337], de raíz lusitana.

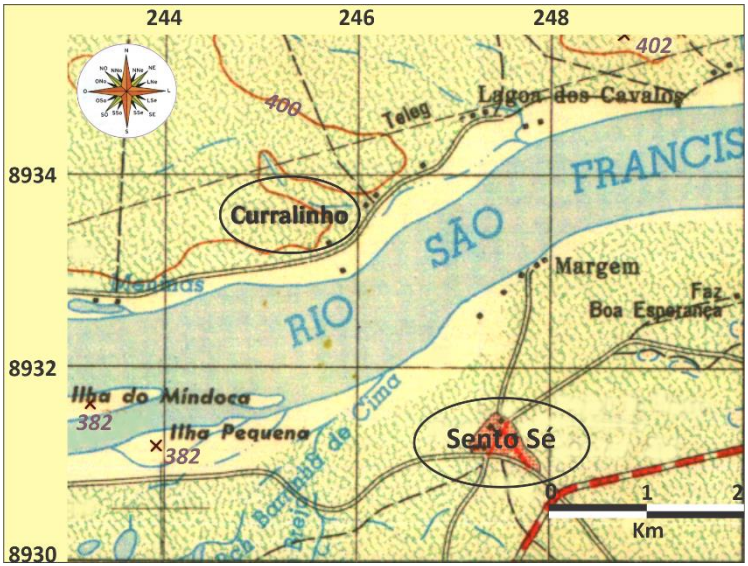
4.9.3 Fazenda do Curralinho

Da Igreja Matriz de Santo Antônio de Pilão Arcado, em linha reta e direção nordeste, a 134 km de distância, junto ao Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda do Curralinho, hoje submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 183).

De 1746 a 1780, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Felipe de Santiago e Antônia de Brito[1338]; Leandro de Brito [1339]; João Moreira Leite [1340]. Ao grupo indígena vinculavam-se: **José** e **Isabel**, escravos de Leandro de Brito e **Jerônimo Pereira, pardo forro**.

[1337] BATSSÉ, 1777, p. 260, nº 1289.
[1338] BATSSÉ, 1746, p. 134-135, nº 633.
[1339] BATSSÉ, 1762, p. 74, nº 388.
[1340] BATSSÉ, 1780, p. 324, nº 1615.

Figura 183 – Fazenda do Curralinho, 4 km a noroeste de Sento Sé



Fonte: Ministério do Exército – Sento Sé (1973), adaptada pelo autor

> *Aos vinte e três dias do mês de dezembro de mil setecentos e sessenta e dois anos, nesta matriz batizei, solenemente, e pus os santos óleos ao inocente* ***Florêncio, filho de José e Isabel, escravos de Leandro de Brito, morador na Fazenda do Curralinho, Freguesia do Santo Antônio de Pilão Arcado, Bispado de Pernambuco*** (grifo nosso). *Foram padrinhos: Leonardo de Sousa e sua mulher Leonor Maria, todos da mesma freguesia, de que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1762, p. 74, nº 388,).

> *Aos nove dias do mês de julho de mil setecentos e sessenta e nove, nesta Freguesia, batizei solenemente e pus os santos óleos à inocente Antônia, filha legítima de Manoel, escravo de*

> *Antônio Cardoso, e de sua mulher Inácia de Matos, crioula forra, assistentes na Fazenda do Urucé, desta Freguesia* (grifo nosso). *Foram padrinhos:* ***Jerônimo Pereira, pardo forro, morador na Fazenda do Curralinho, da Freguesia de Santo Antônio do Pilão Arcado****, e (...) Maria, casada com Leonardo de Sousa, morador na sobredita Fazenda do Urucé, nesta freguesia, do que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1769, p. 130, nº 614).

4.9.3.1 Artefatos Arqueológicos

Na Fazenda do Curralinho havia um sítio arqueológico a céu aberto que se resgatou em 1977. Ocupava uma área de 120 m x 65 m. Nele se coletaram 201 fragmentos de cerâmica, um seixo utilizado e um batedor-moedor que jaziam na superfície do terreno.

> Após o povoado do mesmo nome, entre pequenos morros, informaram os moradores locais que foram encontradas panelas contendo cinzas. Realizadas as prospecções no local só foram encontrados cacos cerâmicos. O sítio foi demarcado e feitos 3 (três) cortes que se apresentaram estéreis. (CALDERÓN *et al*. 1977, p. 24-25).

4.9.4 Fazenda de Pau a Pique

Da Igreja Matriz de Santo Antônio de Pilão Arcado, em linha reta e direção nordeste, a 103 km de distância, junto ao Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda de Pau a Pique, hoje submersa no Lago de Sobradinho.

Entre 1754 e 1769, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Nicolau da Rocha e Catarina de Prado [1341]; Francisco Martins Pereira e Nicácio Pereira [1342]; Ângelo Apolinário[1343].

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Maria**[1344]; **Inês**, **Francisco**, **Ângela**[1345] e **Ana Maria** (mulher de Nicolau) [1346], escravos de Catarina de Prado; **Ana Maria**, mulher de Nicácio Pereira e escrava de Francisco Martins Pereira[1347].

4.9.5 Sítio do Caroá

Da Igreja Matriz de Santo Antônio de Pilão Arcado, em linha reta e direção nordeste, a 33 km de distância, junto ao Rio São Francisco, encontrava-se o Sítio do Caroá do qual se originou o povoado homônimo, atualmente submerso no Lago de Sobradinho.

De 1757 a 1776, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Capitão Antônio Antunes Freiria[1348] e Leonarda da Rocha[1349]; Manoel Ferreira Nogueira e Ana Moreira[1350];

Ao grupo indígena vinculava-se **Isabel**, escrava do Capitão Antônio Antunes Freiria[1351].

1341 BATSSÉ, 1763, p. 75, nº 393.
1342 BATSSÉ, 1769, p. 130, nº 617.
1343 BATSSÉ, 1769, p. 131, nº 621.
1344 BATSSÉ, 1754, p. 15, nº 78.
1345 BATSSÉ, 1754, p. 15, nº 79.
1346 BATSSÉ, 1763, p. 75, nº 393.
1347 BATSSÉ, 1769, p. 130, nº 617.
1348 BATSSÉ, 1757, p. 48, nº 300; 1769, p. 154, nº 715.
1349 BATSSÉ, 1769, p. 154, nº 715
1350 BATSSÉ, 1769, p. 154, nº 715
1351 BATSSÉ, 1774, p. 215, nº 1073.

A exemplo do que ocorreu em muitos lugares do nordeste do Brasil, no Sítio do Caroá preservou-se o espírito guerreiro dos ancestrais indígenas [1352]. De 1820 a 1844, habitava-o o Comendador Militão Plácido de França Antunes, considerado o homem de maior poder político no Vale do São Francisco. Mandava e desmandava em Pilão Arcado, Xique-Xique e Sento Sé. Com um exército de 200 homens entre os quais havia parentes, amigos e escravos ou jagunços, comandou o assassinato de três dos quatro filhos do comerciante português Bernardo Guerreiro que, na povoação de Santo Antônio de Pilão Arcado granjeavam amigos, armazenavam prestígio e faziam fortuna[1353].

> Militão, o gênio bárbaro, triunfou sobre os esqueletos de seus inimigos, implantando a tiros de bacamarte e patas de cavalo a sua ditadura rural, onde a ausência da autoridade do Estado era o principal fator de todas as desordens. Mas Militão não representa apenas uma família que quis impor-se como senhora da terra de ninguém. Antes de tudo, ele foi uma consequência de um estado de espírito oriundo do isolamento do homem no deserto dominador. Por isto, ao invés de um bandido, ele foi um herói, e os crimes que praticou o foram

[1352] Caldeadas a índole aventureira do colono e a impulsividade do indígena, tiveram, ulteriormente, o cultivo do próprio meio que lhes propiciou, pelo insulamento, a conservação dos atributos e hábitos avoengos, ligeiramente modificados, apenas consoante às novas exigências da vida. (EUCLIDES DA CUNHA, 1897, p. 99-100 *apud* LINS, 1959, p. 25).

[1353] Desde sua fundação, no período colonial, a região, [Norte da Bahia] e Sudeste do Piauí, foi palco de intensos e intermináveis conflitos, resultantes, principalmente, da ocupação das sesmarias em territórios de grupos indígenas tradicionais. A implantação e manutenção de latifúndios exigia, não poucas vezes, o uso de armas de fogo. Pelo aparato militar, formado normalmente de nativos capturados (negros da terra) e negros de origem africana, os sesmeiros mantinham o poder pessoal, a coragem e o espírito de liderança, definidores da estrutura hierárquica catingueira. Criou-se, assim, uma sociedade de guerreiros, organizada a partir da usurpação das terras dos povos nativos, para implantação das fazendas de gado. (DIAS, 2002, p. 73 *apud* KESTERING; BEZERRA; NEGREIROS, 2023, p. 81).

> em nome da ambiência moral em que a sua mentalidade foi formada. Na sua amoralidade inocente, ele se absolvia de todos os crimes: (...) o extermínio dos Guerreiros foi em nome do sentimento bairrista, agravado pelo espírito da "revolução mata-maroto", que é como no vale, até hoje, se conhece a guerra da Independência. (LINS, 1959, p. 53).

No início do Século XX, o Sítio do Caroá pertencia ao Coronel Francisco Leobas de França Antunes, neto herdeiro do velho Comendador Militão. Embora enfraquecido o prestígio dos França Antunes, teve ele participação ativa em conflitos regionais como na Guerra da Telha, ocorrida em São Lourenço do Piauí, no período de 1927 a 1930. Aos litigantes do Sudeste do Piauí, ele fornecia, rifles, munições e jagunços dispostos a fazer no campo de batalha tudo que deles se solicitasse[1354].

4.9.5.1 Artefatos Arqueológicos

Na Fazenda do Caroá, próximo à casa que pertenceu ao Coronel Francisco Leobas, havia um sítio arqueológico a céu aberto que, em 1977 se resgatou. Nele se coletaram 209 fragmentos de cerâmica, que jaziam na superfície do terreno, e 148, que estavam em subsuperfície. Encontraram-se, também, lentes de carvão, no nível dois, e 14 fragmentos de ossos, no nível cinco. (CALDERÓN *et al*. 1977, p. 32).

[1354] [Para compreender a Guerra da Telha], precisa-se fazer uma visitação histórica à transferência da capital federal de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763. A partir daí é que começou a haver essas questões de seca que, na verdade, não se resumia à ausência de chuva, mas à presença do mandachuva, o coronel rural, que fazia acentuar os problemas sociais. Junto com isso, foram-se criando quatro estilos obrigatórios para o nordestino: o primeiro era ser um retirante; o segundo era se resignar ao coronel e servir-lhe como jagunço; o terceiro era ser um cangaceiro e o quarto era seguir um beato e buscar a bem-aventurança, ir em busca do sagrado, já que lhe faltava tudo aqui na terra. (DAMASCENO, 2015 *apud* KESTERING; BEZERRA; NEGREIROS, 2023, p. 81).

4.9.6 Fazenda da Praia

Da Igreja Matriz de Santo Antônio de Pilão Arcado, em linha reta e direção norte, a 14 km de distância, junto ao encontro do Riacho do Sarango com o Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda da Praia, hoje submersa no Lago de Sobradinho.

Em 1778, nela moravam João de Oliveira Neves e Maria Neves[1355], ambos solteiros, de origem portuguesa.

4.9.7 Sítio da Carnaúba Torta

Da Igreja Matriz de Santo Antônio de Pilão Arcado, em linha reta e direção sudoeste, a 6 km de distância, na margem esquerda do Rio São Francisco localizava-se ao Sítio da Carnaíba ou Carnaúba Torta.

De 1768 a 1780, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Antônio Pires e Maria Ribeiro[1356]; Antônio Ribeiro de Carvalho e Maria Ferreira da Conceição[1357]. Ao grupo indígena vinculavam-se: **Felipe de Sousa** e **Bibiana de Sousa**.

> *Aos trinta dias do mês de agosto de oitenta, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, batizei solenemente e pus os santos óleos ao inocente* ***Antônio, filho legítimo de Felipe de Sousa e de sua mulher Bibiana de Sousa, índios, [prováveis Acoroá,] moradores na Carnaíba Torta, do Pilão Arcado****, de quem foram padrinhos Antônio dos Reis e sua mulher Teodora Ribeiro, todos desta*

[1355] BATSSÉ, 1778, p. 288, nº 1422.
[1356] BATSSÉ, 1768, p. 122, nº 575; 1771, p. 165, nº 807; 1772, p. 188, nº 911.
[1357] BATSSÉ, 1769, p. 132, nº 623; 1772, p. 190, nº 919.

> *freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei* (grifo nosso). (BATSSÉ, 1780, p. 323, nº 1608).

Pela tradição oral, sabe-se hoje que aquele território era predominantemente habitado por indígenas Acoroá, Acroá ou Kraô, muitas vezes citados em documentos primários como gentios do corso ou tapuias. O nome dessa etnia deriva-se do costume que seus membros tinham, de usar uma faixa abaixo do joelho, de sua destreza como arqueiros e do hábito de, nas guerras, envenenarem a ponta de suas flechas. Diz-se que uma de suas aldeias situava-se junto ao Morro da Cândida, 48 km a sudoeste da atual cidade de Pilão Arcado e 29 km, também a sudoeste, de Carnaíba Torta.

Esse povo nativo manifestava preferência por viver no território ocidental do sertão baiano, compreendido entre o Rio Carinhanha, ao sul; a Serra do Gurgueia, ao norte; o Rio São Francisco a leste e a fronteira de Goiás, a oeste. (MARTIUS *apud* OTT, 1958, p. 27-28). No entardecer do Século XVII, quando o português de Mafra, Domingos Afonso Sertão, atravessou o Rio São Francisco e o Pernambuco, para implantar suas fazendas de gado, entre os rios Piauí e Canindé, eles ocupavam, também, áreas do Submédio São Francisco e o Sudeste do Piauí.[1358] (Fig. 184).

> A referência de 1738 é importante por ter sido aquela data o momento de uma célebre reunião da 'Junta de Missões', ocorrida em São Luís, no palácio do governador do Maranhão, para deliberar, pela primeira vez, a favor de uma 'guerra defensiva' contra os povos nativos do Piauí, notadamente as nações indígenas Gilbué, Guegué, **Acoroá** (grifo nosso), Paracati e Timbira, todos disseminados pelo vasto sertão que abrange **desde a margem esquerda do Rio São Francisco até**

[1358] Encontravam-se indígenas Acoroá dispersos, na Missão de Rodelas, bem como nas margens e ilhas do Submédio São Francisco. (OTT, 1958, p. 28).

> **a direita do Parnaíba** (grifo nosso) (...) Esses gentios perambulavam pelo território piauiense desde o século XVII, nos vales dos Rios Pajeú e Salitre, afluentes do São Francisco. (...) Sobre os Acoroá (...) há referências de sua presença na Lagoa do Parnaguá, no Rio Grande e Rio Preto em relatório do ano de 1697 (...) Por essas notícias (...) e por outras informações contidas nos 'autos de Devassa da Junta de Missões do Maranhão (1738), bem como em cartas do ouvidor da Vila da Mocha (1747), ficamos sabendo que, desde o século XVII, com intensificação no século XVIII, os índios Guegué e **Acoroá** (grifo nosso) se afrontavam constantemente em solo piauiense com os criadores de gado procedentes da Bahia e de Pernambuco, que instalavam fazendas, em grandes sesmarias, à montante do rio São Francisco (CARVALHO, 2008, p, 59-60, 66-67 e 69 *apud* KESTERING, 2015, p. 359-360).

Figura 184 - Distribuição espacial dos índios do Piauí, no século XVIII



Fonte: Piauí (2015 *apud* Kestering, 2015, p. 361), adaptado pelo autor

4.9.7.1 Artefatos Arqueológicos

Aos indígenas Acoroá (visíveis e/ou invisíveis), atribui-se, em nível preliminar e hipotético, a confecção e/ou utilização de grande parte dos artefatos arqueológicos identificados na superfície das Dunas Fósseis do Médio São Francisco e em três sítios resgatados pela equipe de Calderón (1977): Taquari de Cima (BA-SF-124); Morro da Cândida (BA-SF-125) e Morro da Aldeia (BASF-126).

O Sítio de Taquari de Cima (2), a céu aberto, localizava-se próximo ao povoado homônimo, junto à estrada, no sopé dos morros de areia da Fazenda Taquari cuja sede se situa junto ao Rio São Francisco, às coordenadas UTM23L 779715, UTMN 8862769, 397 metros de altitude. Nele, coletaram-se 108 fragmentos de cerâmica que jaziam na superfície do terreno. (CALDERÓN *et al*, 1977, p. 32 *apud* KESTERING, 2019a, p. 169).

O Sítio Morro da Cândida (3), a céu aberto, localizava-se próximo ao povoado de Queimadas, na fazenda homônima, situada junto ao Rio São Francisco. Em área de 20 m x 50 m, encontrou-se e coletaram-se 50 fragmentos de cerâmica que jaziam na superfície do terreno. Os moradores disseram que, há muito tempo, naquele local havia uma aldeia indígena. São se realizou escavação porque a areia era muito fina e solta. (CALDERÓN *et al,* 1977, p. 32-33 *apud* KESTERING, 2019a, p. 169-170).

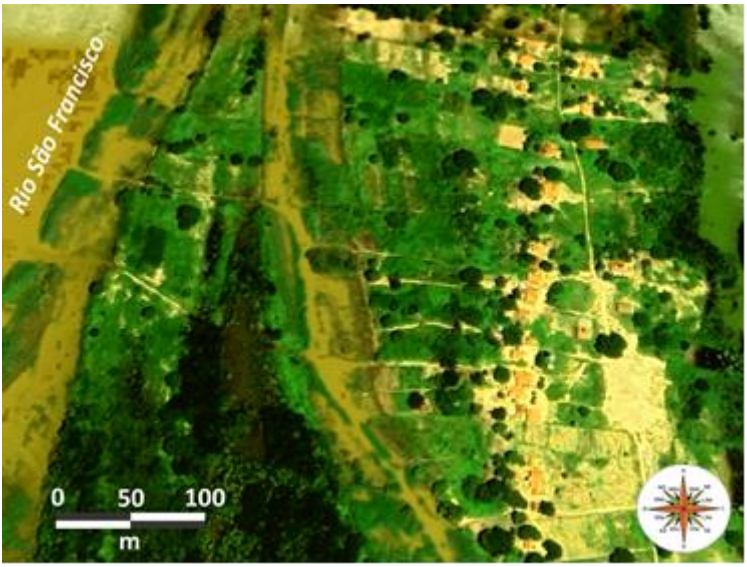
O Sítio Morro da Aldeia (4), a céu aberto, localizava-se na Fazenda Manga, próximo ao povoado de Saldanha, seis quilômetros ao norte do Rio São Francisco. A sede da Fazenda Manga situa-se às coordenadas UTM23L 772108, UTMN 8847948, 407 metros de altitude e o povoado de Saldanha, às coordenadas UTM23L 765795, UTMN 8846557, 407 metros de altitude. Nesse sítio coletaram-se 855 fragmentos de cerâmica, um fragmento de moedor e três lascas que jaziam na superfície

do terreno. (CALDERÓN *et al*, 1977, p. 33 *apud* KESTERING, 2019a, p. 170).

4.9.8 Ilha do Miradouro

Da Matriz de Santo Antônio de Pilão Arcado, em linha reta e direção sudoeste, a 3 km de distância, 4 km antes de se chegar na Povoação de Xique-Xique, encontrava-se o povoado da Ilha do Miradouro. (Fig. 185).

Figura 185 – Fronte da Ilha do Miradouro nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

> Conta, pois a história/lenda, aceita e aprovada pelos xiquexiquenses, que no Século XVII junto com os famosos bandeirantes que, naquela época adentravam os sertões brasileiros a procura de riquezas (pedras preciosas e ouro), também chegou, para se acampar na Ilha do Miradouro, um mascate que sempre acompanhava o grupo de exploradores,

> para vender seus muitos e variados produtos transportados em uma tropa de dezenas de burros. Era um dos famosos tropeiros que cortavam o interior do País, mascateando como meio de sobrevivência e vendendo suas mercadorias que supriam as diversas necessidades dos bandeirantes desde gêneros alimentícios não perecíveis, passando por produtos de uso pessoal e também mercadorias de caráter religioso que tinham grande aceitação entre aqueles homens rudes e esperançosos. (CHAVES, 2009).

No entardecer do Século XVII, edificou-se nela a Capela de Nossa Senhora de Santana onde, no Século XVIII, ministrava-se o sacramento do batismo aos filhos dos garimpeiros, agricultores e escravos de Xique-Xique e das Serras do Assuruá, território do atual município de Gentio do Ouro. (Fig. 186).

Figura 186 – Capela de Nossa Senhora de Santana



Fonte: Xiquesampa (2020)

De 1768 a 1778, nela e em seu entorno havia pessoas de origem portuguesa, quais eram: Gonçalo Soares dos Santos[1359] e Caturnília Soares[1360]; Clemente da Silva Vieira; Lourença Pires

[1359] BATSSÉ, 1768, p. 120, nº 563; 1770, p. 151, nº 701.
[1360] BATSSÉ, 1770, p. 151, nº 701.

Poderosa e João Mendes de Santiago[1361]; José Felizardo[1362]; Antônio de Miranda e Rita Correia de Jesus[1363]; João Félix (...) Aragão[1364]; Josefa de Sousa Tavares[1365]; Inácio da Silva[1366]; Luís (...)[1367]; Antônio Rodrigues[1368]; Antônio Pereira Bastos[1369]; João Pereira Bastos[1370] e Quitéria Coelho da Costa[1371].

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Luísa**, escrava de Inácio da Silva[1372]; **José**, escravo de Luís (...); **Felicia**, escrava de Antônio Rodrigues [1373] ; **Maximiana**, escrava de Antônio Pereira Bastos[1374]; **Ana Maria**[1375]; **Isidora**, escrava de Quitéria Coelho da Costa[1376].

> [No Século XIX], O porto do Miradouro era um lugar forçado e costumeiro da passagem geral dos viajantes pela via fluvial, ponto de parada bem conhecida dos barqueiros e remeiros, homens que puxavam à força de vara as barcas e canoas na carreira do rio, levando mercadorias, pessoas e mantendo atualizados os ribeirinhos sobre as últimas novidades ocorridas acima e abaixo no curso do São Francisco. (FERREIRA, 2005, p. 189).

1361 BATSSÉ, 1769, p. 136, nº 637.
1362 BATSSÉ, 1769, p. 138, nº 649.
1363 BATSSÉ, 1771, p. 178, nº 861.
1364 BATSSÉ, 1775, p. 246, nº 1216.
1365 BATSSÉ, 1775, p. 246, nº 1216.
1366 BATSSÉ, 1775, p. 246-247, nº 1217.
1367 BATSSÉ, 1775, p. 246-247, nº 1217.
1368 BATSSÉ, 1775, p. 246-247, nº 1217.
1369 BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1233.
1370 BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1233.
1371 BATSSÉ, 1778, p. 292, nº 1442.
1372 BATSSÉ, 1775, p. 246-247, nº 1217.
1373 BATSSÉ, 1775, p. 246-247, nº 1217.
1374 BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1233.
1375 BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1233.
1376 BATSSÉ, 1778, p. 292, nº 1442.

4.10 Santo Antônio da Jacobina

Da sede da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudeste a 187 km de distância, junto ao Rio Itapicuru, às coordenadas UTM24L 334639, UTMN 8763603, 489 metros de altitude, encontrava-se a Igreja Matriz de Santo Antônio de Jacobina. (Fig. 187).

Figura 187 – Localização da cidade de Jacobina



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1779, na Vila de Santo Antônio de Jacobina morava Domingos dos Reis[1377], de origem portuguesa.

4.10.1 Fazenda do Baeta

Da matriz de Santo Antônio, em linha reta e direção noroeste, a 127 km de distância, às coordenadas UTM24L 245239, UTMN 8851812, 1014 m de altitude, encontrava-se a sede da Fazenda

[1377] BATSSÉ, 1779, p. 297, nº 1460.

do Baeta, hoje o povoado da Baixa do Licuri do Gonzaga, vinculado ao município de Umburanas. (Fig. 188 a 194).

Em 1772, nela morava a família de Antônio Francisco da Cunha e Albina Soares[1378], de origem portuguesa

Figura 188 – Localização da sede da Fazenda do Baeta



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 189 – Baixa do Licuri do Gonzaga nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

[1378] BATSSÉ, 1772, p. 200, nº 986.

Figura 190 – Capela edificada pelos pioneiros moradores da fazenda



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 191 – Interior da velha capela



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 192 – Restos das fundações da residência dos pioneiros



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 193 – Antigo cemitério da fazenda



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 194 – Jazigo dos pioneiros



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

4.11 Cidade de Oeiras

Da matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção norte, a 308 km de distância, às coordenadas UTM23M 8174550, UTMN 9223315, 172 m de altitude, chegava-se à cidade de Oeiras. (Fig. 195 e 196)

De 1776 a 1778, da cidade de Oeiras migraram à Freguesia de Sento Sé: Gabriel Ribeiro Soares e Quitéria de Brito Pereira[1379], de origem portuguesa.

Ao grupo indígena vinculava-se **Maria Madalena**, indígena de nação desconhecida, oriunda daquela cidade. Na Freguesia de São José da Barra de Sento Sé batizou seu filho Joaquim.

Figura 195 – Praça de Nossa Senhora da Vitória, em Oeiras



Fonte: Museu de Arte Religiosa – Oeiras (2024), adaptada pelo autor

Figura 196 – Centro histórico de Oeiras



Fonte: Moura (2022), adaptada pelo autor

[1379] BATSSÉ, 1778, p. 280, nº 1387 e 1389.

5 VESTÍGIOS DE OCUPAÇÃO HISTÓRICA

Pela estratégia da negação de sua etnicidade, substituição de atributos culturais periféricos e apropriação do sistema de comunicação dos europeus, muitos grupos indígenas da região Nordeste do Brasil, mormente do Vale do Rio São Francisco, sobreviveram física e culturalmente. Os dados que se obtiveram na pesquisa, corroboram a proposição de que as comunidades nativas da antiga Freguesia de São José da Barra de Sento Sé não foram massivamente assassinadas como sugerem o senso comum e a historiografia oficial. Elas se apropriaram do sistema de comunicação e de outros elementos da cultura dos neopovoadores, da mesma forma que, em recuados tempos pré-coloniais, acontecera entre os grupos das tradições Nordeste e São Francisco.

Fundamentados em princípios econômicos, políticos, míticos, religiosos e legais, os colonizadores e seu séquito menestrel setecentista encastelaram-se em sectarismos absolutistas de onde não viram os outros e muito menos reconheceram seus direitos e respectivos sonhos libertários.

Quarenta e quatro anos já se passaram desde que, no Século XX se fecharam as comportas da Barragem de Sobradinho e a qualidade de vida das populações ribeirinhas, relocadas traumaticamente em nome do progresso, modificou-se substancialmente para pior. Naquela ocasião, em tempos idos na década de 1970, implantou-se o Lago de Sobradinho. Considerou-se a população autóctone das margens e ilhas do Rio São Francisco como estorvo ao desenvolvimento. Em nome do progresso que exigia supremo impacto social e ambiental, realocou-se a ela, sem lenço, documento, eira e beira, para terraços fluviais antigos ou altiplanos da fronteira setentrional da Chapada Diamantina.

Nas serras e planuras que a elas circundam, considera-se hoje a mesma população nativa, como empecilho à implantação do Parque Nacional Boqueirão da Onça. Em nome da preservação do ambiente que, ao longo da história, o sistema colonizador degradou, diz-se que ela novamente precisa ser relocada, para onde ainda não se sabe. A verdade é que se diz necessária a assepsia humana, para que se protejam animais e plantas ameaçadas de extinção.

Esta pesquisa apenas confirmou o saber autóctone do povo Sentocé. Desde antigas datas, os boqueirões, grotas e serrotes residuais que orlam os brejos foram e são ocupados por grupos familiares resilientes, em atávica ligação afetiva e cultural com a terra, o ambiente e o patrimônio arqueológico. Conforta-lhes o modo autóctone de ser, viver, fazer, criar e coletar pródigas safras nas pequenas caiçaras que, ao próprio sustento, cultivam.

A preservação e/ou restauração de atributos da identidade de gerações pretéritas adequa-se ao contexto dessas comunidades tradicionais da região, ameaçadas pelo vandalismo destruidor, extrativista e depredatório dos projetos que as empresas de mineração e geração de energia elétrica estão a impor. Diante dos impactos, a destruírem o patrimônio material (serras, rios e terraços) e a cultura imaterial (saberes, língua, espiritualidade, cultura e tradições) dos grupos tradicionais, propõe-se preservar e/ou restaurar os atributos da identidade autóctone, mormente o anseio à utópica Terra sem Males, com a participação efetiva das comunidades que a ela se sintam ou despertem-se vinculadas.

Alguns frutos já se está a colher. Membros das comunidades de origem indígena que, antes das iniciativas de conscientização, com timidez e/ou às ocultas realizavam práticas ritualísticas vinculadas a sua tradição, como a dança do Toré e a crença nos encantados, hoje as praticam e/ou a elas se referem com orgulho e manifesta autoestima elevada.

Vários grupos conseguiram registrar áreas de uso coletivo que restavam de compulsivas vendas efetuadas na última década do século passado. Caracterizam-se a elas como fundo de pasto de comunidades tradicionais. Nelas, seus membros continuam hoje a criar animais domésticos, em áreas abertas, e praticar a agricultura de subsistência, em pequenas glebas de terra, de forma semelhante à que sempre fizeram seus antepassados, antes, durante e depois da construção da Barragem de Sobradinho.

Nas pesquisas arqueológicas que se realizaram nos boqueirões, grotas, serrotes e adjacências, encontraram-se evidências a corroborarem a tradição oral e rechearem o modelo explicativo das razões do estreito vínculo afetivo da população atual com o patrimônio edificado por indígenas pré-históricos e históricos. Constatou-se, é verdade, haver vários painéis de pintura rupestre, realizados em períodos remotos da pré-história, por grupos ainda não conhecidos, de tronco cultural que já se sabe pertencer à Tradição São Francisco. Próximo a eles, contudo, verificou-se haver outros painéis e artefatos diversos, realizados e/ou utilizados em épocas históricas relativamente recentes. (Fig. 197 a 192).

Figura 197 – Pintura de carro no Boqueirão do Olho d'Água do Tonheira



Fonte: Kestering (2014, p. 702)

Figura 198 – Igreja de São José da Barra de Sento Sé, na Toca de Nosso Senhor



Fonte: Kestering (2014, p. 760)

Figura 199 – Mandioca no Boqueirão do Riacho São Gonçalo



Fonte: Kestering (2007, p. 148)

Figura 200 – Restos de casa de farinha no Boqueirão do Mocambo



Fonte: Kestering (2014, p. 378)

Figura 201 – Restos da prensa no Serrote da Gameleirinha



Fonte: Kestering (2014, p. 152)

Figura 202 – Restos do forno no Serrote da Gameleirinha



Fonte: Kestering (2014, p. 151)

Figura 203 – Restos de Casa de Farinha no Serrote da Gameleirinha



Fonte: Paes; Kestering (2014, p. 190)

Figura 204 – Restos de prensa na Grota de São José



Fonte: Kestering (2014, p. 119)

Figura 205 – Almofariz em rocha no Boqueirão do Niso



Fonte: Silva; Kestering (2015, p. 184)

Figura 206 – Almofariz em rocha no Boqueirão do Niso



Fonte: Silva; Kestering (2015, p. 184)

Figura 207 – Almofariz em matacão na Fazenda São Romão



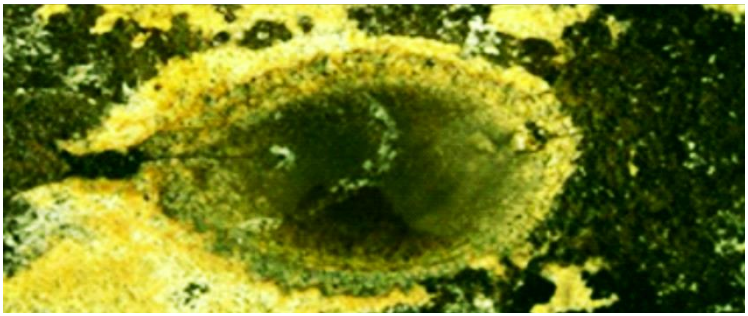
Fonte: Paes; Kestering (2014, p. 195)

Figura 208 – Almofariz em matacão na Fazenda São Romão



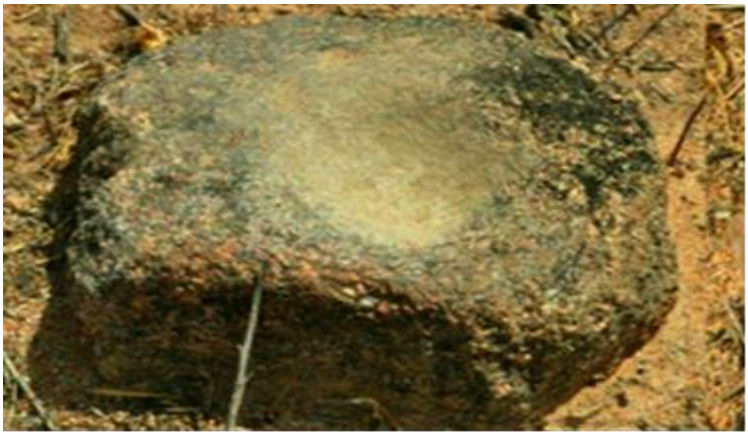
Fonte: Iguatemy; Iguatemy; Kestering (2015, p. 146)

Figura 209 – Almofariz em rocha no Serrote da Gameleirinha



Fonte: Kestering (2014, p. 151)

Figura 210 – Almofariz em matacão no Serrote da Gameleirinha



Fonte: Paes; Kestering (2014, p. 188)

Figura 211 – Almofarizes em rocha no Serrote da Gameleirinha



Fonte: Paes; Kestering (2014, p. 191)

Figura 212 – Almofariz em matacão na Grota do Cachorro Queimado



Fonte: Kestering (2016, p. 71)

Figura 213 – Almofariz em rocha na Grota do Portão, junto ao Piri



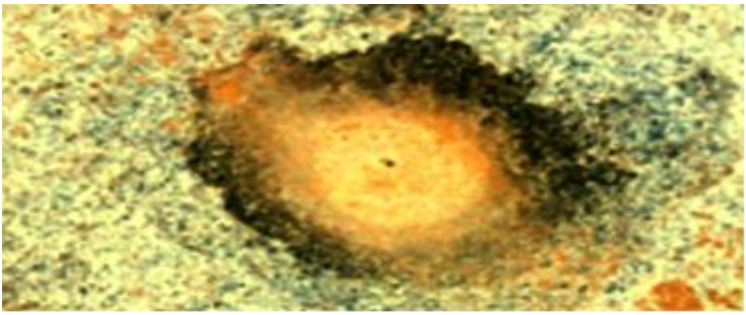
Fonte: Acervo fotográfico do autor (2023)

Figura 214 – Almofariz em rocha na Grota do Portão



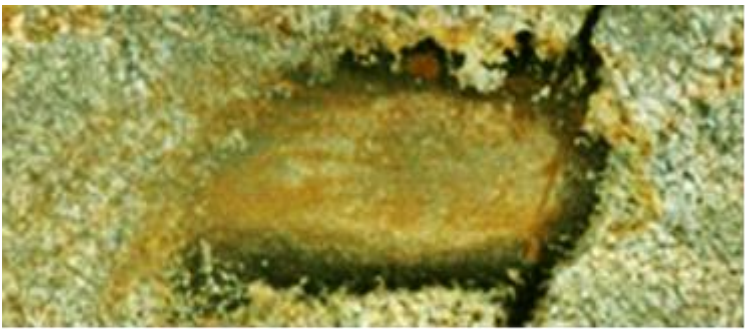
Fonte: Kestering (2014, p. 218)

Figura 215 – Almofariz em rocha no Serrote de São João, em Sobradinho



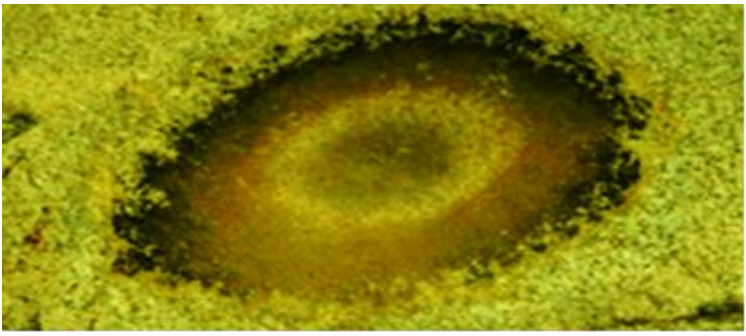
Fonte: Kestering (2014, p. 48)

Figura 216 – Almofariz em rocha no Serrote de São João, em Sobradinho



Fonte: Kestering (2012, p. 175)

Figura 217 – Almofariz em rocha no Serrote de São João, Sobradinho



Fonte: Kestering (2012, p. 175)

Figura 218 – Almofariz em matacão no Serrote do Caldeirão da Tiririca



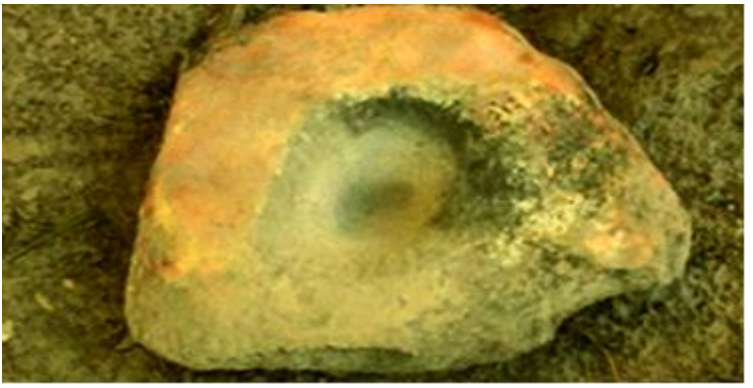
Fonte: Kestering (2014, p. 62)

Figura 219 – Almofariz em rocha no Boqueirão do Sítio do Padre



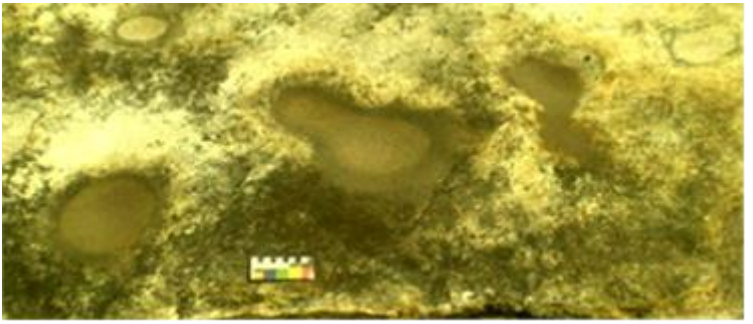
Fonte: Kestering (2014, p. 728)

Figura 220 – Almofariz em matacão na Grota do Brejinho de Baixo



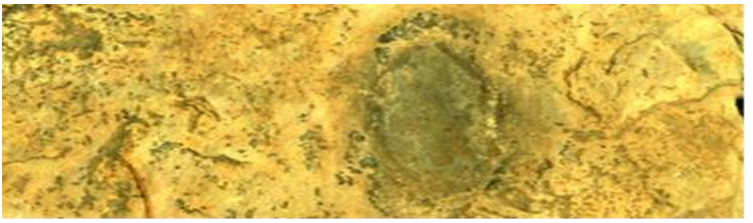
Fonte: Kestering (2014, p. 208)

Figura 221 – Almofarizes em rocha no Boqueirão de José Antônio



Fonte: Kestering (2014, p. 354)

Figura 222 – Almofariz em rocha na Grota de São José



Fonte: Kestering (2012, p. 105)

Figura 223 – Almofarizes em rocha no Boqueirão do Riacho do Bonsucesso



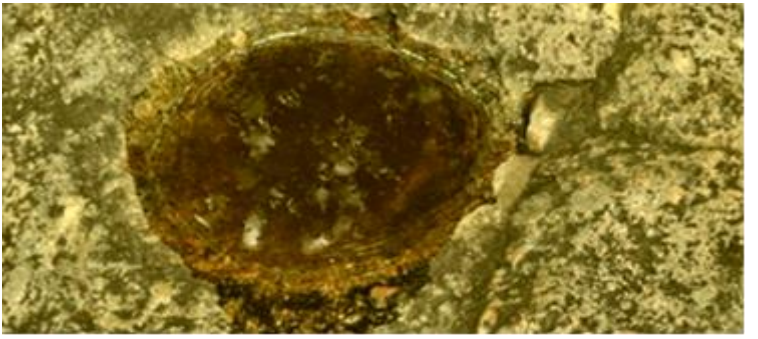
Fonte: Kestering (2012, p. 156)

Figura 224 – Almofarizes em rocha no Boqueirão do Riacho do Bonsucesso



Fonte: Kestering (2012, p. 156)

Figura 225 – Almofariz em rocha no Boqueirão da Serra da Caixa



Fonte: Kestering (2012, p. 181)

Figura 226 – Resto da moenda de madeira no Boqueirão da Imbaúba



Fonte: Kestering (2014, p. 606)

Figura 227 – Moenda de madeira na Grota do Brejo dos Paes, em Sento Sé



Fonte: Kestering (2014, p. 738)

Figura 228 – Restos do forno de engenho de rapadura no Brejo dos Paes



Fonte: Kestering (2014, p. 738)

Figura 229 – Restos do forno de engenho de açúcar no Boqueirão da Imbaúba



Fonte: Kestering (2014, p. 605)

Com essas e muitas outras constatações, cientificamente comprovadas, fortalece-se a autoestima das comunidades locais. Aguça-se nela o sentimento de pertença, a sustentar o argumento de ser possuidora do direito legal e dever cívico de zelar pela preservação do patrimônio arqueológico que se conserva nas paredes e alcantis daquelas sagradas rochas metassedimentares da Chapada Diamantina, no extremo Norte da Bahia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por oportuno lembra-se que, para coroar a implantação da Terra sem Males nos fundos de pasto das comunidades tradicionais, falta restabelecer o original equilíbrio ambiental das feições de relevo, altamente significativas para o Médio e Submédio São Francisco. Destaca-se que nelas resistem espécies representativas da fauna e da flora, outrora abundantes na região, quando o clima era tropical úmido. Hoje elas são endêmicas apenas na Mata Atlântica e na Floresta Amazônica. Nos nichos ambientais que se sugere restaurar, elas reencontrarão as condições favoráveis ao usufruto pleno da vida. Para tornar factível esse plano, entende-se necessária a implantação de reservatórios à montante daquelas respeitáveis geoformas. Para se preservarem as memórias e recepcionarem-se os turistas a visitarem aqueles idílicos paraísos terreais, há muito e reiteradamente se propõe a implantação de memoriais das comunidades tradicionais.

Com as pesquisas realizadas e o trabalho educativo que já se faz nas escolas, desperta-se a comunidade à viabilidade econômica da restauração das condições ambientais. Feita sua recomposição, assegurar-se-á a sustentabilidade das comunidades autóctones e garantir-se-á a preservação dos painéis de pintura rupestre. Viabilizar-se-á a implantação e manutenção dos memoriais, com estruturas para recepcionar visitantes e turistas, interessados em conhecer aqueles nichos ambientais e culturais, na forma como os grupos pré-históricos o conheciam e por ele se encantavam.

Para isso, pensa-se imprescindível a edificação de barragens em gabião, à montante deles, com **soleiras permeáveis**, a permitirem o fluxo natural de pequenas quantidades de água, que perenizem os riachos. Assim, no seio dos boqueirões e grotas assegurar-se-á a infiltração de água no solo e subsolo,

com a consequente recarga dos aquíferos que alimentam seus olhos d'água; reduzir-se-á o carreamento de sólidos que promovem o assoreamento do Lago de Sobradinho; sustar-se-á, também, o escoamento superficial extremo, durante as chuvas sazonais, e restabelecer-se-á a disponibilidade de água, em quantidade e qualidade compatíveis com os múltiplos usos das comunidades locais. A permeabilidade que se deseja sustenta-se nas condições geológicas e geomorfológicas dos locais onde se sugere implantar as barragens.

> As condições geotécnicas dos diversos eixos estudados em vários pontos dos riachos que são caracterizados por um alto grau de fraturamento e diaclasamento das rochas tipo "quartzito", intercomunicáveis ao longo dos boqueirões, viabilizam as condições de permeabilidade dos lagos a serem formados (grifo nosso). (ALENCAR, 1994 *apud* RIBEIRO, 1994).

Nas visitas que regularmente as escolas promovem às feições de relevo onde se conservam artefatos arqueológicos, é contagiante o sentimento de pertença que se evidencia, quando se apresentam as rochas metassedimentares da Chapada Diamantina e o acervo de pintura rupestre que nelas as famílias locais preservam. O que se constata, em nível interno, por certo, ver-se-á quando houver estrutura para atrair e recepcionar, com dignidade, os turistas. Efetivar-se-á, certamente, a convergência dos ideais indígenas com o sonho dos visitantes, em busca de se preservar e/ou restaurar o patrimônio ambiental e cultural de todos.

> A preservação patrimonial é muito importante para nós Tamoquim. Somos gratos a todos que realizam pesquisas e com elas reforçam nossa luta pela preservação cultural e ambiental. Somos gratos também aos professores que, pela educação, integram os estudantes em nossa luta. Não custa nada unirem-se todos, de mãos juntas e passos seguros, na luta pela preservação de nosso patrimônio. Não adiantará nossa luta se não for solidária, se nosso patrimônio não for reconhecido e respeitado nacionalmente. (CARVALHO, 2021,

> *apud* KESTERING: OLIVEIRA; KESTERING (Org.). *In*: HERDEIROS TATAUÍ, 2022, p. 17).

A resiliência dos povos originários conta com a solidariedade da dos indígenas Truká e Atikum. Movidos pelo nativo sentimento altruísta, solidarizam-se esses grupos autóctones na luta pela consolidação de reservas ecológicas e arqueológicas, sem expurgo da população humana Sentocé. Não titubearam eles, em estender as mãos companheiras e os ombros amigos a seus irmãos autóctones. Foram ao Campo do Toré, no seio do Boqueirão do Riacho São Gonçalo, onde celebraram seu ritual guerreiro. (Fig. 230 a 232). Com esse nobre gesto, incentivaram seus irmãos à resiliência contra o mesquinho sentimento individual colonialista que, desde o século XVII, ameaça expurgá-los da terra a que atavicamente se amarram porque nela residem os espíritos de seus ancestrais encantados e se preserva valioso patrimônio arqueológico.

Figura 230 – Resilia Truká no Boqueirão do Riacho São Gonçalo



Fonte: Acervo Fotográfico do autor (2016)

As informações a respeito dos indígenas da região são vestigiais e por isso, ainda limitadas. Espera-se que possam, mesmo assim, contribuir nas pesquisas que visem identificar,

na relação filogenética (antecessor – sucessor), a ligação genética (genomas) e cultural (mitos e ritos) das populações atuais com as tribos ou as nações das quais se têm registros históricos e/ou vestígios arqueológicos. Os dados corroboram a proposição de ter sido apenas no campo ideológico o genocídio étnico fomentado, pelos colonizadores e por quem interessa locupletar-se pela apropriação do que, por herança e direito lhes pertence.

Figura 231 – Resilia Truká



Fonte: Acervo Fotográfico do autor (2016)

Figura 232 – Resilia Tamoquim



Fonte: Escola Municipal Maria Ribeiro (2022, p. 46)

REFERÊNCIAS

AMARAL, Adzamara Rejane Palha. **As Memórias de Sento Sé**. 2019. Disponível em: https://meussertoes.com.br. Acesso: 02 fev 2024.

AMARAL, Adzamara Rejane Palha; SANTOS, Juracy Marques dos. **A Velha Sento Sé e o Patrimônio Material e Imaterial Submersos pelas Águas da Barragem de Sobradinho**. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.13, n.25, Jul/Dez 2021 – ISSN-2177-4129. Disponível em: periodicos.ufpel.edu.br. Acesso: 04 jan 2024.

APOLINÁRIO, J. R. **Documentos e Instrumentos de pesquisa de História Indígena e do Indigenismo d'Aquém e d'Além-Mar Atlântico: uma discussão "necessária, urgente e inadiável**. São Paulo: Anpuh, 2011.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Curral de reses, Curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX**. 2012. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 18 nov 2023.

_____. **Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.21. n.2. p. 47-77. jul.- dez. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br. Acesso: 01 jan 2024.

_____. **Ecos de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos "certoens" do Norte, c.1666-1820**. 2017. (Tese de Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

da Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 31 jan 2023.

_____. **Narrativas da Urbanização dos Sertões do Norte**. Fortaleza: Mercator, v. 17, e 17007, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 20 out 2023.

BARROS, Edonilce da Rocha. **O que ficou sob as águas: Ensaio etnográfico de uma população relocada**. 2007. Disponível em: http://www.ecsb2007.ufba.br. Acesso: 28 jan 2024.

BLOG AMBIENTAL CAMPO FORMOSO. **O Processo de Povoamento e "Civilização" do Município de Campo Formoso**. 2013. Disponível em: https://ambientalcampoformso.blogspot.com. Acesso: 09 nov 2023.

BOA SORTE, Matheus. **Utinga/BA**. Dendê na Mochila. Episódio 070. YouTube, Ser-tão do Mundo. 2017. Disponível em: https://www.google.com. Acesso: 28 jan 2024.

BORGES, Juliana Sento Sé. **Origem do nome Sento Sé**. 2017. Disponível em: http://jusentose.com.br. Acesso: 21 nov 2023.

_____. **Conheça Sento Sé. 2017**. Disponível em: https://jusentose.com.br. Acesso: 04 jan 2024.

BREJO DA MARTINHA. **Brejo da Martinha**. 2020. Disponível em: https://www.facebook.com. Acesso: 29 mai 2024.

BURTON, Richard Francis. **Viagens aos Planaltos do Brasil: O Rio São Francisco** – Tomo III. 1867. Tradução de Américo Jacobina Lacombe, 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

CALDERÓN, Valentin; JÁCOME, Yara Dulce Bandeira de Ataíde; SOARES, Ivan Dórea Câncio. **Relatório das Atividades de Campo Realizadas pelo Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico**. Recife: CHESF, 1977.

CÂMARA, Fernando. **A Arquidiocese de São Salvador da Bahia e seus Bispos**. Revista do Instituto do Ceará. 2010. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br. Acesso: 23 nov 2023.

CAMPOS, Sérgio. **A Arte da Serra da Capivara**. Disponível em: https://br.pinterest.com. Acesso: 14 jan 2022.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro (1763-1808)**. 2012. (Tese de Doutoramento). Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador – BA: UFBA, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 15 abr 2020.

CARVALHO, Mariana. **Do Rio Grande até a Torneira de Casa: o sistema de abastecimento da cidade de Barra – BA**. 2021. Disponível em: https://cbhsaofrancisco.org.br. Acesso: 07 abr 2024.

CAVALCANTE, Amanda Nunes; KESTERING, Celito. Miscigenação Física e Cultural na Freguesia de Sento Sé – BA, Durante a Segunda Metade Do Século XVIII. *In*: KESTERING, Celito (Org.). **Anais da III Exposição – II Ciclo de Palestras do Projeto Escavando História: São Raimundo Nonato Além dos Cem Anos**. Programa de Educação Tutorial de Arqueologia. São Raimundo Nonato: UNIVASF, p. 30-35, 2014.

CAVIGNAC, Julie Antoinette. **A etnicidade encoberta: índios e negros no Rio Grande do Norte**. Mneme: Revista de Humanidades do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. V. 4 - N. 8, 2003. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme. Acesso: 09 out 2019.

CHAVES, Juarez Morais. **História: Origem de Xiquexique**. 2009. Disponível em: https://xiquexiquense.blogspot.com. Acesso: 14 mar 2024.

CIDADES DO MUNDO. **Barra, Bahia**. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com. Acesso: 04 jan 2024.

CONEXÃO GENTIO. **Distritos e Povoados**. 2012. Disponível em: https://conexaogentiodoouro.blogspot.com. Acesso: 15 mar 2024.

CORRÊA, Luís Rafael Araújo. **Interações sociais e mobilidade indígena no cotidiano dos aldeamentos coloniais**. **Rev. Hist. UEG** - Porangatu, v.7, n.1, p. 252-277, jan./jun. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 18 set 2023.

DEL FELIZ. **Morpará**. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com. Acesso: 18 fev 2024.

DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS. Abreu. 2023. Disponível em: https://www.dicionariodenomesproprios.com.br. Acesso: 25 nov 2023.

DONATO, Mário. **Resumo da História de Morpará – BA**. 2013. Departamento de Cultura da Prefeitura de Morpará. Disponível em: https://www.google.com. Acesso: 01 jun 2024.

DRONE, Thiago. **Xique-Xique – Bahia: imagens aéreas**. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com. Acesso: 27 mar 2024.

ESCOLAS DO CAMPO. Pinturas Rupestres. *In*: KESTERING, Celito; OLIVEIRA, Maria Socorro Aquino; KESTERING, Ducilene Soares Silva. **Herdeiros Tatauí**. São Carlos: Pedro e João Editores, p. 117-136, 2022.

ESCOLA MUNICIPAL MARIA RIBEIRO. Patrimônio Imaterial. *In*: KESTERING, Celito; OLIVEIRA, Maria Socorro Aquino; KESTERING, Ducilene Soares Silva. **Herdeiros Tatauí**. São Carlos: Pedro e João Editores, p. 27-46, 2022.

FAUSTINO, Rodrigo. **O que é Verdadeiro e Sombrio?** 2024. Disponível em: https://pt.quora.com. Acesso: 08 jan 2024.

FERREIRA, Elisangela Oliveira. **Os laços de uma família: da escravidão à liberdade nos sertões do São Francisco**. Afro-Ásia, nº. 32, pp. 185-218. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005. Disponível em: https://www.redalyc.org. Acesso: 07 jun 2024.

FERREIRA, Laísa Monique dos Santos. **Catedral Santuário Nossa Senhora das Grotas**. Pedagogos em Ação. Juazeiro – BA: UNEB, 2016. Disponível em: https://monumentoshistoricosdejuazeirobahia.blogspot.com. Acesso: 12 nov 2023.

FIABANI, Adelmir. **A Escravidão no Brasil Vista Pelos Estrangeiros: Daniel Parish Kidder, Luís Agassiz, Elizabeth Cary Agassiz e Oscar Canstatt**. Contra Relatos desde el Sur, p. 23-37, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/User. Acesso: 09 nov 2023.

FONSECA, João Justiniano da. **Rodelas: curraleiros, índios e missionários**. Salvador – BA: Edições Gráficas, 1996.

FOTOS DE MINAS DO MIMOSO. **As mais lindas fotos**. 2024. Disponível em: https://www.ferias.tur.br. Acesso: 29 mai 2024.

FREITAS, Edith Alves da A.; SILVA, José Freitas da. **História da Freguesia Velha de Santo Antônio: Campo Formoso**. Salvador – BA: Secretaria da Cultura e Turismo, 1996. Disponível em: https://parlim.blogspot.com. Acesso: 30 out 2023.

GARCIA, Elisa Frühauf. **O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional**. Dossiê. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br. Acesso: 27 nov 2023.

GENTIO DO OURO. **Povoado do São Bento, em Gentio do Ouro – Bahia**. 2021. Disponível em: https://www.facebook.com. Acesso: 29 fev 2024.

_____. **Gameleira do Assuruá, em Gentio do Ouro – Bahia**. 2021. Disponível em: https://www.gentiodoouro.ba.gov.br. Acesso: 01 mar 2024.

GOOGLE EARTH. Data SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO, Image Landsat / Copernicus. Image U.S. Geological Survey, 2023.

_____. Image U.S. Geological Survey, 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Belém do São Francisco**. 2023. Disponível em: http://www.condepefidem.pe.gov.br. Acesso: 09 nov 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Angolanos**. 2024. Disponível em: https://www.saopaulo.sp.gov.br. Acesso: 26 mai 2024.

GUEDES, Sabrina. **Mulher Nordestina: força, resiliência e inspiração nas festas juninas e além**. 2023. Disponível em: https://www.revistanegra.net.br. Acesso: 23 mai 2024.

HOHENTHAL JR, William D. **As Tribos Indígenas do Médio e Baixo São Francisco**. Revista do Museu Paulista. Biblioteca Digital Curt Nimuendaju. Coleção Nicolai, 1960. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com. Acesso: 16 jan 2024.

IGUATEMY, Vanessa Cosma da Silva Mello; IGUATEMY, Mateus Maurício de Mello; KESTERING, Celito. Gravuras Rupestres no Contexto Arqueológico e Histórico a Fazenda São Romão, no Submédio São Francisco. *In*: KESTERING, Celito (Org.). **Anais da IV Exposição – III Ciclo de Palestras do Projeto Escavando História: São Raimundo Nonato Além dos Cem Anos**. Programa de Educação Tutorial de Arqueologia. São Raimundo Nonato: UNIVASF, p. 131-147, 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes, Adaptado do Mapa de Curt Nimuendaju**. Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, 1944. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br. Acesso: 24 jan 2024.

_____. **Município de Barra**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br. Acesso: 04 jan 2024.

JUNIOR, Romeu. **Distritos e Povoados de Gentio do Ouro**. 2024. Disponível em: https://gentioonline.wordpress.com. Acesso: 28 fev 2024.

KERN, Arno Alvarez. Fronteiras Transculturais: missionários, jesuítas e guerreiros guaranis. In: GARCIA, Domingos Sávio da Cunha; MICELI, Paulo Celso (Org.). **História e Fronteira**. Cáceres – MT: UNEMAT, p. 28-41, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 10 mar 2020.

KESTERING. Celito. **Registros Rupestres da Área Arqueológica de Sobradinho – BA**. 2001. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pernambuco. Recife: UFPE, 2001.

_____. **Identidade dos Grupos Pré-históricos de Sobradinho – BA.** 2007. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Pernambuco. Recife: UFPE, 2007.

_____. **Índios da Área Arqueológica de Sobradinho – BA**. www.historiaehistoria.com.br (ISSN 1807-1783). 2012. Disponível em: www.celitokestering.com.br. Acesso: 07 jan 2024.

_____. **Prospecção e Escavação de Sítios Arqueológicos na Região Norte do Estado da Bahia**. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2012.

_____. **Patrimônio Arqueológico de Sento Sé – BA**. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2014.

_____. Distribuição Espacial dos Índios do Piauí no Século XVIII. *In*: KESTERING, Celito. **Anais da IV Exposição – III Ciclo de Palestras do Projeto Escavando História: São Raimundo Nonato Além dos Cem Anos**. Programa de Educação Tutorial do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial. São Raimundo Nonato – PI: UNIVASF, p. 358-361, 2015

_____. Contexto dos Artefatos Arqueológicos Expostos no Projeto Caatinga. *In*: KESTERING, Celito (Org.). **Anais do Projeto Caatinga 2016**. Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, p. 69-109, 2016.

_____. **Reencontro Vida**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2019a.

_____. **Cidadãos Tatauí**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2019b.

_____. **Encanto Bugre-Tapuia**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2020a.

_____. **Patrimônio Amoipirá Tupinambá**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021a.

_____. **Baianos Tatauí: warum nicht?** São Carlos: Pedro e João Editores, 2023a.

KESTERING, Celito; RIBEIRO, Morgana Cavalcante. **Contexto Geoambiental do Serrote do Morrinho, em Sento Sé – BA, Brasil**. Rupestreweb. 2013. Disponível em: www.celitokestering.com.br. Acesso: 26 out 2023.

KESTERING, Celito; BEZERRA, Alvandyr Dantas; NEGREIROS, Rafael Barreto Ruben Siqueira. **Adjunto às Lagoas de Meu Piauí.** São Carlos: Pedro E João Editores, 2023.

LIMA, Ana Lúcia Sales de. **A Companhia de Jesus e o Desafio da Catequização do Gentio: uma dupla batalha contra os costumes indígenas e a exploração imposta pelos colonizadores portugueses**. Congresso Internacional de História, p. 2221-2232. Disponível em: http://www.cih.uem.br/anais/2011. Acesso: 26 jan 2024.

LIMA FILHO, Sebastião Lacerda; KESTERING, Celito. **Temática Dominante nas Pinturas Rupestres do Boqueirão do Riacho das Traíras, no Município de Sento Sé – BA**. *Evolvere Scientia,* Universidade Federal do Vale do São Francisco, V. 1, N. 1, 2013. Disponível em: www.celitokestering.com.br. Acesso: 26 out 2023.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Notas e Comentários**. In: Relação de uma Missão no Rio São Francisco, 1706. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

LINS, Wilson. **O Médio São Francisco: uma sociedade de pastores guerreiros**. Salvador – BA: Livraria Progresso, 1959. Disponível em: https://bdor.sibi.ufrj.br. Acesso: 06 jun 2024.

MAROCA, Luiz de. **Gameleira do Assuruá**. 2013. Disponível em: https://luizdemaroca.blogspot.com. Acesso: 03 jun 2024.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. **Sento Sé**. Diretoria de Serviço Geográfico. Região Nordeste do Brasil. Folha SC.24-V-C-V. Escala 1/100.000, 1973.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos da história indígena e do indigenismo**. 2001. (Tese de doutorado). Departamento de Antropologia de IFCH-UNICAMP. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 29 ago 2021.

_____. Entre o Etnocídio e a Etnogênese: identidades indígenas coloniais. In: FAUSTO, Carlos; MONTEIRO, John (Org.). **Tempos Índios: histórias e narrativas do Novo Mundo**. Museu Nacional de Etnologia Assírio e Alvim. p. 25-65, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 06 nov 2023.

MOURA, Fabíola. **Centro histórico de Oeiras, a primeira capital do Brasil**. 2022. Disponível em: https://familiaqueviajajunto.com.br. Acesso: 09 jun 2024.

MUSEU DE ARTE RELIGIOSA. **Foto de: Praça da Vitória**. 2024. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br. Acesso: 09 jun 2024.

NANTES, Martinho de. **Relação de uma Missão no Rio São Francisco**. 1706. Tradução e comentários de LIMA SOBRINHO, Barbosa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com. Acesso: 08 set 2023.

NOSSO NORDESTE. **A mulher nordestina é forte, valente e destemida. Do tipo que fala oxente e não chora por qualquer ferida...** 2020. Disponível em: https://www.facebook.com. Acesso: 26 mai 2024.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O Nascimento do Brasil: revisão de um paradigma historiográfico**. Anuário Antropológico, v. 35 n. 1, 2010. Disponível em: http://journals.openedition.org. Acesso: 23 jan 2024.

OLIVEIRA, Jasson. **Conhecendo Campo Formoso**. 2012. Disponível em: https://professorjassonoliveira.blogspot.com. Acesso: 30 out 2023.

OLIVEIRA, Jéssica Rafaella de. **Os habitantes do rio e as missões religiosas no sertão pernambucano: uma arqueologia da paisagem fluvial do Rio São Francisco – Orocó. 2016**. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Arqueologia do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe. Laranjeiras: UFSE, 2016.

OLIVEIRA, Markileide. **Gameleira do Assuruá**. 2013. Disponível em: https://dezoitoevintetres.wordpress.com. Acesso: 03 jun 2024.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de; OLIVEIRA, Antônio José Alves de. **Capitalismo e Natureza no Brasil Colonial: a pecuária bovina no Ceará e a continentalidade do *jogo das trocas* (ca. 1680-1750**. Dossiê a História Ambiental do Capitalismo no Mundo Colonial, séc. XV a XIX, p. 198-2019, 2022. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 10 dez 2023.

ORTIZ, Helen Scorsatto. Apropriação da Terra no Brasil: da Lei de Sesmarias à Lei de Terras (1532-1850). In: MAESTRI, Mário; LIMA, Solimar Oliveira (Org.). **Peões, Vaqueiros e Cativos Campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, p. 108-146, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 24 jan 2021.

OTT, Carlos. **Pré-História da Bahia**. Coleção de Estudos Brasileiros; Série Marajoara. Nº. 24. Aguiar e Souza Ltda. Livraria Progresso. Salvador: Imprensa Vitória. 1958.

PAES, Leylianny Mara Oliveira; KESTERING, Celito. Indicativos da Sobrevivência Física e Cultural da Nação Sento Sé no Serrote Da Gameleirinha, Fazenda São Romão. *In*: KESTERING, Celito (Org). **Anais da III Exposição – II Ciclo de Palestras do Projeto Escavando História: São Raimundo Nonato Além dos 100 Anos**. Programa de Educação Tutorial de Arqueologia. São Raimundo Nonato: UNIVASF, p. 180-196, 2014.

PÁGINA REVISTA. **Gameleira do Assuruá, Muribeca e Ilha do Miradouro**. 2019. Disponível em: https://www.paginarevista.com.br. Acesso: 01 mar 2024.

PAIVA, Eduardo França. Poblaciones del Brasil - Siglos XVI-XIX. In: ALBERT, Salvador Bernabéu. (Org.) **Poblar la inmensidad: sociedades, conflictividad y representación en los márgenes del Imperio Hispánico (siglos XV-XIX)**. 1 ed. Rubí-Madrid: Ediciones Rubeo-CSIC, v. 1, p. 407-434, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 24 jan 2024.

PAIVA, Luan Souza. **Sítio de São Felipe de Gentio do Ouro – BA**. 2024. Disponível em: https://www.google.com. Acesso: 01 mar 2024.

PEIXOTO, Júlio Afrânio. **História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. Transcrição para eBook, eBooks Brasil, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 24 jan 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENTIO DO OURO. **Gentio do Ouro: investimentos de mais de 2 milhões de reais**. 2018. Disponível em: https://www.gentiodoouro.ba.gov.br/portal. Acesso: 29 fev 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE XIQUE-XIQUE. **Igreja Matriz do Senhor do Bonfim**. 1982. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br. Acesso: 27 mar 2024.

QUEIROZ, Eliomar. **Ibitunane, Bahia.** 2022. Disponível em: https://www.youtube.com. Acesso: 29 fev 2024

REDEGN. **Censo 2022: Juazeiro está entre as cidades mais populosas da Bahia, diz Censo do IBGE**. 2023. Disponível em: https://www.redegn.com.br. Acesso: 10 mar 2024.

REGISTROS DE BATISMO DA FREGUESIA DE SENTO SÉ. (BATSSÉ; 1752-1783). Cúria da Diocese de Juazeiro. 2023.

REGMENDES, Celito. **Gentio do Ouro: Itajubaquara na História**. 2021. Disponível em: https://xiquesampa.blogspot.com. Acesso: 03 jun 2024.

REIS, Reuber Henrique de Lima; KESTERING, Celito. **Temática Dominante nas Pinturas Rupestres do Serrote do Caldeirão da Tiririca, no Município de Sento Sé – BA**. *Evolvere Scientia,* Universidade Federal do Vale do São Francisco, V. 1, N. 1, p. 19-32, 2013. Disponível em: www.celitokestering.com.br. Acesso: 26 out 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 24 jan 2024.

SANTOS, Carlos Alberto Batista dos. **Padrões de Caça, Pesca e Uso de Animais Silvestres pela Etnia Truká, no Semiárido Brasileiro**. Programa de Pós Graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza da Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2016. (Tese de Doutorado). Recife: UFRPE, 2016. Disponível em: http://www.tede2.ufrpe.br. Acesso: 01 jan 2024.

SANTOS, Rodrigo Martins dos. **O gê dos gerais: elementos de cartografia para a etno-história do planalto central: contribuição à antropogeografia do cerrado**. 2013. (Dissertação de Mestrado). Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Brasília- DF: UNB, 2013.Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 24 jan 2024.

SANTOS, Douglas Corrêa de Paulo. 2017. **Os Amaral Gurgel: família, poder e violência na América portuguesa (c. 1600 – c. 1725)**. (Dissertação de Mestrado). Instituto de História da

Universidade Federal Fluminense, 2017. Disponível em: https://mail.google.com. Acesso: 22 set 2022.

SANTOS, Fabrício Lyrio. **Da Catequese à Civilização: colonização e povos indígenas na Bahia**. Cruz das Almas – BA: UFRB, 2014.

SCHOMMER, Aurélio. **História do Brasil Vira-Lata: as razões históricas da tradição autodepreciativa brasileira**. Anajé – BA: Casarão do Verbo, 2012.
Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 08 nov 2023.

SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – BA. **Mapa de Xique-Xique, com descritivo atual**. 2024. Disponível em: https://ftp.sei.ba.gov.br. Acesso: 02 jun 2024.

SILVA, Vanessa Cosma da; KESTERING, Celito. Gravuras Rupestres do Boqueirão do Niso, na Fazenda São Romão, Sento Sé – BA. *In*: KESTERING, Celito (Org). **Anais do II Seminário de Arqueologia de Sobradinho - BA**. Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, p.173-185, 2015.

SILVARES, José Ribeiro da Fonseca. **Extrato do mapa Província do Piauhy**. Século XVIII. Disponível em: https://www.researchgate.net. Acesso: 13 abr 2024.

SOUSA, Ferdinando de. **Adeus Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado**. 2017. Disponível em: https://ferdinandodesousa.com. Acesso: 28 jan 2024.

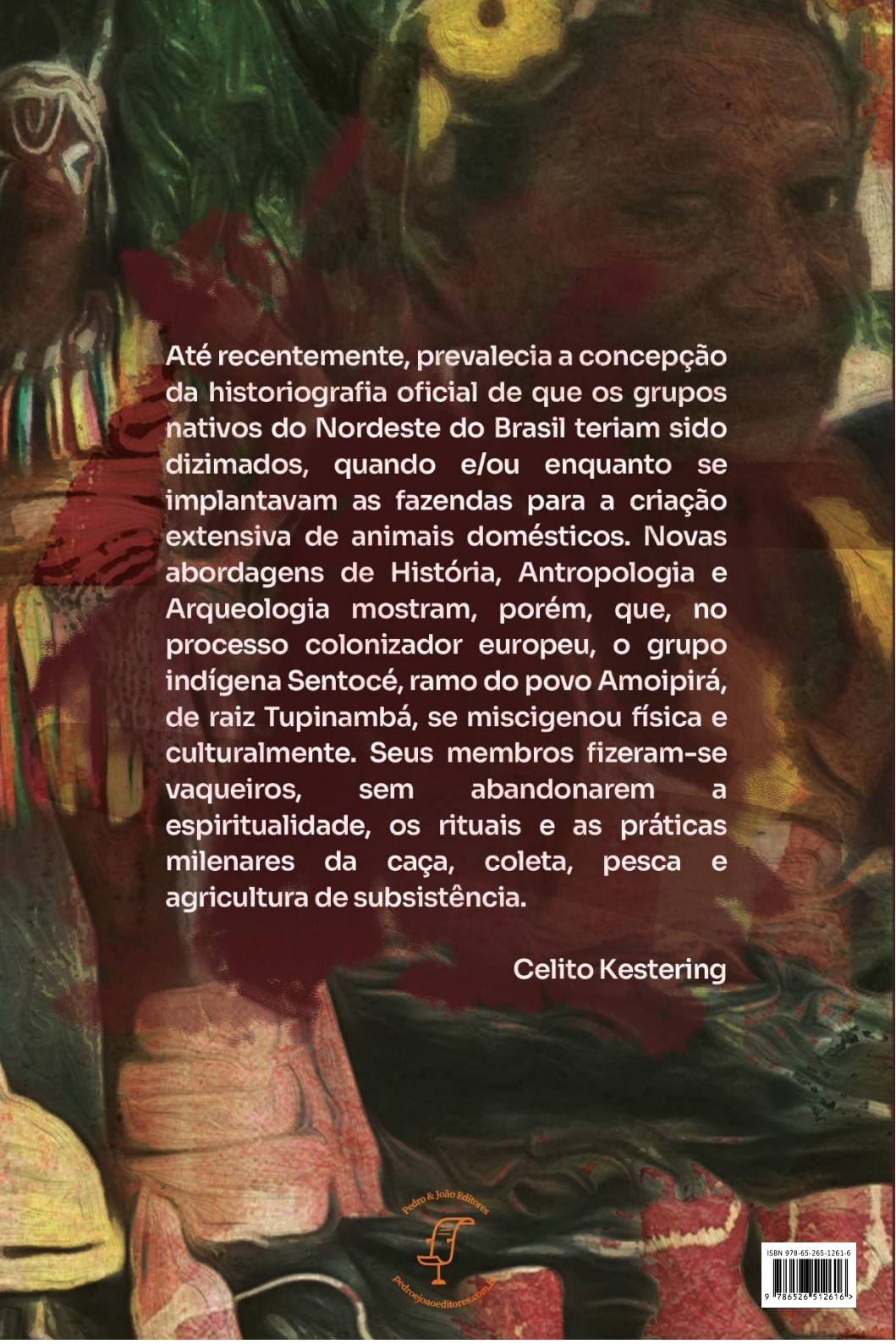
SOUZA, Evandro André de; SAYÃO, Thiago Juliano. **História do Brasil Colonial**. Indaial: UNIASSELVI, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 18 mar 2020.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Poligonal do Município de Gentio do Ouro.** 2015. Disponível em: https://www.google.com. Acesso: 28 fev 2024.

TV CAATINGA. **Imagem de Nossa Senhora das Grotas**. Memória Sertão. Petrolina – PE: UNIVASF, 2019. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br. Acesso: 12 nov 2023.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **Os Negros em Jacobina (Bahia) no Século XIX**. 2006. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC, 2006. Disponível em: https://sapientia.pucsp.br. Acesso: 02 jan 2024.

XIQUESAMPA. **Ilha do Miradouro: Primeiras Povoações do Município de Xique-Xique – Bahia**. 2020. Disponível em: https://xiquesampa.blogspot.com. Acesso: 14 mar 2024.



Até recentemente, prevalecia a concepção da historiografia oficial de que os grupos nativos do Nordeste do Brasil teriam sido dizimados, quando e/ou enquanto se implantavam as fazendas para a criação extensiva de animais domésticos. Novas abordagens de História, Antropologia e Arqueologia mostram, porém, que, no processo colonizador europeu, o grupo indígena Sentocé, ramo do povo Amoipirá, de raiz Tupinambá, se miscigenou física e culturalmente. Seus membros fizeram-se vaqueiros, sem abandonarem a espiritualidade, os rituais e as práticas milenares da caça, coleta, pesca e agricultura de subsistência.

Celito Kestering

Pedro & João Editores
pedrojoaoeditores.com.br
ISBN 978-65-265-1261-6